



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

ROSYANE DE MORAES MARTINS DUTRA

**“SOB O AMPARO DE DEUS E DO ESTADO”: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
INFÂNCIA DESVALIDA NO MARANHÃO (1850-1950).**



Guarulhos

2022

ROSYANE DE MORAES MARTINS DUTRA

**“SOB O AMPARO DE DEUS E DO ESTADO”: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
INFÂNCIA DESVALIDA NO MARANHÃO (1850-1950).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Célia Maria
Benedicto Giglio

Guarulhos

2022

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

DUTRA, Rosyane de Moraes Martins

“Sob a guarda de Deus e do Estado”: políticas públicas para a infância desvalida no Maranhão (1850-1950) / Rosyane de Moraes Martins Dutra. - 2022. - 240 f.

Tese (Doutorado em Educação). - Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Humanas.

Orientadora: Celia Maria Benedicto Giglio.

“Under the guard of God and the State”: public policies for underprivileged children in Maranhão (1850-1950).

1. Políticas Públicas. 2. Infância. 3. Maranhão.
I. Orientador. II. Título.

**“SOB O AMPARO DE DEUS E DO ESTADO”: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
INFÂNCIA DESVALIDA NO MARANHÃO (1850-1950).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Educação da Universidade Federal de São
Paulo para obtenção do título de Doutora em
Educação.

Aprovada em 23/09/2022

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Celia Maria Benedicto Giglio (orientadora)
Universidade Federal de São Paulo

Profª Drª Maria Angélica Pedra Minhoto (1ª avaliadora interna)
Universidade Federal de São Paulo

Profª Drª Marineide de Oliveira Gomes (1ª avaliadora externa)
Universidade Federal de São Paulo

Profª Drª Delcineide Maria Ferreira Segadilha (2ª avaliadora externa)
Universidade Federal do Maranhão

Profº Drº Elmir de Almeida
(3ª avaliador externo)
Universidade de São Paulo

Profº Drº Luiz Carlos Novaes (1º suplente)
Universidade Federal de São Paulo

Profª Drª Kilza Fernanda Moreira de Viveiros (2º suplente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Aos meus filhos, Lara
Vitória e Luís Henrique, a
infância que vive em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, engrandecer, esperançar. . .

As palavras não bastam para reconhecer os gestos, os olhares e as mensagens de força que recebi durante essa trajetória. No início parecia estar só, perdida e sem rumo. Hoje, me vejo envolta por uma corrente do bem, que me abraçou e ainda me acolhe nos momentos de angústia e desânimo durante a caminhada.

Agradecer. . .

À minha família, Formozina, Urbano, Rosangela e Roseliny, meu ninho de amor eaconchego. Crescemos numa casa no bairro do Vinhais e ali me tornei gente. Obrigada por esse amor infinito! Ao cunhado, Marcus, às sobrinhas, Maria Julia e Maria Alice, extensão dessa comunidade que se apoia e se ajuda para manter viva nossa luta diária.

Ao meu esposo, Sandro Dutra, pela paciência e companheirismo. Não foi fácil desde o primeiro dia, mas ele confiou e me deu a mão. Te amo! Aos frutos desse Amor, Lara Vitória e Luís Henrique, meus filhos, que me tiveram um pouco ausente nesses últimos anos devido a dedicação aos estudos. Mesmo assim, compreenderam a seriedade desse momento e foram pacientes com o tempo restrito da mamãe. Amo-vos!

Aos meus sogros, Milton e Maria da Conceição, por me ajudarem nos cuidados com os filhos e por sempre participarem das nossas alegrias e conquistas. Ao cunhado e compadre Benedito pela ajuda nos tempos difíceis e comadre Karina, pela compreensão.

À família Silva Monteiro, por me acolher como filha desde os tempos de enamoramento com vosso sobrinho e primo: Tia Lulu, Tia Gogo, Tio Junior, Tio Alan, Kassya, Flavio Rogerio, Rhyanna, Phyetra, Felipe, Tia Marineis, Afonso, enfim, pessoas que carrego no coração e que me ajudaram a ser uma pessoa melhor.

Engrandecer. . .

Aos amigos, de perto e de longe, que tiveram um tempo para ouvir as minhas lamentações e sempre acreditaram em mim.

Da UFMA, Maria do Carmo, Cibelle, Kaciana, Marise, José Carlos, Thaís, Karla, Francimar, Joelma, Socorro, Maria José, Vanja, Cristina, Delcineide, enfim, todos os colegas que no Curso de Pedagogia se colocam na escuta e oportunizam momentos de trocas pedagógicas.

Da UNIFESP, doutorandos como Paloma Roberta, minha irmã que cresceu comigo no curso. Me ajudou a entender que o melhor de tudo era ser feliz com o que pesquisava, e assim aconteceu. Te Amo! Também, nomes que jamais esquecerei, Vanessa Santana,

Eduardo Bezerra, Diegos Rodrigues e Benjamim, Gabriel, Ivone Lemos, Marylucia Cavalcante, saibam que “amigos para sempre é o que nós devemos ser”. Aos companheiros das Linhas de Pesquisa História da Educação e Educação, Estado e Trabalho, minha gratidão por serem exemplos de dedicação.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas Infância e Brincadeiras, o nosso GEPIB/UFMA, que me ensinou a ser uma pessoa guerreira, pelos exemplos que encontro por lá. Pesquisadores dedicados e fiéis aos compromissos com nossas crianças maranhenses.

Ao Grupo de Pesquisa Avaliação de Políticas Públicas, o GPAPE/UNIFESP, que me acolheu com carinho e me ajudou a qualificar o texto da tese.

Esperançar. . .

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Celia Maria Benedicto Giglio, que cheia de luz, abriu os caminhos para minhas inquietações epistemológicas. Uma mulher que humaniza e compreende o processo de orientação como crescimento mútuo, de trocas significativas e vivências pessoais. Foi muito bom chegar aqui segurando a sua mão!

À Prof^a Dr^a Maria Angélica Pedra Minhoto, pelo acolhimento no GPAPE e pelas contribuições ao meu texto de qualificação. Sua presença e companheirismo torna a jornada mais leve para todos nós, pós-graduandos.

Ao Prof^o Dr^o Luiz Carlos Novaes, coordenador do PPGE/UNIFESP, por ser uma pessoa acessível, aberta, em escuta aos problemas que envolvem a vida de um pós-graduando. Você será sempre lembrado.

À Prof^a Dr^a Marta Maria Chagas de Carvalho, da Universidade de São Paulo, pela participação em minha banca de qualificação, e por ter me ajudado a encaminhar questões importantes para o desenvolvimento da tese.

Aos meus professores no doutorado, Renata Marcílio, Fernando Oliveira, Mirian Warde, Claudia Panizzolo, Regina Gualtieri, Alexandre Filordi, Maria Leticia (USP) e Maria Angela (USP), que me apresentaram a história da educação e da infância. Sou grata por cada ensinamento e possibilidade de acreditar no poder transformador da pesquisa em educação. Ainda, a Daniela Finco, por me aceitar como ouvinte em seu grupo de pesquisa e realizarmos trocas significativas sobre as infâncias paulista e maranhense.

Aos ex-alunos, do Curso de Pedagogia/UFMA, por vocês me ensinarem a correr atrás dos meus sonhos, e por me permitirem estar nos de vocês.

*Se considerar-se que no interior da província,
Onde a pobreza chega ao extremo,
Deixa o menino de ir à escola tanto por falta de
roupa como não poderem os pais comprar-lhe um livro,
Não parecerá muito fazer-se por esses
desvalidos da sorte
O pequeno sacrifício que peço em nome da
pátria e por amor dela.*

*(RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DR. SILVINO
ELVIDIO CARNEIRO DA CUNHA, 1873)*

RESUMO

A investigação apresentada nessa tese toma a história das práticas políticas educativas voltadas à infância desvalida no Maranhão, no período de 1850 a 1950, a partir da criação e atuação de instituições a elas destinadas, com centralidade na Casa dos Expostos durante o Império e no Instituto de Assistência à Infância, no regime republicano. A tese apresentada é a de que no decorrer do período abarcado pela pesquisa, as políticas públicas destinadas às crianças desvalidas evidenciavam o funcionamento de uma rede institucional, que sob o discurso da caridade, da filantropia e da assistência, atuavam sobre as populações marginalizadas da sociedade. Os objetivos dessa investigação buscam mapear o surgimento e o desenvolvimento dessas instituições que compõem o suporte para as práticas políticas educativas voltadas para a infância desvalida e construir um modelo interpretativo para as relações entre práticas institucionais e práticas institucionalizadas na sociedade, visando verificar a configuração de redes formadas para sustentação, aperfeiçoamento e continuidade dessas políticas educativas no curso do desenvolvimento da infância desvalida até o momento da vida produtiva. A partir de alguns conceitos e estudos foucaultianos, embasamos as reflexões sobre sociedade, institucionalização e educação, considerando a relação saber-poder como determinante na atuação do Estado sobre a população, e que especificamente, no contexto maranhense, erigia uma arte de governar os mais pobres. A metodologia utiliza a análise documental de fontes privilegiadas, como os relatórios dos presidentes da província, as mensagens dos governadores aos congressos do Estado, os ofícios, as falas e as leis e decretos provinciais e estaduais. Esse corpus documental possibilitou destacar as vozes dos autores das políticas, assim como perceber as invisibilidades e silenciamentos das crianças nas formas educativas de sujeição dos seus corpos. Fontes auxiliares, como estatutos das instituições, regulamentos para funcionamento e documentos internos como ofícios e mapas, possibilitaram conhecer o interior dos espaços de educação das crianças, que sob o discurso do cuidado e da assistência, moldavam os novos trabalhadores maranhenses. Os jornais também se constituíram em fontes importantes e forneceram informações sobre a sociedade e a atuação dos políticos e das políticas que difundiam, como a divulgação das instituições de “amparo” da infância pobre e o “convite” às famílias para enviarem as crianças a esses espaços. Nesse percurso teórico-metodológico, a pesquisa evidenciou a existência de uma maquinaria política para a construção de uma modernidade, de um futuro almejado, que fez das crianças desvalidas, sujeitos submetidos a uma “rede institucional de proteção” capaz de garantir o almejado progresso. Com os resultados, constatamos o funcionamento de uma engrenagem política para a infância desvalida no estado do Maranhão que, entre 1850 a 1950, sujeitou as crianças a uma educação moralizante com viés profissionalizante, a fim de torná-las sujeitos aptos às demandas de trabalho e exploração social. Essas práticas políticas estavam evidenciadas no estabelecimento de instituições assistenciais de cunho educativo para crianças que precisavam de proteção e amparo.

Palavras-chave: Políticas públicas de educação, Infância desvalida, Maranhão.

ABSTRACT

The investigation presented in this thesis takes the history of educational political practices aimed at underprivileged children in Maranhão, from 1850 to 1950, from the creation and performance of institutions destined for them, with centrality in the Casa dos Expostos during the Empire and in the Instituto Assistance to Children, under the republican regime. The thesis presented is that during the period covered by the research, public policies aimed at underprivileged children showed the functioning of an institutional network, which under the discourse of charity, philanthropy and assistance, acted on the marginalized populations of society. . The objectives of this investigation seek to map the emergence and development of these institutions that make up the support for educational policy practices aimed at underprivileged children and to build an interpretive model for the relationships between institutional practices and institutionalized practices in society, in order to verify the configuration of networks formed to support, improve and continue these educational policies in the course of development from underprivileged childhood to the moment of productive life. Based on some Foucauldian concepts and studies, we base our reflections on society, institutionalization and education, considering the knowledge-power relationship as a determinant in the State's action on the population, and which specifically, in the context of Maranhão, erected an art of governing the poorest. The methodology uses document analysis from privileged sources, such as reports from provincial presidents, messages from governors to state congresses, official letters, speeches and provincial and state laws and decrees. This documentary corpus made it possible to highlight the voices of the authors of the policies, as well as to perceive the invisibilities and silencing of children in the educational forms of subjection of their bodies. Auxiliary sources, such as institutions' statutes, operating regulations and internal documents such as official letters and maps, made it possible to know the interior of children's education spaces, which, under the discourse of care and assistance, shaped the new workers in Maranhão. Newspapers were also important sources and provided information about society and the actions of politicians and the policies they disseminated, such as the dissemination of institutions that "support" poor children and the "invitation" to families to send their children to these institutions. spaces. In this theoretical- methodological path, the research evidenced the existence of a political machinery for the construction of a modernity, of a desired future, which made the underprivileged children subject to an "institutional protection network" capable of guaranteeing the desired progress. With the results, we found the functioning of a political gear for underprivileged childhood in the state of Maranhão that, between 1850 and 1950, subjected children to a moralizing education with a professionalizing bias, to make them suitable subjects to the demands of work and social exploitation. Political practices were evident in the establishment of educational assistance institutions for children who needed protection and support.

Keywords: Public Education Policies, Disabled Childhood, Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura		P.
Figura 1	Capa do Relatório do Presidente da Província, José da Silva Maya (1870)	40
Figura 2	Capa da Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão (ano 1851)	42
Figura 3	Crianças Negras (pintura de Emmanoel Zamor, 1880)	62
Figura 4	Livro de Receitas e Despesas da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão (1843-44)	91
Figura 5	Mapa Escolar, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em São Luís, 1844.	102
Figura 6	Anúncio do Instituto Rosa Nina, Jardim de Infância em São Luís, no Jornal A Pacotilha, 1902.	105
Figura 7	Mapa Demonstrativo do Movimento dos Expostos na Santa Casa (1839)	126
Figura 8	Lugar onde funcionou a Roda dos Expostos, lateral da Igreja de São Pantaleão.	135
Figura 9	Casa dos Educandos Artífices no Maranhão (foto acima tirada em 1950, abaixo, em 2017)	138
Figura 10	Dados da Casa dos Educandos Artífices, de 1841 a 1870	146
Figura 11	Colégio de Santa Teresa, anos 1950 (antigo Asilo)	151
Figura 12	Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios (1870)	164
Figura 13	Palácio do Governo em São Luís - Maranhão (1902)	170
Figura 14	Divulgação no “O Jornal”, de circulação periódica em São Luís, do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1920)	184
Figura 15	Entrega de Leite para as famílias em Caxias – MA (1920)	186
Figura 16	Leprosário do Gavião, visto a partir do Cemitério.	194
Figura 17	Ponta do Bonfim - Parte do Mapa de São Luís	195
Figura 18	Educandário Santo Antônio, preventório em São Luís	197
Figura 19	Ficha de Acompanhamento Infantil, explicando motivo de ingresso no Educandário Santo Antônio	201

LISTA DE QUADROS

Quadro		P.
Quadro 1	Total de relatórios, falas, ofícios e mensagens do Governo do Maranhão, disponíveis no Acervo Digital de Documentos do Governo Brasileiro (1850-1930).	38
Quadro 2	Inventário das Instituições de Assistência Infantil (1850-1950)	44
Quadro 3	Jornais Maranhenses e conteúdo de publicação	56
Quadro 4	Presidentes da Província do Maranhão que sancionaram políticas para a Instrução e Educação.	96
Quadro 5	Dados sobre a fundação e funcionamento da Casa da Roda dos Expostos em São Luís.	125
Quadro 6	Mapa geral da Casa dos Expostos com declaração dos nomes (bilhetes) e data de exposição (1870)	129
Quadro 7	Dados da fundação e funcionamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão.	137
Quadro 8	Dados da fundação e funcionamento do Asilo de Santa Teresa em São Luís.	150
Quadro 9	Educandas negras no Asilo de Santa Teresa.	155
Quadro 10	Dados da fundação e funcionamento do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.	158
Quadro 11	Dados de fundação e funcionamento do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão	178
Quadro 12	Subvenções concedidas pelo estado do Maranhão na Lei nº 1. 268, de 9 de abril de 1926.	187
Quadro 13	Dados da fundação e do funcionamento do Educandário Santo Antônio	199

LISTA DE SIGLAS

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

BDTD – Banco de Teses e Dissertações

BPBL – Biblioteca Pública Benedito Leite

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CESPI - Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância

CF – Constituição Federal

CIESPI - Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância

FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

FSALDL - Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística

IHGM - Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

IPAI – Instituto de Proteção à Infância

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPAS – Organização Pan Americana de Assistência Social

PEPI – Plano Estadual pela Primeira Infância

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REPI – Rede Estadual pela Primeira Infância

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Agradecimentos

Resumo

Abstract

LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE QUADROS.....	12
LISTA DE SIGLAS.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Nos arquivos, o encontro com a história da infância maranhense.....	18
1.2 Políticas públicas e institucionalização infantil: uma pesquisa à vista.....	21
1.3 Entre as fontes e os caminhos para a investigação.....	29
1.4 A tese e sua estrutura.....	53
2 INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MARANHÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM CAMPO.....	56
3 “VIR A INSTRUIR-VOS SOBRE OS NEGÓCIOS PÚBLICOS”: AS POLÍTICAS E OS POLÍTICOS NO MARANHÃO (1850-1950).....	69
3.1 As políticas públicas no Maranhão: as instituições se erguem.....	76
3.2 A mecânica do poder político: a institucionalização, a disciplina e os discursos da norma.....	106
4 DO ABANDONO AO ENSINO DOS OFÍCIOS: AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA NO MARANHÃO IMPERIAL.....	118
4.1 Infância enjeitada, militarizada, disciplinada: institucionalizar para civilizar.....	123
4.2 Infância recolhida, docilizada, conformada: uma educação moral e profissionalizante para as crianças desvalidas.....	158
5 OS ECOS DA ASSISTÊNCIA CIENTÍFICA À INFÂNCIA NO MARANHÃO REPUBLICANO.....	168
5.1 O Instituto de Assistência à Infância no Maranhão e os discursos filantrópicos para as crianças desvalidas.....	178
5.2 O Educandário Santo Antônio e a prevenção da lepra pela institucionalização das crianças.....	189
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS... OU SOBRE A MAQUINARIA POLÍTICA PARA A INFÂNCIA NO MARANHÃO.....	205
REFERÊNCIAS.....	213
APÊNDICES.....	227
ANEXOS.....	230

1. INTRODUÇÃO

Não chores, meu filho;
 Não chores, que a vida
 É luta renhida;
 Viver é lutar.
 A vida é combate,
 Que os fracos abatem,
 Que os fortes, os bravos,
 Só pode exaltar.

Gonçalves Dias

A partir dos versos do poeta Gonçalves Dias, no combate e na luta de tantos pesquisadores brasileiros contra o desmonte da ciência e em meio a uma Pandemia que se alastrou e interrompeu a vida de milhões de pessoas pelo mundo, é que essa tese foi sendo escrita. Gonçalves Dias exalta a coragem, e a vida dos guerreiros que vivem sua intensidade. É um poema que fala de coragem, de seguir, de fazer tudo o que tiver que ser feito com determinação, garra, afínco. Os corajosos são fortes e destemidos, não se abatem em meio às tempestades. Perseguem os sonhos e lutam diuturnamente pelo alcance deles. A tese é uma construção do amanhã, com novos achados e expectativas para uma escrita responsável e fluída. Assim, os percursos, os desvios, os encontros, as mudanças, as descobertas e as interpretações foram constructos desse trabalho num contexto meio perturbador, mas repleto de esperança. “Acho que umas das melhores coisas que podemos experimentar na vida, (...), é a boniteza em nossas relações mesmo que, de vez em quando, salpicadas de descompassos que simplesmente comprovam a nossa ‘gentetude’.” (FREIRE, 1992, p. 33).

E o tema? A sua escolha? Por que considerar as políticas públicas? Por que investigar a infância maranhense? E em um período distante da nossa atualidade? Essas e tantas outras indagações servem para conduzir o leitor à trajetória de uma mulher, mãe e professora que dentre tantas escolhas feitas durante a vida, optou por ser pesquisadora da história das crianças. Quando ainda menina, brincava e corria pelas ruas do Vinhais, histórico bairro da Ilha de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Brincando, descobriu que amava ouvir histórias, contos e lendas maranhenses. Ludovicense¹, amante dessa terra, com belezas naturais únicas e uma intrigante história de dor e sofrimento sob a férula das instituições políticas, cresceu e escolheu ser professora, formando-se em Pedagogia no ano de 2002.

Como professora, experienciou dezessete (17) anos na Educação Infantil da Escola Pública Municipal, tempo de encantamento e de muitas aprendizagens. No encontro

¹ Para chegar ao gentílico “ludovicense”, relativo a quem nasce na cidade de São Luís, capital do Maranhão, recorreu-se ao nome próprio latino Ludovicus, derivado do germânico Hlodoviko – sendo a origem remota do português Luís. É mais comum chamar o que nasce na capital maranhense de ludovicense, porém, pode-se também chamar são-luisense.

com as crianças, o desejo de se deixar tocar ainda mais por elas, tornando-se uma educadora das sensibilidades e da alegria, afinal era o que se aprendia na escola (a educadora mais aprendia do que ensinava). Mas em meio a tantas construções simbólicas com as crianças, éramos atravessados pelas políticas, pelos sujeitos que institucionalizam e pelas instituições onde atuávamos. Outras indagações surgiam: como eram pensadas as políticas públicas para as crianças ali institucionalizadas? Quem as construiu e com quais grupos políticos? Quais as características das instituições de educação das crianças no Maranhão? Eram questões que permeavam o trabalho enquanto educadora e mobilizaram inquietações no cotidiano profissional.

No encontro com as fontes, a manifestação do deleite pela leitura e a libertação dos silêncios arquivados. A pesquisadora, enquanto agente principal das interpretações a serem feitas sobre o objeto em estudo, apropriava-se de conceitos, técnicas e práticas que, interdependentes, possibilitavam recontar essa história, em perspectivas diferentes. Para tanto, não basta ser um excelente desbravador de arquivos. A complexidade dos contextos descobertos na variedade das fontes que se apresentavam convidava a pesquisadora a organizar um percurso metodológico apropriado, que desvele o que as entrelinhas escondem. Diante das fontes, no exercício da interpretação, a pesquisadora enfrenta a problemática das diferenças documentais, pois,

(...) não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar, fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. (FOUCAULT, 2012, p. 22)

O que leva uma pesquisadora a vasculhar o passado? A agonia com o presente, com a ausência do Estado em garantir políticas públicas para a população vulnerável socialmente, com a presença massiva de crianças vivendo nas ruas, com a desigualdade crescente e pessoas perdendo direitos para a própria sobrevivência, com instituições sendo erguidas para o desvio de verbas e com o enfraquecimento dos espaços de deliberação das políticas públicas referentes à infância. Movimentos que acompanhavam as pautas dos conselhos de direitos, fiscalizando investimentos, garantindo a implementação das diretrizes estabelecidas e assegurando as orientações ético-políticas comprometidas com a promoção e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes. É como alertava Agamben (2004, p. 14) “o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea”.

Estar no Maranhão é uma dádiva... mas conviver em uma realidade onde meninos e meninas não possuem seus direitos básicos garantidos como educação, moradia, alimentação, saúde e proteção nos move aos estudos. É indignar-se com a invisibilidade dada ao corpo infantil e lutar para que as crianças estejam nas pautas governamentais, prioritariamente. Movimento que inicialmente nasce no interior das práticas pedagógicas e expande depois para os encontros com o arquivo e com um corpus documental silenciado nas estantes. Era preciso re (visitar) o percurso histórico da política pública maranhense e como foi desencadeado a construção de um projeto de ordenamento social das crianças desvalidas², compreendidas como meninos e meninas pobres, delinquentes, órfãos e ilegítimos.

A aventura de navegar no mar incerto da pesquisa para juntar os capítulos dessas histórias e dessas políticas impulsionou a busca por um objeto, que para além de um olhar estritamente acadêmico, contribui com outros estudiosos da área de educação para o fortalecimento da área de Ciências Humanas, enquanto área perseguida e desconsiderada nesse tempo presente. Seria a promoção de novas investigações sobre a infância, em especial, a que sofre cotidianamente com a desigualdade e a exclusão social, submissas aos ditames sociais que sempre a condicionam a regras adestradoras de seus comportamentos.

O objetivo, portanto, foi historicizar as políticas para a infância maranhense, de 1850 a 1950, destacando a “cultura da institucionalização” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 20)³ instalada por meio dos discursos e práticas em torno da caridade e da filantropia implementadas desde o Império até meados da República. Através de instituições nucleares como a Casa dos Expostos (1829-1940) e o Instituto de Assistência à Infância do Maranhão (1911-1939), estabeleceram-se articulações com outras instituições como uma rede de iniciativas para a educação das crianças desvalidas. A tese é de que essas instituições se configuram como núcleos inaugurais da constituição de outras instituições, a partir de uma lógica de “proteção” que percorre tanto o Império quanto os inícios da República, constituindo-se em suporte para o desenvolvimento de políticas públicas para as crianças desvalidas no Maranhão.

O desafio de encontrar as fontes e de pesquisar em um contexto pandêmico desenvolveu possibilidades de interpretações consideradas pela pesquisadora como satisfatórias, porém com limitações. Mas retomando o que foi sublinhado como desejo de

² Esse termo aparece nas legislações maranhenses, como relatórios de presidência e falas de políticos em assembleias legislativas, se reportando à criança que pertencia à população pobre, marginalizada, considerada sem moral e perigosas.

³ Segundo os autores, o recolhimento de crianças consolidou uma cultura institucional que sequestrou a infância desvalida da convivência social e segregou sua existência nos lugares ditos de guarda e assistência, através do controle de seu tempo.

escrita de uma tese significativa, a leitura analítica de cada um dos documentos encontrados proporcionou deslocamentos importantes. A compreensão de que uma política pública, por exemplo, foi determinante para a discriminação das crianças por raça, gênero, etnia, classe social e na conformação dos seus corpos sob condições impostas pelos governos, afinados às demandas econômicas, articulados ao racismo e ao sexismo.

Portanto, o que moveu a pesquisa foi um olhar sensível sobre o Outro, que por séculos, foi sendo considerado como aquele que foge aos padrões de uma sociedade ocidental. Algo simples de considerar, mas profundo ao se constatar que o Outro sofreu, intermitentemente, uma invasão de valores, uma negação de sua própria existência, até mesmo, no campo da educação, a invenção de uma pedagogia para a infância desvalida.

1.1 Nos arquivos, o encontro com a história da infância maranhense

O forte, o cobarde
Seus feitos invejam
De o ver na peleja
Garboso e feroz;
E os tímidos velhos
Nos graves concelhos,
Curvadas as frentes,
Escutão-lhe a voz

A escolha do objeto mobilizou as buscas pelos documentos e pelas informações bibliográficas acerca das políticas públicas para a infância no Maranhão. Conhecer o lugar que guarda a memória da história do Maranhão, o *Arquivo Público do Estado do Maranhão* (APEM)⁴, foi motivador, um encontro marcado pela emoção de tocar na alma e nas lembranças de um povo. Um espaço repleto de estantes, organizadas por períodos e temáticas, com milhares de documentos do Estado, além de obras raras e manuscritos dos séculos XVIII. O APEM é um dos arquivos de melhor conservação do país, junto a *Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)*, ambos localizados no Centro Histórico de São Luís. A BPBL é a maior biblioteca pública do Maranhão e a 11ª maior do Brasil, com um acervo de cerca de 140 mil obras nacionais e estrangeiras. Como instituição, é também uma das mais antigas do país, tendo mudado de sede diversas vezes da sua fundação até os dias atuais. Antes da Pandemia, a pesquisadora teve acesso aos arquivos presencialmente pelo período de 3 meses. Depois, a pesquisa limitou-se aos acervos digitais disponibilizados nos websites.

No encontro com os documentos, na busca de novas informações, era preciso elaborar

⁴ O APEM (...) possui um sistema web com acervo digital, integrado na Rede de Acervos do Fundo de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

as etapas de alcance das fontes, pois “o arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado” (FARGE, 2009, p.14). Tem-se o acesso aos documentos produzidos sobre o objeto que se investiga pelas estratégias de catalogação e classificação, que agilizam o trabalho de elucidação. Os arquivos escondem as faces de muitas histórias e dependem da sensibilidade epistemológica e metodológica dos pesquisadores para dar voz aos sujeitos esquecidos. “Revelam o que jamais teria sido exposto não fosse a ocorrência de um fato social perturbador” (FARGE, 2009, p.14).

Esses lugares-guardiões ressuscitavam os enunciados, ditos e não ditos, manuscritos, sonoros, iconográficos, que marcaram um tempo (FOUCAULT, 2012). Exigem a elaboração de estratégias de apropriação das concepções e das relações de força presentes nas continuidades e descontinuidades dos grupos sociais existentes no entorno dessas histórias. Assim, ao tomarmos os documentos que relatavam sobre as políticas públicas para a infância no Maranhão, notamos que eles traziam as marcas, as intenções e as visões de mundo das pessoas que os conceberam, eram informações e dados arquivísticos que indicavam que “o documento não é inócuo” (LE GOFF, 2003, p. 548). Cada caixa escondia, entre os maços de papel, a história silenciada das crianças, pois o documento “é inicialmente o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver” (LE GOFF, 2003, p. 548).

Em relação às instituições que se apresentavam em meio às fontes documentais, percebia-se o diálogo dos governos com grupos políticos e a igreja que atuou, no século XIX, politicamente com iniciativas e discursos sobre a assistência às crianças desvalidas na cidade de São Luís. Instituições como as *Casas das Rodas de Expostos*⁵, que por um tempo foram anexas às igrejas e faziam o recolhimento de bebês abandonados através de um artefato de madeira colocado nos muros, para serem depositados.

As fontes, múltiplas e heterogêneas, também revelavam a política educacional adotada para o ensino das primeiras letras e de uma profissão às crianças recolhidas nessas instituições. Nas pesquisas realizadas por Castro (2007, p. 43), a criação de instituições como a *Casa de Educandos Artífices*⁶ foram iniciativas para a viabilização de políticas públicas para as crianças “como uma forma de criar um corpo de reserva para o exército, o que levou inicialmente a uma hesitação de pais e tutores em entregarem seus filhos e protegidos aos

⁵ Havia também outras instituições de recolhimento, como as da Igreja de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, no largo dos Amores (atual Praça Gonçalves Dias), destinada ao amparo das meninas desamparadas, e serão aprofundadas nesta tese. Lá recebiam instrução primária e proteção de suas honras.

⁶ Foi umas das instituições de formação profissional para os meninos advindos da Casa dos Expostos.

cuidados dos governos”. No encontro com os arquivos, as sensações de surpresa e espanto se misturavam com a alegria das descobertas e a delimitação de um tema desejado.

A ideia de arquivo como “aquele que é e faz” levantada por Foucault (2014, p. 52), estabelece esse espaço de guarda da memória coletiva como “uma espécie de grande prática dos discursos, prática que tem suas regras, suas condições, seu funcionamento”. A proposta foucaultiana no encontro da pesquisadora com os arquivos é o levante de uma história dos discursos, pois há séculos, são lugares que guardam os acontecimentos em sua forma bruta. Os olhares que o arquivo possa estar submetido, com as interpretações investigativas dadas ao objeto, de certa forma, rompem a hegemonia que ele possui como espaço guardador das verdades.

Tomar os discursos como monumentos⁷ é uma postura escolhida epistemologicamente, para uma arqueologia do não-dito, do ignorado e do tornado sagrado, para que os documentos fossem desmontados e desconstruídos. Foram possibilidades de novas construções sobre o período e o contexto pesquisado, que consideraram as políticas como coisas acabadas (FOUCAULT, 2012). O saber-poder⁸ que emergia em meio às falas e relatórios registrados e guardados nos arquivos estabelecia-se nas relações de poder entre os indivíduos, grupos, Estado, instituições.

Nos procedimentos de uma pesquisa documental, categorizar a análise é um dos caminhos necessários para a interpretação dos discursos presentes nas fontes, resultado do arquivamento empírico⁹ realizado pelo investigador. Sobre políticas e a infância institucionalizada no Maranhão, entrecruzar as fontes oficiais e institucionais com obras de autores locais e os jornais da segunda metade do Império e início da República forneceram pistas valiosas para as relações entre governo, sociedade e instituições públicas e privadas. Nesse jogo de forças e de poder, a população pobre, negra, indígena, imigrante e mestiça era banida ou reclusa em lugares construídos sob as perspectivas higienistas, eugenistas e de exclusão dos sujeitos.

Em se tratando de legislação, é a criança-menor que protagoniza esta história - aquela que necessita de assistência e sobre a qual a sociedade precisa definir o campo das responsabilidades e das ações - caridade, filantropia, regulamentação de cunho social ou penal, assistência pública ou privada. Sobre quem recai a responsabilidade e o que deve ser feito? "Salvar a criança é defender a nação" - foi

⁷ Tratar os discursos dos documentos como monumentos é considerar, numa perspectiva foucaultiana, a sua importância epistemológica no sentido da arqueologia do acontecimento, ou seja, é demarcar as políticas e os políticos que arquitetavam a atuação do Estado através das instituições e identificar as origens e a evolução das práticas políticas para a infância.

⁸ O saber-poder, termo foucaultiano, expressa a preocupação com as minúcias das práticas e das relações de saber, que sempre se apresentam como relações de poder.

⁹ Proposta metodológica de autores brasileiros como Aquino; Do Val (2018) que consideram as fontes como ponto de partida na escrita de teses e dissertações em perspectiva foucaultiana.

este o lema que moveu ilustres brasileiros na passagem do século XIX para o XX, a considerarem a infância como uma "magna causa". (RIZZINI, 2011, p. 98)

Diante do arquivo, e das vozes esquecidas das crianças, o desafio de interpretar os achados em meio a uma indignação: as políticas de Estado controlavam as populações a partir da natalidade, implantando ações dirigidas aos bebês de certa camada da população. Estes inocentes, que nasciam em sua maioria em meio a pobreza, eram o alvo da regeneração de uma sociedade corrompida pelos desvios morais. Escrever a história dessa infância simboliza uma tarefa de resistência, enquanto se revela o lado obscuro das práticas políticas, de suas instituições originárias e de uma sociedade conformada com a sujeição. Entre práticas e tecnologias utilizadas para regular os comportamentos infantis, a disciplina e seus dispositivos disciplinares das condutas são apresentados neste trabalho como uma forma de explicitar os micropoderes¹⁰ que investiam sobre os pequenos.

No passado, essa pesquisa encontra algumas chaves para as portas de compreensão do presente. Não o utilizando como história acumulativa, mas como possibilidades de uma arqueologia das práticas que seguem determinadas regras sociais. As discontinuidades percebidas em políticas que se consolidavam em instituições, conduziam às especificidades dos contextos e dos sujeitos que sofriam as interferências formativas, no sentido de um amoldamento das condutas. Nesse passado, o encontro com as crianças e suas violentadas histórias na construção de uma política para a infância, onde as elites apostaram na relação civilização-progresso intervindo na sociedade e difundindo formas específicas de tratamento da infância.

1.2 Políticas públicas e institucionalização infantil: uma pesquisa à vista

E, pois, que és meu filho.
 Meus brios revestem:
 Tamoyo nasceste,
 Valente serás.
 Sê duro guerreiro,
 Robusto, fragueiro,
 Brasão dos tamoyos
 Na guerra e na paz.

Na delimitação do tema escolhido para a tessitura dessa tese, destaca-se o olhar sobre as políticas públicas voltadas à infância – em especial a infância desvalida — como um mecanismo de controle e governo das pessoas, das cidades e das coisas, compreendendo que

¹⁰ Do padre ao professor, do policial ao médico, os múltiplos micropoderes investiam sobre a infância desvalida, vista como ameaça à sociedade que disciplinava.

os regulamentos, as legislações, as normas, as instituições e os programas de educação funcionam como dispositivos de poder nas relações adulto-criança tendo o Estado como regulador. A importância dessa pesquisa está também no estudo da institucionalização da infância no Maranhão assumida por grupos políticos com o respaldo religioso, científico e estatal, que possibilitou à pesquisadora desvendar, nos registros documentais, a concepção de infância presente nos discursos e nas práticas de organização de espaços educativos. Também, analisar a sociedade maranhense em um percurso histórico e perceber os contextos de deliberação e homologação das leis que autorizavam as instituições a exercerem seus papéis no processo civilizador¹¹ acenando para quais sujeitos pretendiam formar.

Como política pública, entende-se como o Estado em movimento (HOFLING, 2001). O Estado, porventura, é constituído por instituições permanentes, como o exército e os tribunais e mobilizam o governo. “É o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HOFLING, 2001, p. 31). As políticas públicas sociais, como a educação, por exemplo, estão situadas em um ponto referencial do Estado que tenta manter as relações sociais dentro de um projeto e uma teoria social, atingindo a sociedade em geral. Assim, o Estado capitalista é o que melhor exemplifica os projetos e programas dos governos brasileiros, desde o século XIX.

A política pública precisa cumprir finalidades como objetivos, princípios, diretrizes, indicadores e metas. Com um olhar na longa duração, objetivo dessa pesquisa, percebe-se uma história do Brasil marcada por ações desiguais junto a população, com foco nos pobres, marginalizando-os. “Nesse sentido, a política social no Brasil tem assumido uma perspectiva marginal e assistencialista, desvinculada das questões macroeconômicas, servindo mais para regulação ou administração da pobreza num dado patamar” (SILVA, 2002, p. 05).

A institucionalização, por conseguinte, é uma das posturas assumidas pelo Estado para o funcionamento dos seus mecanismos de governo, concretizada em ações que atingem diretamente a população. Numa perspectiva foucaultiana, assumida nessa investigação, a prática de internação em instituições, a institucionalização, é iniciada com a formação da sociedade disciplinar a partir dos séculos XVIII e XIX e com uma eminente regulamentação dos corpos através dos dispositivos disciplinares, visando controlar e vigiar os indivíduos (FOUCAULT, 2006). A partir dos estudos da institucionalização da medicina e da segurança,

¹¹ Aqui, pode-se trazer as contribuições dos estudos sociológicos de Norbert Elias, que compreende esse processo de forma ampla e com arcabouço teórico-metodológico que não dialoga com a pesquisa em questão. Porém, considerar que numa longa duração, as mudanças sociais direcionam a um processo de civilização constante, desencadeando comportamentos de autocontrole e de vigilância dos hábitos considerados normais, dialogam de certa forma com o objeto proposto.

Foucault identificava a presença atuante da vigilância como princípio de centralização e visibilidade dos indivíduos-corpos confinados nas mais diversas instituições incluindo as educativas, desde meados do século XVIII.

As tecnologias do poder disciplinar se efetivam no âmbito das populações, que precisam estar sob a dominação dos discursos de verdade e da arquitetura panóptica, apresentadas nas instituições: “O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (...), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono (...)” (FOUCAULT, 1999, p. 30). As populações deveriam ser encaradas nesses discursos, não somente como conglomerados de sujeitos, mas como constituintes de fenômenos específicos tais como: natalidade, morbidade, fecundidade, alimentação, segurança e saúde. Era preciso uma política para as populações, em especial, as desvalidas, pelo pastoreio, pela biopolítica¹².

Assim, considerar as políticas públicas para a infância com o olhar voltado à criação de tecnologias de assujeitamento das crianças em instituições educativas é uma proposta desmistificadora das ações do Estado, apresentadas sempre como promotoras da mudança social. Na sutileza de um adestramento, a sociedade que visa disciplinar seus indivíduos se apoia em discursos, conjunto de enunciados que normalizam as práticas institucionalizadas. Para Foucault (2006a), os sujeitos ao serem educados ou internados em instituições com perfil disciplinador ficam estigmatizados, marcados pela coesão corretiva e com efeitos subjetivos: “o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (FOUCAULT, 2006, p. 262).

Portanto, os problemas de pesquisa surgiram para a compreensão desse tema, no caso, as políticas públicas para a infância desvalida maranhense numa perspectiva histórica e de longa duração, em um levantamento de instituições germinais ditas assistenciais, mas que enredam conexões educativas e disciplinares das crianças que as localizam numa escala social para serem úteis a si e à sociedade. As questões norteadoras da investigação que motivaram a tese foram: quais traços caracterizaram as políticas e o governo da infância desvalida, durante os períodos imperial e republicano (1850 a 1950) no Maranhão? Que tipo de modernidade era almejada pelas instituições e o que decorreu dessa maquinaria política, tendo em vista as

¹² O poder pastoral, como uma arte de governar possibilitou o surgimento da biopolítica, uma nova tecnologia de poder, servindo não apenas de modelo, no que tange à apropriação de suas técnicas de governo sobre os homens, mas também à destituição do homem político para a emergência de um homem servil, obediente e dócil. Para Foucault, os mecanismos utilizados na atualidade para o controle do homem enquanto espécie se desenvolveram no seio do poder pastoral.

práticas estabelecidas?

Outras questões mobilizadas no âmbito da pesquisa documental, seguem a lógica de compreensão do tema e dos objetivos propostos por essa investigação.

✓ Qual o contexto brasileiro e maranhense na segunda metade do Império durante implantação das políticas sobre assistência, proteção e educação da infância? Quais os projetos políticos planejados e/ou apoiados pelos governos, para a assistência das crianças pobres, negras, abandonadas e livres?

✓ Quais as características das instituições envolvidas no processo de implantação dessas políticas? Como a sociedade maranhense participava do funcionamento dessas instituições? Qual a participação da Igreja Católica e como intervinha nas políticas de assistência às crianças?

✓ Quais discursos sustentavam as concepções sobre a regeneração da infância pobre maranhense? E quais os grupos políticos que participavam e mantinham as instituições de caráter caritativo e filantrópico no Maranhão Imperial e Republicano?

✓ Quais especialistas influenciaram o processo de construção das políticas para a infância no Maranhão? Como a ciência interveio nas concepções sobre infância, a partir dos paradigmas higienistas e eugenistas?

✓ Quais políticas educacionais foram construídas para a infância desvalida no Maranhão e como se transforma na passagem do Império para a República?

O objetivo geral da pesquisa é compreender a presença e o papel das instituições de atendimento à infância desvalida no Maranhão, que influenciaram políticas públicas no período de 1850-1950. Com isso, visa explicitar a categoria de modernidade almejada pelas instituições (governos, políticos, igreja, abrigos), no período, e o que decorreu dessa maquinaria política de governo da infância, tendo em vista as práticas que se estabeleceram no Maranhão.

Como objetivos específicos destacam-se: abordar conceitos de política pública, institucionalização e assistência à infância na história da infância brasileira no período de 1850 a 1950; reconhecer o contexto político e econômico do Maranhão, destacando algumas iniciativas de políticas chamadas assistenciais e/ou filantrópicas para as crianças nos anos entre 1850 a 1950; investigar instituições de cunho caritativo do Século XIX como a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, identificando sua origem e expansão no projeto de assistência social no Brasil e no Maranhão e o sistema de Roda dos Expostos; investigar instituições de cunho caritativo e filantrópico como os institutos de assistência, casas de educação, recolhimentos, preventórios e asilos, de modo a caracterizar as políticas públicas

que sujeitavam a infância desvalida maranhense, nos Séculos XIX e XX; identificar relações entre as instituições pesquisadas e outras iniciativas que se configuram como continuidade especializada de proteção tendo em vista os gêneros e suas destinações consoante a sociedade da época; analisar a arquitetura institucional e os arranjos políticos que buscavam o controle social pelo cuidado com a higiene e a educação das crianças desvalidas.

Para a compreensão desse tema, mobilizaremos um olhar atento aos contextos sócio-históricos brasileiros, a partir do século XIX, que revelavam as representações de um movimento, iniciado na Europa e criador de modelos de instrução que moldaram as primeiras instituições de assistência infantil: a Catequese¹³. Nesse movimento, a construção de fundamentos consolidados no fanatismo religioso (católico e protestante) “como chave para a modernidade”, passaram a determinar a organização dos sistemas educacionais, que estabelecem como práticas educativas prioritárias, a conservação dos valores tradicionais (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992).

De acordo com Gruzinski (2001, p. 179-180), a historiografia se configurou por muito tempo sob esses modelos eurocêntricos, onde a Igreja era a detentora de um saber cultural, de “uma economia-mundo” e que a colocou em uma posição privilegiada nos estudos sobre as crianças. “A Monarquia Católica é um objeto de investigação apaixonante. Recobre um espaço que reúne vários continentes; aproxima ou conecta várias formas de governo, de exploração e de organização social”.

Portanto, as sociedades europeias constituíram um formato de vida social que estabeleciam padrões de condutas, de família, de instituições, de escola e de educação das crianças. Rizzini (2004, p. 24) ressalta que o chamado século das luzes¹⁴, influenciado pelos ideais da Revolução francesa, que nesse período possibilitou a consolidação dos propósitos da ordem e da civilização, pelos quais os governos passaram a organizar seus programas sociais.

Filantropos, higienistas, reformadores sociais e educadores empenham-se em ajudar "desinteressadamente" os operários e, do mesmo modo que anteriormente os eclesiásticos, estes novos moralizadores de massas se arrogarão o direito à verdade, a qual naturalmente as ignorantes classes hão de se submeter. (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, p. 12)

O crescimento e o reordenamento das cidades, assim como a constituição de um Estado nacional, requereram práticas políticas em que se deveria dar assistência a população

¹³ A imposição da cultura católica aos povos e da catequese às nações a partir do Concílio de Trento, moldou a forma de constituição de instituições modelares, como as escolas. Os programas e as metodologias de ensino foram fundamentados a partir da lógica catequética, que preserva a tradição e torna passivo o outro, colonizado.

¹⁴ O Iluminismo foi um movimento de cunho cultural baseado no racionalismo feito pela elite europeia. Esse movimento tentou buscar um rompimento com a mentalidade medieval e acreditava na ideologia do progresso.

pauperizada sem perder de vista os privilégios de formação para os filhos da elite no exterior. É a partir da independência política do país que se torna uma obrigação do poder central cuidar do progresso da nação através da educação. Desde o Brasil Colônia, já se viam criados inúmeros colégios, seminários, asilos e reformatórios com a intenção de formalizar espaços de educação da infância e da juventude, nas modalidades institucionais e tendências educacionais vigentes na época. Posteriormente, acompanhando a modernidade, esses espaços teriam caráter específico para atendimento das exigências de uma ordem mundial (RIZZINI, 2004).

Segundo Schriewer (2000, p. 108) a emergência de modelos transnacionais de educação padronizava os sistemas de organização escolar e não-escolar, que inicia na “transmissão de uma ideologia da educação e do desenvolvimento particularmente moderna; segundo, a aceitação global de modelos racionais de escolarização pública, conduzida pelo Estado”. A educação das crianças, portanto, foi sistematizada sobre a égide das Instituições Religiosas e se estruturava nas que possuíam características de clausura, pois, para proteger e educar era necessário “o rigor dos castigos, o submetimento às ordens, o distanciamento da autoridade” (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, p. 07). Nas Províncias brasileiras, surgiram casas de recolhimento para crianças abandonadas, que até então, eram deixadas nas ruas, calçadas e nas portas das casas de famílias. Em sua maioria, essas casas eram anexas a alguma instituição assistencial, com foco na caridade. No Brasil, a Irmandade da Misericórdia foi a principal instituição religiosa que se envolveu com esse trabalho de viés caritativo na assistência a população pobre. No caso dos pequenos expostos, foi a responsável na organização das Casas que abrigavam os bebês e crianças desvalidas (MARCILIO, 1998).

Além do sistema de recolhimento, as crianças eram reconduzidas a mulheres (geralmente escravas) responsáveis pela amamentação dos bebês, até atingirem idade escolar. As meninas órfãs eram protegidas por instituições de recolhimento feminino, mantidos pelas ordens religiosas locais. Possuíam duas características: o asilo de meninas filhas de casamentos legítimos e meninas, órfãs indigentes. Nesse caso, as instituições eram diferenciadas. As que recolhiam as órfãs de casamentos legítimos viviam em espaços distantes das órfãs indigentes (RIZZINI, 2004).

Esses asilos substituíam a ausência de um pai, responsável pelo seu futuro social. Por isso, as preparavam para assumir as funções maternas. Os meninos abandonados (sexo masculino) eram preparados para o trabalho, desde pequenos, em lugares como as Casas de Educandos Artífices, que no Brasil, eram instituições de instrução primária, musical e religiosa, além do ensino de um ofício aos meninos de sete aos quinze anos (RIZZINI, 2004).

O ensino clássico, tanto no Antigo Regime quanto no século XIX, comportava

também toda uma educação moral contínua, através dos modelos propostos às crianças como exemplo na escolha das versões, dos temas ou dos assuntos a serem desenvolvidos (JULIA, 2001, p. 33).

Essas Casas, como outras instituições brasileiras, como as Companhias de Aprendizes Marinheiros e as Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra, miravam os meninos e meninas para trabalharem no Exército e na Marinha. A experiência da instrução técnica divergia da experiência nos asilos femininos, onde as meninas não podiam conviver socialmente até o casamento encomendado, pela instituição. Os lugares onde esses meninos eram educados estavam sob o controle dos governos provinciais, de modo a manterem o poder e a disciplina sobre os corpos jovens, para tornarem-se homens de bem, futuros agentes sociais que contribuiriam com o desenvolvimento comercial e industrial das províncias.

As doenças, as batalhas e os conflitos sociais e políticos, foram situações que possibilitaram a administração pública repensar o espaço urbano e geográfico e se envolver com a assistência populacional. A pobreza foi motivo para que políticas públicas fossem organizadas para a população, o que revelou o descaso dos governantes com os mais necessitados. Pensar, portanto, na família, na mulher, na criança e relacionar pobreza ao tempo e aos discursos que impregnam ações assistencialistas de amparo é motivar uma busca pelo real significado da institucionalização na história da educação da infância.

O Oitocentos foi um anúncio da modernidade, montada aos moldes das elites, e que sob o lema do higienismo e da eugenia, impôs instituições práticas e discursos de controle social. Em relação à educação da infância, dos prédios às pessoas, tudo era pensado com cuidado, para que a dita civilização fosse percebida, já na formação das nossas crianças, nascidas, sejam nos lares, nas ruas, nos hospitais, nos subúrbios das cidades. Os estudos sobre as políticas públicas e institucionalização das crianças no Maranhão são importantes para reconstruir uma história da educação da infância ainda pouco esclarecida.

Na história do Maranhão, o zelo pela imagem de uma Província que crescia economicamente no cenário brasileiro, forçava os seus gestores e instituições a garantirem o título. Era preciso moldar a população aos costumes de uma nação que progredia. Adequar hábitos selvagens e imorais à ideia de desenvolvimento, institucionalizando-os e tendo como respaldo, a salvação das suas almas.

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar **tomar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo**, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. (FOUCAULT, 2008b, p. 75, grifo do autor)

As instituições religiosas estavam sempre muito próximas das decisões políticas maranhenses, desde a fundação da sua capital. Assumiram os serviços de saúde e educação e construíram os primeiros espaços e regulamentos para o cuidado, a guarda e o ensino da população. Pela Doutrina da Igreja Católica, construíram um legado de instituições para recolhimento e disciplinarização das crianças e adolescentes maranhenses, como a Casa dos Expostos, segundo documentação pesquisada. É possível compreender, a atuação poderosa, por exemplo, da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão e o exercício frente a regulamentação e manutenção desse espaço, fundamental para a regeneração das crianças.

A defesa da filantropia como coadjuvante na sistematização das políticas educacionais brasileiras, influenciaram as iniciativas da Primeira República, que com discursos científicos e higienistas, implantavam práticas conformadoras dos corpos, considerados pelos médicos e filantropos, como incapazes, doentes e incivilizados. Crianças, mulheres, negros, pobres, estavam sempre nas listas dos alienados, enjeitados e indisciplinados para os aclamados mensageiros do progresso. O Maranhão estimulava a circulação das tendências políticas e institucionais da Capital Federal de modo a garantir a manutenção da ordem e da nacionalização. Medidas presentes nas leis e decretos do início da República, apontavam, por exemplo, a instrução pública como política importante para o processo de modernização do Estado do Maranhão.

A tese que se propõe nesse trabalho é a evidência dessas políticas públicas para a infância, numa periodização que inicia na segunda metade do século XIX até meados da República, que desvelam o funcionamento de instituições educativas como uma rede de conexões, iniciativas e discursos dos governos para a sujeição das crianças desvalidas. Esse percurso tem revelado como a educação das crianças no Brasil, desde o império, utiliza uma tecnologia disciplinar que as enquadra em definições de comportamentos considerados ideais para a civilização da população desvalida.

A história das crianças, especialmente, merece atenção historiográfica por fornecer dados sobre as infâncias e as formas como foram concebidas pelas sociedades, pois “a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado” (RIZZINI, 2011, p. 23). No Maranhão, entre os anos 1850 e 1950, o interesse pela institucionalização das crianças desvalidas intensificou-se com o pós-independência, com as revoltas populares contra a monarquia e com o poderio das oligarquias que, em alianças com a Igreja, desenhavam o modelo desejado de sociedade. Por meio das regulamentações

provinciais, dos decretos estaduais e dos discursos, tentavam estancar a regeneração moral moldando a infância em sistemas que as recolhiam das mãos das famílias e as conformavam no interior das instituições.

As instituições para a infância, criadas a partir das legislações e dos acordos políticos explícitos nas assembleias provinciais e congressos legislativos, expressavam a força desse discurso em arquiteturas e práticas de exclusão. Na pesquisa realizada, percebeu-se que práticas e relações de poder assistiram na atuação dessas instituições através de sua rede educativa, exercida no Maranhão inicialmente pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia para a institucionalização da infância, e era caracterizada pela sujeição das crianças aos mecanismos de disciplinarização. Estas, que em sua fragilidade eram condicionadas aos ditames de uma sociedade que as via como um problema, sofriam no silêncio de suas vidas, histórias que até então não foram ouvidas e nem contadas.

Inseridas nesse contexto, as crianças maranhenses foram silenciadas, disciplinadas. Desde o recolhimento nas Rodas, nas Casas de Abandono, até as escolas, as instituições de instrução primária, as crianças foram sucumbidas à dor da vara, na obediência às ordens e aos controles de seus desejos. Pela educação, foram levadas a negar seus próprios pensamentos e suas escolhas, numa proposta que anula os indivíduos ao seu entorno. Pela educação, foram violadas em suas individualidades e sociabilidades, envolvidas pela tecnologia disciplinar¹⁵.

1.3 Entre as fontes e os caminhos para a investigação

E cai como o tronco ...
Do raio tocado,
Partido, rojado
Por larga extensão;
Assim morre o forte!
No passo da morte
Triunfa, conquista
Mais alto brasão.

As políticas públicas destacadas no recorte temporal escolhido, 1850-1920, possuem corpus documental considerável, em fontes consideradas oficiais, bibliográficas, institucionais e emblemáticas. São fragmentos, indícios e sinais de dados reveladores dos usos dos discursos para consolidação de práticas institucionais, tomadas como medidas governamentais para amparar as crianças maranhenses. Nessa investidura, a mente da pesquisadora funcionava como o que Sherlock Holmes chamaria “depósito entulhado com caixotes de todo tipo –

¹⁵ Dispositivos normalizadores dos corpos das crianças desvalidas, que as tornavam dóceis para a coesa educação. Um exemplo, as longas vigílias de oração que eram submetidas sob o discurso da correção da moralidade.

tantos que só tenho uma vaga percepção do que ali se encontra” (TRUZZI, 1991, p. 71). Os fatos conduziam às escolhas metodológicas, a partir da observação atenta aos dados marginais encontrados em falas, relatórios, ofícios, cartas, bilhetes, notícias e legislações.

Mas os caminhos se fazem ao caminhar, assim diz o poeta. E os documentos são como comprovantes dos acontecimentos e a história como testemunha das permanências e dos deslocamentos que eles sofreram, insistindo em repetir as tramas da exclusão social. Como todo investigador, ir ao encontro das peças de um quebra-cabeça é desbravar os porões contextuais, permitindo a compreensão de um fenômeno que transformava substancialmente a vida das pessoas: a institucionalização. Diante das fontes, no exercício da interpretação, o pesquisador enfrenta a problemática das diferenças documentais, exigindo a utilização de procedimentos para a elucidação dos fatos investigados. Certeau (1982, p.65), ao tratar da operação historiográfica, sublinha a particularidade do lugar de fala do pesquisador e do domínio em que a investigação se realiza: “Mas o gesto que liga as ‘ideias’ aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender, para ele, é analisar em produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência”.

Para início, o procedimento de pesquisa utilizado foi a revisão bibliográfica das publicações realizadas sobre o tema no Brasil e no Maranhão. No trabalho de revisão da bibliografia fundamental, o pesquisador particulariza o objeto, “e considera como essencial ao problema a necessidade de uma discussão proporcionada a uma pluralidade de conhecimentos científicos, de funções sociais e de convicções fundamentais” (CERTEAU, 1982, p.31). Nesse levantamento, pesquisas do campo da educação, história, serviço social, antropologia e estudos sobre instituições e políticas públicas para a infância forneceram subsídios teóricos para a delimitação do tema e dos problemas de pesquisa. Foram coletadas informações em 15 teses, 10 dissertações e artigos da literatura brasileira e estrangeira sobre as políticas públicas para a infância seguindo termos de busca nos sites dos Acervos das Bibliotecas Universitárias, Google Scholar, Scielo periódicos, Base de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses CAPES etc.

Utilizando os termos de busca “políticas públicas para a infância no(a) Império/República”, “institucionalização das crianças no(a) Império/República”, “políticas do Maranhão Imperial/Republicano”, “história das crianças no Maranhão”, foram encontrados cerca de 25 trabalhos que se aproximaram das intenções dessa pesquisa.

Nas análises sobre as Políticas Públicas no Brasil Império e início da República, buscaram-se estudos de autores como Fausto (2006), Holanda (1995), Freyre (2003) e

Carvalho (2008, 2012), que apresentaram discussões sobre as estruturas políticas durante os regimes monárquico e republicano, em que o poder local era determinante nas decisões. Inclui-se nesse debate as políticas educacionais como mecanismos de controle social e que nunca foi de interesse das elites dominantes oferecer uma política assistencial para o povo. No Maranhão, os estudos dos historiadores REIS (2007), Martins (2006) e Galves (2009) revelaram a constituição da oligarquia maranhense e as resistências do campesinato frente às imposições da aristocracia sobre a população.

Os estudos sobre as Instituições de Assistência Caritativa e Filantrópica de Sá (2017), Sá e Lopes (2008), Coe (2013) e Franco (2011) apontaram para a organização de instituições para as crianças por meio das confrarias e irmandades que se diferenciava das práticas caritativas mantidas pelas ordens religiosas, “porque são associações de leigos (...) que se reúnem sob a égide da igreja, sem que os seus membros alguma vez adquiram o estatuto de eclesiástico pelo facto de a integrarem”. (SÁ, 2017, p. 462) Os privilégios garantidos às Irmandades como as Misericórdias europeias (italianas e portuguesas), sob a normalização do Concílio de Trento, as concederam tutela régia para a administração de imóveis públicos e prestação de serviços sociais. Esses estudos são importantes por considerarem as instituições de caridade como majoritárias na organização das políticas para as crianças, junto ao Estado.

Os estudos realizados por Rizzini (2004), Rizzini e Pilotti (2011), Marcilio (1998), Kuhlmann Jr. (2010), Venâncio (1999) e Priore (2013) apontaram a institucionalização como uma proposta governamental de subordinação das crianças pobres no âmbito dos discursos sobre assistência e proteção a partir do século XIX. Foram investigados espaços e propostas de educação e cuidado da infância, voltados inclusive para as crianças em situações de abandono. Instituições como a Casa dos Expostos, o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, o Asilo de Santa Tereza, a Casa dos Educandos Artificies, o Instituto de Assistência à Infância e o Educandário Santo Antônio no Maranhão materializavam essas práticas implicadas de poder promotoras da fusão entre os interesses da elite local e o governo provincial-republicano maranhense, aproximando o controle da pobreza à manutenção da ordem.

Meireles (1960, 1994), Viveiros (1953, 1954), Lacroix (2020), Lima (1951) e Marques (1970), escritores maranhenses que discutiram sobre a reorganização da província durante o Império, assinalaram que para além do propósito de serem instituições para o cuidado da saúde, essas instituições se firmavam como política pública e objeto de disputa do poder, com protagonismos na educação do povo. Governo, grupos políticos e igreja relacionavam-se conflituosamente na garantia do domínio das atividades sociais.

A reflexão sobre o processo de formação do sistema de dominação política no Maranhão requer a distinção preliminar entre dois períodos. O primeiro compreende o início da década de 1820 até o final da década de 1840 e apresenta um extremo fracionamento das facções políticas, expresso nas lutas entre famílias importantes de proprietários rurais das regiões do Itapecuru e da Baixada, economicamente as mais significativas. (...) No segundo período, a partir das décadas de 1850 e 1860, iniciou-se uma situação mais clara de definição dos atores políticos e de formação de um padrão de carreira política (REIS, 2007, p. 49).

Na escrita sobre a institucionalização e o poder exercido sobre os sujeitos, tem-se em Michel Foucault questões relevantes para pensar sobre a estatização do biológico, o disciplinamento e amoldamento das condutas do ser-espécie, e como as crianças foram corpos fáceis para o processo de adequação dos sujeitos à modernidade anunciada nas instituições. As obras de Foucault (1999, 2006, 2009, 2015) dialogaram intimamente com a proposta de interpretação dos discursos presentes nas falas e relatórios dos representantes da política maranhense, mensageiros de uma civilização necessária que soprava do sul brasileiro. As análises de Goffman (1974, 2008) são importantes para as discussões sobre as instituições, suas características de internamento e a deterioração das identidades quando os indivíduos são estigmatizados pelas políticas públicas institucionalizadas. A Atenas Brasileira¹⁶, nome dado à capital São Luís devido à formação de inúmeros letrados durante o século XIX, fora também testemunha da pobreza, das doenças e do abandono da população pelos governos. O que implicava o uso autoritário de estratégias de poder para controle dos desvalidos, práticas aletúrgicas¹⁷ para implementação de políticas e às tecnologias de disciplinamento dos súditos e de seus comportamentos (FOUCAULT, 2009).

O segundo procedimento foi a análise documental realizada com variedade de fontes documentais, encadeadas em três grupos: os documentos oficiais, institucionais e emblemáticos, aqui situados os jornais, arquivos eclesiásticos e obras bibliográficas. A descrição de cada grupo de fontes se faz necessária, respeitando o que foi possível encontrar em acervo físico e digital, mediante necessidade de isolamento social e fechamento das instituições públicas como museus e arquivos devido aos decretos estaduais que regulamentavam as ações contra o Novo Coronavírus no Maranhão. A Pandemia de Covid-19 iniciara juntamente ao tempo de visitas da pesquisadora ao APEM e a BPBL, ou seja, foram

¹⁶ A formação de duas gerações de intelectuais maranhenses que estudaram na Europa e retornavam à Terra Natal para ocuparem em sua maioria cargos políticos, favoreceu o reconhecimento das outras capitais brasileiras desse tempo áureo na Província.

¹⁷ São procedimentos de manifestação da verdade, rituais cotidianos formadores e formados que, por meio da disciplina, revelam a verdade no indivíduo, de modo a delinear uma história dos regimes de veridicção e subjetivação.

somente 3 meses de contato com as fontes físicas. O que foi conseguido, reuniu informações importantes sobre as políticas e instituições apresentadas nessa tese, porém, sabemos que o distanciamento imposto pela Pandemia prejudicou as pesquisas que deveriam ser feitas entre 2020-2021, limitando a quantidade de fontes, mas não prejudicando as análises pela qualidade que elas apresentaram.

A escolha dessas fontes deu-se por compreendê-las como base da política maranhense, onde se encontram reunidas as principais decisões políticas em meio aos discursos dos administradores, ou seja, dos que estavam sob a confiança da corte, no caso do império, e os que foram escolhidos por voto direto, subordinado às oligarquias, no caso da primeira república. “A constituição destas falas que cruzam a Fala do Presidente constroem o movimento de diferenciação da gestão pública através de suas instituições, da trama de ordenações legais que se tenta instaurar” (GIGLIO, 2001, p. 21). Analisar o interior dessas assembleias e congressos e compreender como as políticas públicas são arquitetadas institucionalmente, na designação de espaços, tempos e sujeitos.

Os Documentos Oficiais levantados que sinalizaram para o contexto maranhense e suas políticas e políticos foram as mensagens, as falas, as leis, os decretos e os relatórios dos presidentes da província e dos governadores do estado no período 1850-1950. Em torno de 211 documentos que forneceram informações sobre o pensamento político que pairava no Maranhão e determinavam os caminhos da institucionalização pública e respectivamente, da infância. Nas entrelinhas daqueles discursos que anunciavam as iniciativas governamentais para amparar as crianças desvalidas, os fragmentos de uma história para poucos, que no século XIX teve o controle dos corpos, “com o poder de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287). As falas e relatórios, como monumentos, exaltam essa legitimidade do poder local, que moralizava o espaço público pela força da lei, do dito, do documento oficial. Era a marca de um império brasileiro que manteria o discurso da unificação política em todo o território através das falas de uma elite política peculiar, “que possuía características básicas de unidade ideológica e de treinamento que não estavam presentes em outros países” (FAUSTO, 2006, p.184).

Esses documentos, até o ano de 1930, foram pesquisados no site de Documentos do Governo Brasileiro – *CRL Digital Delivery System*¹⁸, que disponibiliza recursos digitais selecionados para as pesquisas acadêmicas. A partir dos anos 1930, os relatórios dos governadores foram pesquisados no arquivo digital da APEM e da BPBL. No repositório de

¹⁸ Esse repositório é de acesso público para pesquisadores e curiosos, e se encontra no endereço: <http://ddsnext.crl.edu/brazil>.

Relatórios das Províncias Brasileiras, encontramos os referentes ao Maranhão, o que garantiu à pesquisa em questão, o acesso a todos os relatórios e falas dos representantes da política imperial maranhense disponíveis no arquivo. Leis e Decretos foram pesquisados no acervo digital do APEM e da BPBL, com limitações no período demarcado, pois algumas leis não foram digitalizadas. Em todos os documentos foi preciso localizar termos e expressões nos discursos políticos e indicavam as estratégias e ações para a construção de uma maquinaria política para a população desvalida e conseqüentemente, para as crianças em situação de abandono, pobreza e marginalização. Termos como “desvalidos”, “deserdados”, “delinquentes”, “vagabundos”, foram registradas nesses documentos e manifestavam o pensamento de um grupo, o que governava o Maranhão, e que demarcava em seu discurso uma concepção sobre infância¹⁹. “Eis porque acabaram criando, a fim de transformá-la, instituições de confinamento, onde, em vez de encontrar mecanismos de integração, a criança ‘não ideal’ achou os estigmas definitivos de sua exclusão” (PRIORE, 2013, p. 09).

Quadro 1 - Total de relatórios, falas, ofícios e mensagens do Governo do Maranhão, disponíveis no Acervo Digital de Documentos do Governo Brasileiro (1850-1930).

	FALAS			
	RELATÓRIOS	(relatórios recitados)	OFÍCIOS	MENSAGENS
QUANTIDADE	150	15	4	42
PERÍODO	1850-1950	1850-1888	1861-1866	1876-1930
CONTEÚDO DO MATERIAL, EM SUA MAIORIA	Descrição da situação dos Negócios Públicos, na Província e no Governo Estadual.	Falas de Presidentes da Província, na instalação de Assembleias legislativas provinciais.	Informes e pedidos de algumas medidas emergenciais e administrativas.	Mensagens dos Representantes políticos às assembleias provinciais e congressos estaduais.

Fonte: A autora (2021)

Esses documentos foram categorizados pelos anos e títulos, numa ordem que inicia pelos relatórios e falas, por possuírem as mesmas características e estarem concentrados no

¹⁹ Concepção apresentada nessa introdução, e que remete à disciplina e correção permanente das crianças desvalidas.

império. No caso da Província do Maranhão, desde 1850 a 1889, todos os presidentes e vice-presidentes produziram esses registros durante o tempo que ficaram no governo, seja anual ou semestral, conforme saídas e entradas da presidência (ver APÊNDICE A). Os ofícios e as mensagens são documentos do início da República e possuem as mesmas funções dos relatórios. Todavia, percebe-se a importância dada pelos políticos do período à mudança de nomenclaturas nas mensagens para enfatizar a transição do regime e a transmissão de uma imagem moderna de política pela forma de organização dos documentos, que se apresentavam com maior detalhamento orçamentário, com muitos anexos e tabelas de despesas.

Os Relatórios, Falas, Ofícios e Mensagens apresentam características de organização importantes para a catalogação dos discursos indicadores sobre o objeto pesquisado. Características gerais, como a apresentação do documento, capa e texto introdutório são relevantes para a compreensão da comunicação oficial entre os políticos, tanto no império como na república, e as expressões mais utilizadas para se referir aos serviços públicos. De acordo com Giglio (2001) o pesquisador tende a olhar para os relatórios dos presidentes das Províncias, em específico, como documentos que representam as falas dos sujeitos, que naquele momento, governavam e modificavam a vida das pessoas.

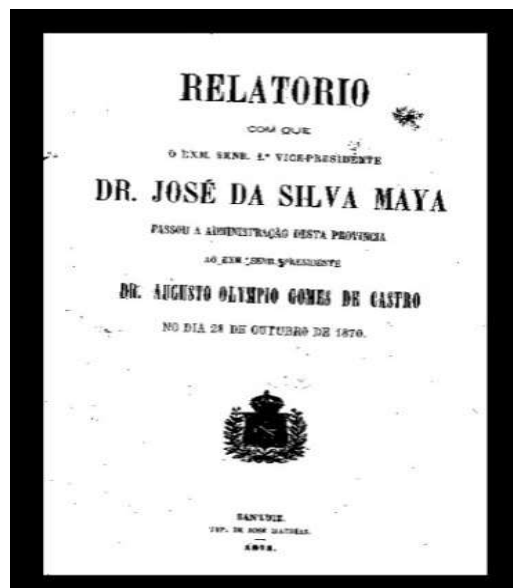
Estes discursos, seguidos em seu *sono de arquivo*, nos remetem a práticas que transformaram relações sociais, as constituindo ou modificando, reorganizando ou redistribuindo. Assim nos entregamos à sua raridade e a uma cronologia interna que lhe é própria (GIGLIO, 2001, p. 11).

As formas dos Presidentes registrarem seus lugares de fala revelavam pertencimentos e/ou descréditos à própria terra, que com seus problemas e perspectivas de crescimento frustravam e desafiavam o cargo máximo da Província. Os registros possuíam um ritual de escrita presente em todos os relatórios que simbolizava a formalidade da ação, que deveria ser perpetuada pela repetição. O impacto da ordem daquele discurso pela sua importância reincidia sobre as providências tomadas. É o poder da palavra do administrador, que anunciava o zelo pela Província, pelo estado brasileiro, pela obediência e observância às leis. Porém, por vezes, deixavam transparecer opiniões sobre as coisas que estavam sob sua administração. Os presidentes de província durante o império eram de designação do imperador e encarnavam a política imperial e seus tensionamentos a respeito dos negócios das províncias; outra característica desse lugar de poder era a de uma circulação intensa desses homens por várias províncias, o que ocasionava também uma suposta circulação de práticas de governo emanadas desde o centro para conformar as políticas das províncias.

Com a tarefa de “prestar contas” de certos aspectos da administração, não raro deixam escapar juízos de valor formulados a partir de um campo mais extenso e correlativo onde se entrecruzam os acontecimentos. Fazem transbordar a matéria de que tratam, invadindo, compondo, se confundindo ou delimitando os domínios de outros objetos (GIGLIO, 2001, p.20).

A composição desse corpus específico composto por relatórios, falas, ofícios e mensagens apresenta características importantes para interpretação do contexto e das relações que eram estabelecidas entre governo e outros sujeitos, ocupantes de cargos públicos e a população como todo. Na capa, por exemplo, dos relatórios dos presidentes da Província, temos as evidências de quem governava naquele ano ou semestre (o presidente ou o vice), com nomes dos sujeitos e data da passagem da administração. No império, aconteciam mudanças permanentes de presidentes e vice-presidentes, o que desencadeava em ações políticas incompletas, tornando caótica a viabilização de práticas.

Figura 01 – Capa do Relatório do Presidente da Província, José da Silva Maya (1870)



Fonte: Site de Documentos do Governo Brasileiro. Disponível em:
<http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?c=0&m=67&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1098%2C22%2C3858%2C2722>

O texto introdutório, geralmente, apresenta uma explicação sobre a importância do relatório, dependendo se quem ocupa o cargo é o presidente ou o vice. A clareza dessas informações, observadas em todos os relatórios, garantiam aos seus porta-vozes uma saída do cargo sem que houvesse solução de continuidade aparente, porém com poucas benfeitorias no curto período de administração (um ano para a maioria). “Entregando a administração a V. Exc., é de meu dever expô-lhe o estado dos negócios públicos da província” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1870, p. 05). A marca dessa prática política é expor os

fazeres na chegada e saída de cada presidente ou governador, sendo que no início dos mandatos, as falas estavam repletas de expectativas e boas intenções. Ao saírem do cargo, os presidentes lamentavam as poucas realizações e justificavam o porquê não as puderam concretizar conforme propostas.

As mensagens²⁰ dos governadores, no início do período republicano, apresentam características semelhantes aos relatórios provinciais. Direcionadas aos congressos de estado, esses textos são longos e explicitam as demandas de um mandato maior, já que o governador assumia anos à frente da administração pública²¹. Diferente dos relatórios provinciais, que primavam pela segurança e tranquilidade pública em suas primeiras páginas, os discursos republicanos iniciavam pelas finanças públicas, a busca de novos recursos para investimentos em obras no estado. Com o soar de um novo regime, a Primeira República brasileira bradava pela modernidade tão requerida pelas nações do ocidente, o que motivava os governadores a buscarem investimentos para mudanças na cena urbana.

Aliás, da preocupação com a eficiência e a modernidade de técnicas – de produção industrial e de transporte, de guerra, de marinha, de urbanização, de higiene – nunca será exagero destacar-se que foi uma das marcas mais salientes da época evocada nas páginas que se seguem. Época de transição e de modernização (FREYRE, 2013, p. 64).

Em sua obra, *Ordem e Progresso*, Gilberto Freyre (1957), no trato de fontes como os jornais, traz detalhes da vida social na república, a partir de cenas na cidade do Rio de Janeiro. Esses recortes da urbs, agora produtiva e moderna, estão presentes também nas prestações de conta dos governadores, animados com a chegada da industrialização e do aumento de produção fabril no Maranhão. “Chegamos, pois, ao momento em que são possíveis as realizações, em que se podem executar melhoramentos para promover e acelerar o desenvolvimento do Estado” (MENSAGEM DO GOVERNADOR URBANO SANTOS, 1920, p. 04).

As Leis e Decretos da Província e da Unidade Federativa, no período pesquisado, evidenciaram ações administrativas para a construção e manutenção das políticas para a

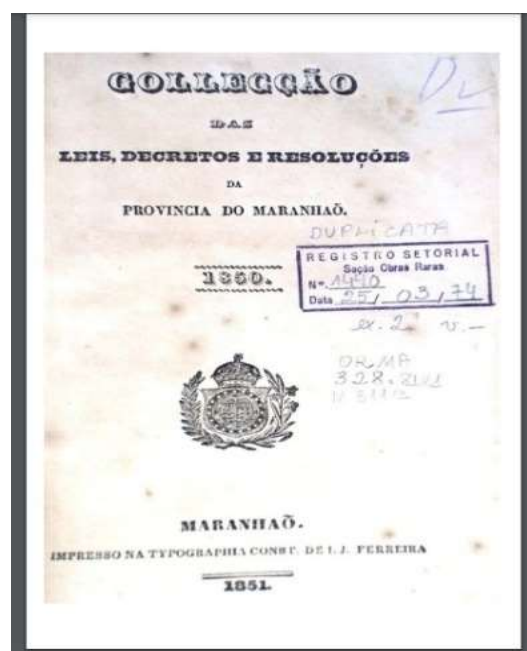
²⁰ Na República, esses documentos não mais se apresentavam como relatórios, e sim como mensagens dos governadores aos congressistas de estado, que reunidos anualmente para ouvir as instruções sobre o direcionamento dos negócios públicos, discutiam os rumos do Maranhão republicano.

²¹ Com o golpe militar de 1889, as Assembleias Legislativas Provinciais deram lugar aos Congressos Estaduais, que no Maranhão, durante a Primeira República, sofreram intensos movimentos de fechamentos e reaberturas devido aos conflitos políticos. Com a promulgação da Constituição de 1891, os estados passavam a ter autonomia na escolha dos seus representantes, onde os deputados exerciam a legislatura por triênios e os senadores, perdendo suas vitalicidades, por 9 anos. Até os anos 1950, os governadores maranhenses eram escolhidos por eleições indiretas, ora pelos presidentes da república, ora pelos parlamentares, alguns por sufrágio universal e chegavam a ficar no governo por 4 anos. Porém, a maioria governava por 1 a 2 anos.

infância desvalida. Legislações estas compreendidas como conjunto de normas para ordenamento das condutas da vida na cidade, que apresentava aumento populacional. Também, como disciplinamento dos indivíduos que precisavam ser instruídos para que o Estado Moderno se consolidasse. A Lei como instrumento político e jurídico, “uma missão grandiosa para qualquer chefe político” (HOMEM, 2006, p. 35). No corpus documental dessas políticas públicas, dentre códigos de posturas municipais e campanhas de higiene pública, elucidam-se os caminhos para o controle da cidade, abrindo espaços de confinamento para corpos proibidos. As Coleções de Leis e Decretos da Província e do Estado do Maranhão, de 1850 a 1950, possuem enorme acervo de legislações, mas apenas algumas citadas nos relatórios dos presidentes e decretos estaduais foram contempladas pela pesquisa.

No site da BPBL, encontra-se o acervo digital das legislações maranhenses, para consulta pública. O acervo da memória política registrada em leis, decretos e demais documentos da administração pública, desde o império, encontra-se digitalizado e disponibilizado aos pesquisadores brasileiros para conhecimento da história legislativa do Maranhão. No recorte a partir de 1850, tempo de efervescência política na província e crescimento urbano e populacional, as leis e decretos criadas a partir das assembleias provinciais, tentavam concretizar as propostas de “assistência” aos desvalidos criando instituições de saúde, educação, segurança e culto público (REIS, 2007).

Figura 02 – Capa da Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão (ano 1851)



Fonte: Site do Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite. Disponível em:

<http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>

As coleções são sequências de legislações, datilografadas (a partir dos anos 1840, encontramos esses documentos em letra de imprensa, o que facilitou sua leitura), registradas e assinadas pelos presidentes e secretários da província, no mesmo ano de suas aprovações em assembleia. A marca dessas leis imperiais era estreitar as relações com a Corte Imperial, efetivando políticas de normalização urbana e controle populacional, contendo os conflitos e mantendo a integridade do Estado Imperial. “Para isto, a guerra contra os ‘inimigos’ internos foi convertida em objeto de preocupação crescente dos dirigentes. Neste combate, a educação escolar deveria cumprir função estratégica” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 58). A aproximação do governo provincial com a Igreja garantia a pacificação local e a manutenção de uma política com respaldo religioso para moralizar a população. As legislações, portanto, priorizavam interesses políticos e religiosos, como aprovar espaços de culto público católico nas cidades maranhenses e instituir regras para irmandades e ordenações religiosas que se proliferavam nas províncias brasileiras.

No período republicano, essas coleções continuaram com as mesmas características, com ênfase mais nas aprovações de decretos²² e resoluções do que em leis, como era na província. Os diálogos com o empresariado maranhense e estrangeiro possibilitaram o aumento de concessões de empréstimos e o aumento de impostos para conclusão de obras públicas inacabadas e modernização das cidades. Ampliação de instituições para a saúde pública, perante o aumento de epidemias no Maranhão, na Primeira República, e das delegacias públicas, foram políticas ampliadas nesse período.

Com o Estado Novo (1937-1945) e o período prolongado de interventoria federal no estado, as coleções possuíam características de decretos-leis com intuito revogador e/ou instituidor de práticas institucionais severas, que buscavam ordenar a população pobre no Maranhão. A utilização de termos como Determina-se, Revogam-se as disposições em contrário e decreta-se, caracterizavam as imposições legislativas à sociedade maranhense.

Assim, a pesquisa documental empreendida nesta investigação levou em conta as advertências e contribuições de Veyne (1983), que os documentos não nascem documentos e encontram-se marcados pelos diversos interesses que coagem as ações sociais, no tempo em que foram produzidos. Portanto, os documentos oficiais pesquisados estão inseridos numa imbricada teia de relações que a sociedade maranhense mantém com o seu passado e com o seu presente, indiciando as possibilidades de investigação sem apagar o seu estatuto

²² Isso se deve à marca de políticos militares nos governos maranhenses e sob regime ditatorial.

discursivo. Do mesmo modo contribuíram as considerações de Foucault (2012, p.8): “Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem como função conjurar seus poderes e perigos”. Esse conjunto de documentos possibilitou compreender as determinações legais em seus contextos próprios, em sua contiguidade, para o funcionamento de instituições para as crianças no Maranhão.

O segundo grupo de documentos que denominamos, institucionais, considerou as fontes que regulamentavam o funcionamento dos espaços de assistência e educação das crianças desvalidas no Maranhão. Mediante levantamento dos documentos oficiais, foi possível encontrar Regulamentos e Estatutos das instituições selecionadas para a pesquisa e que determinavam as rotinas das crianças, além da organização física e educativa desses lugares. No inventário abaixo construído a partir da pesquisa documental, pode-se perceber a importância dessa rede institucional para a consolidação de políticas públicas para a infância maranhense, compreendendo-as como conexões educativas que configuram um *continuum* de instituições que contribuíram com o projeto de civilização do povo.

Quadro 2 – Inventário das Instituições de Assistência Infantil (1850-1950)

DESIGNAÇÃO	FINALIDADE	ANO DE FUNDAÇÃO/ EXTINÇÃO	DOCUMENTOS PESQUISADOS
Casa da Roda dos Expostos	Abrigar as crianças abandonadas na Roda do Expostos, até completarem 10 anos.	1829-1940	- Livros de Receitas e Despesas da Santa Casa de Misericórdia; - Regulamento da Instituição - Arquivos eclesiais; - Mapas de Estatísticas; - Ofícios da Mordomia; - Relatórios de Inspeção; -Jornais, bibliografias e bilhetes.
Casa dos Educandos	Educar os meninos que eram	1841-1889	- Regulamentos da Casa; - Lei provincial de Fundação;

Artífices	transferidos da Casa da Roda dos Expostos, ao completarem 10 anos.		- Jornais e bibliografias.
Asilo de Santa Tereza	Educar as meninas maranhenses, legítimas e órfãs, inclusive as que eram abandonadas na Roda.	1855-1870	- Regulamento do Asilo; - Lei Provincial de Fundação; - Jornais e bibliografias.
Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios	Abrigava e educava as meninas e mulheres maranhenses, desde o Séc. XVIII, que apresentavam comportamentos transgressores ²³ .	1742-1894	- Regulamento do Recolhimento; - Leis Provinciais; - Jornais e bibliografias.
Instituto de Assistência à Infância no Maranhão	Instituição filantrópica que oferecia serviços de higiene e saúde pública às crianças desvalidas, por meio da iniciativa privada.	1911-1939	- Relatórios do Instituto; - Leis e Decretos Estaduais; - Jornais e bibliografias.
Educandário Santo Antônio	Preventório Municipal para guarda das crianças, filhos e filhas dos	1941-1960	- Leis e Decretos Estaduais; - Jornais e bibliografias

²³ Comportamentos que fugiam às regras sociais impostas para as mulheres no Império, como casar e cuidar dos filhos. Também, mulheres consideradas adúlteras ou filhas de famílias bastardas que deveriam ficar reclusas para que não seguissem os maus exemplos.

maranhenses
diagnosticados com
lepra.

Fonte: A autora (2021)

A Casa da Roda dos Expostos, como primeira política pública destinada à infância desvalida, foi destacada neste estudo como instituição nuclear, já que é a partir dela que se organizavam as demais casas de educação, pois os meninos e meninas abandonados na Roda e que recebiam uma educação não-especializada, eram posteriormente transferidos para as instituições de cunho profissionalizante, como a Casa de Educandos Artífices e o Asilo de Santa Tereza. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão foi uma instituição de caráter religioso, mantida por leigos, que administrou o espaço da Casa da Roda dos Expostos em São Luís, dos anos 1820 a 1940. O recorte temporal de 1850 a 1950, contemplou a fase de decadência dessa instituição, que teve gradualmente a saída do seu provedor institucional, o Governo Provincial, na garantia de repasses financeiros complementares. A Casa mantinha os serviços pelas doações dos irmanados, em sua maioria, pessoas da elite maranhense.

Os principais documentos para observância desses acordos são os de ordem financeira, como os livros de receitas e despesas, os mapas estatísticos para relacionar quantidade de crianças abandonadas na instituição e o recebimento de recursos, além dos ofícios dos mordomos da Casa e relatórios de inspeção da Santa Casa à instituição. Esses últimos revelaram os problemas físicos da Casa e os conflitos entre o Governo, a Igreja e os sujeitos que abandonavam. Esses documentos, foram pesquisados no arquivo físico do APEM, em caixas arquivos numa estante com documentos relativos à Secretaria da Santa Casa. O APEM resgatou parte desse material²⁴, que em sua maioria, foi incinerado pela própria Irmandade, logo após o fechamento da Roda dos Expostos, no início do século XX. Por essa razão, as fontes disponíveis para pesquisa documental estavam deterioradas, sendo preciso fazer entrecruzamento com outras informações para melhor compreensão do funcionamento da Casa.

Dentre as fontes pesquisadas, estavam algumas tabelas de despesas da Santa Casa de Misericórdia que faziam relação aos gastos com os expostos, anualmente. Elas compunham um livro, porém, ele já não existia e algumas das suas páginas foram arquivadas. Essas fontes

²⁴ Um grupo de arquivistas e estudantes do curso de História da UFMA, fizeram o resgate e catalogação dessas fontes para pesquisadores.

demonstram quanto se investia pouco na Casa dos Expostos, em comparação aos outros espaços mantidos pela Santa Casa.

Os mapas estatísticos, com a listagem de crianças expostas na Casa, eram registrados anualmente no Livro dos Expostos²⁵, que também já não existe no acervo do APEM, porém algumas folhas foram preservadas para análise dos registros que eram feitos sobre as crianças. “O abandono emerge envolto em paradigmas com lógicas e comportamentos sociais diferenciados conforme o espaço e o tempo. A criança nascida em locais afastados dos centros de acolhimento e deixada de fora da Roda dificilmente é objeto de referência estatística” (RODRIGUES, 2010, p. 297). Os mapas não registravam todas as crianças abandonadas, considerando que muitas não sobreviviam à exposição ao relento devido à presença de animais e intempéries climáticas. A ordem nas listas respeitava dia e horário do abandono e era registrada pelas chamadas Rodeiras (ou irmãs de caridade), sob a supervisão do mordomo dos expostos²⁶.

A Casa da Roda dos Expostos, que funcionava em São Luís, possuía regulamentação aprovada pela Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. A primeira aprovada em 1832, está disponível no acervo da APEM, de forma manuscrita e fornece informações sobre o perfil do administrador, sobre as práticas de cuidado das crianças expostas na casa e as que estão sendo amamentadas pelas amas de leite, das rotinas de oração, alimentação e higiene e das inspeções ao espaço para adequações. Essa fonte foi de grande importância para compreender a instituição como política, pois a Província acabava assumindo o papel de Pai Adotivo dessas crianças. Nos relatórios dos presidentes, a Casa era citada no item sobre as benesses da Santa Casa no Maranhão.

Zelar pela boa educação da infância desvalida e órfã significou raptá-la para além do ensino das primeiras letras; significou, principalmente, formar-lhes o caráter, conduzir-lhes o destino. A Província assim gesta seus filhos e espera deles a gratidão devida a um pai zeloso. As luzes da instrução para estes filhos têm seu foco dirigido a um pragmatismo que os toma como propriedade e lhes dita o futuro. Estas instituições de raptó servirão a um e só tempo para substituir os cuidados dos quais estes grupos estão privados e proteger a sociedade de tudo que escapa à normalidade, à moralidade (GIGLIO, 2001, p. 35).

As crianças, portanto, circulavam²⁷ entre a instituição, as casas das amas de leite, as

²⁵ As Casas dos Expostos no Brasil registravam as entradas e saídas dos expostos da instituição via Livro dos Expostos, que segundo Secretaria da Santa Casa, era um protocolo das crianças abandonadas, com informações de suas idades, sexos e raças.

²⁶ O Mordomo da Casa dos Expostos, recebia um ordenado para administrar a instituição. Escolhido pela mesa Administrativa da Irmandade da Misericórdia, geralmente possuía status político na sociedade maranhense.

²⁷ Autores como Rizzini (1993), Marcilio (1998), Venâncio (2010), concordam com a ideia de circulação dos expostos na Província, como forma de responsabilização e desobrigação, ou seja, deveria se dar destino a esses

famílias adotivas e outras instituições que se conectavam à Casa da Roda para dar continuidade ao processo de educação dos meninos e meninas expostos. Ao atingirem certa idade (entre 7 e 14 anos), as crianças já poderiam ser encaminhadas a outras Casas, conforme registros contidos nos relatórios dos presidentes e na legislação provincial, aprovados para dar destino aos expostos. Outras fontes como ofícios da mordomia e do arquivo eclesial, forneceram dados dessa instituição nuclear, como o envio de crianças para adoção, mediante pedido de famílias ricas que não possuíam filhos. Mesmo adotadas, as crianças continuam marcadas pelo abandono, pois muitas dessas famílias acabavam submetendo-as aos trabalhos domésticos. Nos arquivos eclesiais, como o acessado na Igreja de São Pantaleão no ano de 2019, com autorização do Pároco Ir. Manoel Junior, tivemos contato com o Livro Tombo da Igreja²⁸, onde encontram-se registradas algumas informações sobre a Casa da Roda, quando funcionava anexa a essa instituição religiosa, até 1890. Os padres guardaram a memória da fundação da igreja e relataram o tempo de exposição das crianças, quando a Roda fora instituída pela Irmandade.

Intelectuais maranhenses escreviam sobre o fenômeno do abandono de crianças na capital e o trabalho da Irmandade da Santa Casa no recolhimento dessas crianças. As menções feitas nas obras literárias mencionavam as ações de caridade como importantes iniciativas para a modernidade que se instaurava na Província. Alguns autores²⁹, que eram médicos à época, trabalhavam na instituição e eram divulgadores dos aclamados benefícios dessa política para a sociedade maranhense.

A pesquisa incluiu como umas das instituições em rede à Casa dos Expostos, a chamada Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, criada em 1841 para atender “moços desvalidos, de preferência os enjeitados, e dar-lhes instrução e primeiras letras e um ofício” (VIVEIROS, 1954, p.15). Inicialmente, contava com 28 meninos desvalidos, de preferência, os oriundos da Casa da Roda dos Expostos. A instituição era organizada pelas ordens militares, mantida pelo governo da Província e causava desconfiança nas famílias, ao deixarem as crianças internas³⁰. A formação dos meninos na Casa se dava por oficinas

meninos abandonados pelas próprias famílias, pois custavam caro ao Estado imperial. Amas, pais adotivos, instituições, casamentos, trabalho, enfim, em algum lugar deveriam ficar, pois a Casa só ficava com expostos, no máximo, até atingirem a maioridade, aos 21 anos.

²⁸ O Livro encontra-se em processo de restauração, pois é reconhecido pela Arquidiocese de São Luís como um livro de história da igreja ludovicense. Antes de ter sido entregue para a restauração, a pesquisadora digitalizou boa parte das páginas onde os padres relatam sobre a Roda. Nesse mesmo dia, a pesquisadora teve acesso ao espaço onde funcionou a roda, fechada há 40 anos. O pároco autorizou a entrada e registro de fotos.

²⁹ Faz-se referência a Cesar Augusto Marques, autor do *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão (1870)* e que foi mordomo na Casa dos Expostos entre 1870 e 1871.

³⁰ Segundo Marques (1970), essa desconfiança das famílias vinha dos trabalhos realizados pelos meninos na Casa e que serviam para suprir muitas necessidades na Província: marcenaria, carpintaria e construção civil eram

profissionalizantes e aulas de primeiras letras, pois deveriam se preparar para assumirem postos nas fábricas e demais empresas de prestação de serviços à população. Uma política que dialogava com os anseios de um império e a construção de sua identidade, que iniciava na formação do pequeno trabalhador, pois “(...) a ideologia do trabalho fez com que a condição de trabalhador funcionasse como estatuto de virtude e condição básica de aprovação na sociedade, constituindo instrumento poderoso de regulação econômica e social, sobretudo no século XIX” (RIZZINI, 2011, p.103).

Os relatórios dos presidentes e Leis provinciais do período de funcionamento da Casa, forneceram dados de matrículas, rotinas dos educandos e disciplinas, oficinas ofertadas para profissionalização dos meninos expostos. Os presidentes da província destacavam o trabalho da Casa, criando um subitem em seus relatórios para apresentarem informações precisas da educação dos meninos nessa instituição. Os regulamentos da Casa, de 1841 e de 1855, reformulados a cada renovação do pensamento político no Maranhão, respaldaram o funcionamento dessa instituição na Província, juntamente às notícias na imprensa periódica e informações em livros maranhenses, que num movimento que exaltava o trabalho assistencial e conseqüentemente, de educação aos meninos desvalidos, reafirmavam as práticas de sujeição das crianças a duras horas de trabalho. Além desses, existiram regulamentos para o funcionamento da banda de música e para ofertas de disciplinas e oficinas aos educandos, que sob rigorosa vigilância, controlavam o tempo e o corpo dos meninos para contenção dos desvios morais. Por isso, o regime segue a norma militar e as aprendizagens na Casa estão voltadas ao desejo do Presidente da Província, para os meninos:

Formar cidadãos que sejam úteis a si e a sociedade; sendo o primeiro dever do cidadão pegar em armas e defender a sua Pátria; e devendo os Artífices assim criados pertencer aos corpos bélicos, é indispensável que conheçam os primeiros; os mais essenciais elementos do exercício militar, que constitui parte de uma bem dirigida educação (MARANHÃO, LEI nº 105, 1841, p. 76).

Essa educação deveria incluir as aulas de primeiras letras e de Escultura e Desenho que em 1848, apresentaram resultados com a formação de artistas³¹ maranhenses. Com a oferta das aulas de Música, Geometria e Mecânica Aplicada às Artes e Noções Gerais de Aritmética e Álgebra, de francês e de Geografia, a Casa teve atenções especiais das províncias vizinhas, que enviavam os educandos para aprenderem com a Casa maranhense. Mas as

algumas das oficinas oferecidas na Casa.

³¹ As crianças apresentavam longos concertos no Teatro da cidade com a Banda de Música da Casa dos Educandos, para a rica sociedade maranhense. Trabalhavam muito sem dignidade e reconhecimento. O Regulamento de 5 de novembro de 1849 regimentava a Banda de Música e os eventos que deveria apresentar na cidade de São Luís.

despesas eram grandes, o que fez com que muitas dessas aulas tivessem que ser interrompidas (MARQUES, 1970). Regulamentos foram criados para oferta dessas disciplinas, como os de 1853 e 1855, que criavam as aulas, respectivamente, de Geometria e Mecânica aplicada às Artes, e Mecânica, Desenho e Escultura aplicada às Artes, pela Lei Provincial nº 395, de 18 de julho de 1855.

A partir de 1873, a Casa começava a apresentar sinais de declínio, reduzindo seu número de educandos e de oficinas. Com a República, a casa encerraria suas atividades, precisamente, em 1889, segundo Viveiros (1953). A junta do governo provisório na transição do império para a república, considerou que seria desnecessário a manutenção da Casa de Educandos Artífices já que funcionava em São Luís, concomitantemente, a Escola de Aprendizes Marinheiros. Não encontramos no Relatório de 1889 informações referentes ao fechamento da instituição. As fontes que nos subsidiam são os livros de Jeronimo de Viveiros e Mário Meireles.

No Império, destacaram-se instituições caritativas, além da Casa dos Educandos Artífices, destinado aos meninos, o Asilo de Santa Tereza e o Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, destinadas às meninas. O Asilo de Santa Tereza, criado em 1855, recebia crianças expostas — as meninas desvalidas — com atenção especial às órfãs desamparadas e as expostas da Santa Casa. O asilo serviria para evitar mortes prematuras, o desvio das condutas cristãs, a desmoralização e a prostituição. Nos relatórios dos presidentes da província, o Asilo recebia destaque pelo trabalho em prol das meninas, em mantê-las guardadas e educadas conforme a moral católica. A Lei Provincial nº 367, de 24 de julho de 1854, durante a presidência de Eduardo Olímpio Machado, cria o primeiro regulamento do Asilo, que definia os critérios para a entrada de meninas no Asilo, incluindo pensionistas, órfãs e expostas da Santa Casa. Houve resistências, por parte do clero local, pela criação de mais uma instituição para as mulheres, já que na capital, funcionava desde fim do século XVIII, o Recolhimento de Nossa Senhora da Assunção e Remédios, que objetivava também a reclusão e educação das meninas desvalidas no Maranhão. Sob o discurso da proteção das meninas expostas, o Presidente Eduardo Olímpio reagiu aos impasses e por aprovação na Assembleia Provincial, conseguiu que a instituição funcionasse.

A grande polêmica sobre essa instituição era justamente a não aceitação das meninas expostas, como requisitava o primeiro regulamento. As famílias abastadas conseguiam as vagas para seus filhos, concorrendo para a redução de atendimento a permanência das meninas expostas. Isso fez com que os presidentes posteriores, criassem decretos para confirmarem a importância do atendimento às meninas oriundas da Casa da Roda dos

Expostos da Santa Casa, para serem educadas junto às outras órfãs, oriundas de famílias legítimas (COE, 2013). O Regulamento do Asilo, no Capítulo III era incisivo sobre a determinação de apenas receber as meninas desvalidas, por petições enviadas ao Presidente da Província, restando como exceção o atendimento a demais casos. “As pensionistas serão aceitas pela regente, sob despacho do Presidente da Província, depois de ouvido o Diretor”. (MARANHÃO, LEI Nº 367, 1854, p. 176).

Durante sua existência, o Asilo educava para o casamento, com atividades domésticas, além da doutrina cristã, pois as meninas deveriam ter vida regrada pelos padrões da moralidade e formação para serem esposas obedientes. Esses registros, presentes no Regulamento, dividiam as meninas em quatro classes de estudos: doutrina cristã, exercícios de agulha, trabalhos domésticos e ensino de música (MARANHÃO, 1854). No Regulamento de 1856, aprovado em assembleia provincial nesse mesmo ano, percebe-se uma ampliação das atividades no Asilo, com sistematização de uma rotina controlada por horários pré-estabelecidos. Nesse mesmo regulamento, prima-se pela vigilância e disciplina com a normatização dos empregados da instituição, como as regentes e mestras, que deveriam ser substituídas imediatamente, frente a impedimentos de trabalho, além de regras disciplinares para as educandas que não seguiam rigorosamente a rotina estabelecida nesse regulamento, constante no Capítulo III, arts. 17 a 19.

Assim, certas instituições já existentes serão tomadas como objeto de ordenação pelo Estado, outras serão gestadas para responder necessidades impostas por esta ordenação, conformando uma rede de relações de poder que impõem o desenvolvimento de estratégias que transformarão o modo de operar inicial, levando este lugar de fala a ocupar um espaço de autoridade do Estado, de certo modo descolada da figura do Imperador ou do Presidente; um lugar autônomo que encontra nesta rede novos pontos de exercício de poder, referenciando neles o desenvolvimento permanente de novas estratégias que têm por função disciplinar os comportamentos e controlar os eventos dispersos que atingem a vida da população (GIGLIO, 2001, p. 33).

Na imprensa periódica e nos textos de obras literárias da época, foi possível analisar os sentidos e a importância que a luxuosa sociedade maranhense dava a essa instituição, por moralizar as meninas transgressoras da fé católica. Com o passar do tempo, as asiladas foram transferidas para o Recolhimento de N. Sra. da Anunciação e Remédios, para que se efetivasse a extinção do asilo, sob alegação dos altos custos para a manutenção de atendimento a poucas meninas.

O Recolhimento, no que lhe concerne, enquanto política para crianças desvalidas, voltava-se à educação civil, moral e religiosa das meninas recolhidas e recebeu as asiladas de

Santa Tereza, quando do seu fechamento. A rigidez na instituição feminina era uma característica marcante em relação à religiosidade pela ordem de Santa Mônica e nos aspectos econômicos e administrativos pelos Estatutos da instituição, organizados em 1840. A educação era destinada às lições de primeiras letras e das capacidades domésticas. Segundo Abrantes (2004, p. 03) “uma mestra ensinava a ler, escrever, as quatro operações aritméticas e a doutrina cristã, e uma outra mestra ensinava a coser e bordar”.

Por meio da análise nos estatutos do Recolhimento, das leis e decretos da Província do Maranhão e de artigos de jornais mantidos pela Igreja, pretendeu-se identificar os discursos e as práticas de educação das mulheres maranhenses no Império, que justificavam a proposta política de uma educação feminina de sujeição do corpo aos ditames religiosos e moralistas. As meninas perdiam suas infâncias em rotinas de trabalho doméstico e de vigílias devocionais, que as calavam e as mantinham em estritos padrões de moral religiosa.

A Lei Provincial nº 95, de 11 de julho de 1840, discorre sobre as rotinas e educação das meninas no Recolhimento, subdividida em três capítulos: os exercícios religiosos, o governo interno do regulamento e a administração externa da instituição. O Presidente da Província, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, foi autor do relatório que continha a designação do regulamento, assinado pelo bispo local, como documento norteador das práticas educativas nessa instituição. Os critérios de organização e de condução das atividades internas e externas no Recolhimento estão postos nesse documento, considerando que a instituição, desde o século XVIII, recebia mulheres para a clausura. Porém, no Império, houve maior preocupação em ordenar as atividades e profissionalizar as recolhidas e educandas³².

Os regulamentos do Recolhimento buscavam a efetividade das atividades, da rotina das mulheres e principalmente da obediência e cuidados com seu corpo e seu comportamento. No Maranhão, foi o Bispo local, Dom Marcos Antônio de Sousa que reestruturou o regulamento no período imperial de forma condescendente e em acordo com a presidência da província. Este pretendia o resgate na formação da clientela, ou seja, cogitava que o Recolhimento abrigasse as órfãs da Santa Casa da Misericórdia e as filhas de famílias pobres para serem educadas (MARQUES, 1970). Essa exigência, após a fundação do Asilo de Santa Tereza, desestabilizou o diálogo com a Igreja, que não aceitava a existência de mais uma instituição para mulheres na Província. Contudo, com a falência do Asilo, que conseguiu

³² O documento faz uma diferenciação entre as duas caracterizações dadas às mulheres que eram institucionalizadas no Recolhimento. As recolhidas, segundo Artigo 11 do Regulamento, eram as mulheres, em fase adulta, que eram entregues à formação religiosa para contenção dos desvios morais, e as educandas, as meninas, crianças órfãs e desvalidas, que eram matriculadas a pedido do governo ou por suas próprias famílias, com o mesmo objetivo.

admitir as meninas expostas por 15 anos, o Recolhimento retomava seu lugar de instituição majoritária de educação feminina maranhense, no século XVIII.

A institucionalização das meninas desvalidas pretendia prepará-las para a sociedade que, com seus aparelhos correccionais, normalizava seus indivíduos. “a partir de uma multiplicidade de sujeições (a da criança ao adulto, da prole aos pais, do ignorante ao erudito, do aprendiz ao mestre, da família à administração pública, etc.)” (FOUCAULT, 2002, p. 52). Com a Proclamação da República, o Brasil ainda se caracterizava como um estado conservador, com lutas entre diferentes grupos privados. Coronéis e Oligarquias subjugavam o espaço público e influenciavam as decisões políticas da recém-nascida nação. “Confirmava-se o retrato do Brasil: atrasado, inculto, conservador, oligárquico. Um retrato feio no qual a percepção cultivada não podia se reconhecer.” (MONARCHA, 1989. p. 42) Era preciso regenerar a República, que, a partir dos anos 1890, exigiu esforços como a revisão do papel das instituições, da função do Estado e da moralização do povo. Carvalho (2003) aponta a escola republicana como instituição que modelava a sociedade para poucos, regenerando as populações para um progresso que via o analfabetismo como problema raiz do atraso social.

Assim, criaram-se leis e instituições de assistência científica às crianças, a partir do desenvolvimento tecnológico que mitificou a ciência e valorizou a infância por focar no caráter individual. “Via-se os homens de ciência como os detentores da verdade, capazes de efetuar a distribuição social sob controle, na perspectiva da melhoria da raça e do cultivo do nacionalismo” (KHULMANN JR. 2010, p. 60). Políticas de educação da infância se enveredaram pela criação de escolas primárias, jardins de infância, creches, internatos, ambulatórios e as consultas com gestantes e lactantes, além de distribuições de alimentos básicos, como o leite.

Surgia, portanto, o Instituto de Assistência a Infância no Maranhão (1911-1939), segundo relatório do governador Luís Domingues, em 1911. Essa instituição nuclear³³ no período republicano maranhense, que inicialmente funcionava num sobrado na Rua Rio Branco, no centro da capital São Luís, passa depois a se estabelecer em outros espaços, com oferta de serviços de atendimento à infância desvalida e suas famílias. Os espaços subdivididos em hospital, creche e dispensário, vão dando um formato assistencialista com participação da iniciativa privada e segmentos da sociedade como a imprensa, para consolidação do lema da proteção às crianças maranhenses.

³³ Considerando o período republicano, apontamos o Instituto como instituição nuclear, porque a partir da proposta de dar assistência à infância desvalida na primeira república, outras iniciativas se desenvolveram no Maranhão sob essa prerrogativa filantrópica, de cuidar dos corpos infantis como prática de higiene social e de manutenção dos padrões de condutas entre os indivíduos.

O Instituto seguia o exemplo do Rio de Janeiro e outros Estados, que tiveram na iniciativa da elite o impulso para a instalação dessas instituições. Fundado em 7 de setembro de 1911, é proposto por médicos, intelectuais e damas da elite, que responsabilizavam a sociedade maranhense pela causa da infância desvalida para manutenção da ordem da sociedade ludovicense.

Conforme Meireles (1994, p. 241), “o Instituto distribuiria suas atividades por um dispensário, uma creche, um gabinete dentário, uma farmácia, uma maternidade, dita Benedito Leite, e um hospital, a que se deu o nome de Moncorvo Filho”. A expansão dos serviços em espaços diversificados garantia o acesso e a permanência das crianças desvalidas na instituição, pois era necessário ter a garantia de atendimentos para que as doações fossem depositadas e para consolidação do projeto higienista na capital. A filantropia “de elite” pretendia, assim, “preparar o homem higiênico (capaz de viver bem nas grandes cidades, em boa forma e com boa saúde) formar o bom trabalhador, estruturar o cidadão normatizado e disciplinado” (MARCÍLIO, 1998, p. 207).

Nos Relatórios Anuais do Instituto e nos Jornais da época, percebe-se a política higienista proposta para as crianças como saúde pública, com aval de especialistas da área de medicina e do jornalismo, na propagação dos discursos sobre as benfeitorias institucionais para a população maranhense. Os relatórios encontrados, limitados em apenas dois anos, revelaram a participação de personagens da história maranhense, que deliberavam as ações filantrópicas que davam visibilidade ao trabalho do Instituto. Os Jornais, com destaque para o Pacotilha, publicavam matérias e notas jornalísticas sobre cuidados com as crianças e o trabalho desenvolvido pelo Instituto. A imprensa circulava os ideais desses tais mensageiros do progresso, que viam no Instituto uma oportunidade de retirarem as crianças pobres do convívio social.

Nos anos 1940, consideramos na pesquisa a existência de instituições que derivaram da proposta higienista do Instituto como o Educandário Santo Antônio, criado em 1941 a partir do trabalho da Central de Profilaxia da Lepra, em São Luís, desde início dos novecentos, considerado um espaço de guarda das crianças, filhos dos maranhenses vitimados com a lepra, que se alastrava pelo Nordeste desde o início da República. O Preventório³⁴ era um lugar para os filhos saudáveis de pais leprosos, enviados aos leprosários, que também funcionava como asilo para as crianças que nasciam. No período do Estado Novo, a criação

³⁴ O Educandário Santo Antônio era o preventório maranhense, que asilava as crianças enquanto seus pais tratavam a lepra nos hospitais-colônias. O Hospital de São Luís funcionava em vilarejo distante chamado Bonfim, sendo fundado pelo médico Aquiles Lisboa.

do Departamento Nacional de Saúde Pública mobilizou ações sistemáticas no combate as endemias recorrentes no Brasil, sendo a lepra uma delas. Os Preventórios, que funcionavam em alguns estados sob o nome de educandários eram administrados, em sua maioria, por mulheres da elite local, que defendiam políticas para a proteção das crianças pobres, filhas de pais leprosos. No Maranhão, a Sra. Maria Joaquina Maia de Andrade foi a Diretora do Educandário no período de 1938-1947 (GOMIDE, 1991). Segundo Gomide (1991), os preventórios brasileiros confinavam essas crianças até a maioridade e limitavam seus contatos com o mundo externo, o que causava transtornos psicológicos intensos.

Como fontes para análise do Educandário, temos as leis estaduais e os relatórios do governador/interventor Paulo Ramos, que deram pistas sobre a localização e o funcionamento da instituição, do recebimento das crianças para internação e dos materiais que eram utilizados em um preventório. Consideram-se as políticas para a Saúde Pública durante o Estado Novo, no Maranhão, como políticas originárias da filantropia do início da República, mas com ênfase em práticas mais radicais sobre as epidemias que se alastravam. Em relação à Lepra, as decisões miravam os corpos dos filhos sadios de pais doentes, de modo a conter a disseminação. Nos documentos, apesar dos discursos do governo e dos especialistas sobre o cuidado e proteção das crianças, o que se pretendia era retirá-las do convívio social.

A análise realizada em alguns relatórios do Instituto de Assistência a Infância, nas legislações e relatórios estaduais do Educandário Santo Antônio, além das notícias na imprensa periódica no Maranhão, destacou os discursos de regeneração social, a fundação e a manutenção de espaços para recolhimento, higiene e educação das crianças como decisões políticas fundamentais para a sociedade que se autoproclamava moderna e civilizada. As instituições de educação, de saúde e de assistência social em seu conjunto, desenvolveram esses discursos que garantiram legitimidade às práticas de sequestro e controle de parcela da população em uma sociedade que queria se ver livre dos incômodos vindos da periferia das cidades e da zona rural do Estado.

De acordo com Ginzburg (1989, p. 177), “a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirmar que um conhecimento direto de tal conexão não é possível”. Portanto, o olhar minucioso sobre as variadas fontes permite reunir elementos em comum, indicadores do que se pretende investigar. “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.” A busca por essas fontes foi motivada pelas pistas que outros documentos e bibliografias apontaram, consideradas essenciais na elucidação dos fatos históricos.

No terceiro grupo de fontes de natureza emblemática, encontramos as bibliográficas como os livros de Cesar Augusto Marques (1870), Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão, Mário Martins Meireles (1994), Dez Estudos Históricos e Jerônimo de Viveiros (1953, 1954), Apontamentos sobre a Instrução Pública no Maranhão e História do Comércio do Maranhão, que relatam os principais episódios historiográficos maranhenses e apresentam as políticas maranhenses, desde o Império até meados dos anos 1950. Esses autores, como intelectuais³⁵ de seu tempo, buscavam no saudosismo a luta contra o sentimento decadente de uma terra que tentava manter o seu status de poder e luxo.

Na Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)³⁶, o acervo dos jornais e periódicos revelaram o pensamento de representantes sociais sobre o Maranhão e suas mazelas sociais. Jornais e periódicos como A Estrela da Tarde (1857), A Mocidade (1875-1935), Pacotilha (1880-1939) e O Cruzeiro (1931-1950) forneceram informações sobre o quadro político e econômico do Maranhão na passagem do Império à República. Os jornais, durante o império, apresentavam duas bases de discussão: uma que comungava com as realizações da Corte, e enaltecia as decisões do imperador; outra que criticava as formas de governar dos presidentes da província e convocava a população a refletir sobre o que se fazia na província. Nesse estudo, os jornais apresentam características de apoio ao imperador. Os jornais e periódicos republicanos também acenam para a política dos governadores e da capital federal, declarando apoio à filantropia e às legislações que tentavam renovar as instituições, mas que na verdade davam continuidade às estratégias imperiais.

Quadro 3 – Jornais Maranhenses e conteúdo de publicação

JORNAL	CONTEÚDO
A Estrela da Tarde (1857)	Periódico Semanal. Publicação literária e recreativa, com anúncios e notícias do Império e da Província.
A Mocidade (1875-1935)	Jornal Estudantil. Publicação semanal, com literatura e reflexões realizadas por liceístas participantes de uma associação.
Pacotilha	Jornal Diário. Publicações de anúncios,

³⁵ Os autores buscavam em suas obras sustentar as ideias das aristocracias maranhenses, no papel de redentores, que possuíam o dever de reerguer o sentimento de progresso e dar visibilidade a um lugar de escassez literária.

³⁶ No acervo, foram levantados 15 jornais e periódicos do império e 12 do período republicano que apresentaram aproximações com a pesquisa. Porém, poucos no recorte temporal da pesquisa apresentaram dados sobre as políticas para a infância. Foram escolhidos os que melhor dialogaram com os objetivos.

(1880-1939)	artigos e notícias do Maranhão, em colunas sobre política, economia, saúde e educação.
O Cruzeiro (1931-1950)	Jornal semanal. Notícias e anúncios do Brasil e do Maranhão republicanos,

Fonte: A autora (2022)

Por meio dos jornais, é possível identificar e compreender processos no interior das sociedades que são dificilmente encontrados de forma tão detalhada em outras categorias de fontes. Debates e posições políticas, ideológicas, econômicas, lutas sociais, costumes, práticas e grupos sociais, eventos culturais, podem ser localizados nos diversos espaços que compõem os periódicos. Há muitas maneiras de se estudar as políticas sociais através da imprensa.

Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer as colunas sociais, aos “faits divers”, às ilustrações, às caricaturas e às diferentes seções de entretenimento. O noticiário tem grande importância para as investigações históricas. É utilizado nas análises econômicas, nos estudos sobre as condições de vida, relações e lutas sociais etc. (CAPELATO, 1988, p. 34).

O levantamento desse corpus documental foi uma atividade essencial para a organização das unidades de análise que compreende o desmonte dos textos, separando-os por termos, ideias, discursos e expressões. Após a etapa de análise documental e síntese textual, o procedimento da escrita da tese como o procedimento final, com os resultados da pesquisa. A análise dos documentos considerados indicadores da pesquisa exigiu da investigadora, no encontro com os textos, “transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma *outra coisa* que funciona diferentemente.” (CERTEAU, 1982, p. 82) Assim, procedimentos para a fase analítica foram necessários para o desenvolvimento de uma sensibilidade científica, capaz de perceber na totalidade dos textos, os discursos, termos e expressões que, silenciados nas estantes, receberam um olhar atento para aspectos aparentemente insignificantes. No caso do Maranhão, observar o processo de evolução da sociedade e reescrever o ciclo de formação das instituições de assistência e educação das crianças.

1.4 A tese e sua estrutura

A tese é um exercício de memória, como alerta Eco (2007). É uma das práticas desse movimento de estruturação das ideias é escrever as conclusões de uma investigação. No

arquivo, a pesquisadora se deparava com a imensa variedade de documentos sobre a história do Maranhão, e então compreendia, que era preciso fazer perguntas e recuperar conhecimentos adquiridos em outros momentos formativos para definir o objeto de estudo. A partir da escolha do tema e na definição dos objetivos geral e específicos, foi possível pensar sobre a organização do trabalho escrito. “Fazer uma tese significa, pois, aprender a pôr ordem nas próprias ideias e a ordenar dados: é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um objeto que, em princípio, sirva também para outros” (ECO, 2007, p. 32). A tese foi organizada em seis seções, que estão apresentadas neste texto, com objetivos, temas desenvolvidos em cada uma delas, assim como fontes utilizadas para análise dos problemas levantados.

A primeira seção, a Introdução, possuiu como objetivo definir a composição do trabalho e sua inserção na área de estudo (De onde estou falando? Qual é o objetivo? Quais as leituras? Qual a metodologia?) e busca explicitar compreensões sobre a escolha do tema, o encontro da pesquisadora com o campo da história e das políticas públicas; apresentar o objeto de estudo e os objetivos; elaborar uma tese sobre o tema e objeto definidos; apresentar os procedimentos de pesquisa e de análise e a organização do trabalho escrito.

A segunda seção intitulada Infância e políticas públicas no Maranhão: considerações sobre um campo, buscou apresentar as concepções das infâncias maranhenses, dialogando com as propostas políticas às quais estavam subordinadas desde o império. Numa análise atual, desdobra as propostas estaduais para a primeira infância identificando as permanências de instituições e práticas de vigilância e disciplinamento das crianças vulneráveis socialmente.

A terceira seção, intitulada “Vir a instruir-vos sobre os negócios públicos”: as políticas e os políticos no Maranhão (1850 – 1950), objetivou reconhecer o contexto político do Maranhão nos séculos XIX e XX, a fim de analisar as políticas públicas criadas para a assistência incluindo a infância desvalida. Para isso, o capítulo foi desenvolvido em duas subseções: As políticas públicas do Maranhão: as instituições se erguem e A mecânica do poder político: a institucionalização, a disciplina e os discursos da norma. Na primeira subseção foram apresentadas as fontes oficiais como relatórios de presidentes da província e de governadores do estado de modo a identificar os discursos que remetem às práticas políticas de institucionalização da infância desvalida no Maranhão. Na segunda subseção, dialogamos com a abordagem foucaultiana para analisar as falas dos administradores públicos e compreender as formas de se referir às populações pobres, as quais deveriam ser assistidas pelas políticas elaboradas nas assembleias provinciais e congressos de estado.

A quarta seção, intitulada Do abandono ao ensino dos ofícios: as políticas públicas

para a infância no Maranhão Imperial, desenvolveu uma investigação documental sobre as políticas para a infância no Maranhão, a partir da criação de uma rede de instituições que educavam meninos e meninas desvalidas, sob o discurso da assistência pública. As subseções apresentaram dados dessas instituições que, mantidas com recursos da Igreja e do Estado, controlavam a vida das crianças.

A quinta seção intitulada Os ecos da assistência científica à infância no Maranhão republicano, discutiu a organização de instituições para a infância no período republicano, sob novos discursos que remetem ao progresso e a modernidade almejados pela nova política. Nas subseções O Instituto de Assistência à Infância no Maranhão e os discursos filantrópicos para as crianças desvalidas e O Educandário Santo Antônio e a prevenção da lepra pela institucionalização das crianças, foram discutidos sob o prisma da filantropia, a assistência e a educação da infância desvalida no Maranhão, desde a Primeira República até fins dos anos 1940, quando se combatia a epidemia de lepra e criava-se um preventório.

Por fim, a seção com as Considerações Finais e a conclusão da autora perante o estudo realizado.

2 INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MARANHÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM CAMPO

A produção científica no Brasil sobre as políticas públicas e a infância nos últimos 20 anos tem apresentado novas perspectivas de análise sobre a educação das crianças no Brasil, dentre elas, as abordagens de cunho histórico que, a partir de investigações realizadas nos arquivos públicos, institucionais e pessoais, tem trazido contribuições para o campo das políticas educacionais, ao se aproximar da história local. Pode-se considerar como marco nos estudos sobre a história da infância no Brasil, as pesquisas realizadas pela Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CESPI), grupo de estudos brasileiros sobre legislações e crianças brasileiras, da Universidade Santa Úrsula no Rio de Janeiro. O CESPI era coordenado pelas irmãs Rizzinis, Irma e Irene³⁷, pesquisadoras das áreas de História, Psicologia e Sociologia, que fundam nos anos 1990 o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), que em convênio com a PUC-Rio, passavam a publicar diversas obras sobre a infância no Brasil, consequência dos estudos do Centro.

Na obra *A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*, primeira edição de 1995, Irene Rizzini organizava em conjunto a Francisco Pilotti, sociólogo chileno, uma coletânea de artigos sobre as legislações latino-americanas e os mecanismos de assistência a infância partindo das políticas públicas. No resultado dessa ampla pesquisa histórica, os autores levantaram a tese de que tanto a infância pobre como a rica estavam submetidas a políticas de controle dos governos locais, e que educá-las seria um projeto de intervenção estatal para a construção de uma identidade nacional, desde o império. Dentre outras contribuições de autores nacionais e internacionais, os estudos históricos e políticos sobre a infância perpassaram pelas instituições educativas que na verdade, assumiam a intenção de civilizar a população utilizando mecanismos disciplinadores, como as rotinas, o ensino religioso e a higiene.

O trabalho de Guimarães (2014) investigou a criação e organização da Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais (1876-1891) cujo objetivo era formar pessoal pertencente aos quadros inferiores do Exército através do recolhimento de crianças

³⁷ Como pesquisadora, Irene Rizzini atua desde os anos 1980 na coordenação de projetos de investigação internacional sobre a infância. Doutora em Sociologia e Mestre em Serviço Social, manteve projetos de cooperação científica com diversas universidades em todos os continentes, exercendo a função de pesquisadora visitante nas Universidades de Notre Dame (EUA e Escócia). Entre suas principais obras, destacam-se: *O Século perdido*; *Vida nas Ruas: trajetórias de vida de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro*; *Cuidado Familiar e saúde mental: a atenção das famílias e seus filhos na infância e na adolescência* e *A Institucionalização de Crianças no Brasil*.

desvalidas, no contexto de desenvolvimento de políticas públicas de proteção e assistência à infância. Branco (2019), verificou como se deu o processo histórico de institucionalização das escolas públicas primárias na província do Maranhão.

O trabalho de Moura (2011), analisou as medidas que os governos republicanos desenvolveram para a assistência à infância no início da República, no Estado de Pernambuco. Mello (2008), buscou investigar a constituição de uma política nacional no Brasil para a criança pequena, a partir da criação da instituição creche. O estudo abrange o final do século XIX – do ano de 1899, com a criação do Instituto de Proteção à Infância (IPAI) no Rio de Janeiro – até o início do século XX, quando ações do Estado são direcionadas na busca da preservação da infância brasileira, passando a ter uma legislação específica para esse fim. A tese de Nunes (2011) buscou identificar em quais termos se delineou a construção da infância como portadora de futuro no início da República. Para isso, analisou os anais dos congressos panamericanos, expressos em nove edições. Caldeira (2020), fez um levantamento de aspectos políticos e administrativos que envolveram o acolhimento e instrução de meninos, meninas e as práticas de controle e de ordenamento social de crianças desvalidas na cidade de Pelotas/RS, no período de 1910 a meados de 1940, que resultou na institucionalização desta infância.

Esses estudos forneceram subsídios teórico-metodológicos para consolidarmos os procedimentos de pesquisa e de análise a serem utilizados, além de contribuírem com a construção das hipóteses, com ênfase para as teses de Silva (2017) e a de Cabral (1982), por discutirem as políticas maranhenses, com foco nas educacionais. Na biblioteca de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foram encontradas dissertações sobre a temática das Políticas Públicas no Maranhão. Com destaque para a de Tavares (2009) que investiga a educação das crianças pobres, livres e as formas de educabilidade geradas pela ideia de civilização e a de Araújo (2013) que estuda as políticas de assistência para as crianças negras. Também, Rodrigues (2010) analisou o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, instituição de reclusão feminina no Maranhão Colonial e Imperial, e recolhia meninas abandonadas ou internadas pelas suas famílias, para adquirirem prendas domésticas e educação religiosa. A pesquisa de Costa (2013), também traz pistas pela investigação da instrução pública primária na Província maranhense, a partir da circulação do Livro do Povo, de leitura escolar com lições bíblicas e moralizantes.

Os estudos de Oliveira (2009) que refletem sobre as políticas de assistência à infância em Juiz de Fora, vinculadas à escolaridade, na passagem do regime monárquico para o republicano, momento crucial na formação do pensamento social brasileiro. Oliveira (2014)

analisou informações a respeito das crianças expostas e órfãs na cidade da Paraíba Oitocentista, compreendendo os mecanismos de responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia e do governo provincial em relação à tutela e à destinação das mesmas. Também, Johansen (2017), que investigara as ações assistenciais promovidas pela educadora Anália Franco, com a criação da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva no Estado de São Paulo em prol da infância desvalida entre os anos 1901 e 1925.

Sobre as Políticas de Assistência no modelo caritativo durante o Brasil Império, foram observados os trabalhos de Paula (2009), Teias de caridade e o lugar social dos expostos da freguesia de N^a Sr^a da Apresentação - capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII submetida a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), também o trabalho intitulado A Irmandade da Misericórdia de São Paulo e a assistência aos expostos: recolher, salvar e educar (1896-1944) de Silva (2010) da PUC/SP e o trabalho de Rodrigues (2005), as Dimensões Educativas das normas e saberes acerca da infância desfavorecida no estado de São Paulo: a legislação e a literatura especializada entre 1890 e 1927 submetido a Universidade de São Paulo, que contribuíram com as reflexões sobre a importância de fontes como os relatórios dos mordomos³⁸ das Casas dos Expostos e os registros de batismo e paroquiais para a compreensão da assistência que eram submetidas as crianças recolhidas através da Roda.

Algumas pesquisas debruçaram-se sobre as Instituições de Recolhimento Infantil. Dentre elas, destaca-se a de Scremin (2009), Pobre Coração de Maria: assistência e educação de meninas desvalidas em fins do século XIX e início do século XX da Universidade Estadual de Campinas, de Rocha (2005), intitulado Caridade e Poder: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889) da mesma universidade, e de Porto (2006) intitulado Asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida 1889-1914, da Universidade Católica de Santos.

A história das políticas para a infância é um percurso promissor por identificar e analisar as instituições criadas para as crianças desvalidas e os mecanismos de assistência e de educação que se desenvolveram. No Brasil, o interesse pela institucionalização das crianças desenvolveu-se a partir de meados dos anos 1960, e alguns historiadores contribuíram com o campo principalmente nos estudos sobre a atuação das Santas Casas de Misericórdia. Destacam-se as teses de Russel-Wood (1981), que mesmo sendo inglês, interessou-se pela

³⁸ Cuidavam da entrada e saída de crianças nessas instituições, o que implicava os processos de recolhimento, de doação, de amamentação e de envio a outras instituições. Para as meninas, era possível também a entrega para casamento, se estivessem na casa com idade de 14 anos.

investigação da Santa Casa de Salvador, tendo um capítulo sobre a Casa de Expostos baiana. Também, Laima Mesgravis (1977), que investigou a Santa Casa de Misericórdia em São Paulo, analisando a assistência social como um pilar básico das Misericórdias e do Império português. Renato Pinto Venâncio (1988) dedicou-se ao estudo da criança abandonada no Brasil em sua tese de Mestrado, *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII* (São Paulo, Universidade de São Paulo, 1988) que contribuiu com o estudo do abandono em paróquias rurais e urbanas no Rio de Janeiro setecentista. Por outro lado, o seu livro *Famílias Abandonadas* é uma versão resumida da sua tese de Doutorado defendida em 1993, na Universidade de Paris IV (França), intitulada *Casa da Roda: Institution d'assistance infantile au Brésil – XVIIIe et XIXe siècles*.

As questões centrais da pesquisa de Venâncio (1999) são, segundo suas próprias palavras,

As normas, as leis e as práticas assistenciais que, além de estigmatizarem os pobres com acusações de irresponsabilidade e de desamor em relação à prole, deram origem a uma perversidade institucional que sobrevive até nossos dias: paradoxalmente, desde os séculos XVIII e XIX, a única forma de as famílias pobres conseguirem apoio público para a criação de seus filhos era abandonando-os. (VENÂNCIO, 1999, p.13)

Pode-se destacar também os trabalhos de Alcileide Cabral do Nascimento (2010): *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1879-1932)* no Doutorado em História/UFPE e José Fernando Teles da Rocha (2010): *Do asilo dos expostos ao berçário: assistência e proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896-1936)* no Doutorado em Educação/UNICAMP. Ambos pesquisaram sobre o Abandono das Crianças, a Irmandade da Misericórdia e as instituições de recolhimento “Casas dos Expostos” nas cidades de Recife e São Paulo.

A dissertação de Maihara Raianne Marques Vitoria (2015), da Universidade Federal da Bahia – UFBA, intitulada *Os filhos da misericórdia: cotidiano e vivências das crianças expostas na santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)*, que discutiu as trajetórias das crianças deixadas na Roda dos Expostos nas últimas décadas do século XIX, mais especificamente do período de 1870 e 1893 e a importância de compreender os significados e as mudanças que a Lei do Ventre Livre trouxe para as crianças expostas.

Cláudia Tomaschewski (2014), em seu trabalho *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre*, tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da PUC/ RS, analisa, em perspectiva comparada, as irmandades da Santa Casa de

Misericórdia das cidades de Pelotas e Porto Alegre na província do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 1847 e 1891. Segundo a autora, elas eram organizadas em nome da caridade, mas possuem uma íntima ligação com o Estado, que lhes garantia o monopólio dos serviços de assistência, especialmente o cuidado dos mortos. Renato Júnio Franco (2011) em sua pesquisa *Pobreza e caridade leiga - as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa*, tese do Doutorado em História da USP também investigou as misericórdias. Partindo de discursos que pregavam o amor ao próximo, essas instituições segundo ele, selecionaram seu público beneficiário, hierarquizando e, por vezes, interditando serviços a determinados grupos, marcadamente os mestiços e os escravos.

O trabalho de Rangel (2013) intitulado *Assistência no Rio de Janeiro: elite, filantropia e poder na Primeira República*, tese de doutorado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) no Rio de Janeiro, investiga as propostas de assistência aos pobres defendidas pela elite dominante como projeto de reforma social da sociedade brasileira. Também, a tese de Abrantes (2010), no Curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulada *O Dote é a Moça Educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República*, que analisa a instrução destinada às mulheres no início do período republicano como necessária para sua educação, tendo o dote como recompensa simbólica para garantir um bom futuro.

Ribeiro (2003) com o trabalho *Igreja Católica e Modernidade no Maranhão (1889-1922)*, dissertação do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), apresenta dados do ideal civilizador da Igreja, do Estado e das elites que marginalizavam as outras manifestações religiosas presentes no estado e eram próprias das populações pobres. Práticas de disciplinamento social das camadas populares demonstra um tempo de forte obscurantismo no Maranhão e revelaram que a Igreja mantinha seu status dominante nos acordos com a aristocracia local.

Nesse sentido, escolher a infância como campo de investigação é considerar as adversidades que marcaram a construção de concepções sobre ela, incluindo as diversas áreas do conhecimento. Infância como bem demarcam os autores da Sociologia e Antropologia, “é um entre-lugar o espaço intersticial entre dois modos – o que é consignado pelos adultos e o que é reinventado nos mundos de vida das crianças – e entre dois tempos – o passado e o futuro.” (SARMENTO, 2003, p. 10). Um lugar na História, que permeado de constrangimentos, revela as permanências de um ocidente deveras protetor das crianças, mas que nega sua existência com políticas moralizantes.

As concepções que estiveram presentes nas documentações de cunho histórico e que

respaldam a ideia sobre a infância brasileira, formaram uma representação dessa geração: incapaz, dependente e submissa. Enquanto sujeitos históricos, as crianças por um bom tempo foram compreendidas pelos adultos como seres biológicos, que precisavam ser estimulados para se desenvolverem. Essa concepção desenvolvimentista descartou as suas constituições sociais, enquanto sujeitos atravessados pelas lutas e resistências de seus povos, raças e etnias (SARMENTO, 2003).

A importância dos estudos de Ariès (1981), Postman (1999) e Becchi (1983), contribuíram para que as investigações considerassem quesitos de análise como a convivência das crianças com os adultos, a infância como um artefato social e como idealizadora de sua própria cultura. Esses autores apresentaram dados a partir da compreensão histórica de seus lugares de pesquisa e constituíram, com o tempo, uma nova abordagem de estudos sobre a infância, enquanto tempo de descoberta, mas também de submissão.

A infância existe, portanto, no reino da palavra "outra". Da palavra que se quer dotada de poder, não só porque fala daquilo que não fala, mas também enquanto deve "fazer falar" quem não é ainda capaz de palavra; e que para exercer tal poder utiliza meios e artifícios retóricos. (BECCHI, 1983, p. 64)

A infância foi mantida sempre em estado de escuta passiva, ou seja, vista como uma fase da vida onde somos incapazes de aprender sozinhos. Quieta e em constante processo de educação, foi excluída e marginalizada pela sua pequenez. Assim, diante da obra de Emmanoel Zamor (1840-1919)³⁹, pintor negro brasileiro adotado por franceses, observamos a representação de uma infância esquecida e abandonada à própria sorte. Os traços, as sombras e as cores da obra de Zamor nos remete a uma infância peculiar, que vive sob a dominação de um sistema político, com concepções dessoantes das vidas das populações pobres. Vidas como as das crianças maranhenses, atravessadas pelas desigualdades sociais, que resistem às violências dos que as governam. Resistem pela produção de sua própria cultura, no encontro com os pares, com sua comunidade e sua ancestralidade.

³⁹ A releitura que autores críticos fazem das obras de Zamor, é que ele retratava imagens e pessoas de seu tempo no Brasil, já que seus primeiros dez anos de vida foram vividos na cidade de Salvador, na Bahia.

Figura 03 – Crianças Negras (pintura de Emmanoel Zamor, 1880)



Fonte: Museu Afro Brasil (Disponível em <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/indice-biografico/lista-de-biografias/biografia/2016/10/10/emmanuel-zamor>)

No Brasil, a diversidade cultural promoveu o surgimento de infâncias singulares, conforme expansão das regiões, da urbanização e da demografia. Infâncias nas cidades ou nas zonas rurais, pertencentes às classes populares ou abastadas, aproximaram para si possibilidades de compreensão das suas histórias e das múltiplas histórias das crianças pelo Brasil. Priore (2013) apresenta em sua obra fragmentos da história das crianças no Brasil, e escancara as formas de governo dessas infâncias, expostas aos escárnios, aos maus tratos, às injúrias, ao abandono, à institucionalização. “Das ribeiras do Amazonas às serras pedregosas de Minas Gerais, graças a uma diversidade infinita de documentos e registros, seus pequenos gestos de alegria e dor, ansiedades e preocupações, brincadeiras e temores, foram cartografados” (PRIORE, 2013, p. 10). É preciso, portanto, sob exaustiva busca documental, aproximarmos das infâncias e suas pluralidades, e compreender conforme suas origens, toda a maquinaria política que dá subsídio ao seu desaparecimento, conforme postula Postman (1999), o qual afirma que a infância está fadada a sumir, devido aos pseudoadultos que a reveste nas cobranças cotidianas da família, da sociedade e da escola. Cada vez mais as crianças assumem papéis de responsabilidade que retiram dela o prazer de brincar e de viver momentos únicos durante a infância.

Nesse íterim, sublinha-se a infância nordestina, maranhense, que em suas especificidades, estiveram despercebidas pelos estudiosos, considerando estarem fora do eixo centro-sul do país. Refletir sobre as características dessas crianças e o que determina suas infâncias no Maranhão, está associado aos tempos vividos, espaços compartilhados e as experiências que elas mantêm com à terra, com a comunidade e com sua expressão cultural.

Em sua maioria, as crianças eram/são pobres, favorecendo a exploração de seus corpos e das suas mentes. Negras, indígenas, camponesas e ribeirinhas, as crianças do extremo norte do país, de pés descalços, expressam as artes de viver longe da sofisticação e do conforto. Reinventam seu cotidiano brincando com a natureza, com os objetos e com seu próprio corpo.

Conceber interações, brincadeiras e infância no contexto do Estado do Maranhão é valorizar influências da história, da geografia e da cultura na formação de indivíduos brincantes, com possibilidades de descobertas únicas sobre os lugares, os espaços e os territórios que as nossas crianças escolhem para brincar. A partir desses dados, sermos capazes de repensar nosso olhar sobre nossas infâncias: quilombola, indígena, sem-teto, camponesa, urbana, e propormos políticas públicas de atendimento horizontalizado, propostas e programas que comecem delas mesmas, das próprias crianças. (DUTRA, 2020, p. 45)

As especificidades das infâncias no Maranhão, caracterizam a relação dos povos, das comunidades, dos grupos étnicos que as constituem com a história e a formação de um território multicultural. Trazer um pouco da beleza desses encontros entre as crianças e seus contextos únicos de experiências com a terra, mobiliza a infância de cada um de nós, aquela que nunca morre. Nossas crianças maranhenses criam, recriam espaços e utilizam o que a natureza oferece para modificarem seus fazeres, saberes e brincades. Sousa (2021), em suas andanças antropológicas pelo Maranhão, conheceu a cultura Capuxu e se aproximou da infância indígena que crescia num sistema de crenças, fruto das experiências das crianças com o sobrenatural. Elas nos ensinam sobre as contradições da vida e da morte e demarcam um território religioso que ressignifica a noção de cultura para o adulto e para a criança.

Isso nos remete à necessidade de sermos cautelosos ao pensarmos representações de crianças, jovens, adultos, idosos como comuns. Às vezes, crianças e jovens, adultos e idosos podem compartilhar de um mesmo repertório de crenças, mas imputar sentidos diferentes a ele. É preciso estar atento, pois é possível que se tenha o compartilhamento de um repertório comum, mas uma atribuição de sentido diferenciada a partir de cada fase do ciclo da vida. (SOUSA, 2021, p. 22)

Mas essas expressões da cultura indígena não estão contempladas nas concepções que se constroem sobre infância, sendo que crianças pertencentes a contextos distintos dos padrões ocidentais são sempre vistas com excentricidade, e não com a naturalidade que a geração permite. Assim também, nossa infância negra, apontada por Araújo (2013) como uma infância negada na historiografia brasileira, submissa a uma classe dominante, branca e que se incomoda com os meninos de cor. E no Maranhão, no contraponto, a presença atuante de comunidades quilombolas revelam a vida das crianças negras e sua descendência, na construção de sua identidade e na convivência com os adultos contadores de histórias.

A comunidade, neste sentido, passou a se mobilizar na recuperação de uma tradição perdida. Contavam histórias em suas residências, às portas para que as crianças ouvissem e se encantassem. Em um momento, Dona Francisca, moradora do quilombo Ariquipá – MA desde sua fundação, estava junto às crianças debaixo de uma árvore contando os causos de seus antepassados, causos estes que fizeram as crianças se arrepiarem: Nossa, que medo dessas histórias! Exclamava a pequena Fernanda, de 6 anos, neta da contadora do dia. Pela manhã, numa quarta-feira, as crianças já chamavam seus pais para contarem novamente, no desejo de se aventurarem naquelas narrativas cheias de aventuras. (SILVA et al, 2022, p. 182)

Esses trechos da vida nos quilombos maranhenses resgatam o encantamento de pesquisar junto à infância no Maranhão. Atividade que exige sensibilidade e entrega, garantindo às crianças o direito de serem ouvidas e reconhecidas em suas formas de ser e viver, incluindo a infância do campo, recriadora do lugar que ocupa, em um cenário que foge da vida urbana. O cotidiano das crianças, seja das comunidades ribeirinhas ou pesqueiras, é recriado por elas pelas possibilidades no encontro com a natureza e por utilizarem elementos naturais como brinquedos, por exemplo. A aproximação investigativa nesse contexto precisa respeitar a relação criança-contexto-objeto, considerando os novos significados que a infância denota sobre a realidade concreta. Conseguem mobilizar novas ideias sobre a atividade que realizam em meio a tarefas comunitárias, criando e recriando os espaços, os tempos, os artefatos e toda a materialidade envolvida em seus territórios demarcados.

A garantia dos direitos das infâncias brasileiras está pautada, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 227, considerado um marco legal importante para as conquistas sociais de movimentos feministas. Um novo tempo para as crianças, reconhecidas na Carta Magna como sujeitos de direitos. Influenciada pela movimentação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de 1989, durante a realização da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil acabou adotando o texto pelo Decreto nº 99.710/1990.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, não paginado).

A partir da CF/1988, outras legislações⁴⁰ se voltaram para a inclusão dos direitos das crianças em seus textos, incluindo os termos proteção social e assistência pública como

⁴⁰ O ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), Lei nº 8069 de 1990, é resultado da luta de movimentos sociais pela infância vulnerável socialmente no Brasil e nasce da Absoluta Prioridade apontada no artigo 227 da CF/1988.

prioridades nessa garantia. Porém, a infância por muito tempo era vista como gasto e as políticas públicas tinham caráter corretivo e disciplinador, com a criação de instituições educativas específicas por faixas etárias e objetivos formativos. No Maranhão, a infância pobre, desvalida, apontada nos discursos dos legisladores como um problema social, era constituída pelas crianças pertencentes às classes subalternas da sociedade. Castel (1998), ao retratar as vulnerabilidades sociais em um percurso histórico e o papel do Estado em oferecer o socorro aos indivíduos em suas necessidades, pontua uma caracterização que se sobressai na ampliação de políticas sociais no Ocidente: o uso de estratégias para intervir nos contextos, desarmando as tensões, evitando rupturas e reconciliando os desalinhados. Essa atuação reverbera uma designação que se estende desde a constituição dos Estados Nacionais, sendo a imagem do Estado protetor, com a “responsabilidade de realizar seu mandato de fiador do pertencimento de todos a uma mesma sociedade” (CASTEL, 1998, p. 610 – 611).

Para a infância maranhense, o Estado se manteve em alerta, não somente pelo uso das estratégias de docilização dos meninos e meninas, mas, porque essas crianças eram filhos de um povo rebelde. Do chão desse povo, banhado pelo sangue de tantos homens e mulheres que germinaram as lutas pela garantia dos seus direitos mediante o governo de suas vidas, de suas liberdades e de suas vozes, poderia brotar novos líderes da resistência. O controle por meio da institucionalização era/é uma política de ajuste social, onde as crianças pobres são prioridades.

A pretensão no interesse por uma dimensão histórica das políticas para a infância nessa tese vem da importância de recuperar o contexto das instituições criadas para as crianças pobres e os discursos proferidos sobre elas como verdades, que segundo Krawczyk (2019, p. 05): “naturalizam-se conceitos por não explicitarem a historicidade que eles carregam”. Nessa perspectiva, tenciona-se a institucionalização e seus dispositivos disciplinares como práticas das políticas de educação e saúde para a infância, localizando seus arranjos legais para a formação de uma sociedade ideal. Desde as políticas assistenciais do Império, os correccionais na República, como o Primeiro Código de Menores a partir de 1890, e as atuais políticas neoliberais, com forte tendência mercadológica, percebem-se permanências dos assistencialismos que forjam as práticas de proteção e garantia.

As políticas para a infância no Brasil sempre se enveredaram pela assistência à saúde e educação, prioritariamente, o que motivou a criação de instituições, de programas, de projetos sociais e outras propostas de educação das crianças pobres, submetidas a uma didática disciplinadora. A criação, por exemplo, de uma Rede Estadual pela Primeira Infância –

REPI⁴¹, em novembro de 2010 no Maranhão, as instituições da sociedade civil, da iniciativa privada e poder público estabeleceram um Plano Estadual que visa a ampliação do atendimento às crianças, com programas e projetos de inclusão social, em todos os setores públicos.

O Plano Estadual pela Primeira Infância (Pepi), que ora apresentamos, é pautado no argumento social que nos assegura “Proteger a criança e cuidar dela para que tenha vida plena e desenvolva seu potencial humano é dever da família, da sociedade e do Estado. A família tem a competência originária e mais íntima com o bebê, mas a sociedade como organização da convivência, da sobrevivência e da evolução da espécie (ou do gênero humano) deve velar, zelar e assumir o dever de ser guardiã da infância, o que significa ser guardiã de cada criança individualmente”, conforme indicado no Guia para a elaboração de planos municipais pela primeira infância (2017). (MARANHÃO, 2019, p. 17)

O PEPI destaca em seu texto avanços nos últimos anos da administração pública, como:

- a. Educação: com lançamento do Programa Escola Digna, o Plano aponta a reforma e construção de novas escolas, além da formação de professores;
- b. Saúde: com apoio da Organização Pan Americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS), o lançamento de programas como o Zero Morte Materna, o Cheque Cesta Básica Gestante, Casa de Apoio Ninar e Todos pela Atenção Básica;
- c. Assistência Social: o lançamento do programa Primeira Infância no SUAS, sigla para Sistema Único de Assistência Social, que atende gestantes, crianças até três anos e suas famílias e crianças até 6 anos e suas famílias. A proposta é acompanhar o desenvolvimento social das crianças maranhenses, seus relacionamentos e vínculos;
- d. Infraestrutura: construção de praças, parques infantis e logradouros públicos acessíveis às comunidades periféricas.

As práticas políticas deliberadas pelo PEPI, portanto, mudaram a realidade da infância maranhense nos últimos anos, comparando com o período sarneista⁴², que o antecedeu, e que negligenciou a atenção que deveria ter sido dada ao diálogo que a REPI tentava manter com os representantes legais do governo. Porém, mesmo com a ampliação dos serviços públicos, identificam-se discursos e políticas que visam acordos internacionais e de captação de recursos que motivam interesses empresariais. No PEPI, por exemplo, a participação das

⁴¹ A REPI é formada por representantes de várias instituições da justiça, saúde e educação do estado do Maranhão, como Ministério Público, Universidade Federal e Secretarias Municipais, além de organizações filantrópicas e ongs que fomentam discussões e estudos sobre as crianças no Maranhão.

⁴² Governo de Roseana Sarney (2009-2014), que antecedeu o Governo Flávio Dino (2015-atual)

agências internacionais UNICEF⁴³ e OMS, remonta a ideia de regulação dos países para uma infância global.

Não obstante, importa sublinhar que este esforço normalizador e homogeneizador, se tem efetivas consequências na criação de uma infância global (Sarmiento, 2001b), não anula – antes potência – desigualdades inerentes à condição social, ao gênero, à etnia, ao local de nascimento e residência e ao subgrupo etário a que cada criança pertence. Há várias infâncias dentro da infância global, e a desigualdade é o outro lado da condição social da infância contemporânea. (SARMENTO, 2003, p. 12)

Enquanto política social, o PEPI mobiliza a participação de setores da sociedade civil para a promoção de atividades em prol da primeira infância, como campanhas de vacinação, acompanhamento de famílias, puérperas, gestantes e recém-nascidos, além de oferecer assistência social e programas escolares. Vê-se as permanências da assistência às crianças desvalidas propostas anteriormente na história das políticas públicas no Maranhão, com seus discursos e estatísticas de grande alcance, mas que não abrangem as infâncias em sua totalidade, incluindo as do campo. Por isso, a história das práticas políticas para a infância não deve estar associada a uma ideia de algo morto, que ficou para trás e não mais coexiste em nossos tempos de (re) existência. Segundo Castel (1998), essa história permanece e se repete em nossa contemporaneidade.

Voltar-se para o passado com uma questão que é a nossa questão hoje, e escrever o relato de seu advento e de suas principais peripécias. É o que vou tentar, porque o presente não é só o contemporâneo. É também um efeito de herança e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje. (CASTEL, 1998, p. 23)

Considerar a história da infância maranhense a partir das políticas públicas como um campo em constituição é um movimento necessário para novas análises sobre os estudos das crianças sob a perspectiva histórica, com corpus documental específico. Um trabalho de aproximação local da arte de governar as populações e atentar-se para os que foram excluídos na construção das políticas no Brasil.

Portanto, as especificidades das infâncias no Maranhão é um desafio constante para políticas que tentam enquadrá-las. A diversidade cultural da população, com seus entraves e possibilidades de construir a vida na comunidade, como os quilombos, as terras indígenas, os assentamentos, povoados rurais e pesqueiros, exige, nesses tempos de perseguições políticas, violências e negação dos direitos humanos, mais respeito e inclusão social. As crianças são atingidas cotidianamente pela ausência de políticas públicas horizontalizadas, construídas no

⁴³ Fundo das Nações Unidas para a Infância.

chão das suas terras e das suas comunidades, em rodas de diálogos e aproximação da vida das pessoas.

3 “VIR A INSTRUIR-VOS SOBRE OS NEGÓCIOS PÚBLICOS”: AS POLÍTICAS E OS POLÍTICOS NO MARANHÃO (1850-1950)

A constituição da política maranhense na segunda metade do Império considerou algumas marcas da história e da cultura dessa Terra das Palmeiras⁴⁴, que desde o início do século XIX, enfrentara conflitos e imposições dos homens da lei na organização da Província. Antes, é de grande valia a análise desse contexto, para a compreensão dos caminhos tomados pelos presidentes das províncias, pelas câmaras municipais e por representantes de uma sociedade política, grupos e/ou representantes de instituições mantenedoras do poder local, que se aproximavam das decisões políticas para as cidades de modo a garantirem seus status e participação nos discursos sobre o progresso.

O Maranhão, no decorrer do Oitocentos, evidenciava uma província que ora ascendia com uma elite que edificava tempos de glória, no orgulho da produção literária e da economia algodoeira, e ora declinava com a escravidão, o aumento da pobreza e os conflitos rurais. Algumas designações a essas terras, segundo o historiador maranhense Raimundo Lima dos Santos (2015) são também provenientes de impressões de estrangeiros como os viajantes Spix e Martius, que nas primeiras décadas do século, descreveram aspectos do Maranhão que os encantaram: “embora tão vizinha do Equador, e quase situada no meio de matos virgens, cuja vegetação se conserva viçosa (...) é muito saudável a cidade; mesmo toda a ilha.” (SPIX e MARTIUS, 1976 apud SANTOS, 2015, p.13). As impressões construídas e publicadas de forma romântica sobre as viagens aos territórios brasileiros tinham por objetivo consolidar os ideais de progresso nos moldes europeus, diferenciando as culturas e as raças. De outra forma, os literatos da primeira geração de intelectuais maranhenses, como Aluísio de Azevedo na sua obra *O Mulato*, abordavam uma São Luís esplendorosa, mas que escondia a desigualdade social presente naquele cotidiano.

Era um dia abafadiço e aborrecido. A pobre cidade de São Luís do Maranhão parecia entorpecida pelo calor. Quase que se não podia sair à rua: as pedras escaldavam; as vidraças e os lampiões faiscavam ao sol como enormes diamantes, as paredes tinham reverberações de prata polida as folhas das árvores nem se mexiam as carroças de água passavam ruidosamente a todo o instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em mangas de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem cerimônia as casas para encher as banheiras e os potes. Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua; tudo estava concentrado, adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho. (AZEVEDO, s.d, p. 03)

⁴⁴ Referência ao Poema *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias, em que enaltece a sua Terra, exaltando suas belezas naturais.

Em busca de uma identidade que transplantava ideias e discursos civilizatórios, principalmente franceses⁴⁵, a sociedade maranhense sofreu intensas mudanças sociais que convergiam para o cenário da modernidade, almejada pelo Governo Imperial. Assim, os primeiros anos pós-independência desencadearam iniciativas de inserção da Província nas primeiras políticas de institucionalização da assistência pública, como a criação de novos hospitais, instituições educativas, religiosas e de policiamento.

São Luís, a capital da Província, cultuava o luxo e o poderio promovido pelas exportações algodoeiras da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, desde a segunda metade do século XVIII. Para a capital da Província do Maranhão alcançar o quarto lugar em população e riqueza, depois do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, promoveu à elite local a construção de grandes casarios e sobrados além do envio dos filhos ao exterior para os estudos, desenvolvendo os costumes condizentes ao sudeste. Os estudos de Martins (2006) apontam que esses maranhenses, filhos da oligarquia maranhense, que chegavam da Europa para ocupar altos postos na administração pública e nas academias de letras, foram reconhecidos pelos historiadores como os Novos Atenienses⁴⁶, que buscavam fundar uma terceira geração de letrados maranhenses, durante a República Velha.

Nos jornais e periódicos da capital, os anúncios de uma nova civilização são registrados nas primeiras páginas:

No século XIX em que o Anjo do Senhor embocando a sonora tuba fez soar por todo o universo a palavra – progresso – cujo esse, ainda mais forte e maravilhoso que o dos sacerdotes e do povo em roda dos muros de Jerico, rasgou o negro véo [sic] das trevas, despertou do letárgico sono em que viviam nações inteiras, que há tantos séculos dormião nos amortecidos braços da mais crassa e supina ignorância, substitui o desalento e a inação pelo entusiasmo e amor das letras, fez desaparecer o maldito prejuízo, que o homem d’alta linhagem deveria desprezar totalmente a cultura da inteligência, transformou o mundo, que , como as matas virgens onde não penetram os dardejantes raios de sol e da lua, permanecia envolto nos densos horrores da escuridão (A ESTRELA DA TARDE, 1857, p. 01).

O século da aurora, mencionado pela historiografia maranhense como a época do Ouro, da Atenas Brasileira⁴⁷, ocultava os problemas que afligiam a maioria da população

⁴⁵ Por causa da fundação da capital da província, realizada pelos franceses em 1612, Lacroix (2020) menciona São Luís como a mais erudita, elegante e hospitaleira cidade brasileira.

⁴⁶ A atuação desses intelectuais incidiu sobre as mais diversas instâncias da vida social e cultural local. Incluíram-se no rol dos nascidos entre 1870-1890 e que buscavam a revitalização da literatura maranhense de modo a manter o conceito dado à sua Terra Natal: Atenas Brasileira.

⁴⁷ A denominação decorre do número de escritores locais que exerceram papel importante nos movimentos literários brasileiros a partir do romantismo. Surgiu, assim, a imagem do Maranhão como o estado que fala o melhor português do país. A primeira gramática do Brasil foi escrita e editada na cidade por Sotero dos Reis (1800-1871), jornalista e professor maranhense.

negra, índia e mestiça da capital da Província e que geralmente, moravam distante do centro urbano. Dados do Primeiro Caderno de Recenseamento da cidade de São Luís de 1855⁴⁸ listava 9000 sujeitos constituintes da população e detalhava o quantitativo de pessoas brancas na capital, omitindo os dados da população negra, parda, indígena e mestiça (SÃO LUÍS, 1855). Nesse movimento de reorganização da Província, dos espaços e das posturas, o “banimento das resistências” seria necessário para a “renovação do urbano”, empurrando a pobreza para lugares longínquos (SENNETT, 2014, p. 262). Assim, o disciplinamento das posturas municipais, com a criação de um Código⁴⁹ para os moradores foi uma medida para embelezar o público, higienizar e racionalizar o espaço urbano, atendendo de forma seletiva a elite.

O conflito entre liberais e conservadores havia evoluído ao longo dos Oitocentos (...). O conflito trouxe à tona a verdadeira natureza do poder na província do Maranhão: a união da burguesia mercantil, em sua maioria portuguesa, com a oligarquia rural, principalmente brasileira, fosse ela conservadora ou liberal (COE, 2013, p. 41).

Sobre esse contexto político, o historiador maranhense Flávio REIS (2007) revela que o período de dominação apresentou duas etapas: de 1820 a 1840, a divisão entre famílias importantes de um lado representadas por comerciantes portugueses e por outro, pelos que defendiam a independência da Província, os ditos intelectuais liberais. A partir de 1850, REIS (2007) aponta para a formação de uma oligarquia que teve um papel fundamental na formação do Estado Nacional, “pois teve a missão de organizar as disputas políticas no âmbito regional, reunindo as facções e permitindo o funcionamento de determinados relacionamentos partidários e estabelecendo a mediação entre a corte imperial e a província” (REIS, 2007, p. 51). Na segunda metade do século, intelectuais que voltavam dos estudos na Europa, em sua maioria médicos e advogados, formavam a elite política maranhense e consolidaram padrões de carreira assumindo cargos nas secretarias de Estado e nas Mesas diretoras de instituições majoritárias como a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia.

Mas, a mesma cidade que crescia com a economia agroexportadora, do arroz e algodão e que estampava seus azulejos portugueses nas fachadas dos belos sobrados, era também uma

⁴⁸ Documento criado pelo então Presidente da Província, Eduardo Olímpio Machado, que sentiu necessidade de levantar dados populacionais sobre São Luís. Contém 150 folhas sendo considerado o primeiro mapa populacional do Maranhão Imperial. Nesse censo, dos 9000 habitantes levantados, 3.217 eram considerados brancos.

⁴⁹ Aqui, destacamos a criação do primeiro Código de Posturas da Província, no ano de 1842, que legalizaram a zona urbana, delimitando as fronteiras do poder. O autor Jeferson Francisco Selbach (2010, p. 05) reuniu em um livro a coletânea de todos os Códigos de Postura da Cidade de São Luís e analisa que estas regras “normatizam permissões e proibições, práticas aceitas ou rejeitadas, a ação social disseminada ou criminalizada.”

típica cidade do século XIX, com precário saneamento básico, ruas esburacadas e pouca iluminação. A população pobre incluindo os escravos, sofria com problemas como a proliferação das doenças e o aborto, e demandavam assistência. Nesse cenário, as lutas políticas foram determinantes para o surgimento de instituições disciplinadoras e conformadoras dos corpos perigosos. Esse poder disciplinar, “adestra as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais.” (FOUCAULT, 2014, p. 167) A elite política e econômica, que governava e dirigia os espaços de controle social, passava a se incomodar com o aumento da pobreza e, em alianças com a Igreja, elaborava legislações para conter incivildades.

A preocupação com os desvalidos e marginais estava presente na implementação das políticas públicas de regulação dos desvios de comportamento e higiene. Índios, mulheres, negros, crianças, mestiços e imigrantes pertenciam ao grupo dos deserdados da sorte que perambulavam pelas ruas da cidade e precisavam receber auxílio pelos órgãos provinciais. Às mulheres, em especial, o cuidado e o discurso para a manutenção de padrões sociais, que lhes reservavam a fragilidade, a doçura e o conformismo.

Assim, instituições como casas, reformatórios, asilos, hospitais de caridade e prisões foram criados para o controle e adestramento desses sujeitos, confinando-os e educando-os pela moralidade. Meireles (1994) e Marques (1970)⁵⁰ discutiram em seus escritos sobre o período da reorganização da província, em que para além das instituições da saúde, as ordenações religiosas e irmandades que aportaram em São Luís se consolidaram não somente como espaços de devoção popular, mas como agentes ativos na disputa do poder e protagonismo na educação do povo. Governo, grupos políticos e igreja relacionavam-se conflituosamente na garantia do domínio das atividades sociais promovidas pela igreja que traziam retorno financeiro para a sua manutenção.

Subsidiaram esse processo, as Ordens Religiosas, confrarias e irmandades, que desde a fundação da cidade de São Luís, estiveram presentes na organização do espaço público. Com destaque à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, que desde sua chegada em terras maranhenses, em 1640, se preocupou com a construção de templos, prioridade de toda Irmandade na demarcação de sua atuação. Entre políticos e políticas, o Maranhão enfrentara um século de administração pública morosa e ineficiente, mas que não impediu o crescimento urbano da capital, que com auxílio das iniciativas privadas, apresentava gradualmente uma nova arquitetura, calçamento e iluminação pública os quais embelezavam o centro comercial

⁵⁰ Historiadores maranhenses, de épocas diferentes. Mário Meireles, tornou-se escritor durante a Ditadura e Cesar Marques, no Império.

da cidade dos azulejos⁵¹. Em meio a efervescência urbanística e cultural, o Governo ainda não possuía sede própria, alocado como espaço de decisões administrativas em prédios religiosos entre os anos 1830 e 1840: “a Assembleia Legislativa funcionou no Consistório dos Cônegos da Catedral; o Tribunal da Relação, numa das casas da Companhia de Jesus; as primeiras tentativas de biblioteca pública da cidade aconteceram em espaço do Convento do Carmo (...)” (LACROIX, 2020, p. 143).

A administração da Província passava pelo equilíbrio das despesas públicas que ao longo da segunda metade do século XIX, tornou-se um foco de permanente tensão entre a lavoura e a oligarquia. No levantamento dos Relatórios dos Presidentes da Província, em suas falas e mensagens percebe-se a incompletude das informações que dificultaram as análises sobre as decisões políticas tomadas em torno dos gastos públicos. Porém, a partir dos anos 1860, em previsões orçamentárias contidas nos relatórios e falas da presidência, foi possível identificar as prioridades definidas no âmbito das Assembleias Provinciais.

Reunindo os orçamentos de 1870/71 a 1887/88, nota-se que os itens da despesa permanecem praticamente os mesmos ao longo do período: representação provincial, secretaria de governo, fiscalização e arrecadação, instrução, subsídios diversos, culto, administração da justiça, força militar e segurança pública, aposentados, juros da dívida pública, iluminação e obras (REIS, 2007, p. 129).

Sobre o item apontado por Reis (2007, p. 132), denominado subsídios, constavam os gastos sociais como a construção e manutenção de instituições educativas para as crianças, como a Casa dos Educandos Artífices, ajuda financeira à Santa Casa de Misericórdia e ao Asilo de Santa Teresa. “A instrução pública primária e secundária respondia pela maior parte da despesa neste setor, sendo o restante dividido entre: a manutenção da Escola dos Educandos Artífices, criada em 1841 para o ensino dos ofícios”, além deste existia “o auxílio à Santa Casa de Misericórdia, para o tratamento dos leprosos e alienados, e o Asilo de Santa Teresa e Seminário de Santo Antônio”. Na transição Império-República, percebe-se o aumento das despesas com a segurança pública e o declínio dos gastos sociais, incluindo os subsídios.

Com a República, as adaptações ao novo regime de governo brasileiro fizeram com que o Maranhão continuasse com uma política conservadora, agora chamada Federalista, que aderiu ao militarismo imposto por Deodoro da Fonseca a partir do dia 18 de novembro de 1889, três dias após a Proclamação. “Presidia o Maranhão, há só três dias, o Dr. Tito Augusto

⁵¹ Devido ao forte comércio da porcelana trazida pelos portugueses, influenciaram fortemente a arquitetura maranhense com azulejos nos casarios e sobrados da cidade.

Pereira de Matos, quando o marechal Deodoro da Fonseca deu o golpe que pôs a Coroa por terra” (MEIRELES, 1960, p. 341). Formou-se uma Junta provisória para o Governo do Estado do Maranhão, até o ano de 1891, quando assumiu o primeiro governador, Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque. A política econômica continuava tradicional, mesmo com a inauguração do parque industrial com 27 fábricas, em sua maioria de tecidos. Atraídos pela febre da industrialização, os empresários maranhenses desabilitados com as novas ideias sobre administração, entrariam em um processo de falência com o fechamento das fábricas no início do período republicano (MEIRELES, 1960).

Os estudos de Andrade (1982), mostram a aproximação da política maranhense com o mercado norte-americano que tentava transpor as ideias sobre a industrialização e os avanços decorrentes dessa nova economia para o estado. Mesmo com o fim do império, as formas de administrar continuavam se perpetuando durante a república, culminando em conflitos entre assalariados e patrões e tornando desastrosos os primeiros anos do período republicano.

Os grupos antes unificados para a derrubada do Império, agora se empenham numa luta sem tréguas em busca da hegemonia do controle do aparelho de Estado. De um lado, os que propugnavam, com o apoio do Exército, uma República autoritária dentro da ideologia positivista; de outro, os federalistas liberais, setores ligados à cafeicultura ou às atividades industriais, que defendiam a maior autonomia das províncias (ANDRADE, 1982, p. 30).

Entre embates e formação de juntas administrativas para o governo do novo Estado da federação, o Maranhão enfim, respirava os anseios de uma república, onde “os homens lutavam apenas pelas posições de mando. E assim seria, geralmente, no futuro.” (MEIRELES, 1960, p. 360). Portanto, o estado continuou sob uma política mandatária até a Revolução de 30, quando os empresários quiseram dar o basta ao domínio dos aristocratas e fazendeiros no comando das instituições. Logo por volta de 1920, já estava claro que o regime republicano não era para o povo, como proclamado pelo marechal, pois se tornara o grande palco político de uma elite eleitoreira e responsável pela circulação das ideias capitalistas.

Segadilha (2016), nos estudos sobre o Maranhão republicano e o ideário nacionalista, pontuou uma expansão nas concepções das elites dominantes que cuidavam da implantação de um projeto de Estado, estabelecendo as populações em seus territórios e efetivando práticas políticas para a sua consolidação. A autora destaca a rapidez com que os políticos e suas políticas de controle alcançavam êxito, por um pacto fiel que esses burocratas assumiam, por meio da circulação literária e da ocupação em cargos públicos. Nesse contexto, a instrução foi um negócio público imprescindível para o estabelecimento do sentimento de

renovação cultural. “Pensar o povo brasileiro como nação foi uma preocupação que esteve relacionada à difusão de conteúdos teóricos que sustentaram previsões de futuro para a miscigenada população brasileira” (SEGADILHA, 2016, p. 34).

A filantropia e os discursos médico-sanitaristas passaram a fazer parte das práticas governamentais, que erguiam instituições para regeneração dos indivíduos que estavam fora das normas. Ações como a criação de maternidades, de institutos de assistência, de jardins de infância, creches, ambulatórios e hospitais infantis foram determinantes para a inserção da sociedade nos discursos higienistas de cuidado e proteção das crianças e suas mães. Desse modo, referido à instrução e ancorado no saber médico-higiênico, “encena-se a produção de uma instituição em que a promiscuidade das idades deveria ser evitada, configurando os contornos do que vai ser afirmado como modelo educativo ideal: as classes de idade, tidas como fundamento para uma homogeneidade pretendida.” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 110).

A arte de governar a população, portanto, vai se revestindo de uma dimensão técnica, utilizando categorias de saberes e de tecnologias próprias e adequadas à administração dos territórios de intervenção política. São modos e estratégias de regulamentação da vida dos indivíduos, dentro de um conjunto de instituições e poderes que os conformam e normatizam suas condutas: é a emergência de sociedades de controle (FOUCAULT, 2008b). Durante a Primeira República, acabar com o cenário da degenerescência era urgente e isso construía a imagem de um Estado governamentalizado⁵², ou seja, que conseguia desenvolver uma política para regulação da vida assentada em dispositivos de segurança.

Após a Revolução de 1930, na Era Vargas, a falácia de um Maranhão Novo propagava os discursos de um novo tempo, com investimentos na saúde, educação e segurança, prioritariamente. O que se concretizou foi um arsenal de políticas segregadoras e discriminatórias a partir da implantação da chamada Medicina Social⁵³. Essa constituição normativa “propõe medidas específicas de modo a preservar a saúde da população, não só visando ao bem-estar dos indivíduos, mas à prosperidade e a segurança do Estado.” (RIZZINI, 1993, p.23). A criação de Diretorias e Departamentos na Capital Federal, que ordenavam as políticas de saúde pública e instrução no novo regime republicano, institucionalizavam as ideias propagadas pelos filantropos, com discursividades marcadas

⁵² Um Estado que governa com técnicas de si, segundo a abordagem foucaultiana, com regras próprias que podem ser manipuladas conforme a vontade dos sujeitos.

⁵³ Tendência da Medicina na Primeira República, onde os filantropos propagavam os cuidados com a saúde infantil para conter desvios sociais como a delinquência e a imoralidade, considerados perigosos para a formação de uma nova nação.

pelo medo e insegurança do aumento populacional e conseqüentemente, dos desvios morais.

Em síntese, a população, colocada como problema para o Estado, faz emanar uma coexistência: biopolítica e biopoder, ou seja, um tipo de saber político e um tipo de poder que fornece técnicas para gerir a vida. A biopolítica ⁵⁴como a racionalização das estratégias do governo das pessoas como seres biológicos com fenômenos específicos, se apresenta como diversas práticas de biopoderes. As práticas disciplinares, que antes visavam governar os indivíduos, passam a regular as populações. O biopoder massifica com seus dispositivos reguladores da população, pois é um poder que sempre se dirige a uma coletividade com dispositivos que lhe permitam “qualificar, medir, avaliar, hierarquizar” (FOUCAULT, 1999, p. 135). Por isso, o biopoder e seus mecanismos não são prioridades dos governos ou do Estado, mas podem ser encontrados nas instituições.

3.1 As políticas públicas no Maranhão: as instituições se erguem

Desde o início do Império, a marca das políticas provinciais está expressa nas falas dos presidentes registradas nos Relatórios dos Presidentes da Província e efetivadas nas Leis e Decretos Provinciais. Conceber esses documentos como fontes privilegiadas nessa tese possibilitou o acesso às informações aproximadas dos sujeitos e dos discursos que representavam a lei, a organização política da província e seus negócios públicos. A dinâmica administrativa no Império, ou como analisa Carvalho (2008, p. 258) “o conflito entre o rei e os barões, entre o formal e o real, entre a ficção constitucional e o jogo de forças políticas”, era apresentada como prestação de contas através dos relatórios escritos pelos presidentes da Província à Assembleia Legislativa Provincial, quando deixavam o cargo ou como resumo da situação local para apreciação do parlamento.

No Maranhão, de 1850 a 1950, em torno de 150 relatórios foram identificados na análise das políticas públicas para as meninas e meninos desvalidos. Aqui, serão elencados os documentos de maior discussão sobre as instituições públicas, demarcando as que objetivavam a assistência à infância pobre maranhense. Os registros se alternavam entre longos e curtos, manuscritos ou datilografados, conforme tempo de permanência do presidente no cargo. Em sua maioria, ficavam um ano no cargo, justificando a abundância de documentos produzidos nesse período. Os relatórios da província faziam parte do conjunto de discursos produzidos pelos políticos locais, detentores do poder da palavra por ocuparem importantes cargos, que expressavam falas para produção de efeitos das verdades.

⁵⁴ A biopolítica é reconhecida por Foucault como uma política de final de século XIX e início do XX.

Segundo Giglio (2001), os relatórios funcionavam como dispositivos ordenadores e controladores da vida social e do próprio Estado. Os documentos produzidos nessa organização administrativa produziam estatísticas, que configuravam na atuação dos governos provinciais que resultavam em mapas dimensionais das políticas, permitindo práticas estratégicas na condução da Província. “Eles são registros que informam sobre os negócios da Província, uma espécie de arauto que deve servir de baliza para as decisões tomadas pela Assembleia Legislativa Provincial” (GIGLIO, 2001, p. 16). Esses documentos, produtores de verdades, identificadas por essa pesquisa como práticas políticas, registravam as falas dos presidentes como anunciadores de bons negócios para as cidades, vilas e freguesias maranhenses. Discursos que eram enunciados de ações a serem feitas, de forma imediata ou não, mas necessários para a formação de um conjunto de informações oficiais que consolidavam o controle sobre tudo e todos.

A arte de governar incluía mecanismos e procedimentos que eram destinados à condução dos homens, das cidades e das coisas. Os políticos e suas políticas para a Província do Maranhão, priorizavam os mecanismos de dominação e controle da população sob as falas da garantia de uma ordem. A institucionalização como solução civilizada foi, portanto, marca desse período, que distribuída nos documentos em suas diversas formas de apresentação, anunciava um tempo áureo, de segurança e proteção da luxuosa sociedade maranhense. Produzidos em cada transição presidencial, os relatórios destacavam as práticas políticas das presidências e vice-presidências da província maranhense, num ritual mecânico de prestação de contas, onde se observam expressões, termos repetitivos e consagrados para a escrita oficial. Os negócios públicos eram apresentados em uma ordem que obedecia a seguinte importância:

- a) Segurança pública;
- b) Culto Público;
- c) Saúde Pública;
- d) Instrução Pública.

Os relatórios dos presidentes e vice-presidentes da Província do Maranhão, em sua composição, mobilizavam as tentativas de governo da população com uma organização textual que explicitamente, declarava o grau de importância das políticas eleitas pelas assembleias. A instauração de uma ordem e de uma segurança pública como política prioritária coaduna com o propósito de moralizar os indivíduos e de normatizar a vida coletiva. Leis, resoluções e decretos dariam respaldo às práticas de governo da cidade. A

ordem imperial⁵⁵ precisava ser estabelecida no interior de cada província, porém, em sua obra *A História da Vida Privada no Brasil 2*, Alencastro (1997) relata em meio a uma vasta pesquisa documental, a relação conflituosa entre a Corte e as Províncias e observa a absorção que o Poder Central fazia no poder municipal, o que motivou o acontecimento de vários motins. Proteger a “ordem privada escravista” era a única exigência da Corte para manutenção de uma tranquilidade pública (ALENCASTRO, 1997, p. 20). Por conseguinte, aos negócios sobre a segurança, considerar políticas e legislações sobre o Culto Público nos relatórios, dando privilégios ao catolicismo, demonstra como a Igreja participava ativamente dessa ordenação social. Após ajustados, os indivíduos deveriam ser impactados pela norma religiosa, pelo poder pastoral, que para Foucault (2008b) funcionava com base na relação pastor-rebanho⁵⁶. Esse tipo de poder era totalizante, ou seja, prezava tanto pelo corpo-ovelha quanto pela população-rebanho.

O pastorado no cristianismo deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo de sua existência. (FOUCAULT, 2008b, p. 219).

Foucault ao identificar o poder pastoral como poder político que passa a fazer parte da governamentalidade, quando se mistura ao poder imperial, passa a ser um pano de fundo para o desencadeamento de um tipo de Estado: o da Polícia. “O pastorado preludia a governamentalidade. E preludia também a governamentalidade pela constituição tão específica de um sujeito, de um sujeito cujos méritos são identificados de maneira analítica”, pois a arte de governar pelo pastorado conduz ao processo de assujeitamento, “de um sujeito que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração de verdade que lhe é imposta” (FOUCAULT, 2008b, p. 243).

Assim, um Estado de Polícia⁵⁷ governa pelas vias da Segurança e do Culto, pois a desordem e os desvios morais devem ser controlados ou apagados da vida das populações, e uma rede de estratégias individualizantes por meio da institucionalização favorece a coerção e a indução ao assujeitamento. “O que está em jogo é o domínio de uma ordem monárquica que

⁵⁵ Nos documentos, a palavra ORDEM é frequente e associada a ideia de civilização, observado nas falas dos presidentes como algo primordial para a nação.

⁵⁶ A Igreja, através das dioceses e paróquias, arrebanhava as comunidades por meio da atuação dos bispos e padres. Para além de um trabalho pastoral, era preciso conhecer cada paroquiano e controlar suas condutas, à luz da leitura dos Evangelhos e do Catecismo.

⁵⁷ A polícia é uma instituição necessária para a constituição das políticas públicas, para garantia da organização e da coerção populacional. Ela zela pelos bons costumes e através dos princípios religiosos, vigia as condutas dos sujeitos para que não haja desordem social.

deve ser mantida, o permanente realinhamento das forças que se pode utilizar, articular, dispor, fazer enfrentar” (GIGLIO, 2001, p. 268).

Em relação à Saúde e Instrução Públicas como negócios públicos, os presidentes reservavam poucos parágrafos nos relatórios para apresentação das instituições, dos levantamentos de matrículas, dos sujeitos que trabalhavam e dos seus salários. Negócios considerados como precários pelos próprios presidentes e governadores, os relatórios apresentavam estatísticas com o quantitativo de despesas com a saúde e a instrução, com sinalizações para custos realizados sem resultados para o Maranhão. No relatório do Presidente Antônio Candido da Cruz Machado à Assembleia Legislativa Provincial, de 1856, o discurso é o desenho de uma política de desresponsabilização com a instrução pública, com falas dissociadas das necessidades da população.

A falta de educação, e a ignorância do menino faz germinar o vício no coração do homem, e a sociedade colhe amargos frutos de sua indiferença. Os tristes resultados deste abandono, em que se deixa a maior parte da população, atuam contra a prosperidade do país e a segurança individual. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1856, p. 24).

A relação entre instrução e segurança manifesta-se nos discursos como uma causadora da desordem, em que a falta da primeira desestabiliza a tranquilidade pública, entendida como a manutenção da segurança individual da elite política. “O progresso moral pela instrução, pela moralidade dos costumes e pela religião serão o impulso necessário à obra de regeneração” (GIGLIO, 2001, p. 290). Os presidentes e governadores em suas mensagens mencionavam a importância de formar cidadãos que fossem úteis à pátria, e esclareciam que dar instrução aos trabalhadores era dever do Estado, porém, dentro de uma divisão de classes onde para estes, os conhecimentos elementares e braçais bastavam.

Instituições eram criadas para dar relevância aos discursos de instrução e saneamento do povo, pois era preciso progredir como nação, enclausurando os doentes, os viciados, os loucos e criminosos (os pobres) em lugares fechados, em meio a rotinas medicamentosas, de oração e de tarefas diárias para ocupação absoluta dos seus tempos. “A saúde pública se reordenará com a criação de estruturas centrais de controle sobre a vacinação; os recolhimentos, asilos, hospitais e outras agências receberão novo impulso no que tange à sofisticação dos modos de controle, recebendo regulamentos que obrigarão a registros constantes de seu movimento” (GIGLIO, 2001, p. 287).

Na análise realizada nos documentos oficiais, os Relatórios de Província e Falas no império, e Mensagens e Relatórios dos Governadores na República, foi possível identificar

mudanças nos discursos considerando a segunda metade do século XIX como um eixo nas mudanças de paradigmas no império, a denominada geração de 1870⁵⁸ (MONARCHA, 1989). Com representantes na política, na literatura e na medicina, esse grupo de intelectuais disseminaram as ideias evolucionistas de construção de uma nação: a) defesa de uma inferioridade racial do povo brasileiro que fazia proliferar as doenças e, b) defesa de uma evolução do povo, que pela miscigenação, alcançaria um branqueamento. Azevedo (1987, p. 62), apresenta em sua obra *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites século XIX*⁵⁹, que a proposta imigrantista também era uma artimanha desses intelectuais dispostos a explicar as diferenças raciais, depositando na vinda de imigrantes para o Brasil uma saída civilizatória para o considerado “barbarismo cultural”. Os cruzamentos inter-raciais eram defendidos pelos imigrantistas como resgate cultural, de branqueamento das populações e garantia do progresso. A autora revela que a presença do negro era vista com um malefício para a nação. “Além de mau trabalhador, a sua simples presença, havia impedido o aparecimento das indústrias no Brasil durante todos os séculos de colonização” (AZEVEDO, 1987, p. 63). Esses discursos, portanto, influenciavam as decisões políticas e as maneiras de governar a população, com uma maquinaria institucional que sujeitava os indivíduos em disciplinamentos severos.

Em cada negócio público anunciado pelo presidente, eram apresentadas as instituições e as ações desenvolvidas em cada ano durante a realização das assembleias provinciais que aconteciam uma ou duas vezes no ano. Segundo Meireles (1960, p. 312), “para os escolhidos, o cargo de presidente era apenas um prêmio de serviços já prestados e expectativa de um título nobiliárquico ou de uma vitaliciedade no Senado.”, presumindo uma desresponsabilização com a Província que necessitava da continuidade administrativa para assegurar o bom funcionamento das instituições. Haidar (2008, p. 32) analisa essa descontinuidade governamental como própria dos chamados presidentes “beduínos”, que se preocupavam mais com a politicagem do que com as próprias políticas públicas para a província. “Por outro lado, mal-formados, pessimamente retribuídos, cúmplices ou vítimas dos conchavos políticos locais (...)”, esses representantes da elite local desconectavam a realidade da necessidade.

Analisando a ordem de apresentação dos documentos, destacar-se-á as discussões

⁵⁸ Euclides da Cunha e Rui Barbosa são nomes representativos dessa geração, que acreditava nas hipóteses evolucionistas.

⁵⁹ A autora faz uma investigação com análise documental sobre a presença incomoda do negro no Brasil para as classes dominantes, e apresenta as diversas teorias levantadas pelos intelectuais evolucionistas do século XIX criadas para tentar responder o problema.

relevantes para observância das instituições que surgiam em meio às falas dos presidentes e vice-presidentes. Do Império à República, foram priorizados discursos e práticas de soerguimento das instituições de Segurança Pública, incluídos nesse grupo: a Tranquilidade Pública, a Segurança Individual, a Força Pública, a Guarda Nacional e o Corpo de Polícia, incluindo guardas urbanos e campestres. A preocupação com a segurança nas cidades, expressava um poder disciplinar, de enquadramento dos provincianos às leis e decretos imperiais, que através das instituições militares e judiciárias, regulava a vida urbana e rural. “A disciplina é um modo de individualização das multiplicidades, e não algo que, a partir dos indivíduos trabalhados primeiramente a título individual, construiria em seguida uma espécie de edifício de elementos múltiplos.” (FOUCAULT, 2008b, p.16).

A Lei nº 322, de 2 de outubro de 1852, sancionada pelo Presidente Eduardo Olímpio Machado, decretava a Força Policial para os anos de 1853 e 1854. Era um investimento para os soldados e demonstrava o constante incômodo da elite local com o aumento de uma criminalidade apontada como crescente, exercida principalmente por escravizados fugirem das perseguições e dos regimes pesados de trabalho e maus tratos nas fazendas. “1º Cada Companhia será aumentada de mais um Alferes e vinte soldados. 2º As praças, que servirem voluntariamente perceberão, além do soldo atual, a gratificação de sessenta réis diários.” (MARANHÃO. LEI Nº 322, 1852, p. 10). No Relatório do Presidente, encontram-se as justificativas da ampliação da Força Policial e suas instituições mantenedoras da ordem e da tranquilidade social.

Nessa parte, os esforços que empreguei foram coroados do mais esplendido resultado: quebrou-se o encanto desses numerosos *asylos*, donde os malfeitores saíam apenas para alguma empresa contra a vida ou propriedade de seus semelhantes, realizou-se a prisão de um grande número de criminosos, entre os quais figurão certos indivíduos, que dormião o sono da mais perfeita tranquilidade, certos, como estavam, de que possuía os meios suficientes para escapar à ação da justiça (RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1852, p. 16, grifo nosso).

A referência aos asilos, na fala do presidente da Província, demarcava a culpa direcionada aos lugares de institucionalização infantil, criados desde o início do século XIX no Maranhão e recebiam crianças das classes marginalizadas para a formação de novos trabalhadores. Os presidentes da província, em sua maioria com formação militar, viam na infância o futuro da civilização, por isso não acreditavam na regeneração das crianças pobres. O que se expressava nesses discursos era a concepção que norteava as práticas políticas sobre os desvalidos. A vigilância e o policiamento dos sujeitos considerados perigosos por não pertencerem às classes dominantes mobilizaram a criação de mecanismos de proteção da tranquilidade pública, onde estes sujeitos não estavam inclusos. “A natureza dos crimes

cometidos por menores era muito diversa daqueles cometidos por adultos, (...) 40% das prisões de menores foram motivadas por “desordens”, 20% por “vadiagem”, 17% por embriaguez e 16% por furto ou roubo.” (SANTOS, 2013, p. 119, grifo do autor).

Além das crianças, os negros aquilombados eram fortemente vigiados e perseguidos pelo Corpo de Polícia e a Guarda Nacional, considerados uma ameaça aos latifúndios. Na fala do vice-presidente João Pedro Dias Vieira, o campo era uma região que recebia muitos reforços de soldados com vistas à prisão dos escravizados.

Constando-me que no Tury-assú [sic] ainda existiam quilombos, que tem trazido em constante susto os lavradores d'aquêle temo, autorizei o respectivo delegado de polícia a fazê-los devassar e capturar os escravos, que neles fossem encontrados, formando para isso uma força de homens práticos e conhecedores dos lugares á percorrer-se, e de praças da guarda nacional, que mandei prestar-lhe, e determinei que a, respeito de tais diligencias, fosse ele de acordo com o comandante superior e com o juiz de direito da comarca (RELATÓRIO DO VICE-PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1858, p. 6).

O temor pela liberdade dos negros que rompiam os grilhões da escravidão, fazia a Assembleia Provincial aprovar com urgência inúmeras medidas como a construção de prisões nas vilas e freguesias maranhenses, onde se encontravam em maior quantidade os quilombos organizados por eles. O fortalecimento das instituições de segurança ao longo do império necessitava de investimentos, que na segunda metade do século XIX, apresentou com outros negócios públicos, o impacto da falta de recursos, que se alastrou na Província (REIS, 2007). Com a República, a Força Policial foi considerada e recebeu altos investimentos da Capital Federal nos estados brasileiros com maior índice de violência, ou seja, nos que apresentavam maior resistência política. No Maranhão, território marcado por revoltas populares, os governadores para conter possíveis movimentos sociais aprovavam legislações para aumento de infantarias, praças e guardas civis de modo a conter os arruaceiros.

Art. 1." A força pública do Estado, no exercício financeiro de 1917 a 1918, constara de um corpo de infantaria com duas companhias, com a denominação de Corpo Militar, e com efetivo de 23 oficiais, 14 inferiores, 27 músicos, 8 corneteiros, 14 cabos de esquadra, 200 praças e 200 guardas civis, discriminados na tabela anexa (MARANHÃO, LEI Nº 756, 1917, p. 29).

A preocupação com o aumento da demanda de policiamento nas cidades representa um dos pilares do governo republicano, que nas palavras de Donzelot (1980, p. 14), encontra-se a justificativa da criação desse aparato estatal: “polícia, não no sentido restritivamente repressivo que lhe atribuímos atualmente, mas segundo uma acepção mais ampla englobando todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação”.

Assim, assegurar a ordem social, com a vigilância constante sobre a vida na sociedade, e o uso da repressão para enquadrar as famílias, os homens e mulheres, os meninos e meninas, que nasciam e viviam sob realidades duras, de enfrentamento das violências e de péssimas condições de sobrevivência.

Com o passar dos anos, e com a expressiva República, seus militares e suas políticas repressoras da liberdade das pessoas, as instituições de segurança pública foram essenciais para os governadores, que acenavam para a ditadura getulista, por exemplo, com os discursos de uma repressão e de um racismo, explícitos. “O racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros” (FOUCAULT, 1999, p. 306) A vigilância visa o indivíduo, procura regulamentar tudo, nada escapa à sua mira, não há espaço para espontaneidade, porque o poder diz sempre como proceder. Os dispositivos de segurança partem do princípio do *laisse faire*, não é tudo liberado, e com uma biopolítica que acompanha o movimento antes de intervir, observando, registrando, analisando (Estatística – ciência do Estado) para regular e dominar mais e melhor.

Ambas as formas de poder recorrem a mecanismos diferentes, mas complementares. A disciplina como adestramento do corpo (vigilância, exames, exercícios) para serem economicamente úteis e politicamente dóceis (sequestro do corpo), e a biopolítica se utiliza de previsões (estatísticas – saúde, segurança, demografia) para o equilíbrio e a regulação fina da vida da população (sequestra o movimento vivo). Sobre isso, destacamos as ações institucionais que discriminavam os que vagavam pelas ruas das pessoas consideradas cidadãos comuns, anunciadas nas falas dos chefes de polícia e representantes da política local. A criação de espaços de aprisionamento dos sujeitos que incomodavam e não seguiam regras sociais contribuíram para um ordenamento no convívio social, mantendo-os afastados. A segurança pública dependia da boa atuação da política de repressão e da contenção do mau comportamento.

No Relatório escrito em 1938 pelo Interventor Federal e Governador do Maranhão, Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, observaram-se as boas relações com a proposta do Estado Novo, para construção de um Maranhão Novo.

Assim, num ambiente de relativa serenidade, decorreram os doze meses iniciais do exercício do meu mandato de Governador, permitindo esse período que a minha atividade se exercesse no sentido de restaurar a ordem administrativa, melhorando o aparelhamento burocrático e aplicando o melhor cuidado na fiscalização e na arrecadação das rendas públicas (RELATÓRIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1938, p. 4).

Paulo Ramos, que foi um advogado e político maranhense que exerceu o cargo de

Governador do Estado do Maranhão por um ano, entre 1936 e 1937 e logo em seguida foi nomeado Interventor Federal no Maranhão durante o período do Estado Novo (1937 – 1945), investiu em Cadeias Públicas, Penitenciárias e Chefaturas de Polícia para garantia da ordem social. Em relatório entregue pelo Chefe de Polícia, José Faustino, ao final do mandato do governo de Paulo Ramos, vê-se dados do recolhimento dos indivíduos às instituições de aprisionamento locais, dentre eles, presos políticos, desocupados, delinquentes⁶⁰. “Diariamente eram recolhidos correccionalmente ao xadrez da Central 30 a 40 indivíduos e ali permaneciam 2 ou mais dias, findos os quais voltavam a operar como ébrios, gatunos, etc...” (RELATÓRIO DA CHEFATURA DE POLÍCIA, 1937, p. 08).

Sobre o Culto Público, logo nos primeiros anos da segunda metade do século XIX, observa-se uma preocupação com os espaços de manifestação da doutrina católica, que monopolizava as ações institucionais na província. Enquanto dotadas dos discursos de verdade, as sociedades imperiais em alianças com o catolicismo construíram uma maquinaria⁶¹ para exclusão de todos aqueles que contornaram a aceitação dessas verdades, desses “sistemas de exclusão” (FOUCAULT, 2012, p. 10). As “sociedades de discursos”, tiveram como base as instituições e os procedimentos que tiveram por função o apoderamento das almas pelo ritual, que definia os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e os signos que precisavam acompanhar o discurso (FOUCAULT, 2012, p. 20).

Os Relatórios da Presidência da Província apontavam o Culto Público como um negócio fundamental para a construção das bases para a sociedade maranhense que deveriam ser fundadas na moralidade e disciplina, como demonstrado no relatório do Dr. Eduardo Olímpio Machado, que considerava importante a compra de paramentos sagrados⁶², para a realização de cultos e festas católicas.

A necessidade mais urgente deste ramo do serviço é ainda – o reparo das matrizes e a renovação dos paramentos sagrados. Ao passo que o chefe venerando da igreja maranhense, com o exemplo e com a palavra, com todos os recursos, que lhe proporcionaram um zelo constante, uma inteligência esclarecida, procura elevar o culto à altura de seus destinos fôra um contrassenso recusar-se esta assembleia a auxiliá-lo em tão louvável empenho, deixando de concorrer para o esplendor do mesmo, o qual não é possível sem templos e paramentos (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA EDUARDO OLÍMPIO MACHADO, 1854, p. 10).

São Luís possuía suntuosos monumentos eclesiásticos e muitas igrejas, conventos e

⁶⁰ Expressões encontradas nesses documentos e que mostram um Estado controlador do espaço público, da circulação e liberdade dos indivíduos, das manifestações políticas.

⁶¹ Incluem-se os espaços e mecanismos de conformação dos corpos, criados pela Igreja, como asilos, colégios, reformatórios, recolhimentos e institutos.

⁶² Roupas e acessórios usados pelos bispos, padres e diáconos para ministrarem os rituais católicos, como batismos, casamentos e demais festas religiosas do calendário cristão.

irmandades no período imperial. Muitos deles construídos em meados do século XVII e disseminavam as condutas do catolicismo europeu, com a liderança de um clero estrangeiro, formado por padres e bispos enviados em sua maioria da Itália para administrarem as instituições religiosas erguidas no solo maranhense. “Entre 1856 e 1867, na grande reforma do convento e construção da Igreja de Santo Antônio foi anexado ao prédio, a capela, agora lateral no transepto da Igreja” (LACROIX, 2020, p. 221). Durante os Oitocentos, a crescente exaltação aos templos, os cultos e a salvação das almas e respectivamente, às práticas de manutenção desse poderio eclesiástico, tornaram inevitáveis as relações da Igreja com a política provincial para o funcionamento dos espaços e serviços à população, como os cemitérios, os colégios, os hospitais e as instituições de caridade. Todos criados com a consolidação da monarquia católica no ocidente.

Os estudos de Santirocchi (2013), destacam que a hierarquia eclesiástica no Maranhão desempenhava muitas funções públicas, o que tornava o clero mais atuante nas áreas sociais como a política. Para ele, o padroado imperial⁶³ marcou sua presença na política brasileira desde a Carta Magna de 1824, quando o Imperador D. Pedro I reconheceu a Igreja Católica como religião de Estado com inspiração no “Regalismo lusitano”⁶⁴ (SANTIROCCHI, 2013, p. 13). Conforme o autor, o famoso artigo 5 da Constituição Imperial demarcava a união entre Igreja e Estado: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma algum exterior do Templo” (BRASIL, 1824, p. 7).

O padroado no Brasil, portanto, foi instituído sem prévia comunicação com a Santa Sé e com algumas características que nortearam os rumos do clero no império. O direito de nomear os bispos e favorecê-los como direito constitucional do Poder Executivo, proporcionou à Igreja uma ampla participação nas decisões políticas das províncias e de sessões administrativas institucionais. No Brasil, o soerguimento de uma rede de instituições da saúde e do ensino primário, secundário e superior teve a iniciativa de ordens religiosas, irmandades e confrarias, presentes desde a colonização e foram estabelecendo seus territórios de atuação política nas cidades, povoados e vilas.

Todas essas mudanças refletiram nas futuras relações entre a Igreja e o Estado no

⁶³ O Padroado foi uma estratégia jurídica que permitia aos reis, imperadores e governantes participarem diretamente nos assuntos da Igreja Católica. Sistema que inicia na colonização brasileira, tem referência nas práticas políticas europeias, com marco em Portugal, século XV, quando da expansão ultramarina.

⁶⁴ O Regalismo, segundo Ítalo Santirocchi, professor adjunto do Departamento de História e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em História da UFMA, era uma prática europeia na qual o Estado alterava as leis tradicionais para efeito de aumentar seu controle sobre a Igreja (SANTIROCCHI, 2013).

Brasil, primeiro na intensa participação de padres “liberais” na política imperial, comandados por Feijó, e posteriormente na vitória dos ultramontanos que dominaram o episcopado imperial a partir de meados do século XIX, levando a um conflito que culminou na Questão Religiosa dos anos 1870 (SANTIROCCHI, 2013, p. 15-16, grifo do autor).

A Igreja era incluída em práticas financeiras do Estado imperial, para manutenção do status quo da classe dirigente e da manutenção de regalias da monarquia. As loterias, por exemplo, eram práticas de arrecadação de fundos dos governos para as igrejas matrizes e demais instituições religiosas, que a partir do Decreto Imperial nº 357 de 27/04/1844, necessitava “regular por uma maneira uniforme a extração das mesmas Loterias em todo o Império” (BRASIL, 1845, p. 01). Com as arrecadações, as congregações católicas e irmandades que aportavam no Maranhão desde a Fundação de São Luís (Século XVI) se envolviam cada vez mais com a assistência pública pela caridade, no cuidado dos doentes, órfãos e indigentes. Os governos provinciais autorizavam as loterias para a assistência aos desvalidos, os excluídos da sociedade, os que não pertenciam às “igrejas dos brancos”. Negros e pardos erigiam suas próprias igrejas, construídas pelos seus próprios braços, e ficavam longe do centro urbano. As irmandades dos negros congregavam os livres e/ou liberados por seus senhores para cultuarem os santos católicos em suas próprias igrejas. Isso dava crédito para que os escravizados e seus descendentes pudessem participar de festividades na cidade, e promovia “sua maior integração na sociedade”, diminuindo as possibilidades de lutas coletivas (LACROIX, 2020, p. 254 – 255).

Podíamos encontrar irmandades exclusivas de pessoas livres sendo de cor branca ou não, somente de brancos, livres e/ ou mulatos, além de irmandades exclusivas de escravos. Nos compromissos, procurava-se sempre deixar bem claro a que categoria social se destinava tal associação. As irmandades de brancos utilizavam-se de várias formas para excluir os negros, com o intuito de não se misturar com os cativos. Geralmente quando se queria proibir a entrada de “pretos” buscava-se especificar em Compromisso a condição de possuir “sangue limpo” (COE, 2013, p. 53, grifo do autor).

Os estudos de Coe (2013), mostraram a existência de irmandades majoritárias que detinham o poder eclesiástico como as Irmandades da Santa Casa de Misericórdia e a de Nossa Senhora dos Remédios, compostas por leigos brancos, ricos e possuidores de inúmeros bens na capital da Província, assim como as Irmandades negras, como de Nossa Senhora do Rosário, que relativizavam a participação dos associados. Segundo Coe (2013), entre os negros esses espaços fortaleciam os irmandados, que viviam como uma rede de colaboração aos que ainda se encontravam sob o jugo da escravidão. “Apesar das censuras e limitações, (...) era fazer o negro se sentir pertencente à sociedade. A reunião em irmandades era um dos

poucos momentos, provavelmente o único, em que conseguiam integrar-se aos seus semelhantes.” (COE, 2013, p. 57).

As representações dessas diferenças de classes se expressavam na literatura, como na obra *Ursula*, de Maria Firmina dos Reis, publicada em 1859. Como primeira escritora negra que viveu na Província do Maranhão e se dedicou à produção de romances que tratavam da escravidão, nesse livro, Maria Firmina dá voz e memória a história dos escravizados, narrada a partir deles mesmos, para que relatassem os maus tratos a que eram submetidos nas fazendas.

— Cala-te, oh! Pelo céu, cala-te, meu pobre Túlio – interrompeu o jovem cavaleiro – dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio, meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, e amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante. Sim – prosseguiu – tens razão; o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! Sim, acerbo deve ser o seu sofrer, e eles que o não compreendem! Mas, Túlio, espera; porque Deus não desdenha aquele que ama ao seu próximo... E eu te auguro um melhor futuro. E te dedicaste por mim! Oh! Quanto me hás penhorado! Se eu te pudera compensar generosamente... Túlio – acrescentou após breve pausa – oh dize, dize, meu amigo, o que de mim exiges; porque toda a recompensa será mesquinha para tamanho serviço (REIS, 2018, p. 21-22).

Maria Firmina dos Reis, foi a primeira romancista brasileira e em sua obra criticava o domínio da Igreja sobre o povo escravizado no Maranhão, narrando por meio de fatos ficcionais a aliança do Estado com a Igreja na perseguição ao povo negro e suas religiosidades. As condições de vida das mulheres e homens escravizados eram denunciadas pela escritora contra o patriarcalismo escravocrata imperial que se escancarava em meio às políticas subdivididas.

Arrepentido! – exclamou o moribundo – Arrepentido, eu? Oh! Não, meu padre. Compadeceu-se Deus do meu martírio? Nunca. Matou-me a esperança no coração. Deixou lavar o amor frenético no peito, que o rasgou, que lhe deu a coragem do crime, sem dar-lhe à saciedade da vingança. Cometi muitos crimes, e ainda até hoje não serenou sê-me o coração sedento de ódio e de vingança (REIS, 2018, p. 138).

Já nos escritos de Dom Felipe Condurú Pacheco, dentre eles a obra *História Eclesiástica do Maranhão*, publicada em 1969, tem-se o percurso da Igreja Católica no estado, desde a Colônia. Organizado em forma de perguntas e respostas, o livro aborda os caminhos da colonização dos povos que habitavam as Terras Maranhenses, sob a ótica romântica e moralista de um bispo. Pacheco (1968) relaciona progresso e salvação à vinda das igrejas e irmandades ao Maranhão, elevando o trabalho executado pelos agentes religiosos, que vinham em sua maioria dos países europeus e erguiam suas instituições. “Se a própria ‘história profana deve ter seu termo em N. S. Jesus Cristo’, a história de uma Diocese, mesmo em contato com o Estado, deve orientar-se para Deus – fim natural e sobrenatural da Igreja e do

Estado.” (PACHECO, 1969, p. 3, grifo do autor).

Assim, no final do Oitocentos, o Culto Público se desmembrava em meio aos relatórios escritos e aproximação do regime republicano em causas pontuais, como reformas de igrejas e amparo às dioceses maranhenses, que mudavam de bispos e o governo acompanhava de perto essas trocas para que os líderes religiosos comungassem com a gestão das cidades. Isso rendia para a Igreja a ajuda financeira que vinha dos cofres públicos e para os governos, a adesão dos religiosos aos projetos de institucionalização, credibilizados pelo apoio eclesiástico. “Havendo-se retirado para a província do Piauhý [sic] s. exc. o s. bispo D. Antônio Candido de Alvarenga, em seu serviço de seu ministério, acha-se desde 3 de julho último encarregado de todo o expediente da diocese o vigário geral dr. João Tolentino Guedelha Mourão” (RELATÓRIO DO VICE-PRESIDENTE DA PROVÍNCIA BARÃO DE GRAJAÚ, 1884, p. 19).

No relatório do presidente da província Antônio Manoel de Campos Melo, verifica-se o clamor à assembleia provincial pelas igrejas em ruínas, que estavam esquecidas pelo poder político local em vários municípios maranhenses e precisavam de reparos em suas estruturas físicas. Os presidentes eram porta-vozes dos problemas eclesiásticos e buscavam as soluções cabíveis para a resolução deles.

Da sabedoria pois desta ilustre assembleia e do seu espírito religioso, poderosamente auxiliada pelas virtudes e santo zelo do nosso respeitabilíssimo prelado, depende o emprego dos meios precisos para o indispensável restabelecimento e brilho do culto público, contando-se sempre com a minha melhor vontade (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA ANTÔNIO MANOEL DE CAMPOS MELO, 1862, p. 25).

Com a República, o Culto Público deixa de compor os relatórios como parte da política; nos relatórios dos governadores, porém, a Igreja estava sempre à frente das festividades populares, junto às decisões políticas e presente na organização de instituições educativas, necessárias para a manutenção da ordem e da disciplina. A Igreja aproximava-se do grupo político que administrava e enquanto defensores da observância das leis e da manutenção da autoridade sobre os cidadãos maranhenses, apoiava as iniciativas repressoras do período militar pelo fim do comunismo e para garantir vagas nas fileiras do exército brasileiro. Encontram-se registrados na imprensa maranhense, do início do século XX, discursos que comungavam com a política anticomunista e alertavam o povo sobre as ideias propagadas no país que tinham como base o materialismo histórico.

O momento de apreensões e dúvidas que ora atormenta a sociedade moderna e traz as nações num ambiente chocante de desconfianças, ódios e ambições, bem caracteriza uma época de anarquia social, dominada por um materialismo grosseiro, que trabalha para destruir na vida dos povos as manifestações mais delicadas da consciência, do dever e da dignidade moral. (...)

Alentado pela benção paternal do insigne pastor da Arquidiocese do Maranhão – Dom Carlos Carmello, confiando na benevolência do povo católico e no apoio dos homens de bem, “Cruzeiro” sai ao campo da luta para trabalhar pela honra e prosperidade da terra maranhense e, particularmente, de Caxias, tendo como escudo o seu sublime lema – Deus, Pátria e Família (CRUZEIRO, 1936, p.01, grifo do autor).

O Jornal *Cruzeiro*, da cidade de Caxias – MA, foi um dos poucos jornais que circulavam no interior do estado e que cumpria a missão de defender a Igreja como missionária e o Estado como protetor da nação. Enquanto imprensa católica, garantia a propagação do lema integralista Deus, Pátria e Família⁶⁵, bandeira fascista com origem nos anos 1920, e que se prolongou até o fim do Estado Novo, “com sua ênfase maior (...) na tomada de consciência do valor espiritual da nação (...)” (FAUSTO, 2006, p. 353). A imprensa era aliada da Igreja na divulgação de festividades religiosas e na ampliação dos discursos sobre a moral cristã, principalmente durante as décadas de 1930 e 1940. Essa aliança ajudava na identificação dos temidos traidores da pátria⁶⁶, dos que apresentavam contra condutas⁶⁷ às exigências de uma religião universal.

A institucionalização da Saúde Pública, desde a Colônia, já era um dos negócios da política maranhense mais cooptado pelas ordens religiosas, enquanto instituições de caridade e detentoras do discurso da cura do corpo e da alma. Em sua obra *Dez Estudos Históricos*⁶⁸, o historiador Mário Martins Meireles escreveu sobre instituições religiosas, médicas e educacionais, que contribuíram para a escrita de uma “pequena” história do Maranhão (MEIRELES, 1970, p. 33). O livro, organizado em dez capítulos, reúne investigações historiográficas sobre fatos maranhenses, que merecem atenção por serem demarcadores no surgimento das primeiras instituições de assistência aos pobres. As instituições de saúde pública foram consideradas no livro como as mais antigas, pois “São Luís, há de ter sido, sem dúvida, a única de nossas capitais que em tempo tão remoto contou com a presença de um médico, de um cirurgião aliás entre os que testemunharam formalmente sua fundação.”

⁶⁵ Com esse lema, o movimento do integralismo no Brasil negava a diversidade partidária e a representação individual dos indivíduos, estando os brasileiros sempre curvados às Forças Armadas.

⁶⁶ Ou chamados “comunistas” eram na verdade, militantes sociais ou mesmo jornalistas, educadores, artistas, que se opuseram ao sistema opressor dos anos 1930 e 1940.

⁶⁷ Para Foucault, a contra conduta é a própria resistência a um sistema que se impõe sobre os indivíduos, que possibilita escapar das condutas dos outros e criar maneiras próprias de se relacionar.

⁶⁸ Mário Meireles atuou expressivamente na consolidação de uma identidade contrariando a *teoria da decadência* (historiadores identificaram que essa discussão foi forjada por intelectuais nacionalistas), reafirmando em suas obras a grandeza desta terra em ter recebido tantas contribuições estrangeiras.

(MEIRELES, 1994, p. 203)

A trajetória das instituições públicas de saúde foi considerada pelo autor, desde os seiscentos, quando as ordens religiosas eram as responsáveis pela organização desses espaços, citando os Jesuítas em particular. “Se havia um hospital, ainda que provisório e funcionando em casa particular, haveria forçosamente alguém que nele cuidasse dos enfermos” (MEIRELES, 1994, p. 205). Portugal não possuía quantidade numerosa de médicos para atendimento de suas colônias, o que fez a Companhia enviar seus padres e irmanados para atenderem os hospitais erigidos. Segundo Meireles (1994), o Hospital Militar atual Hospital Geral, é o mais antigo hospital da cidade seguido pela Santa Casa de Misericórdia (1622).

Nos Oitocentos, o destaque é para o Hospital da Misericórdia, ou Hospital de São José da Caridade (1814) que atuava não só na cura das doenças, mas na caridade à população desvalida e marginalizada, onde fora atendida graças “àquela obra que se deveu ao zelo e atividade, patriotismo e amor da humanidade, do atual Provedor da mesma Santa Casa da Misericórdia, o Comendador, Desembargador o paço, Chanceler e criador da Relação, Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira” (MEIRELES, 1994, p. 210). Na obra de Marques (1970), encontram-se registrados os fatos que evidenciaram o Hospital da Misericórdia como o de maior vigência e atendimento aos desvalidos da Província, sob a administração da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. “Tinha a seu cargo o sustento dos sentenciados à fôrca enquanto estavam no oratório”, alimentava presos quando doentes, nas cadeias públicas e mandava “tratar os pobres às suas custas no Hospital Militar” (MARQUES, 1970, p. 482). A Santa Casa vivia das doações deixadas pelos irmãos, leigos católicos, aristocratas e representantes da elite local, que em seu compromisso deveriam “ter sangue limpo, saber ler e escrever e ter renda suficiente para ajudar irmãos em necessidade”. (COE, 2013, p. 52) Ao ser aceito como irmão, o indivíduo assumiria uma postura reta dos costumes, para não colocar em risco a idoneidade da instituição. O compromisso de honrar essa participação na Irmandade começava no momento da aceitação dos votos para que não “vivessem escandalosamente, entregues a vícios que o desonrem, e envergonhem a irmandade” (SÃO LUÍS, 1840, p. 3).

Em sua constituição na Província, a Irmandade da Misericórdia se consolidou como instituição possuidora de grandes bens e atividades políticas junto ao governo. Não existem documentos sobre a instalação das suas primeiras igrejas e casas no Maranhão, pois “foi mandado incinerar o livro mais antigo de que ele então tivera notícia, que era do ano de 1741, destinado ao registro dos termos de entrada dos irmãos.” (MEIRELES, 1994, p. 259).

Porém, em relatório da província, encontrou-se o registro da reunião da Mesa Administrativa, datada em 04/02/1830, onde se citava: “ficara registrado que a instituição

tivera sua criação autorizada pelo Alvará Régio de 3/12/1622, ao tempo de Felipe III, de Portugal e IV, de Espanha.” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA ANTÔNIO MANUEL DE CAMPOS MELLO, 1863, p. 23).

A Irmandade, conforme os livros de receitas e despesas da instituição, mantinha o poder majoritário sobre a saúde pública da cidade. Marques (1970, p. 482) retratou em sua obra, as repartições e dependências adquiridas pelas Misericórdias para a realização de suas obras de caridade: “secretaria e contadoria, tesouraria, procuradoria-geral, presos pobres, expostos, hospital de caridade, hospital dos lázaros, igreja e cemitério.” Uma suposta crise na segunda metade do século, teria feito a inserção dos Presidentes da Província como provedores nas Mesas administrativas da Santa Casa, o que trouxe alguns benefícios para a instituição com uma maior fiscalização das despesas anuais. As inúmeras propriedades e imóveis da Irmandade funcionavam por regulamentos aprovados em Assembleia Provincial e eram inspecionados periodicamente para observação das ações realizadas com os investimentos feitos nas instituições.

As Mesas Administrativas da Irmandade eram eleitas por assembleias gerais dos irmãos “a cada 2 de julho, dia de Santa Isabel, para um mandato anual que se contaria a partir de 10 de agosto, dia consagrado a São Lourenço.” (MEIRELES, 1994, p. 279). O colegiado diretor era integrado por: provedor (presidente da província), vice-provedor, secretário, procurador, tesoureiro e mais cinco mordomos. Nas reuniões eram comuns as discussões acirradas sobre a receita adquirida pela instituição, “consequente de disputa a que se atiravam os irmãos pela conquista dos cargos da Mesa, na ânsia de usufruírem os privilégios e vantagens deles decorrentes, e talvez nem sempre confessáveis.” (MEIRELES, 1994, p. 278)

Figura 04 – Livro de Receitas e Despesas da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão (1843-44)

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão (2019)

No acesso aos documentos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, a pesquisa analisou fontes como mapas comparativos de despesas, orçamentos das receitas (Figura 04),

relatórios dos provedores e mordomos das casas e demais espaços e relações de produtos adquiridos, assim como escravos e funcionários que trabalhavam para a instituição. Os dados estão organizados em sua maioria em tabelas e relatórios, com os dados dos bens de raiz e bens móveis da instituição. Segundo Tabela Dos Próprios da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão, 1842, os bens de raiz são os ocupados pela Irmandade:

Igreja de S.Pantaleão.....	16:000\$000
Casas da Igreja.....	2:586\$130
Casa do Despacho da Meza.....	2:000\$000
Edifício do Hospital e Casa dos Expostos.....	46:504\$368
Hospital dos Lazáros.....	2:000\$000
Cemitério.....	16:000\$000

(SÃO LUÍS, 1842, não paginado)

Além destes, casas alugadas, terrenos aforados, terrenos por aforar, terras de lavrar e escravos, eram incluídos nessa tabela de despesas. Os bem móveis, são os produtos adquiridos constantemente para a manutenção dos serviços assistenciais: alimentos, remédios, utensílios, roupas de cama, banho e vestimentas. Doações dos irmãos e associados da Irmandade mantinham as atividades desses espaços, além de loterias e espetáculos beneficentes em prol das ações salvíficas. Essas práticas difundidas pelos irmãos camuflavam a crise financeira que a Irmandade sofria na segunda metade do século XIX, devido à retirada das ofertas milionárias dos presidentes das províncias mediante inúmeros desentendimentos com as Mesas Administrativas (COE, 2013).

Com relação à saúde pública na ilha de São Luís viveria, na segunda metade do século, inúmeras epidemias, derivadas, segundo médicos da época, dos climas amenos da região. Na fala do Presidente Antônio Candido da Cruz Machado, a incidência dos falecimentos causados pelas doenças na população maranhense era refletida nos detalhes dos dados levantados no relatório de 1856.

A não ter sido a epidemia variólica, que se desenvolve nesta capital em outubro de 1854, e se comunicou a vários pontos da província, e, ultimamente, a epidemia disentérica, o seu estado sanitário teria sido satisfatório. De outubro d'aquela ano, em que se deram aqui os primeiros casos de bexigas, a novembro do ano passado, falecerão vítimas delas 675 indivíduos, sendo 252 escravos e 423 livres, e não consta que um só deles tivesse sido vacinado (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA ANTÔNIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO, 1856, p. 14).

O discurso da assistência e proteção aos indivíduos, com a higiene da população e com o estado sanitário da província é uma das táticas da política imperial para o controle dos indivíduos que habitam as cidades. Como exemplo, o contínuo confinamento dos indivíduos

nos lazaretos e hospital de alienados⁶⁹, aos cuidados da Santa Casa expressava as estratégias políticas do governo com a irmandade na concretização do projeto civilizatório: “ou vagam pela nossa cidade, depondo contra a nossa civilização, ou errão [sic] a cadeia, para serem tratados como ali podiam sê-lo” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA ANTONIO MANOEL DE CAMPOS MELO, 1863, p.50).

No fim do século XIX e início do XX, uma série de revogações são realizadas nos primeiros decretos estaduais dos governos republicanos com relação à provedoria do Estado aos serviços de saúde administrados pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, assim como as loterias, que não funcionariam mais como meio para obtenção de recursos para a caridade empreendida pela instituição de saúde, conforme o Relatório da Junta Governativa Provisória de 1892, que assumiria o governo do estado até o anúncio do primeiro governador, e era formada por tenentes-coronéis, capitães-tenentes e médicos.

A Junta do Governo Provisório, considerando que a Santa Casa da Misericórdia, como estabelecimento de caridade que é, deve no atual regime, deliberar livremente em todos os seus negócios, sem e menor interferência do Governo;

Resolve:

Art.1º - É revogado o art. 2º da lei n. 284 de 3 de dezembro de 1850, em virtude da qual exercia funções de provedor o presidente da província. (MARANHÃO, 1893, p. 15)

Com isso, a saúde como negócio público passa a obter participação da iniciativa privada e das diretorias e repartições de higiene, compostas por filantropos que passavam a controlar o atendimento à saúde dos maranhenses, especialmente, aos pobres, que mais demandavam cuidados devido ao estado calamitoso do Maranhão na transição de regime. Com as epidemias, as campanhas de vacinação se intensificavam, porém, com rastros de corrupção⁷⁰, já que nos relatórios estaduais os governadores sempre apontavam aumento das doenças em algumas localidades mesmo que toda a população já tenha sido vacinada. “Pela Secretaria do Serviço Extraordinário de Higiene fomos informados de que é despida de fundamento a notícia ontem dada pelo ‘Diário’, de ter sido verificado um caso de varíola em uma mulher residente nas proximidades do cemitério municipal” (PACOTILHA, 1904, n. 24, p. 01, grifo do autor).

⁶⁹ Os lazaretos eram casas onde eram colocados os doentes com a lepra, na época chamados lázaros, nome que fazia relação ao personagem Lázaro, na Bíblia, curado por Jesus Cristo em uma das histórias do Novo Testamento. Já o Hospital dos Alienados, os loucos, os que apresentavam problemas de saúde mental, fora construído no próprio Hospital da Misericórdia, duas alas para desafogar as cadeias públicas.

⁷⁰ Dentre as mensagens dos governadores e vice-governadores ao congresso do estado do Maranhão, muitas solicitavam exonerações de funcionários das repartições da higiene pública (1900-1920), sem explicitação da causa. Eram muitas mudanças feitas de um governo para outro, sugerindo práticas patrimonialistas em favor de grupos.

Esse controle da saúde da população estava relacionado às novas tecnologias de disciplinamento, agora tomadas pelo discurso médico, na normatização dos costumes e posturas municipais. “O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 2006, p. 163). As instituições, portanto, foram importantes para o estabelecimento de um padrão cultural, com regras que sujeitavam os indivíduos institucionalizados a assumirem novas posturas sociais, sob os discursos do progresso e da adequação a uma modernidade.

Na Primeira República, serviços de assistência aos desvalidos contaram com os investimentos da iniciativa privada, da imprensa e da elite política com forte participação de mulheres Damas da Assistência⁷¹. Esse grupo se incumbia de mobilizar a sociedade pela causa da pobreza no Maranhão e utilizavam discursos ampliadores das ideais filantrópicas que já marcavam a organização da saúde no Brasil. No Jornal Pacotilha, foram inúmeras as colunas e matérias e publicadas sobre saúde pública, escritas pelos dirigentes de ações institucionais, que assumiram o papel de mensageiros de um progresso.

Entre os anos 1920 até meados de 1930, os governos estaduais passavam a organizar os serviços de saúde pública de forma mais ampla, como se analisou a partir da Mensagem do Governador Magalhães de Almeida ao Congresso do Estado, no dia 02 de fevereiro de 1930:

- a) Saneamento rural: o controle da higiene nos municípios maranhenses;
- b) Hospital Regional: coordenado pelo Dr. Djalma Marques com exames laboratoriais, curativos, cirurgias e injeções diversas;
- c) Higiene do Estado: serviço que coordenava a higiene das habitações, a fiscalização do exercício da medicina e das farmácias, os trabalhos epidemiológicos, a demografia sanitária;
- d) Profilaxia da Febre Amarela: um serviço exclusivo para a grande epidemia que alastrou a população maranhense no início do século XX;
- e) Profilaxia da Lepra: a doença que desde o império fora alvo de preocupação governamental, passa a ser um serviço de acompanhamento dos casos no Maranhão. Nesse período, a construção de uma Colônia para Leprosos, na Ponta do Bonfim, estava em curso

⁷¹ Mulheres da alta sociedade intervêm na política para aniquilar o analfabetismo e dar assistência às crianças desvalidas, no início dos anos 1910. A associação das Damas da assistência foi criada em 1906, no Rio de Janeiro e a ideia é instalada em várias unidades federativas da República, incluindo o Maranhão. A proposta filantrópica do Dr. Moncorvo Filho, é ampliada no Brasil, com adesão de muitas mulheres da elite local.

tendo o Dr, Aquiles Lisboa como principal estudioso e organizador desse espaço (MENSAGEM DO GOVERNADOR MAGALHÃES DE ALMEIDA, 1930, não paginado).

Com a Interventoria Federal, administrada por Paulo Ramos no período de 1937 a 1945, a criação do Departamento Estadual de Assistência e Saúde regulava as ações voltadas à saúde pública no estado, com a construção dos hospitais Nina Rodrigues (psiquiátrico), Getúlio Vargas (Tuberculose) e Colônia do Bonfim (Lepra). A política modernista de Ramos mudava o cenário urbano da capital e dos municípios maranhenses, com um projeto arquitetônico audacioso e a construção de novas instituições para a saúde, sob o viés de uma aparente modernização, construída pelos discursos de revolução, de um novo estado e de superação do atraso. “Presta o Estado assistência médica gratuita a doentes pobres, na Capital, por intermédio do Hospital Geral, do Serviço de Pronto Socorro ‘Getúlio Vargas’, do Pavilhão de Psicopatas, da Colônia do Bonfim para hansenianos e da Associação de Assistência à Infância” (RELATÓRIO DO INTERVENTOR FEDERAL DO MARANHÃO PAULO RAMOS, 1942, p. 111, grifo do autor).

Com relação à Instrução Pública, os relatórios presidenciais e decretos estaduais anunciavam as novas políticas para a educação do povo. No levantamento realizado, destacam-se a partir dos anos 1850 até final do Império, o aumento da oferta de escolas na cidade e no campo. No início do século XIX, com a criação do Liceu Maranhense, da Escola Normal e do Ensino de Primeiras Letras nas Instituições de educação moral e profissional na Província em 1838 após Ato Adicional de 1834, que estabelecia às províncias brasileiras, a responsabilidade total de oferta do ensino primário e secundário, a instrução pública virou pauta principal nas Assembleias Provinciais. Um exemplo, é a Lei nº 55, de 2 de maio de 1838, sancionada pelo Presidente Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, que no art. 1º decretava: “1º Ficam criadas duas Cadeiras de Primeiras Letras para meninos, uma no lugar de Santa Maria de Sipahú no Termo do Mearim, e outra no lugar da Trizidela na comarca de Caxias” (MARANHÃO, 1838, p. 04).

No quadro abaixo, a lista de presidentes que em seus governos, sancionaram legislações para a instrução pública no Maranhão imperial.

Quadro 4 – Presidentes da Província do Maranhão que sancionaram políticas para a Instrução e Educação.

1.	Antônio Pedro da Costa Ferreira (Barão de Pindaré – 1835-1837)	Partido Liberal
2.	Francisco Bibiano de Castro (1837-1838)	Partido Conservador
3.	Vicente Thomaz de Figueiredo Camargo (1838-1839)	Partido Liberal
4.	Luis Alves de Lima de Silva (Duque de Caxias – 1840-1841)	Partido Conservador
5.	João Antônio de Miranda (1841-1842)	Partido Liberal
6.	Jeronimo Martiniano Figueira de Melo (1843-1844)	Partido Conservador
7.	Angelo Carlos Moniz (1844)	Partido Conservador
8.	Joaquim Franco de Sá (1846-1847)	Partido Conservador
9.	Antônio Joaquim Alvares do Amaral (1848-1849)	Partido Conservador
10.	Honorio Pereira de Azeredo Coutinho (1849-1851)	Partido Conservador
11.	Eduardo Olimpio Machado (1851-1855)	Partido Conservador
12.	Manoel de Sousa Pinto de Magalhães (1854)	Partido Conservador
13.	Antônio Candido da Cruz Machado (1855-1857)	Partido Conservador
14.	Francisco Xavier Paes Barreto (1857-1858)	Partido Liberal
15.	João Pedro Dias Vieira (1858)	Partido Liberal
16.	Joao Maria Barreto (1859)	Partido Liberal
17.	Francisco Primo de Sousa Aguiar (1861-1862)	Partido Conservador
18.	Antônio Manoel de Campos Mello (1862-1863)	Partido Liberal
19.	Ambrozio Leitão da Cunha (1863)	Partido Conservador
20.	Miguel Joaquim Ayres do Nascimento (1866)	Partido Conservador
21.	Lafayette Rodrigues Pereira (1865-1866)	Partido Conservador
22.	Franklin Americo de Menezes Doria (1866-1867)	Partido Conservador
23.	Manoel Jansen Ferreira (1868)	Partido Conservador
24.	José da Silva Maia (1869-1870)	Partido Conservador
25.	José Francisco de Viveiros (1874)	Partido Conservador
26.	Frederico Jose Cardoso de Araújo Abranches (1875-1876)	Partido Liberal
27.	Graciliano Aristides do Prado Pimentel (1878)	Partido Liberal
28.	Luiz de Oliveira Lins de Vasconcellos (1879-1880)	Partido Liberal
29.	Cincinnato Pinto da Silva (1880-1881)	Partido Liberal
30.	José Manoel de Freitas (1882-1883)	Partido Liberal
31.	Carlos Fernandes Ribeiro (Barão de Grajaú – 1883 - 1885)	Partido Liberal
32.	José Bento de Araújo (1886-1888)	Partido Liberal

Fonte: Dados coletados pela autora nos Relatórios de Província (2021).

A Lei n. 77, de 24 de julho de 1838, criou o Liceu Maranhense na cidade de São Luís, instituição de ensino secundário que dava formação preparatória para ingresso no ensino superior aos filhos da elite. Instituição para o sexo masculino, o Liceu encaminhava os meninos para estudarem nas universidades de referência europeia, como Portugal e França, ou

nas universidades já criadas no início do Império, como as Faculdades de Direito e Medicina no Rio de Janeiro e Recife. As cadeiras oferecidas reproduziam o programa de estudos do Colégio Dom Pedro II, da capital da Monarquia, e os professores formavam uma congregação responsável em fiscalizar os cursos e escolas de primeiras letras que funcionavam na província (MARANHÃO, 1838).

Viveiros (1853) em sua obra *Apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular no Maranhão* registrou um quadro evolutivo das legislações maranhenses que possibilitaram a organização de instituições para a instrução e educação na Província. Ele destacava a intensa criação de leis, a partir de 1834, que abriram caminhos para a escolarização primária e secundária, como as leis de pagamento de subsídios para alguns jovens da alta sociedade, estudarem em outros países e trazerem os novos métodos de ensino, decretados pelo Poder Central, como o método mútuo⁷².

Cumprindo a Lei n. 76, o Presidente Camargo enviou a França o moço Felipe Benício Oliveira Condurú, que regressando à Província regeu, a partir de janeiro de 1840, com os vencimentos anuais de 740\$000, a Escola Normal onde foram obrigados a prática de novos métodos os professores de então, os quais, entretanto, não viram com bons olhos este curso de aperfeiçoamento, como se verifica das exclusas apresentadas pelos professores de Rosário, S. João de Côrte e outros (VIVEIROS, 1953, p.10).

Porém, o ano de 1841 é considerado o marco para organização da instrução pública maranhense, não somente devido à sua primeira reforma⁷³ através da Lei nº 115 de 01 de setembro, mas também pela criação da Casa dos Educandos Artífices, que segundo Viveiros (1953), foi garantida pela Lei n. 105, de 23 de agosto. A instituição era voltada para a educação de meninos desvalidos, “de preferência os enjeitados, e dar-lhes instrução e primeiras letras e um ofício” (p. 15). A Casa foi destaque nos relatórios da presidência da província durante todo o seu funcionamento, e isso se justifica pela forma e pelo conteúdo do ensino àquelas crianças. Os estudos de Guimarães (2014, p.11, grifo do autor) mostram as motivações para criação dessas instituições para as crianças pobres no Brasil Oitocentista: “(...) uma perspectiva assistencialista, no sentido de o Estado prover aos cidadãos ‘desvalidos da fortuna’, (...), meios que assegurassem sua subsistência, formando cidadãos ‘úteis a si mesmos e à pátria’, afastados dos perigos da criminalidade e do ócio”.

⁷² O método Lancaster é um método pedagógico desenvolvido pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838) no final do século XVIII na Europa. Conhecido também por método monitorial ou mútuo difere dos métodos que o antecederam por utilizar alunos que se destacam dos demais como alunos monitores, responsáveis por contribuir para o ensino do restante do grupo.

⁷³ A primeira reforma da instrução pública na Província estabelecia como foco principal, a submissão das escolas e criação de novas instituições à aprovação do grupo de professores do liceu, que passava a ser um núcleo fiscalizador do ensino público e particular no Maranhão.

Em 1849, a Lei nº 267, de 17 de dezembro, o presidente Honório Pereira de Azeredo Coutinho sancionava a lei de reorganização da Instrução Pública na Província do Maranhão, fixando as diretrizes para o trabalho dos professores de primeiras letras. Percebe-se nessa legislação, a diferenciação dada ao atendimento dos alunos, relacionando quantidade e ordenado dos professores. Além dessas, a lei apresentava outras diferenciações entre professores homens e mulheres, respectivamente, de meninos e meninas, e sobre a aposentadoria ligada ao que contemporaneamente poderíamos classificar como “produtividade”.

Os professores e professoras, que estiverem no caso de ser aposentados só tem direito a sê-lo com o ordenado ou parte d’ele; mas aos que apresentarem grande número de Alunos aprovados em suas Escolas sem interrupção de anos letivos será o ordenado elevado à quinta parte mais quando aposentados (MARANHÃO, 1850, p. 49).

Em 1850, uma legislação revogava a anterior e extinguiu e/ou substituiu algumas cadeiras oferecidas nas escolas. Uma lei que comungava com a política conservadora do presidente Honório Pereira de Azeredo Coutinho, que atrelava as escolhas do método de ensino pelos professores à aprovação do Inspetor de Instrução Pública. Em 02 de fevereiro de 1855, com a aprovação do Regulamento da Instrução Pública, a província passou a contar com uma legislação fixa para as escolas e instituições de ensino das primeiras letras até 1874, quando se teve novo decreto.

Governava os destinos do maranhão em 1855, um homem de apreciáveis qualidades de administrador – Dr. Eduardo Olímpio Machado.

(...)

Revestiu-se do caráter de uma missão especial a sua investidura, no cargo da Presidência do Maranhão em 1851, onde, entre vários outros empreendimentos notáveis, divisou, para logo, a necessidade de reformar a Instrução Pública (VIVEIROS, 1953, p. 21).

O Regulamento, como principal legislação para a instrução pública no Oitocentos maranhenses, foi admitido por intelectuais e políticos como uma das leis mais importantes para a educação. No texto, o Presidente Eduardo Olímpio Machado, justificava a necessidade de ajustes na política para o ensino das primeiras letras, declarando-a imperfeita e que o grande número de escolas públicas elementares em detrimento ao número de escolas particulares, por si só mostrava algo desigual. O discurso proferido pelo então presidente à Assembleia Provincial, no dia 3 de maio de 1855, soava como um clamor aos indivíduos que ali representavam o povo do Maranhão, para se voltarem para os problemas que desde 1834, com a descentralização da organização da instrução pública, eram empecilhos para a civilidade.

Na reforma, à que procedi, tive principalmente em vista, como condição de melhoramento: a conveniente inspeção e fiscalização do ensino; a organização e regularização dos diversos estabelecimentos de instrução; as condições, matéria e propagação da mesma; as habilitações e exames para o magistério; a repressão das omissões e a distribuição das recompensas no exercício das funções magistrais; a admissão, frequência e aproveitamento dos alunos; a imposição de multas aos pais, tutores e protetores negligentes em mandar instruir seus filhos, pupilos e protegidos; o fornecimento do material indispensável à instrução mantida pelo estado; o estabelecimento de taxas para melhorá-lo no porvir; e, finalmente, as mais providencias, que me parecerão adequadas para uniformizá-la em todos os seus diferentes círculos ou delegacias da respectiva inspeção, e estendê-la á todas as classes de cidadãos, ainda os mais pobres e desvalidos (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA EDUARDO OLÍMPIO MACHADO, 1855, p. 18-19).

Nos relatórios da presidência da segunda metade do século XIX, foram registrados os investimentos com a instrução pública, numa ordem que priorizava a educação da elite, com a estruturação do Liceu e dos colégios particulares, criados na capital da província a partir da chegada das ordens religiosas e irmandades europeias. Depois, encontram-se dados das escolas de primeiras letras constituídas nas cidades e das instituições que educavam as crianças das classes subalternas, incluindo as negras livres. O Relatório do Presidente, Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, de 1858, aponta a grande problemática da permanência das crianças nas escolas criadas na Província do Maranhão: “As distancias dos lugares, a pobreza das famílias, a falta de utensílios e edificios próprios para as escolas, e principalmente a falta de fiscalização sobre os professores, muito tem concorrido para que a instrução primaria não tenha tido o desenvolvimento que, era pra desejar” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA FRANCISCO XAVIER PAES BARRETO, 1858, p. 09).

Nesse mesmo relatório, o presidente Dr. Francisco Xavier, destaca a atuação da Inspeção da Instrução Pública na capital, que garantia o bom funcionamento das escolas, dos colégios particulares e demais instituições. “Os trabalhos nas escolas da capital marcham regularmente (...). Este cuidado é confiado aos delegados da instrução pública; infelizmente esses delegados em geral limitam-se a passar aos respectivos professores atestados de frequência, as mais das vezes graciosos” (idem). O estudo de Coelho (2017) analisa o trabalho de inspeção da instrução pública como regulador do ensino primário a partir da atuação dos professores, para serem vigiados em seus discursos e ideias pedagógicas. Além disso, os inspetores controlavam as matrículas, o funcionamento das instituições públicas e particulares e o alunado que deveria ser atendido, sendo que essa educação era negada aos escravizados⁷⁴.

As escolas de primeiras letras, apareciam sempre nos discursos dos presidentes como política decadente, que deveria estar sob vigilância constante e apresentavam estruturas físicas

⁷⁴ Somente crianças negras livres poderiam frequentar as escolas de primeiras letras, a partir da Lei do Ventre Livre (1871).

deterioradas. Nas análises de Branco (2019), sob o projeto civilizatório de instrução das massas, a atuação dos políticos maranhenses na criação de escolas na capital e no interior da Província seguia as regras universais de ensino para meninos e meninas pobres: ler, escrever e contar. Além do ensino cívico e religioso, era preciso que os futuros trabalhadores das fábricas maranhenses tivessem instrução básica para formarem trabalhadores emergenciais para a abundante economia maranhense. No entanto, a pobreza fazia com que as crianças desistissem de frequentar as aulas, incentivadas pelas próprias famílias que não possuíam condições de manutenção das crianças nas aulas.

A instrução primária é destinada a dar aqueles conhecimentos e noções que são indispensáveis ao homem em qualquer posição que venha ele a ocupar na sociedade – rico ou pobre, operário ou artista, proprietário ou comerciante, simples particular ou funcionário público. É por isso que um celebre escritor a denominou - instrução necessária.

Reduzida aos seus elementos naturais e à expressão mais simples, a instrução primária só compreende: ler, escrever, contar, a gramática nacional e princípios de moral e doutrina religiosa. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA, 1866, p. 18)

No Relatório do Presidente Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, acima citado, o discurso político conformava a instituição de caráter público ao que ela deveria desempenhar apenas, limitando a formação da população desvalida a conhecimentos básicos e necessários, numa proposta de generalização do saber. “No Brasil, ao observar a capilarização do modelo escolar ao longo do século XIX, fica perceptível a adesão do Estado, da Igreja e da sociedade civil a esta forma de interferir no curso da vida e no funcionamento geral da sociedade” (GONDRA, SCHUELER, 2008, p.81). Os discursos inflamados e as lutas políticas entre liberais e conservadores na disputa pela melhor administração da instrução pública criaram uma série de revogações e retomadas das legislações aprovadas anteriormente, tratando o negócio público da educação como um mecanismo de sujeição da população desvalida.

Outro importante documento, o novo Regulamento da Instrução Pública foi sancionado em 17 de julho de 1874, em que foram percebidas mudanças de nomenclaturas, detalhamento dos programas de ensino para a escola primária e secundária, além do discurso da obrigatoriedade para o ensino de crianças a partir dos 7 anos, ocorrendo às famílias o pagamento de multas por não matricularem seus filhos ou tutelados. Para Cabral (1982) as propostas surgiam junto às falas de reorganização do ensino público, mas que mascarava o desejo de ter uma escola que favorecesse o progresso da província, o aumento das riquezas e a disciplinarização da população.

O Jornal A Mocidade, jornal estudantil do Liceu Maranhense, costumeiramente, fazia denúncias sobre as formas de governo da instrução pública, no final do Oitocentos. Em sua

publicação de primeira página, do dia 20 de novembro de 1875, apontava os descasos com a instrução na capital da Província, assinalando a falta de instituições escolares para a população.

Conhecida a necessidade de difundir-se a instrução, torna-se também conhecida a necessidade de instituições que a facilitem. Essas instituições devem subir gradualmente até o ponto mais elevado possível, a fim de que elevado seja também o grão de instrução a que possa o homem atingir (A MOCIDADE, 1875, p. 01).

Essas denúncias acarretavam pouca circulação dos jornais e periódicos que ressoavam as vozes dos invisibilizados, como os estudantes, e perseguições como reprovação deles até o fechamento do estabelecimento de publicação. “Em qualquer dos casos um governo que assim procede não merece confiança, e perante o tribunal do bom senso, os estudantes reprovados (...) podem lançar também uma reprovação sobre um ato que não parece emanado de inteligências cultas, mas sim de rudes espíritos” (A MOCIDADE, 1875).

Com a reforma de 1874, os programas de ensino das escolas primária e secundária que passavam a ser de 1º e 2º graus, explicitavam conhecimentos e noções básicos de leitura e escrita, aritmética, sistema métrico decimal, gramática e catecismo da Igreja Católica. O Magistério era exercido por qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro, devendo possuir requisitos básicos para ensinar como idade maior de vinte e um anos, ter moralidade e instrução profissional (MARANHÃO, LEI Nº 1091, 1874). Sobre regulamentos e os estudos genealógicos das práticas educativas no século XIX, Giglio (2019a, p. 644), identifica uma complexidade nos modos de governar as pessoas: “(...) trata-se de um conjunto de textos que circulam em espaços específicos e operam estrategicamente de modo a apagarem a textualidade para produzir, na prática, comportamentos ou condutas específicas”. Através da norma, se homogeneizavam as práticas educativas, o que evidentemente permitia medir, nivelar e ajustar as diferenças individuais.

Essa era uma exigência principalmente nas escolas onde se matriculavam crianças pardas e negras⁷⁵, que estavam sempre em vigilância e avaliação devido à cor. Os estudos de Araújo (2013) e Quadros (2020), consideraram o ensino de primeiras letras para as crianças negras no Maranhão do século XIX, a partir das análises de mapas escolares e regulamentos de instituições profissionalizantes de cunho educativo. Nos resultados, conseguiram identificar a organização das instituições escolares em torno da presença de crianças de cor, com a criação de mecanismos de controle e avaliação que as discriminavam e excluía da totalidade matriculada. “É bem verdade que a presença dessas crianças nos bancos de

⁷⁵ Nas listas nominiais de crianças matriculadas, a presença de crianças de cor, pardas ou negras, recebiam uma sinalização no próprio documento, provavelmente para que os mestres tivessem atenção para/sobre elas.

alfabetização não era um dado generalizado. Além disso, provocava polêmicas e reações contrárias da sociedade” (ARAÚJO, 2013, p. 33).

Nos mapas escolares, anexos aos relatórios provinciais, encontram-se vestígios da presença expressiva dessas crianças nas escolas de primeiras letras das vilas e freguesias maranhenses, porém percebe-se nesses documentos que elas eram minoria.

Figura 05 – Mapa Escolar, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em São Luís, 1844.

N.º 19.

QUATRO Mappas contendo trinta e sete Meninas, filhas de Pays indigentes, que não lhe podem dar educação; residentes em diversos Quarteirões da Freguezia de N. S. da Conceição desta Cidade.

— QUARTEIRÃO N.º 4 —

RUAS.	N.º das crianças	NOMES.	Idade	CÓRDE.	FILIAÇÕES.	A QUEM ESTÃO ENTREGUES.	OBSERVAÇÕES.
Grande		Juliana Roza da Cunha	11	Mulata	Luiza Maria da Conceição	A sua May	
"		Amalia Rodrigues da Cunha	9	"	"	"	
"		Anna Josefa Barboza	9	"	Rita Joaquina	"	
"		Francisca Helena	6	"	Francisco Ignacio Martins	"	4
— QUARTEIRÃO N.º 11. —							
S. Pantaleão		Rosa Clara Ferreira	11	Branca	Mathilde Jeroniam	A sua May	He pobre.
"		Angela do Nascimento	12	Mulata	Maria Joaquina	"	"
T. da Paíha		Francisca de Paula de Jezus	9	"	Joaquina Maria Roza	"	"
"		Maria Libânia Paz	12	Branca	Francisca Ferreira da Con.	"	Pede pelas portas.
"		Maria Elizabeth da Conceição	8	"	"	"	"
T. de S. Pant.		Brigida Alice da Roçim	8	"	Guilhermina Carlos	"	"
T. do Capuano		Joséfa Roza	12	"	Luiz Antonio da Silva	A seu Pay	He pobre.
Madre Deus		Rita dos Anjos Franco	8	"	Carlota Joaquina	A sua May	Muito indigente
— QUARTEIRÃO N.º 21. —							
Affogados		Anna Emilia	12	Branca	Antonia Maria da Silva	A sua May	
Sol.	61	Maria Theresza Pereira	7	"	Maria Magdalena Clara Per.	"	
"	"	Maria Raimunda Pereira	16	"	"	"	
"	"	Aurelianna Pereira	4	"	"	"	4
— QUARTEIRÃO N.º 25. —							

Fonte: Relatório do Presidente da Província, 1844. Mapa n° 19. Disponível em http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=pardas&item_id=3502#?h=pardas&c=0&m=9&s=0&cv=41&r=0&xywh=-181%2C-120%2C3164%2C2232

No levantamento desses documentos, Quadros (2020), identificou apenas 8 mapas com informações sobre a presença de crianças de outras raças e etnias nos bancos escolares maranhenses. Sabe-se que a população maranhense no século XIX, em sua maioria, era composta por pessoas de cor, porém, o silenciamento desse grupo nos documentos era tendência seguida nos registros sobre a instrução pública, num processo cultural de branqueamento e de demarcação de lugares sociais. “Desse modo, a não menção da cor garantiria um status de cidadania a brancos, negros e mestiços pobres, em que estes passariam a pertencer ao mundo dos livres” (QUADROS, 2020, p. 135).

Sob o mesmo regime de exclusão e apagamento de suas histórias encontravam-se as crianças institucionalizadas em asilos como a Casa da Roda dos Expostos, na Casa dos Educandos Artificies, no Asilo de Santa Teresa e no Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios. Todas essas instituições, criadas no Oitocentos para justificar uma assistência pública, recolhiam crianças desvalidas, órfãs, enjeitadas, ilegítimas e livres para

aprenderem a ler, escrever e contar, além do ensino religioso e moral, que as submetiam a rigorosas rotinas a exemplo dos conventos. O detalhamento dessa educação será analisado no capítulo posterior.

O final do século XIX manifestava a ideia de que o Maranhão, a exemplo de outras províncias, precisava apropriar-se do novo sentimento nacional, que se apoderava principalmente das capitais. Os estudos de Silva (2017) apontaram que, não obstante, a criação de leis, decretos e regulamentos, os governantes maranhenses deixaram de garantir as condições fundamentais para a organização da instrução primária. Junto às diversas legislações para a implementação do Ensino Primário no Maranhão, notórios intelectuais buscavam se envolver com as propostas que objetivavam criar e reformular instituições, para o fortalecimento de uma ideia de educação em transformação. Esses processos de reformulação, não eram apenas em relação ao desenvolvimento da educação, mas também motivados pelo cenário político, pois o ideário republicano ainda não era o movimento com maior força no estado. Com isso, o partido conservador ainda tomava a frente reagindo a esse novo regime de governo. A educação no Maranhão vivenciava a falta de investimentos e a pobreza da maioria da população, que não tinha a garantia e o direito à escola, pois a escassez de instituições públicas era fato o que implicava em índices de analfabetismo significativos.

A primeira reforma da instrução pública republicana no ano de 1890 estabelecia a criação de uma Escola Normal para formação de professores da escola primária, além das escolas modelares e grupos escolares, considerados Templos de Civilização⁷⁶, conforme análise de Souza (1998), que em meio a discursos, arquiteturas e práticas civilizatórias, foram alicerçados como instrumentos de moralização e conformação do povo. Na fala do Diretor da Escola Normal, Barbosa de Godois, em 1910, em sua obra *O mestre e a escola*, identificaram-se vestígios desses anseios nacionalistas, enfatizados por intelectuais maranhenses, que muito contribuíam para a construção desse ideário.

A incongruência de abrir escolas, multiplicá-las mesmo, deixando o ensino nas torturas da rotina e com um programa que fôra o d'esses estabelecimentos da infância da instrução primaria, tornava-se mister contrapor uma instrução que correspondesse à nossa época e à missão vasta que se destina a esses estabelecimentos na sociedade culta moderna. (GODOIS, 1910, p. 4-5)

Em 1895, a Lei nº 119 de 2 de maio, reorganizava a instrução pública, abandonando as tradicionais regras imperiais e implantando novas regulações nos serviços prestados à educação das crianças e dos jovens maranhenses. Esse foi o primeiro Regulamento da

⁷⁶ Em sua pesquisa, Souza (1998) destaca a criação dos grupos escolares, no período republicano brasileiro como um amplo projeto civilizador, com a difusão e exigência da alfabetização enquanto política necessária à consolidação do regime.

Instrução Pública no Maranhão, também chamada Reforma de Benedito Leite, então diretor da instrução pública, reconhecido como político influente e grande reformador da educação no estado, pertencendo ao Partido Federalista (Conservador), que possuía forte presença nas decisões políticas desde o Império. Essa lei obrigava a instrução das crianças entre 8 e 12 anos, porém evidenciava a exclusão das crianças doentes, pobres, com deficiência, que não possuíam as condições para usarem as vestimentas recomendadas nessas legislações. Em 1896, a Reforma Geral da Instrução Pública do Estado do Maranhão, como lei que acrescenta novas regulações da instrução pública, divergia dos princípios universais de educação do povo.

Art. 7º Todo o menor de oito a doze anos que residir nas cidades, vilas ou povoações, onde houver escolas públicas do Estado, será obrigatório a frequentá-la, salvo si:

a) Estiver sendo lecionado na casa da família do menor, tutor ou protetor ou estabelecimento em que trabalha;

b) For aluno de alguma escola ou estabelecimento particular ou de escola municipal.

Parágrafo único: não será obrigatório a frequentar a escola do Estado, nem tão pouco a municipal ou a particular, o menor que tiver incapacidade física ou mental, sofrer de moléstia contagiosa, ou for tão indigente que não tenha meios de preparar-se para frequentar as aulas ainda pelo modo mais modesto (MARANHÃO, 1896, p. 40).

Carvalho (2003, p. 36), analisa que as reformas e os debates dos anos 1920 incluem uma campanha de regeneração do povo pela alfabetização, “questão nacional por excelência”. O Manifesto dos Pioneiros da Educação e as conferências pela Associação Brasileira de Educação, disseminaram discursos e políticas de remodelação da instrução pública, incluindo as tendências europeias e norte-americanas, importadas de viagens pedagógicas e reconhecidas pelas exposições (inter)nacionais. A criança passava a ser o centro das discussões na construção dos novos paradigmas para a educação nacional, como a criação das primeiras instituições para a infância como creches, institutos de assistência, patronatos, associações beneficentes, escolas maternas e jardins de infância.

Kuhlmann Jr. (2010), descreveu a criação dessas novas instituições e as práticas médico-higienistas no Brasil para a infância degenerada paulista e a influência a exercer sobre as políticas de assistência científica nos estados federados. “Havia disputas de posições, mas não se renunciava ao esforço comum em organizar uma sociedade por eles intitulada ‘moderna’. Definiam-se atribuições ao Estado e instituições próprias para esse mundo capitalista, urbano, industrial, ou nem tanto” (KUHLMANN Jr. 2010, p. 100). No Maranhão, a criação de creches e jardins de infância era anúncio nos jornais de maior circulação, e demarcavam as práticas educativas para as crianças no início da República.

Figura 06 – Anúncio do Instituto Rosa Nina, Jardim de Infância em São Luís, no Jornal A Pacotilha, 1902.



Fonte: Hemeroteca Nacional. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/pacotilha/168319>

A partir dos anos 1930 a 1950, o Maranhão e seus políticos aderiam à conjuntura autoritária estabelecida pelo Estado Novo e reformam a Instrução Pública, adequando-a aos anseios de um governo impositor, essencialmente militar e com atuação radical contra o comunismo. A marca desse tempo se revela nas inúmeras obras realizadas pelos governadores e interventores, que aliavam as políticas sociais com as decisões da capital federal, garantindo a institucionalização de setores importantes para a imposição da ditadura no extremo norte do país. Nos relatórios do governo de Paulo Ramos, os registros sobre a educação das crianças revelavam uma política inovadora, mas que, na verdade, objetivava melhor distribuição e controle dos professores e do funcionamento das escolas.

A instrução pública municipal continua a ser difundida de modo satisfatório e cada vez mais eficiente. A equilibrada situação financeira que a Prefeitura de São Luiz hoje desfruta, possibilitou a concessão de dotações orçamentárias suficientes para custear as despesas com a aquisição de melhor material escolar e com a reforma das antigas e já quase imprestáveis instalações que serviam ao ensino municipal, em administrações anteriores. Mantém atualmente a Prefeitura 7 grupos escolares, 6 escolas agrupadas e 6 escolas isoladas, estas últimas funcionando no interior da ilha. (RELATÓRIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1940, p. 64)

A estatística e o censo demográfico foram atividades que favoreceram o estabelecimento dos discursos de exclusão social, com respaldo matemático. As mostras dos dados da população em idade escolar se conectavam com as mensagens dos políticos em torno da modernização dos municípios e da formação das crianças. A centralização política e os discursos de integração social possibilitaram a criação de órgãos como o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷⁷, instituição de controle populacional, com coleta de informações sobre os indivíduos que residiam no território brasileiro. Assim, era possível conhecer o perfil da população de cada região brasileira, e planejar ações estratégicas para a educação como a construção de escolas. Nesse contexto, escolarizar correspondia a uma tecnologia disciplinar indispensável para o estabelecimento do viés ideológico no Estado Novo, incluindo crianças e adolescentes em rotinas cívico-militares⁷⁸.

Assim, os negócios públicos acerca da instrução pública das crianças maranhenses, em um século, apresentaram inúmeras impossibilidades de educação para todas as infâncias, considerando as negras, as indigentes, as órfãs, as imigrantes, as abandonadas, as indígenas, as pobres, as ricas etc. Em todas as reformas e legislações, os políticos apresentaram propostas dos interesses de uma elite que dominava através do governo público das instituições, e nunca para a população, em sua maioria, pobre.

3.2 A mecânica do poder político: a institucionalização, a disciplina e os discursos da norma

O interesse pelos relatórios da presidência da província e do governo estadual, das leis, resoluções e decretos estaduais neste trabalho, é um caminho teórico-metodológico escolhido para compreensão das formas de governar, negociar e administrar as políticas públicas maranhenses, através dos discursos, falas e mensagens daqueles que representavam o pensamento político que dominava na sociedade, no período demarcado. Foucault (1999) destacava que o desenvolvimento de uma sociedade disciplinar dependia da criação de um Estado jurídico, com seus códigos, símbolos e teorias e da organização de tecnologias disciplinares para coesão social. Evidentemente, a partir do século XIX, em nossas sociedades ditas modernas, apresentaram-se de um lado as legislações e seus discursos de verdade apoiados no poder jurídico e do outro, as coerções disciplinares manifestadas numa maquinaria institucional capaz de subordinar os indivíduos pertencentes a uma população em normas específicas. “O poder se exerce, nas sociedades modernas, através, a partir do e no próprio jogo dessa heterogeneidade entre um direito público da soberania e uma mecânica polimorfa da disciplina” (FOUCAULT, 1999, p. 45).

Os políticos como representantes autorizados do Estado para anunciar as dinâmicas de

⁷⁷ O Decreto-Lei nº 24.609 de 1934 criava o IBGE, sob a idealização do estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas, para retratar o Brasil, levantando a demografia e indicadores geográficos da população brasileira.

⁷⁸ A escola passava a realizar, cotidianamente, rituais cívico-militares de canto do hino nacional, hasteamento da bandeira, orações e exaltação de personalidades brasileiras e dos valores patrióticos.

organização da sociedade, disciplinariam por meio das instituições as populações em sua totalidade e em sua especificidade, tendo os sujeitos constituintes do corpo social como alvos das políticas e seus mecanismos. No levantamento dos discursos, algumas expressões e termos eram utilizados com recorrência e, com as análises, foi possível compreender as alianças dos mesmos com as práticas efetivadas nas instituições. Desde 1850, o Maranhão produzia uma gama de legislações, que buscavam normatizar a vida urbana, considerando a então província como uma região do extremo-norte brasileiro que demonstrou resistências às decisões do poder central e exigiria maior regulação.

Os discursos como monumentos da política brasileira eram proferidos por administradores públicos que possuíam características comuns e necessárias para a manutenção da ordem e da disciplina, exigências da monarquia constitucional que se apoiava nos governos modelares de países como os Estados Unidos, França e Inglaterra. Assim, governos provinciais e republicanos governados por militares em sua maioria, utilizavam a força da lei como pilar para a modernidade, ordenando a vida social em instituições públicas, dispositivos do poder político para disciplinarização das pessoas.

Trata-se, portanto, de um conjunto de procedimentos verbais ou não, através dos quais é atualizada a consciência individual do soberano e o saber de seus conselheiros; um conjunto de procedimentos verbais ou não através dos quais atualiza-se qualquer coisa que é afirmada, ou melhor, colocada como verdadeiro, seja por oposição a um falso que foi eliminado, discutido, refutado etc., mas que é também colocado como verdadeiro por revelação ou ocultação, por dissipação disso que é esquecido, por conjuração do imprevisível (FOUCAULT, 2009, p. 11).

As continuidades discursivas sobre a vida na cidade nesses documentos oficiais giravam em torno dos sujeitos, das suas posturas e do espaço público. Coibir os avanços da imoralidade, da desobediência, da doença e do analfabetismo perpassava pela instalação das assembleias e dos congressos, onde os predestinados representantes ajustavam suas posições políticas e alinhavam suas práticas governamentais. Institucionalizar, portanto, seria vital para a homogeneização dos indivíduos, curando-os e/ou salvando-os do pecado, dando-lhes instrução, administrando suas condutas e delimitando os espaços de convivência social. “Uma sociedade precisa de fortes sanções morais para impor tolerância à dualidade, ao incompleto e ao outro. Na cultura ocidental, essas medidas repressivas emanaram dos poderes da religião” (SENNETT, 2014, p. 304).

As instituições que foram destacadas nesse estudo, como uma rede educativa mantida sob os interesses das políticas para a população desvalida, revelaram o funcionamento de uma maquinaria para o assujeitamento das crianças. Desde a fundação até o fechamento das

mesmas, foram estruturados dispositivos de manutenção da ordem e vigilância dos sujeitos, com regras e rotinas que condicionavam a vida das crianças, educandas nessas instituições de sequestro das suas infâncias. As normas impostas aos pequenos e desvalidos, ao serem matriculados, explicitavam a tendência moralizadora dos seus corpos, garantindo que se conformassem com as regras e seguissem rigorosamente os regulamentos estabelecidos pelos administradores.

Desde a criação da Casa da Roda dos Expostos, no Império, com o Regulamento de 1832, que normatizava as práticas educativas no interior da instituição, até o Educandário, com a burocracia das práticas higienistas e profiláticas impostas pelos decretos-leis dos anos 1940, percebe-se as permanências de políticas públicas para a moralidade e manutenção da ordem pública, a fim de conter os comportamentos que desviassem a disciplinarização da população.

A disciplina, portanto, como dispositivo coercitivo do poder, regulamenta a sociedade com o regime de verdades, ou seja, “uma política geral”, os discursos que dissipa como verdadeiros. Para isso, mecanismos e instituições vão proporcionar a distinção sobre esses discursos por meio das técnicas e procedimentos utilizados para obtenção das verdades; “o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2006, p. 16). Os discursos religiosos, médicos e jurídicos estiveram na base da produção dessas verdades na passagem do século XIX ao XX e permitiram que fossem criadas as instituições de controle não exclusivas, mas dominantes, como universidades, hospitais, exército, imprensa etc., onde os intelectuais, representantes ou sujeitos do poder seriam os portadores de valores universais.

Nesse ínterim, a mecânica do poder político se consolida na ação engajada desses atores sociais, dos homens de bem, dos burgueses letrados e seus discursos ampliadores das verdades. Numa perspectiva local, as falas desses arautos são criadoras de aparelhos de saberes, da ordem, “o discurso da regra, (...) da norma”. Elas normalizam a população e garantem a soberania do Estado polícia, dotado de direitos que prescrevem as formas de dominação dos indivíduos (FOUCAULT, 1999, p. 49).

E então que sua posição pode adquirir uma significação geral, que seu combate local ou específico acarreta efeitos, tem implicações que não são somente profissionais ou setoriais. Ele funciona ou luta ao nível geral deste regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade. (FOUCAULT, 2006, p. 16)

Esta investigação sobre as políticas públicas numa perspectiva histórica recai sobre as

condições de vida dos indivíduos que eram normalizados, ou seja, sobre a pobreza e a desvalia. Aqui, destacamos as pesquisas das professoras Maria Carmelita Yasbek e Maria Ozanira da Silva e Silva sobre as políticas brasileiras que contribuíram na compreensão dessas categorias numa linha do tempo que resgatava a conexão dos políticos em cada uma das esferas públicas, consolidando práticas de exclusão social em discursos de assistência, amparo, proteção e caridade. Yazbek (2012) retoma as horrendas experiências com a escravidão no Brasil e que colocaram nos ombros dos trabalhadores, a responsabilidade pela sua própria sobrevivência. Também, aborda as obras de caridade e filantropia públicas que institucionalizaram a esmola como política de assistência desde a colônia, e que se prolongaram em novas formas de considerar o pobre, o desvalido, como sujeito irreparável, por isso, deveria ser asilado.

Silva (2002) revisita, enquanto pesquisadora maranhense da área de políticas públicas, a relação entre pobreza e capitalismo, sendo que a primeira é desqualificada pelo segundo, já que a apropriação da produção e geração de riqueza estão sempre nas mãos das classes dominantes. O sistema de produção capitalista é excludente, pois concentra renda nas mãos de poucos e utiliza a máquina pública para intensificar a divisão de classes numa sociedade, criando instituições de controle e governo dos indivíduos. “É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política” (SILVA, 2002, p. 05). No Maranhão, a história revela o quanto as marcas dessa exclusão estavam evidentes nas falas dos presidentes, dos vice-presidentes da província e governadores do estado, ao analisar-se documentos oficiais como os relatórios. Enquanto dispositivos de poder, essas manifestações subjetivas dos negociadores públicos enfatizavam que a civilização era esperada, e que pobres, desvalidos, loucos, doentes, analfabetos e negros eram empecilhos para essa conquista.

Os estudos de Irene Rizzini (2011) sobre a modernidade instaurada nos discursos políticos desde o império, destaca o fascínio pelas pessoas, pois a cidade passa a ser símbolo do desenvolvimento, das grandes revoluções literárias e artísticas, da beleza e da riqueza. O que se diferenciava do centro de uma sociedade autoproclamada de moderna, seria jogado para a periferia, excluído do seio da civilidade e da moralidade. Mas, a *urbs* sempre trazia consigo a criminalidade, as agitações sociais, a imoralidade, as epidemias, os cortiços, uma multidão empobrecida empurrada para as margens dessa modernidade, e sofria as consequências da industrialização. A burguesia industrial tornava-se a grande responsável pelo pauperismo do proletariado.

Para análise dessas distinções, buscou-se nos documentos oficiais da Província e do Governo do Maranhão, as referências conceituais e discursivas sobre a pobreza. A importância dessa identificação respaldou os estudos sobre institucionalização e a criação de mecanismos para o amoldamento da população pobre, considerando que ela era a maioria na composição populacional maranhense. Portanto, pensar sobre as políticas para um território extremamente pobre como o Maranhão é pensar sobre as arquiteturas de uma maquinaria de governo das pessoas, desde os discursos até o funcionamento das instituições que operam a padronização dos corpos e das mentes.

Nesse levantamento, o contexto das palavras e das expressões nos documentos, foram reconhecidos a partir dos negócios públicos da Segurança, Culto, Saúde e Instrução, já explorados nesse texto, considerados por serem as políticas que receberam maiores investimentos na transição do Império à República. Os termos de referência, bastante utilizados nos relatórios dos presidentes, para designar as pessoas, e especificamente, as crianças pobres, como a palavra *desvalidos*, que no Dicionário da Língua Portuguesa (1813), composto pelo padre lisboense D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, significava sem valimento, desgraçado. Essa significação passava a pertencer às falas dos poderosos, que na análise documental, percebeu-se um distanciamento dos sujeitos de quem se falava, evidenciando a divisão de classes. No Relatório de 1856, o presidente Antônio Candido da Cruz Machado, ao descrever as condições de funcionamento da Casa dos Educandos Artífices, enfatiza por vezes que as vagas são para meninos *desvalidos*. “Todos os educandos sabem corretamente a doutrina cristã, e estão destros nos exercícios e evoluções militares, como recomenda o regulamento porque se rege o estabelecimento; e graças a sua boa direção são morigerados, e apresentam hábitos de ordem e subordinação.” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA ANTÔNIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO, 1856, p. 27).

Os meninos *desvalidos*, institucionalizados na Casa, eram submetidos a dura rotina educativa, conforme a fala do presidente, que mais a frente, cobra no relatório que o estabelecimento fosse exclusivamente para meninos pobres, não admitindo, por exemplo, *pensionistas*. A preocupação dos políticos locais era atender os anseios da elite, que além de se ver livre dos meninos que vagavam pelas ruas de São Luís e demais regiões do Maranhão, formava trabalhadores que atenderiam as necessidades imediatas dos senhores e senhoras da rica sociedade maranhense, em áreas como alfaiataria, sapataria, música e pedreiro. Na criação de duas colônias militares, uma perto do Rio Turiaçu e outra próxima ao Rio Gurupi, o vice-presidente Dr. José da Silva Maya, destacava a importância do povoamento para

instrução de crianças pobres, que viviam nas matas com suas famílias: “7º Dar futuro e instrução industrial aos órfãos desvalidos, expostos, e às crianças abandonadas ou indigentes” (RELATÓRIO DO VICE-PRESIDENTE JOSÉ DA SILVA MAYA, 1869, p. 10).

Com relação às meninas, o Maranhão projetou uma educação que alcançasse as pobres e desvalidas, bem como meninas que fossem de famílias mais abastadas com o objetivo do desempenho de funções atribuídas ao sexo feminino, a saber, as de mães, esposas e filhas, visando restringir as mulheres ao espaço privado do lar e sua educação às prendas domésticas. “A educação feminina pautada no ideal de preparar a mulher para o casamento e a maternidade” (ABRANTES, 2004, p. 2).

O ensino público oferecido primava pela instrução de doutrinas religiosas, morais e pelo conhecimento básico da leitura, escrita, as quatro operações, ensinamentos domésticos, este com finalidade materna. Previsto desde a Lei Geral de 15 de outubro de 1827, a instrução pública estava evidentemente voltada para os meninos:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, 1827, não paginado)

Uma desigualdade educacional marcante, tanto nos conceitos de ensino, quanto na presença de meninas matriculadas em instituições, até na quantidade de escolas, como aponta o relatório do Presidente da Província, Dr. Antônio Alves de Sousa Carvalho (1867).

Existiam na província 100 cadeiras primárias do 1º grau, sendo 60 do sexo masculino e 40 do feminino. No 2º grau do ensino primário existiam somente cadeiras de meninos, sendo três na capital e cinco no interior. As cadeiras do ensino primário foram frequentadas por 2.874 alunos, sendo 2.113 meninos e 661 meninas, as da capital tiveram uma frequência de 658 alunos, sendo 449 meninos e 209 meninas. A frequência total nas escolas públicas nesse ano foi de 3.532 alunos. No ensino primário particular foram registradas 16 cadeiras, sendo 11 para meninos e 5 para meninas, com uma frequência total de 953 alunos, 564 do sexo masculino e 399 do feminino. Na instrução secundária particular eram 9 colégios, sendo 1 para o sexo masculino na vila de S. Bento e 8 na capital, 4 para rapazes e 4 para moças, com frequência total de 842 alunos. O ensino público secundário ministrado no Liceu foi frequentado por 156 alunos (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA ANTONIO ALVES DE SOUSA CARVALHO, 1867, p. 23).

Na metade do século XIX, houve a abertura de novas escolas de ensino primário e secundário feminino, ocorrendo mudanças na visão da sociedade maranhense quanto a importância da instrução para as mulheres. Apesar dessas novas instituições, os ensinamentos oferecidos ainda seguiam a mesma linha anteriormente adotada, uma educação com viés familiar. Essas escolas mantinham professoras nesse processo de ensino, contudo, existia uma

defasagem quanto às aulas de conhecimentos gramaticais, português e matemática. Inúmeras críticas por parte de jornais, escritores, pessoas da elite que defendiam uma melhor formação escolar feminina, pois o que aprendiam era pouco estimado visando o papel que desenvolveria; adjetivos relacionados ao papel da mulher são descritos no decorrer do século, todos carregados com objetivos patriarcais, ou seja, mãe, esposa, dona do lar.

Abrantes (2004, p. 4) relata que, "o ensino recebido pelas maranhenses, tanto pobres quanto ricas, era inadequado para a missão que a sociedade lhe confiava". As meninas pobres, ou não recebiam nenhuma instrução, ou eram assistidas por algum recolhimento, ou asilo, sendo oferecido um ensino precário em decorrência da ignorância por parte das senhoras cuidadoras. Já as meninas ricas, não se distinguiam das pobres em relação à educação, exceto na incrementação de ofícios como a música, dança, teatro e ao nível secundário. Porém, com o mesmo objetivo de formação.

Os discursos da época sobre os meninos e meninas pobres, consideravam a educação como o caminho para o alcance civilizatório, contudo, a proposta educacional ofertada era elementar e aligeirava a formação profissional dessa população.

O Brasil hoje é olhado como um Império, senão da primeira, ao menos da segunda ordem. Mas, assim mesmo, a instrução não foi espalhada convenientemente. Se ela se desenvolvesse com mais liberdade, se ela fosse derramada debaixo de todos os pontos de vista, e não somente debaixo de um, o Brasil ocuparia atualmente a posição que ocupam os Estados Unidos, por excelência – país da liberdade. (A MOCIDADE, 1875, p. 2)

Nas primeiras páginas do Jornal A Mocidade, uma denúncia sobre a instrução oferecida no império. O jornal, que era editado por estudantes do ensino secundário em São Luís, ressoava as opiniões dos jovens sobre a educação imposta à sociedade, e padronizava as formas de ensinar e de aprender. Mesmo sendo um discurso voltado para a classe dominante, a percepção dos estudantes liceístas alertava para uma política de instrução pública desigual e que não considerava as escolhas das famílias.

Com a República, os desvalidos, deserdados da sorte e infortunados foram alvo das políticas de segurança nacional, que possuíam objetivos higienistas e de aumento da desigualdade social, inserindo as infâncias pobres num rol de procurados pela justiça. "O confronto entre uma minoria burguesa civilizada e um povo bárbaro que, mais do que habitar, perambula na cidade, fazia plantar sobre ela a ameaça de sua destruição" (DONZELOT, 1980, p. 49).

A ação da polícia, no início da República, em capturar os menores desvalidos e

institucionalizá-los conforme decretos estaduais, demonstrava que muitos recursos gastos com tranquilidade e segurança pública seriam destinados, na verdade para o aprisionamento das crianças pobres, que tentavam a sorte pelas ruas da cidade em busca de alimento e/ou proteção. A escola de Aprendizes Marinheiros, em 1890, era uma das instituições relatada pelo governador José Thomaz de Porciuncula, que “aproveitava” esse grupo de crianças para aprenderem um ofício e/ou servirem ao corpo da Marinha.

D’entre eles, alguns há que vieram oferecer-se voluntariamente para aquele fim e os mais são órfãos desvalidos, sem abrigo, nem proteção, vagando pelas ruas e dos quais a Polícia lançou mão para tirá-los da perdição e dar-lhes ali uma educação conveniente, que os corrigirá dos maus hábitos adquiridos e os habituará no futuro a ser uteis à si e a sociedade (RELATÓRIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1890, p. 151).

Nas falas da maioria dos presidentes e governadores, menores desvalidos deveriam ser educados por meio das instituições disciplinadoras como as de cunho militar e religioso, espaços pilares de formação das crianças na transição do Império à República. “Esta função policial de ‘limpeza’ das ruas, retirando elementos considerados indesejáveis, persistiu há anos e só foi questionada recentemente, com o advento da nova legislação, na década de 1980” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 23). Nas primeiras décadas da República, a referência às crianças desvalidas, como menores abandonados, vagabundos ou indigentes estava presente nas mensagens dos governadores aos congressos do Estado. Com a criação do primeiro Código de Menores, em 1827, o Estado passava a assumir a tutela das crianças órfãs e as institucionalizava, onde recebiam a educação profissionalizante de cunho moral para retornarem à sociedade como trabalhadores a serviço, agora, de uma nação republicana, em processo de civilização, que via na malandragem e no analfabetismo os grandes males para a modernidade em ascensão.

Assim, mesmo antes da criação de uma legislação para as crianças que viviam em situação de rua, tratava-se o menor abandonado nas alcunhas do policiamento urbano, onde primeiramente, as crianças e jovens pobres eram recolhidos à prisão pública, e depois, direcionados às casas de educação⁷⁹, como citava o governador Godofredo Mendes Viana, em 5 de fevereiro de 1925, na mensagem ao Congresso do Estado: “impõe-se também a criação de uma escola para menores abandonados, (...) a cargo da polícia, e a criação de uma terceira delegacia auxiliar, com sede no Anil” (MENSAGEM DO GOVERNADOR AO CONGRESSO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1925, p. 51). Nos discursos republicanos, as

⁷⁹ Na verdade, eram casas de correção, instituições com medidas educativas rígidas, com viés militar, que disciplinavam as crianças encontradas nas ruas em rotinas de trabalho e de estudo religioso.

infâncias desvalidas (pobre, negra, imigrante, abandonada, indígena, deficiente etc.) foram colocadas no centro das decisões estaduais, para controle e repressão dos jovens maranhenses órfãos e/ou abandonados, chamados vadios. A urgência na criação de estratégias políticas para a assistência da população pauperizada era o caminho para o almejado progresso, contendo os desviados moralmente e dando educação às massas.

Na imprensa periódica, em colunas policiais, encontram-se os registros do incômodo social com a infância e a juventude que moravam nas ruas. A polícia pública se ocupava da ordem urbana, e a presença desse grupo, era motivo para a justificativa de uma limpeza nas ruas, efetivando a tranquilidade requerida.

Continuaram, ontem, á noite, na Praça João Lisboa e arredores, as cenas desagradáveis a que nos referimos na edição passada. Meia dúzia de rapazolas sem juízo tem trazido em sobressalto não só as suas próprias famílias, mas aquelas pessoas que transitam no teatro das suas arruaças. (...) As nossas ruas não podem continuar sendo o campo de tão ridículas cenas de garotagem e corridas desenfreadas de soldados. A polícia sabe (e, se não sabe, deve procurar saber) quais são os chefes das assuadas, e com estes é que deve ajustar contas. (PACOTILHA, 1911, p.01)

A frequente vigilância em torno dos desordeiros da cidade dos azulejos, erigia a nação republicana, que estando nas mãos de intelectuais, militares e religiosos, construía um regime excludente das camadas populares que negava seus direitos de participação política, de educação, de segurança e saúde. Os discursos médico e jurídico que, por meio das instituições, desenvolveram práticas de submissão da população pobre, implantavam novos mecanismos de controle da pobreza, por políticas de assistência pública. No Maranhão, a criação de instituições para o controle das doenças, para o aprisionamento de moradores das ruas e para a instrução primária das crianças foram ampliados no início da República.

Assim, como exemplo, escolas para a elite se diferenciavam das escolas para a classe operária, criadas para atender os filhos dos trabalhadores das fábricas têxteis em São Luís, e que nos anos 1930, ampliavam de forma considerável no estado, a partir da política junto ao empresariado de Getúlio Vargas. As crianças que moravam nos povoados próximos às fábricas ou na periferia ludovicense, eram matriculadas nessas escolas, que objetivavam prepará-las para o trabalho com o ensino da leitura e escrita. O Decreto nº 1299 A, de 4 de fevereiro de 1930, criava vagas de professoras primárias para as escolas do proletariado em alguns municípios maranhenses. “Ficam criados três lugares de professoras primarias para servirem no grupo escolar destinado aos filhos dos operários da Companhia Fabril Maranhense, desta capital, os quais serão pagos pela verba ‘Assistência ao Proletariado’” (MARANHÃO, 1930, p. 11, grifo do autor).

Além das instituições escolares, dos asilos e das casas de correção, os institutos filantrópicos e preventórios também se firmaram como espaços disciplinadores dos corpos, tornando-os dóceis sob os discursos acerca do bem-estar social e controle das epidemias locais. Após a Revolução de 1930, as ações governamentais no Maranhão voltaram-se para a formação de um povo submisso à nova ordem política, que intervia na administração pública e redimensionava as práticas de assistência.

Duas figuras políticas se destacavam no monopólio dos discursos sobre saúde e educação para a população maranhense: o médico Aquiles Faria Lisboa e o advogado Paulo Martins de Sousa Ramos (MEIRELES, 1960). Ambos, donos do poder a partir de suas atuações políticas, produziram impressos⁸⁰ para consolidação do Maranhão Novo, que se constituía a partir da reconstitucionalização de 1934. Dentre manifestos, obras literárias e legislações estaduais, Aquiles Lisboa e Paulo Ramos reconduziam o estado para a chamada renovação administrativa, com fechamento de algumas instituições e abertura de outras, designadas a recuperarem o tempo de carência política e econômica que segundo os novos estadistas, atrasaram o desenvolvimento maranhense. Meireles (1960), como muitos outros historiadores locais, recorria a esse tempo de interventoria federal como um tempo áureo para o estado, ofuscando a era de conflitos e perseguições que afligiam os movimentos populares e as populações periféricas. “Pôde, então, este governante, entregar-se com afinco e perseverança a um plano de trabalho visando a recuperação integral do Estado, que, tanto administrativa quanto economicamente, estava carente de providencias enérgicas e urgentes que lhe pusessem a vida nos trilhos” (MEIRELES, 1960, p. 425).

O período que compreendia a política totalitária, até meados de 1945, reergueu no estado instituições de respaldo ao mandonismo dos coronéis e dos filantropos, que se mobilizavam através da imprensa e da educação, na divulgação dos propósitos do governo ditatorial, e que implicava no governo das pessoas, do enquadramento de seus corpos e do alinhamento discursivo. Dentre as instituições,

A construção do Fórum Clovis Bevilacqua para sede do Poder Judiciário, do Palácio da Educação, onde passaram a funcionar o Liceu e a Escola Normal, do Centro de Saúde, do Hospital do Pronto-Socorro, da Maternidade Benedito Leite, do Hospital Infantil, do Leprosário do Bonfim, da Colônia de Psicopatas Nina Rodrigues, do Mercado Central etc. (MEIRELES, 1960, p. 426)

⁸⁰ Aquiles Lisboa produziu obras como Questão de Interesse Público (1921), A Nova Escola (1922); Pela Honra do Maranhão (1925); Em defesa do regime pervertido e do Maranhão arruinado (1926) e Profilaxia da tuberculose (1949), além de artigos em jornais e folhetos explicativos sobre doenças epidêmicas.

Lisboa (1934) em manifesto pela atuação das oposições políticas, conclamava o povo maranhense no combate ao comunismo, que representava o assombro dos governos ditatoriais: a revolução do proletariado. “Pondo em relevo esse perigo das revoluções, geralmente de consequências desastradas nos povos em que a alma nacional se não encontre firmemente constituída” (LISBOA, 1934, p. 04). Ainda, no seu discurso, se colocava como um político que salvaria o povo maranhense do mal que espreitava sua atuação: “mostrando que, para os males sociais; que elas buscam sanar, mas quase sempre agravam; melhor se deve aplicar a terapêutica da ação pública dos homens de verdadeiro valor, que as nacionalidades porventura podem contar” (LISBOA, 1934).

Com a criação de uma Diretoria Geral de Saúde e Assistência, em 1932, as atividades eram voltadas para a higiene e controle das doenças na capital e nas cidades do interior do estado. A construção de hospitais e prontos-socorros, além de preventório para os filhos dos hansenianos e colônias para tuberculosos, deficientes e hansenianos, enfatizava o grande investimento no isolamento dos indivíduos, com discursos nacionalistas em prol da saúde e da assistência pública. Essas práticas governamentais remetem-se ao sentido da biopolítica, conforme a descreve Foucault (2008a, p. 06) “a arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-se de o Estado tornar-se ser. O dever-fazer do governo deve se identificar com o dever-se do Estado”. No relatório do interventor federal, Paulo Ramos, direcionado ao Presidente Vargas, as palavras revelam as maneiras de governar para a população maranhense, pobre e afetada pelos males do corpo.

O Centro de Saúde, sediado na Capital e chefiado por um especialista de reconhecida competência, tem a seu cargo os serviços de epidemiologia, higiene da alimentação e do trabalho, exames de saúde e polícia sanitária, higiene pré-natal, higiene da criança, profilaxia das doenças de olhos, nariz, garganta e ouvidos, profilaxia das doenças venéreas e lepra, profilaxia da tuberculose, serviço de higiene dentária, serviço de visitadoras de saúde e serviço de guardas sanitários. (RELATÓRIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1941, p. 115)

As políticas públicas, portanto, se estruturavam por meio do funcionamento de instituições que, entrelaçadas em objetivos comuns, ordenavam a vida na sociedade, estabelecendo os limites de convivência aos sujeitos inadequados. Como alerta Holanda (1995, p. 182), “por trás do edifício do Estado, existem pessoas de carne e de osso. As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômenos correntes em toda América do Sul”. Os desvalidos, os vadios, os vagabundos, os deserdados, os bandidos, os doentes, dentre tantas

outras designações encontradas em meio aos discursos registrados nos documentos oficiais, jornais e obras literárias na passagem do Império à República, eram as características de pessoas, comuns e em sua maioria, pertencentes às periferias, alvos dessas políticas segregadoras da vida humana.

4 DO ABANDONO AO ENSINO DOS OFÍCIOS: AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA NO MARANHÃO IMPERIAL

“... nas pregações em muitas igrejas mandamos amostrar
que quem quisesse criar meninos que nos lhos
daríamos e não vem tantas quantas havemos myster
para os que nos engeytam”

(Carta do Provedor do Hospital de Todos os Santos, Portugal, 1518)

As políticas públicas, que se voltaram para a assistência às crianças desvalidas, iniciaram-se no Brasil, no século XVIII, com a criação das primeiras Rodas dos Expostos. Antes da identificação desses sistemas de abandono de bebês nas vilas, freguesias, cidades e províncias brasileiras, é preciso levantar as origens dessas práticas de governo da infância, iniciada na Europa e propagada pelos continentes como política eficaz de controle social. Abandonar crianças recém-nascidas era (é) prática que surgia aliada à pobreza, onde os pais, parentes ou cuidadores não possuíam condições econômicas para manter as vidas dos bebês, sob proteção, amparo e alimentação adequada à sua sobrevivência. É o que apontam as principais pesquisas realizadas por Marcilio (1998), Rizzini (2004) e Venâncio (1999; 2010), que consideraram o fenômeno do abandono como acontecimento rotineiro nas cidades desde meados da Idade Média, nas quais existiam alianças entre os monarcas e as instituições que recolhiam as crianças abandonadas.

O sistema de Roda dos Expostos⁸¹ fora uma política de contenção pela vida das crianças, e teve o protagonismo das Irmandades e Confrarias como instituições leigas que assumiram o discurso da caridade em prol das crianças desvalidas. O Estado europeu não atribuía a assistência aos pobres como interesse público e administrativo para auxílio das famílias que apresentavam dificuldades em criar suas crianças, mas para gerir a orfandade e mortalidade infantil, que incomodava as classes privilegiadas. “A política municipal bem como a do Estado, em relação ao pobre, tornou-se repressiva (vigilância rigorosa, envio a galeras, prisão, constrangimento a trabalhos forçados)” (MARCILIO, 1998, p. 60). A “polícia dos pobres” e os moralismos em torno das condutas individuais impostos pela cultura católica, forçava o abandono de bebês que nasciam das relações extraconjugais, das violências domésticas envolvendo as mulheres escravizadas e mulheres de modo geral, incluindo as pertencentes à elite local. “O ardor moralista que se alastrava por toda parte via na Roda uma

⁸¹ O sistema criado pelas Misericórdias Portuguesas, baseado na caridade franciscana e vicentina, fora implementado nos muros dos hospitais, igrejas e instituições assistencialistas para que as famílias abandonassem os bebês, assim que nasciam. Era um artefato de madeira que girava para que a exposição fosse feita no anonimato, e o recolhimento da criança acalentava a dor materna. Porém, muitas não sobreviviam aos descasos institucionais.

forma de defesa dos bons costumes e da família” (MARCILIO, 1998).

Com as Ordenações Manuelinas⁸², que expandiam pela Europa o compromisso entre leigos em instituições de caridade, destacavam-se irmandades como a das Misericórdias, que administrava a saúde pública através das Santas Casas (SÁ, 2001). Assim, os hospitais e as igrejas passavam a ser os primeiros espaços de abandono de crianças, compreendidos em todos os países ocidentais e sob o domínio católico, como instituições prioritárias para a ordenação das pessoas nas cidades. “Esse padrão incluía algo de raro na Europa Católica: uma grande autonomia face à tutela da Igreja sobre as instituições de caridade, garantida pela existência das misericórdias” (SÁ; LOPES, 2008, p. 54). Uma especificidade destacada pelas autoras Isabel dos Guimarães Sá e Maria Antónia Lopes (2008) é sobre o modelo adotado de assistência europeia, que nasce no contexto italiano⁸³, porém foi Portugal que expandiu a atuação das instituições de caridade, junto às grandes navegações e a colonização.

De Lisboa para a América, África e Ásia, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia expandia-se pelos continentes, e no Brasil, não possuía as características do dinamismo econômico português. Franco (2011), em suas pesquisas sobre as primeiras Santas Casas fundadas nas capitais do Império, Salvador e Rio de Janeiro, destacou a precarização do sistema de assistência pública desde a colônia como fator de má administração financeira. Os custos desta assistência e conseqüentemente, da assistência do Sistema de Roda dos Expostos, eram altos e geravam inúmeros conflitos entre o poder local e as mesas administrativas da Irmandade. Mas a situação do abandono de crianças se agravava e houve pressões de religiosos, intelectuais e figuras públicas para que os governos municipais abrissem Rodas para conter o infanticídio.

O número de crianças abandonadas nas ruas causou escândalo público. As mães deixavam os filhos à noite nas ruas sujas. Frequentemente eram devorados pelos cães e outros animais que rondavam pelas ruas da capital brasileira. Em outras ocasiões, morriam simplesmente de fome ou de exposição aos elementos. Algumas mães deixavam os filhos nas naves das igrejas ou às portas dos conventos ... Outras abandonavam as crianças na praia para que se afogassem com a maré enchente. O grande número de enjeitados era considerado pelas autoridades como indício do desleixo moral da população baiana ... D. João VI exortou o arcebispo e o vice-rei a fazerem algo para remediar essa mancha na reputação nacional (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 237-238).

As Rodas dos Expostos, assim foram legalmente instaladas nas províncias brasileiras. Durante o período colonial, existiam apenas três Casas da Roda dos Expostos que

⁸² Criadas a partir da atuação de D. Manuel I (Rei de Portugal), que normalizava a ação das confrarias e irmandades enquanto instituições de assistência aos pobres, foram uma das Ordenações do Reino, junto às Afonsinas e as Filipinas. Essas leis portuguesas constituíram as brasileiras, com respaldo religioso e intensa normatização das condutas.

⁸³ Mais precisamente na cidade de Florença, século XV, a Itália inventava os grandes hospitais, as rodas e os hospitais de expostos, a concessão de dotes para casamento, os recolhimentos e as misericórdias.

funcionavam sobre a administração das Misericórdias: Salvador, Rio de Janeiro e Recife, mas que no pós-independência, a caridade empreendida pela Irmandade alcançava muitas cidades. “Procurava-se incentivar que as pessoas, ao abandonarem seus filhos, os deixassem na Roda ou em locais públicos, onde as crianças fossem facilmente encontradas e salvas.” (MARCILIO, 1998, p. 146 – 147)

Esse modelo, em seu processo de expansão, se aliava às políticas de crescimento econômico e controle social por onde se instalava. No caso brasileiro, desde a colônia até meados do século XIX, institucionalizar a infância passaria da vida privada das famílias que criavam crianças abandonadas às suas portas para as casas e asilos construídos junto às municipalidades, às legislações locais, às câmaras. “Quando os pais ou os parentes não assumiam a responsabilidade por um filho, essa obrigação recaía sobre a Câmara Municipal, que devia encontrar os meios para criar a criança sem-família” (MARCILIO, 1998, p. 130). Assim, com a chamada Fase Caritativa, tanto as câmaras municipais, quanto as famílias e instituições de caridade mobilizaram-se para o fim do infanticídio, que no Brasil, atingia números acima da média europeia.

Com a chamada Lei dos Municípios de 1828, essas obrigações das Câmaras Municipais foram reformuladas, abrindo-se uma brecha para que elas se livrassem de tão difícil obrigação. Pela nova lei, em todo lugar onde houvesse Santas Casas, as Câmaras poderiam repassar a estas, oficialmente, seu dever de cuidar dos expostos. Diante das dramáticas e constantes penúrias materiais das Rodas de Expostos e da relutância das municipalidades em auxiliá-las, as Assembleias Provinciais acabaram por subsidiar as Misericórdias nessa função. (MARCILIO, 1998, p. 135)

Autores que se debruçaram nos estudos sobre a consolidação das Santas Casas da Irmandade da Misericórdia no Brasil, como Russel-Wood (1981), Franco (2011), Mesgravis (1977) e Coe (2013), destacaram as condições especiais dessas instituições ao se instalarem no território brasileiro, como a construção de cemitérios associados aos prédios dos hospitais, o estreitamento dos laços com a política local e a distinção na assistência, que deveria ser somente ao “pobre merecedor”, ou seja, o que trabalhava e ajudava na construção das cidades, diferentemente do “vagabundo”, o ocioso, que perambulava pelas ruas e deveria ser ignorado (COE, 2013, p. 30). Essas condições delimitavam os objetivos da cultura institucionalizadora que se implantava na América Portuguesa, e especificamente no Brasil, evidenciavam um atendimento ao pobre, que perpassava a concepção de formação dos indivíduos. Assim, os discursos, as políticas e as práticas que surgiam na passagem do século XVIII ao XIX exaltavam a educação do povo para Estados em ascensão, onde as instituições e suas funções educativas formariam esses novos trabalhadores, os docilizados, os disciplinados, os

merecedores, a massa de manobra do poder monárquico e subseqüentemente, republicano (FOUCAULT, 2015).

O século XIX, portanto, como uma era dos impérios, do capital, das revoluções industriais, das migrações e da consolidação do liberalismo, evolucionismo e positivismo como caminhos para o governo das nações, é marcado por um pensamento educacional que surgia em meio a criação de instituições que hierarquizavam a sociedade. Segundo Bosi (2012) os governos que viam na Europa um modelo transnacional de educação, elegiam uma ordem de importância para a criação de um sistema educacional nacional, que considerava primeiramente o estabelecimento de instituições de ensino superior, de ensino secundário, e por último, instituições para a instrução pública. Entre positivistas e liberais, a ideologização na formação do povo: “(...) aos positivistas caberia a prioridade nas propostas relativas aos direitos sociais; aos liberais, na luta pelos direitos políticos” (BOSI, 2012, p. 259).

Ocupando inúmeros cargos na política brasileira, esses grupos demarcavam a elitização da educação, garantindo para os pertencentes às classes dominantes atingirem os objetivos profissionais, e aos pobres, a marginalização e a negação dos seus direitos sociais, com a oferta de uma formação com base religiosa e profissionalizante. No Brasil, após a criação das Rodas dos Expostos, era preciso organizar uma rede institucional de continuidade educativa das crianças enjeitadas.

A imagem da criança como barro a ser moldado, para o bem ou para o mal, presta-se para justificar a necessidade de investir em sua educação. O canal de entrada é a família, porém logo se investe na criação de instituições capazes de fragmentar o poder atribuído à família. A escola ocupará um papel fundamental neste sentido, já no século XVI. Outras instituições e medidas de intervenção mais claramente coercitivas surgirão para lidar com as famílias pobres, cuja relação com a Igreja e o Estado se dava em outras bases, ou seja, de submissão pela dependência ou pela força (RIZZINI, 2011, p. 98).

As instituições para as crianças desvalidas, adquiriam formato de asilo, sob a ideia de controle dos indivíduos e de contenção da ameaça à ordem pública. A partir da segunda metade do século XIX, essas políticas, aliadas ao poderio católico, buscavam formar meninos e meninas para o trabalho nas fábricas, como empregados domésticos ou para assumirem casamentos e cumprirem a imposição de uma sociedade em processo civilizatório. Desde a prática de recolher crianças e colocá-las sob o jugo da vigilância dos religiosos até o confinamento delas em preventórios, no Estado Novo, a cultura institucional segregava pela submissão, autoridade, pelo controle do tempo e do espaço e pela prevenção dos desvios. “Na medida em que os métodos de atendimento foram sendo aperfeiçoados as instituições adotavam novas denominações, abandonando o termo asilo, representante de práticas

antiquadas (...)” e na medida que os regimes mudam, novos formatos educativos para a infância degenerada eram necessários “(...) como escola de preservação, premonitória, industrial ou de reforma, educandário, instituto...” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 20).

As crianças, eram apresentadas nos discursos sobre a modernidade como a esperança para a ruptura com o atraso da sociedade, que no início da República, construía um imaginário sobre a nação brasileira. Os registros sobre a presença dos filantropos nesse tempo de mudança de regime constataam o papel que as ciências médicas exerceram sobre as políticas públicas que, para as crianças, primavam pela higiene e pela formação para o trabalho. “A filantropia distinguia-se da caridade, pelos seus métodos, considerados científicos, por esperar resultados concretos e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes da caridade alheia” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 20).

A credibilidade aos discursos médicos e aos estudos científicos influenciavam as políticas educacionais e o pensamento da sociedade em geral que, ratificava por meio da reprodução das ideias higienistas nos impressos e produções bibliográficas, o desejo de moralizar a infância desvalida. As continuidades entre as instituições de cunho religioso e filantrópica revelavam a persistência em corrigir os desvios nas crianças, que em meados dos anos 1920, se voltam para as questões da menoridade e a criminalidade. Os discursos jurídicos e militares, portanto, viam no recolhimento de delinquentes e menores abandonados uma política de correção e de limpeza das ruas que considerava as crianças pobres como criminosos e as mantinham em prisões e/ou casas de reeducação. Freyre (1957), detalhava a vida das crianças nas ruas no início da República.

Aqueles pequenos exércitos, além de outros fins, mais ou menos inconfessáveis, para que se organizavam, como furtar e às vezes roubar frutas pelos quintais, gêneros e garrafas nos botequins e casas comerciais, além das depredações, quebra de vidraças e lâmpadas da iluminação pública e outros banditismos existiam, principalmente, para cultivar as rivalidades recíprocas. E as competições constantemente subiam às práticas de verdadeiras guerras, nas quais se distinguiam a luta pessoal a tapas e socos e pontapés, outras vezes, a briga coletiva organizada, a pedradas atiradas à mão livre ou por meio de setas (estilingues) ou bodoques. (FREYRE, 1957, p.366)

Foucault (2015, p. 169) destaca o princípio da “localização imediata e do quadriculamento”, que permite pensar as estratégias aos corpos indisciplinados e o adestramento destes às normas correcionais: “O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir”. Em um novo regime serão precisas novas táticas governamentais de manutenção da ordem, ameaçada também pelas crianças nas ruas.

“É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração” (FOUCAULT, 2015).

As epidemias e doenças graves que se alastravam pela nação, tornavam hospitais e serviços de saúde pública instituições de controle da vida social, retirando os indivíduos do convívio social e enclausurando-os. Com relação às crianças, foram as senhoras da elite que se movimentavam, politicamente, pela criação de instituições ditas de caridade, mas que confinavam a infância abandonada. Um apagamento das identidades infantis, que afastadas de suas famílias, eram submetidas ao isolamento em instituições de prevenção, e que a partir dos anos 1940, se estabeleciam como espaços de vigilância coordenados pelas políticas autoritárias do Estado Novo.

Nesse capítulo, portanto, serão abordadas as instituições investigadas por essa pesquisa e consideradas como políticas de governo no Maranhão, durante o império, que se apresentaram como permanências na história da educação para o silenciamento das crianças.

4.1 Infância enjeitada, militarizada, disciplinada: institucionalizar para civilizar

A infância desvalida como categoria raiz desse estudo deve ser considerada em seus contextos atravessados pela história dos lugares e das populações. Na segunda metade do século XIX, observaram-se mudanças a nível econômico e demográfico que contribuíram para a formação de novas concepções sobre a educação das crianças no Ocidente. A segunda Revolução Industrial e o aumento das populações fizeram com que os governos criassem políticas públicas de proteção da infância, que em uma perspectiva sociológica, foi visto como um esforço legislativo para a não inclusão das crianças pobres. Como postulava Postman (1999),

O período entre 1850 e 1950 representa o auge da infância. Dentro da América [...] tentativas bem-sucedidas foram feitas durante esses anos para que todas as crianças estivessem na escola e fora das fábricas, em suas próprias roupas, seus próprios móveis, sua própria literatura, seus próprios jogos e seu próprio mundo social. Em cem leis, as crianças foram classificadas como qualitativamente diferentes dos adultos; em cem costumes, atribuía um status preferencial e oferecia proteção contra os caprichos da vida adulta (POSTMAN, 1999, p. 67).

Assim, a preocupação com a criação de espaços privados para a educação da infância fazia parte da nova cultura que circulava no ocidente e estava presente nos discursos das classes dirigentes brasileiras. O que deveria ser garantido nas legislações para combater o alto

índice de mortalidade infantil era estabelecido em espaços com normas disciplinares para as crianças pobres, nascidas sem amparo materno e/ou ilegítimas. Marcadas pelas suas condições de existência, são adotadas pelo Estado, que em acordo com a Igreja, criavam instituições de assistência pública para os meninos e meninas desvalidas. As instituições imperiais assumiam o caráter educativo por estarem a serviço dos interesses políticos das elites locais aderindo às ideias conservadoras e positivistas presentes no Brasil.

Na Província do Maranhão, após o episódio de adesão à independência do Brasil em 28 de julho de 1823, algumas tensões políticas e conflitos rurais representavam as discordâncias e concordâncias para com o regime monárquico. A imprensa, agitada com os debates políticos, publicava inúmeros folhetos nas principais tipografias da cidade e eram publicados nos jornais de grande circulação de São Luís. Paralelo a essa movimentação literária, homens eram condecorados com nomeações a altos cargos políticos, como para o governo da Província. Nesse sentido, “a escolha de Pedro José da Costa Barros para substituir Miguel Bruce à frente do governo do Maranhão, no início de 1825, expressava a preocupação imperial com as agitações da província” (GALVES, 2009, p. 33). O citado presidente da Província, Pedro José da Costa Barros (1825 – 1828), político e militar português, que acabara de cumprir seu mandato como presidente da província no Ceará, fora requisitado para assumir a presidência no Maranhão pela Corte Imperial. Era preciso controlar a situação conflituosa e manter o projeto de adequação da província aos regulamentos, pois desde 1780 houve um acentuado crescimento econômico no Maranhão graças à Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Em outubro de 1825, chegou a esta Cidade o Tratado de Reconhecimento deste Império, sua Independência pelo Reino de Portugal e Algarves, publicado na Corte do Rio de Janeiro em 29 de Agosto do mesmo ano, e ratificado por S. M.I. no dia imediato; na presença desta interessante noticia, o Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Pedro Joze da Costa Barros, abraçando de um golpe de vista, e com a penetração, que lhe própria, os interesses, e a gloria que se seguia no Brasil (A FIDELIDADE MARANHENSE, 1826, p. 7)

Essa realidade foi impulsionada pelo período pós-independência em que revoltas rurais contra os desmandos da política oligárquica e a escravidão se estabeleceram na província durante anos, o que acarretou mudanças na vida da população no início daquele século. A pobreza foi motivo para que políticas públicas fossem planejadas para a população, mas que revelavam o descaso dos governantes com os mais necessitados. “Essa sociedade, estratificada discriminadamente em classes, ainda não pudera admitir a existência de um hospital (...) o da Caridade; enfim, a socorrer os miseráveis” (MEIRELES, 1994, p. 274). São

Luís, com os seus 30.000 habitantes, já vivia sobre os reclames de uma sociedade requintada, que absorvendo os costumes europeus, incomodava-se com os “deserdados da sorte”.

A revolta denominada Balaiada desordenou o interior, prejudicando a economia algodoeira com fugas de escravos e sobressaltou os habitantes da capital. A revolta, entre 1838 e 1841, se estendeu pelo vale do Itapecuru, grande parte da Baixada Oriental e do sertão, mobilizando onze mil homens, dos quais três mil escravos fugidos. A lavoura em estado desolador e outros setores em grande desarranjo tiveram como consequência a paralisação de imprescindíveis projetos de urbanização causada pela consternação e desânimo (LACROIX, 2020, p. 153).

Restaurar a imagem de prestígio da província exigiria um intenso movimento, dos discursos aos monumentos, para revitalização do espaço urbano e homogeneização populacional. Em busca de uma identidade que transplantava ideias e discursos civilizatórios, principalmente franceses, visto que Lacroix (2020, p. 54) mencionava São Luís como “[...] a mais erudita, elegante e hospitaleira cidade brasileira”, a sociedade maranhense convergia para o cenário da modernidade, almejada pelo Governo Imperial, que desencadeou em iniciativas de inserção da província nas primeiras políticas de institucionalização da assistência pública, como a criação de novos hospitais, instituições educativas, religiosas e de policiamento.

No governo de Pedro José da Costa Barros (1825 – 1827), ocorreu a fundação da Roda dos Expostos⁸⁴, instituição que utilizava um artefato de madeira nas janelas para recolhimento de bebês abandonados por suas mães. Essa prática era comum no oitocentos brasileiros, e no Maranhão, a primeira criança exposta na Roda foi deixada na Casa, mantida pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, na noite de 24 de outubro de 1829 (MARQUES, 1970). As crianças, após recolhimento, eram logo batizadas, recebiam um nome, quando já não o possuíam via bilhete deixado pela mãe, e encaminhadas a amas de leite.

⁸⁴ Fundada em 1827, inaugurada em 1 de dezembro de 1828, funcionou com a entrada do primeiro exposto em 1829.

Quadro 5 - Dados sobre a fundação e funcionamento da Casa da Roda dos Expostos em São Luís.

Ano de Fundação/ Fechamento	Mantenedor Principal	Fonte de Recursos	Público atendido	Condições de atendimento	Seleção
1829 – 1940	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (doações dos irmãos).	Doações dos irmãos, loterias e do provedor, no caso, o presidente da Província.	Crianças abandonadas e/ou entregues para assistência.	Crianças em condições de abandono ou desamparadas pelas famílias.	Havia um número de vagas na instituição. Ao extrapolar esse número, as crianças não eram atendidas, sendo encaminhadas para adoção.

Fonte: A autora (2022)

A instituição, em mais de um século, recebeu e educou as crianças abandonadas na Roda ou entregues na instituição sob o discurso da salvação das almas. No século XIX, as crianças enjeitadas⁸⁵ eram apontadas pelos homens das leis como “produtos de raças degeneradas, filhos de mestiços e negros” (VENÂNCIO, 1999, p. 50). A Casa da Roda, fundada pelas Santas Casas no Brasil, conforme estudos de Venâncio (1999), era uma política que nascia da aliança entre Estado e Igreja como estratégia de disciplinamento das crianças desvalidas nas cidades. Nessa relação, Estado-Igreja mobilizavam instituições como a imprensa e o comércio para ampliação da política de educação das crianças e convocação da sociedade para a adoção dos expostos.

A escravização daquelas crianças é um fato, apesar de toda criança abandonada ser considerada livre. Muito das criadeiras e criadores acabavam a reduzir a criança ao cativo, apesar das punições severas previstas em lei. (...) A introdução da criança exposta no trabalho doméstico e na locação de serviços era outra opção, uma vez que era uma preocupação constante da Santa Casa evitar que a ociosidade dos enjeitados os levasse à vadiagem ou à prostituição. E, em troca do trabalho que poderiam prestar até os 14 anos de idade, teriam sustento e moradia. Por outro lado, a própria ambiguidade das leis que estimulavam a permanência dos expostos no seio de famílias adotivas abria caminho para a escravização. Afinal, tal e qual os cativos, os expostos trabalhavam em troca de comida e abrigo. (VENÂNCIO, 1999, p. 67)

Em mapa de movimento anual, da Casa da Roda dos Expostos⁸⁶, os dados mostram

⁸⁵ Equivale às palavras rejeitadas, desfavorecidas, esquecidas, abandonadas, desprotegidas, etc.

⁸⁶ A Casa da Roda era anexa ao hospital da Irmandade, e passa depois a ser anexa à igreja de São José e São Pantaleão. Por fim, já nos primeiros anos da República, a Casa da Roda virava Colégio, em outro endereço.

que nos primeiros dez anos, desde sua fundação (1829 – 1839), o quantitativo de crianças abandonadas crescia gradativamente, e que além da amamentação, poderiam ser entregues a famílias, para adoção.

Figura 07 – Mapa Demonstrativo do Movimento dos Expostos na Santa Casa (1839)

Anos	Expostos		Existentes no fim de cada anno										Total		
	Expostos	Falecidos	De 1.º	De 2.º	De 3.º	De 4.º	De 5.º	De 6.º	De 7.º	De 8.º	De 9.º	De 10.º			
1829	3	1	7												7
1830	6	3	5	5											10
1831	13	4	10	4	5										19
1832	15	5	12	7	4	5									28
1833	9	10	4	8	7	3	5								27
1834	9	6	3	2	6	7	2	5							30
1835	12	7	8	7	2	6	5	2	5						33
1836	6	6	5	4	6	2	6	5	2	5					35
1837	4	5	2	3	3	5	2	6	5	2	5				34
1838	12	5	9	3	3	6	2	5	5	2	5				41

Anno de 1839	
Na Casa da Roda	13
Em poder das Almas	14
Em Casas particulares gratuitas	14
Expostos desde o 1.º de Janeiro a 31 de Março	1
Falecidos	2
Existentes no dia 31 de Março	40

Assinado em 1.º de Abril de 1839
 Jorge M. Simões e Cia.
 G. L. e. C. S. Cam.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão (2019)

A Casa da Roda, passava a atrair as atenções de uma sociedade que via o abandono como pecado da carne e alertava sobre a importância de salvar as pobres criancinhas da morte. Na imprensa periódica circulava com frequência a convocação para que as pessoas adotassem as crianças expostas na Roda, com informações precisas dos funcionários da Santa Casa encarregados pelo serviço de adoção.

O Provedor e Mesários da Santa Casa da Misericórdia, tendo aberto o receptáculo para os Expostos no dia 1º do corrente Dezembro, rogam ás pessoas que se quiserem encarregar da criação dos recém-nascidos que forem expostos, se dirijam ao Inspetor do Hospital da mesma Santa Casa Manoel Antônio Rodrigues Valle morador na rua do Giz, para com ele tratarem a quantia que se lhe deve satisfazer por mês.

O Procurador da Meza, Antônio Dias de Araujo Guimarães. (JORNAL MINERVA, 1828, p. 04)

A instituição para crianças órfãs ou legítimas, fora iniciada em São Luís graças “a esmola de 2:000\$000 réis aplicada para a fundação (...)”, deixada pelo Coronel Isidoro Rodrigues Pereira, antes de sua morte, “a qual foi imediatamente paga pela sua viúva a Exma. Sra. D. Ana Joaquina Jansen Pereira.” (MARQUES, 1970, p. 272). Era um serviço educativo que, “para além de proporcionar um abandono anônimo, dava azo a outro fenômeno: o

transporte de crianças de zonas rurais para as grandes cidades onde eram anonimamente abandonadas.” (SÁ, 2001, p.167). Além disso, a sociedade justificava a importância da Roda por temor ao infanticídio que proliferava na província e a segunda oportunidade às mulheres desonradas, ou seja, grávidas e solteiras. Mulheres, da elite e mães-escravas, que sofriam abusos, estupros e outras coerções masculinas, também eram obrigadas a abandonar seus filhos.

O condicionamento social da mulher era ainda mais flagrante em São Luís, com um falso moralismo que obrigava uma conduta ilibada e fiel das mulheres livres, enquanto tacitamente permitia o abuso sexual dos homens livres com as escravas. O controle sobre a conduta, a sexualidade, a religiosidade, a maternidade, representavam uma forte vigilância sobre o corpo e a alma da mulher (ABRANTES, 2004, p. 151).

Ainda segundo a autora Elizabeth Sousa Abrantes (2004), as mulheres pobres e desvalidas eram mais propensas a caírem na prostituição, na luta pela sobrevivência e pela falta de amparo e proteção dos governos, sendo sempre que possível recolhidas pelo poder público em asilos, para educá-las conforme a moralidade cristã. Essa era uma situação que alavancava o número de crianças expostas e o abandono das mesmas nas Casas mantidas pela caridade da Santa Casa servia para “aliviar a consciência de uma sociedade envergonhada e ameaçada com a sua presença” (RIZZINI, 1993, p. 26).

As fontes históricas encontradas durante a pesquisa documental guardam histórias das crianças abandonadas na Roda, e as resistências, os arrependimentos, as angústias das famílias que viviam à própria sorte, sem apoio governamental, tendo que abandonar seus filhos, sobrinhos e demais parentes por não conseguirem criá-los. No ofício do Mordomo dos Expostos Joaquim Antônio Cantanhede enviado ao Provedor e Presidente da Província, Antônio Manoel Campos Mello, em 1862, vê-se o pedido de uma tia, que clama pela criação do sobrinho abandonado na Casa há 5 anos. “Anna Maria Pereira, que diz ser irmã da falecida mãe de Benedito, exposto na Santa Casa da Misericórdia, e que conta hoje com 5 anos de idade, apresentou sê-me [sic], pedindo que lhe seja entregue aquele seu sobrinho a fim de encarregar-se de sua educação” (MARANHÃO, 1862, não paginado).

Outras situações envolviam as famílias que recebiam crianças abandonadas em suas portas, e que reclamavam ao governo a institucionalização delas, já que não conseguiam dar continuidade à sua educação. “Devolvendo à Vossa Excelência o requerimento junto de João Vidal de Souza, que pede a Vossa Excelência a graça de ordenar que seja recolhido a Santa Casa da Misericórdia um inocente, que no dia 7 do corrente fora exposto em sua Casa” (MARANHÃO, 1863, não paginado).

A Roda dos Expostos em São Luís seguiria o exemplo das demais cidades brasileiras onde foram implantadas. A administração caberia a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, instituída pelo Alvará Régio de 3 de dezembro de 1622, uma das instituições mais antigas de São Luís e estava sempre à frente das principais obras pias e humanitárias que a cidade teve, como se pode ler no Compromisso da Instituição:

Curar os enfermos necessitados; Socorrer aos pobres encarcerados; Tratar os loucos e sustentar os morféuticos; Auxiliar os pobres; Criar as crianças expostas ou meninos abandonados; Dar assistência aos condenados à morte confortando-os no oratório e acompanhá-los até o patíbulo onde a irmandade da misericórdia, comparecia com a sua bandeira branca com o símbolo da trilogia “fé, esperança e caridade” figurando em uma cruz, uma âncora cruzadas, com um coração vermelho no centro, respectivamente, bem como outros atos de caridade cristã (MARANHÃO, 1850, p. 43, grifo do autor).

O governo da Província do Maranhão delegou a partir de então à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia os cuidados com o zelo, criação e educação dos expostos na Roda, mediante subvenção anual.⁸⁷ Com esse procedimento lhe transferia todos os direitos e deveres inerentes à tutela dos expostos. No artigo 2º, do compromisso da Santa Casa de Misericórdia, n.º 234 de 20.08.1847, aprovado em assembleia-geral da Confraria, insere a Roda dos Expostos nas despesas a serem expressas na lei do orçamento da província, as despesas provinciais com saúde e caridade pública (MARANHÃO, 1847). O artigo n.º 72 do Compromisso da Santa Casa aprovado pelo presidente da província, Herculano Ferreira Penna, em 11 de outubro de 1849, em virtude do poder que lhe foi conferido pelo artigo n.º 15, parágrafo 17, da lei provincial n.º 234 de 20 de agosto de 1847, tornou lei este compromisso aceito, o qual dizia expressamente que está na competência do Mordomo dos Expostos velar pela criação e educação das crianças entregue à proteção da Santa Casa de Misericórdia.

O Mordomo dos Expostos tinha como uma de suas atribuições, registrar todos os acontecimentos referentes às crianças expostas e os acontecimentos da Casa, em uma documentação apropriada como os livros dos expostos, livros das amas e num terceiro que reuniria informações de ambos, contendo os mapas dos movimentos de entrada e saída dos expostos e mapas de orçamento e despesas. O mordomo organizava a cada três meses um mapa estatístico e apresentava à Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, constando o número de expostos que haviam dado entrada no trimestre, somados aos que já havia na instituição, além dos falecidos, se houvesse, com a declaração de suas idades (contadas a partir do dia em que foram expostos), cor e sexo dos expostos

⁸⁷ Subvenção era um auxílio pecuniário, concedido pelos poderes públicos.

(MARANHÃO, 1847).

Quadro 6 – Mapa geral da Casa dos Expostos com declaração dos nomes (bilhetes) e data de exposição (1870)

Nomes	Data da exposição
Rita Serra	08/03/1840
Emília Capistrana Rabelo	28/05/1845
Maria Violeta Lisboa	11/08/1846
Stefania de Feitas Maia	23/11/1850
Maria da Conceição e Silva	23/09/1856
Adalgisa de Magalhães	15/06/1862
Rosa Furtado da Cruz	15/04/1863
Maria José da Silva	22/06/1866

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão (2019)

Os controles feitos nos mapas eram apresentados trimestral ou anualmente nas reuniões da Mesa Administrativa da Irmandade da Misericórdia, a qual os enviavam para o governo da província para serem aprovados. No Livro dos Expostos eram inscritos por ordem numérica todos os que entrassem na Roda, declarando-se em cada inscrição, o número, o sexo, a cor, a idade presumível e o estado psíquico do exposto. E se algum trouxesse sinal ou recomendação por escrito, declarava-se essa circunstância no fim do mesmo assento por esta frase: com sinal ou recomendação por escrito. Havia também, o Livro Secreto, que ficava guardado, debaixo de chave ⁸⁸ e guarda imediata do Mordomo dos Expostos, em que fazia o assento do exposto que trouxesse sinal ou recomendação. Declarava-se a respeito de cada um, o número, conforme o Livro dos Expostos, seu sexo, cor, idade presumível, e nome, estado, naturalidade e morada da ama a quem foi entregue o exposto, descrevendo-se o sinal como a recomendação original. Eram guardados com um rótulo, que trazia o número do exposto, dentro da mesma gaveta em que era encerrado o Livro Secreto (MARCILIO, 1998).

**MAPPA COMPARATIVO DAS DESPESAS FEITAS PELO ALMOXARIFE
DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA NOS MESES DE MAIO, JUNHO E
JULHO DE 1840.**

(...)

CASAS DOS EXPOSTOS

Ordenado do Administrador e sua mulher..... 37\$500 | 37\$500 | 37\$500

⁸⁸ “Debaixo de chaves” expressão popular da época que significava guardado em lugar seguro.

Mantimentos, luzes, lenha, sabão.....	177\$850		154\$310		146\$492
Salário e farinha às amas.....	77\$848		68\$211		71\$567
Mortalha de um exposto.....	1\$120		*		*

(MARANHÃO, 1840, não paginado)

Nesse Mapa comparativo das despesas da Casa, no ano de 1840, temos um exemplo de gastos com a instituição, que com o tempo foi diminuindo, acompanhando o número de expostos sobreviventes⁸⁹. Pela afluência dos expostos era regulado também o número das amas que deveriam permanecer na Casa da Roda até que fossem entregues os expostos à criação externa. De modo a organizar a atividade criou-se o Livro das Amas onde era feito o assento da entrega de cada exposto à respectiva ama, declarando-se o número dos expostos, seu sexo, cor, idade presumível, o dia, mês, ano e o nome, estado naturalidade e morada da ama, com expressa menção da rua e a designação da casa em que habitava. As amas externas eram obrigadas a comparecer em um dia de cada mês, que era designado pelo Mordomo, à Casa da Roda, para conduzir as crianças logo que adoecessem, de modo que fossem vacinadas e devidamente tratadas ou receitadas. Não deveriam mudar de morada sem declarar antes ao Mordomo o endereço com o número da casa e a rua, para onde queira passar a residir. A ama que não comparecesse nos dias designados era procurada e conforme a causa da sua falta, o Mordomo a desculpava ou a corrigia. A que faltasse por três vezes sucessivas era despedida e a criança entregue a outra ama. Isso era praticado com aquela que mudasse de endereço e não comunicasse ao Mordomo dos Expostos (FRANCO, 2011).

Com o fim do período de amamentação, o Mordomo provinha a ulterior criação dos expostos, deixando as crianças com as mesmas amas, quando estas, se haviam mostrado cuidadosas e queriam continuar a criar a criança, ou encaminhando as crianças, a pessoas caridosas da sociedade, e “esperar que este pio Estabelecimento só vai erguendo pouco a pouco do ruinoso estado a que o ia arrastando a má gerência de algumas administrações passadas” (FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA HONORIO PEREIRA DE AZEREDO COUTINHO, 1850, p. 21). Era então lavrado um termo para constar, onde se comprometiam em providenciar a educação da criança logo que as meninas completassem 06 (seis) anos e os meninos 07 (sete). Quando, porém, apesar de toda a diligência o Mordomo não achasse quem se incumbisse da ulterior criação de algum exposto, o Provedor requisitava as necessárias providências para que as crianças fossem recebidas, no Recolhimento de Nossa

⁸⁹ Segundo Venâncio (1999), os expostos eram crianças consideradas anjinhos, pois muitas morriam logo que entravam na instituição, sem contar as que já chegavam falecidas quando eram recolhidas pelas rodeiras. A morte prematura era em decorrência de vários fatores: crianças que já nasciam com problemas de saúde, os animais que comiam as crianças vivas na roda, a desidratação e má alimentação com uso de leite artificial e maus tratos devido à precariedade do espaço e/ou desinteresse de algumas amas.

Senhora de Anunciação e Remédios e no Asilo de Santa Teresa, quando meninas ou na Casa dos Educandos Artífices e Escola de Aprendizes Marinheiros, se fossem do sexo masculino.

A rotina das crianças na Casa da Roda dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia, incluindo as que recebiam a educação das amas, foi regulamentada pela Mesa Administrativa da Irmandade, no dia 29 de abril de 1832, e organizada como um lugar, não somente para recolhimento de enjeitados, mas também como instituição educativa, com caráter de Asilo, que “sempre buscaram dar um destino a suas crianças, procurando colocar meninos e meninas em casas de famílias ou, então, prepará-los para assumir suas próprias vidas, por meio da profissionalização” (MARCÍLIO, 1998, p. 163).

Ao levantar da cama a resa das Ave Marias e antes de deitar-se ensinarão aos meninos as rezas professas. Ensinará a Doutrina Cristã pela cartilha as segundas sextas e sábados, a noite rezado ou cantado as rezas professas daqueles dias. As segundas irá a missa com os meninos na Capela do Cemitério e aos sábados e domingos na Igreja de S. José, os quais sairão com uniformidade de vestuário conforme lhe for determinado. (MARANHÃO, 1832, não paginado)

As crianças, portanto, eram submetidas às normas estabelecidas pela Mesa Administrativa da Irmandade, e prescrevia o cumprimento de regras parecidas com as dos Conventos e demais Instituições de Recolhimento de cunho religioso. Nelas, os sujeitos a serem disciplinados⁹⁰, deviam ser educados pela Doutrina da Igreja Católica, com rituais de rezas constantes e leituras bíblicas em horários predeterminados. Deviam ser preservados da vida pública, e no caso das crianças, prescrevia-se no regulamento que “os meninos não irão a casa de pessoa alguma sem ordem da Meza, da visita do Sr. Inspector.” As visitas eram concedidas apenas para pessoas da elite, “senhoras e senhores sérios”, e a Casa sempre bem limpa, para “evitar que o público censure” (MARCÍLIO, 1998).

O Regulamento também determinava aos administradores que acompanhassem os expostos que estavam com as amas de leite, “examinando se são bem tratados, se o leite das amas é bom o suficiente e para isso sem marcar dia sairá uma vez em cada semana em observação; e as amas são obrigadas todos os domingos levarem as crianças” (MARCÍLIO, 1998).

O edifício da Casa, de sua fundação, funcionava em endereço incerto segundo Meireles (1994), pois acreditava ser o mesmo edifício do Hospital de São José da Santa Casa da Misericórdia, na Rua do Norte.

⁹⁰ Incluímos também as mulheres, que eram recolhidas em instituições de caridade mantidas por outras irmandades na cidade para que não caíssem em pecado.

Em 1821 instalou-se, nos baixos desse prédio da Rua do Norte, que aliás por isso passaria a se chamar da Imprensa, o prelo então adquirido pelo Governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1818/22) e com o qual fundou a Tipografia Nacional que publicaria o primeiro jornal impresso que teve São Luís – O Conciliador do Maranhão, cujo primeiro número circulou a 10/11/1821. A seguir, em 1826, nele passaria a funcionar uma Aula de Anatomia e Cirurgia, teórica e prática, a cargo do cirurgião-mor José Maria Barreto, que se prontificaria a ministrá-la gratuitamente pelo prazo de quatro anos. No ano seguinte, 1827, em substituição à Tipografia Nacional, apareceu um chamado Colégio de Educação, por que responsáveis José Cândido de Moraes e Silva e Manuel Pereira da Cunha – aliás, o segundo colégio leigo que teve o Maranhão; e nesse mesmo ano, com um legado deixado pelo Coronel Isidoro Rodrigues Pereira, terá também começado a funcionar, no prédio, a Roda dos Expostos, ou dos Enjeitados. (MEIRELES, 1994, p. 271-272)

A Casa da Roda funcionou ligada à Igreja de São José e São Pantaleão, a partir do ano de 1839, ficando instalada neste local (lateral do prédio, na Rua da Cotovia) até meados do ano de 1891, onde devido às péssimas condições de sua estrutura que necessitava de reformas imediatas, foram então obrigados os residentes da casa a serem transferidos para a rua de Santana n.º 159, em um prédio em frente à Praça da Alegria:

(...) O mordomo do colégio São José, João Leite, trouxe ao conhecimento da mesa, que, segundo a autorização concedida, havia alugado a casa da rua de Santa Anna sob o n.º 159, que fica na Praça do Sotero dos Reis, por tempo nunca inferior a quatro meses, pertencente a Exm.ª Sr.ª D. D. Maria da Glória Pinho da Fonseca e Hortência Honorata de Pinho Castanho pela quantia de 75.000 reis mensais, para nele residirem temporariamente as meninas da Casa dos Expostos e as Irmãs de Caridade que dirigem esse estabelecimento, enquanto durarem as obras a que se estão procedendo na Casa dos Expostos(...) (MARANHÃO, 1891, não paginado).

A Irmandade da Misericórdia recebia milionárias doações dos irmãos congregados ou não, para o pagamento das despesas com os expostos, além da parcela de contribuição do Governo Provincial. Com a passagem para a fase filantrópica, na segunda metade do século, a Província em conflitos constantes com os representantes da Irmandade, se abstém de ajudas financeiras à instituição, caracterizando uma importante crise ao sistema de Roda dos Expostos na segunda metade do século. Esses conflitos políticos eram fomentados nas polêmicas reuniões das Mesas Administrativas da Irmandade, que ao discutir sobre despesas e receitas, o Presidente da Província apresentava a Casa como onerosa, desanimando a Provedoria de continuar investindo na instituição, que não a via como satisfatória aos cofres públicos. No Relatório do presidente João Antônio de Miranda, verifica-se o incômodo com a situação. “A Casa dos Expostos, que também pertence a Misericórdia, e que valerá 3:600:000, contêm 38, dos quais 34 são onerosos a casa, e fazem a despesa regular de 3:700:000. Também este edifício demanda alguns preparativos proporcionais ao seu fim” (RELATÓRIO

DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA JOÃO ANTÔNIO DE MIRANDA, 1841, p. 61).

Além disso, Estado e Igreja no segundo reinado tiveram impasses como o avanço da modernidade e a oposição à tradição religiosa por parte de segmentos secularizados de intelectuais, que na década de 1870, romperam com o pensamento político apoiado na doutrina católica (padroado). Na Província do Maranhão, isso repercutiu em instituições como a Irmandade da Misericórdia, que teve o presidente como provedor, instituído por lei, para dirimir a crise financeira que assolava os espaços que mantinha.

O motivo alegado para que o presidente da província do Maranhão assumisse a provedoria da Santa Casa da Misericórdia foi a crise financeira da instituição. Além disso, a presença do chefe da província à frente da Irmandade buscava também inibir o uso dos recursos da Santa Casa da Misericórdia em proveito dos grupos políticos locais. Trata-se de uma intervenção que visava contornar uma crise institucional que colocava em risco a prestação da assistência e a ordem social, pois ao intervir na instituição, o governo provincial visava pacificar a relação entre as elites que disputavam o controle da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão (COE, 2013, p. 83).

Para superação da crise, em prol dos expostos, espetáculos no Teatro da Cidade e loterias eram feitos costumeiramente com verbas destinadas à Santa Casa e os serviços de assistência às crianças abandonadas.

O Irmão Eduardo Alves,
Impressão de 200 loterias para o espetáculo em benefício dos Expostos inclusive o
custo do papel.....8\$000
Recebi a conta acima.
Maranhão, 24 de agosto de 1863.
Sta. Casa de Misericórdia (PAPEL AVULSO, RECIBO, 1863).

A Meza da Santa Casa da Misericórdia participa ao público, que no dia 25 de Maio próximo futuro, principiará impreterivelmente a andar a Roda para a Extração da oitava Loteria concedida a favor dos Expostos; assim como que os bilhetes que há de resto ainda, se acham já venda nesta Cidade em casa do Tesoureiro da mesma Loteria Victorino Jozé Rodrigues, e Manoel Duarte do Valle, e em Alcantra em casa de Manoel Alves Serrão. Maranhão 25 de Abril de 1836.
O Secretario da Meza, Manoel Antônio dos Santos (O INVESTIGADOR MARANHENSE, 1836, p. 03).

Com isso, a Irmandade conseguia subsistir aos tempos de crise agregando novos associados às suas obras sociais. A Casa da Roda dos Expostos, segundo Marques (1970, p. 271), foi um dos serviços que declinou com a retirada do governo provincial nas despesas com os meninos abandonados, pois “a Santa Casa da Misericórdia, que por se ver tão sobrecarregada não pode dar-lhe o desenvolvimento que desejava.” Cesar Augusto Marques (1970), que fora Mordomo da Casa nos anos 1869-1870, lamentava que aquele serviço prestado em edifício bem estruturado, passasse a funcionar “numa casa, sem as precisas

acomodações e muito arruinada junto a Igreja de São Pantaleão, ou melhor, por detrás e ao lado da igreja, no mesmo edifício.” (MARQUES, 1970, p. 272). Segundo registros no arquivo da Igreja de São Pantaleão, a Casa da Roda dos Expostos funcionava no prédio anexo a própria instituição, quando, no final do século, a Irmandade convidaria as Filhas de Santana⁹¹, para conduzirem os trabalhos no estabelecimento. Essa congregação de irmãs italianas já atuava no Pará em instituições de saúde pública como a Santa Casa e de educação e assistência como o Colégio Nossa Senhora do Amparo e Orfanato Antônio Lemos, como apontam os estudos de Costa (2014).

No Livro Tombo da Igreja de São Pantaleão⁹², os registros trazem informações sobre o funcionamento da Roda, escritos por padres da congregação de São José que recuperaram parte da documentação incinerada pela Irmandade, na década de 1940, transcrevendo-as num livro de atas. Dentre essas informações, os padres transcreveram alguns documentos das reuniões das Mesas Administrativas da Irmandade, onde eram apresentadas as situações caóticas do lugar onde as crianças estavam asiladas.

No dia 27 de abril [1842] o diretor dos expostos comunicou a Meza que uma parte da cobertura da casa dos expostos (a atual casa de São Pantaleão) na ala que fica para a rua Cotovia ameaçando desmoronamento foi obrigado de acordo com o provedor e entendimento com o diretor do Hospital remover provisoriamente para a Santa Casa 15 asilados, tendo feito antes entrega de maior número possível de meninas a seus pais ou responsáveis (LIVRO TOMBO DA IGREJA DE SÃO PANTALEÃO, 1942, não paginado).

Outras informações foram levantadas pelos padres como o ritual de batismos dos expostos, assim que eram abandonados na Roda e os pedidos frequentes de manutenção da Igreja de São José e São Pantaleão pela Mesa Administrativa da Irmandade, de modo a dar continuidade à assistência aos expostos. Eram constantes as mudanças das crianças, da Casa para o hospital ou para a casa de parentes pela necessidade de reformas no edifício. No ano de 1941, os manuscritos citam a venda da Casa e da Igreja “pela quantia de cento e cinquenta mil cruzeiros pela Casa das Irmãs de São José e os padres da Congregação de São Vicente de Paulo com sede em Fortaleza no Ceará” (idem).

⁹¹ Ordem religiosa, italiana, que prestava serviços de assistência no Pará. Os estudos de Costa (2014) apontam que o Instituto Filhas de Sant’ana o qual origina a congregação foi fundado em 8 de dezembro de 1866 em Piacenza, na Itália. Esta congregação foi criada por Madre Rosa Gattorno, e tinha como objetivo atender os doentes e desassistidos, além de abrigar e instruir as meninas pobres da cidade de Piacenza.

⁹² Esse livro foi encontrado pela pesquisadora, na curiosidade de conhecer o local onde a Roda funcionou, sendo que o próprio APEM não sabia da existência dessa valiosa fonte histórica. O coordenador paroquial e o pároco, guardadores desse documento nos arquivos da igreja, apresentaram a fonte para pesquisa, mediante amizade da pesquisadora com os mesmos. O livro foi manuscrito, por isso foi necessário transcrever com ajuda de um paleógrafo.

Figura 08 – Lugar onde funcionou a Roda dos Expostos, lateral da Igreja de São Pantaleão.



Fonte: A autora (2019)

No Relatório do Presidente Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, de 17 de maio de 1873, encontra-se um resumo do funcionamento da Casa, desde sua fundação, com uma amostragem por mapas (ver APÊNDICES B e C) da quantidade de crianças abandonadas no sistema da Roda dos Expostos naquele ano, além das que estavam sendo amamentadas em lugares externos. Na fala do presidente, é evidente a preocupação com o grande número de crianças falecidas desde sua instalação no hospital, em 1829, até a transferência para a Casa lateral na Igreja de São Pantaleão.

Não posso, exmo. s.r., precisar a causa de semelhante fenômeno; porém, quero me persuadir que o sistema de dar-se esses infelizes á criação de amas mercenárias, que em regra geral, o fazem sem amor e dedicação, tendo em mira somente o interesse pecuniário, pode, muito bem, concorrer, para a solução de tão difícil problema (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA SILVINO ELVIDIO CARNEIRO DA CUNHA, 1873, p. 18).

Marcilio (1998) esclarece que as mulheres escolhidas pelas Santa Casas para amamentarem os expostos tinham características comuns: eram pobres, livres, moravam próximo à Casa da Roda e dependiam desse trabalho para sobreviverem. “Sempre, e em todo lugar, se pagaram salários irrisórios às amas-de-leite dos expostos. E isso foi dado como causa da pouca atenção e dos poucos cuidados das amas para com os bebês expostos” (p. 249). Os políticos acabavam culpando as mulheres pela morte dos bebês, o que na verdade seriam eles os responsáveis pela má administração do sistema de amas-de-leite, não as compensando devidamente pelo trabalho de “criadeiras”. Na fala de Silvino Elpidio Carneiro da Cunha, a constatação de baixos salários para as amas.

E a proposito convém manifestar que a gratificação de 6\$000 reis, elevada a 8\$000 reis desde 1ª de outubro de 1865 até hoje, que se dá a essas amas mensalmente, além de um alqueire de farinha, é por mais exígua e não convinda, por certo, a tomar conta de semelhante encargo senão aquelas pessoas que não falta absolutamente de outros recursos, procuram esse como único meio de vida. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA SILVINO ELVIDIO CARNEIRO DA CUNHA 1873, p. 18)

Com a República, a Casa foi transferida para um lugar próprio, e funcionava como colégio, com o ensino das primeiras letras. Mediante ofício enviado pelo Mordomo dos Expostos João Pereira da Silva Leite, a compra de livros didáticos para as crianças que moravam na Casa, no ano de 1901, sinalizava para o processo de escolarização dos expostos.

Por intermédio do Chefe da segunda secção desta Secretaria, Sr. Ambrosio da Costa Vianna, recebi vosso ofício de 30 de abril findo, acompanhado de 20 exemplares da obra “Instrução Cívica” do Bacharel Antônio Baptista Barbosa de Godóis, oferecidos por V.Sa. o Governador do Estado às meninas deste estabelecimento. (MARANHÃO, 1901, não paginado)

As práticas e as relações de poder estavam presentes na atuação das irmandades e confrarias no Império através de sua rede assistencial, que no Maranhão tinha como majoritária a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia para o recolhimento de crianças abandonadas, mas que, na verdade, criava um espaço de sujeição das crianças aos mecanismos de disciplinarização. Legítimas ou ilegítimas, as crianças sem proteção familiar estavam vulneráveis às políticas higienistas e provinciais, que legislavam sobre a vida das pessoas e determinavam os seus futuros. Às crianças, os próximos caminhos sempre eram incertos, da sua formação e proteção, pois estariam submetidas às condições de trabalhadoras baratas ou de meninos e meninas subordinados aos ditames institucionais (FOUCAULT, 2015).

Uma política enredada ao propósito de disciplinamento da infância desvalida foi a criação da Casa dos Educandos Artífices da Província do Maranhão em meados dos anos 1840, após consolidação das ideias liberais no Império, que nos conflitos com os conservadores, disputavam cargos políticos através das oligarquias (ligadas ao crescimento agrícola) e respectivamente, o controle sobre a administração pública. A criação de instituições de controle, como a Guarda Nacional (1831) foi importante para a proteção das elites dos movimentos populares e rebeliões, que se manifestavam perante a coesão institucional. Logo após, surgem no Brasil as Casas dos Educandos Artífices, que sob o viés militar, buscavam a profissionalização dos meninos pobres e a disciplinarização da infância

enfeitada, pois com a decadência do sistema escravagista, era preciso substituir a mão de obra, com vistas aos trabalhadores livres. Assim, das décadas 1840 a 1860, foram criadas em 10 (dez) províncias brasileiras⁹³ instituições de formação profissional para preparação dos futuros trabalhadores.

No Relatório do Presidente João Antônio de Miranda, do dia 3 de julho de 1841, o discurso sobre “melhoramentos” para a cidade de São Luís, com a construção da Casa dos Educandos Artífices, estabelecia as bases para a nova característica da institucionalização: era preciso profissionalizar a criança desvalida. “Com o estabelecimento, que tenho na ideia, (...), pretende o Governo conseguir dois vantajosos fins: o 1º será desviar da carreira dos vícios dezenas de moços, que não tendo de que vivão, nem quem promova sua educação, crescem ao desamparo, e tornam-se inúteis e pesados a sociedade” (MARANHÃO 1841, p. 63). Em continuidade à sua fala, João Antônio de Miranda conclui o parágrafo, acenando para a necessidade de formação de novos trabalhadores maranhenses, para atender as demandas do progresso: “o 2º consistirá em animar as artes, e oferecer a Capital e a Província trabalhadores e artífices, de que tanto necessita” (idem).

Quadro 7 - Dados da fundação e funcionamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão.

Ano de Fundação/ Fechamento	Mantenedor Principal	Fonte de Recursos	Público atendido	Condições de atendimento	Seleção
1841-1891	Governo provincial	Governo	Meninos desvalidos, expostos na Roda, de preferência.	Abandono e desvalia, porém a casa com o tempo atendeu crianças de famílias que pediam ao governo vagas.	Os meninos deviam ter idade mínima de 10 anos e ser um exposto na Roda. O tutor, mordomo ou parente fazia um pedido de vaga através de ofício ao presidente da província.

Fonte: A autora (2022)

⁹³ No século XIX, existiam Casas de Educandos Artífices em, ao menos dez províncias, algumas criadas ainda na década de 1840. São elas: Pará (1840), Maranhão (1842), São Paulo (1844), Piauí (1849), Pernambuco (1852), Alagoas (1854), Sergipe (1856), Amazonas (1858), Rio Grande do norte (1858) e Paraíba (1865).

No Maranhão, a Casa foi inaugurada em novembro de 1841, mantida pelo governo provincial e sob a direção de José Antônio Falcão, que, “pela sua honradez, tino e regularidade de vida correspondeu satisfatoriamente as lisonjeiras esperanças nele depositadas” (MARQUES, 1970, p. 252). Funcionando no bairro do Diamante, próximo ao centro da cidade, foram recebidos, inicialmente, 28 meninos oriundos da Casa dos Expostos, além dos que vinham de indicações dos juízes e do presidente da Província. Foram adquiridos mobiliários, tecidos e instrumentos para funcionamento das aulas para ensino dos ofícios e vestimentas das crianças matriculadas, mas que, “por falta de comodidades na casa, nos três primeiros anos aprendiam os educandos diversos ofícios mecânicos em oficinas fora do estabelecimento” (idem). A aprendizagem fora da Casa, para Marques (1970) possibilitava o desenvolvimento de indisciplinas e desmoralizações dos educandos, o que concorreu na montagem de oficinas em seu interior. Nos registros do autor, no início de suas atividades profissionais, as famílias não confiavam à Província a educação daquelas crianças, “que os queria acolher, educá-los e fazê-los cidadãos úteis” (MARQUES, 1970, p. 252). Mas que, com o reconhecimento da sociedade pelo trabalho realizado na formação dos educandos, eram muitos os pedidos de matrícula pelas famílias da elite, que viam ali um futuro para seus filhos.

Figura 09 – Casa dos Educandos Artífices no Maranhão (foto acima tirada em 1950, abaixo, em 2017)



Fonte: Agenda Maranhão (1950)

O primeiro regulamento da Casa de Educandos Artífices, Lei Provincial nº 105, de 23 de agosto de 1841, sinalizava para as preferências do governo com relação aos meninos que deveriam ser matriculados: “os expostos da Santa Casa da Misericórdia da mesma Cidade”

(MARANHÃO, 1841, p. 08). Em ofício enviado pelo Mordomo dos Expostos ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia e presidente da província, Dr. Graciliano Aristides do Prado Pimentel, observou-se a prática de retirada dos meninos da Casa dos Expostos, ao atingirem a idade máxima, para admissão na Casa dos Educandos Artífices.

Tendo o exposto de nome Sebastião da Serra Pinto, atingido a idade de 10 anos e tornando-se necessário retirá-lo do meio dos expostos, vem pedir a Vossa Excelência se digne de dar suas ordens para que seja o referido exposto recebido na Casa dos Educandos Artífices ou na Companhia de Aprendizes Marinheiros. (MARANHÃO, 1878, não paginado)

O Art. 1º da Lei nº 105/1841 destacava que a instituição atenderia apenas moços pobres de toda a Província, e que as matrículas para o ensino dos ofícios estariam sob a averiguação do Presidente. “Art. 2º. Os educandos serão sustentados, vestidos, e quando doentes tratados na Casa e ali receberão instruções de primeiras letras, e princípios religiosos” (MARANHÃO, 1841, p. 61). Os meninos viviam em regime asilar, não mantinham convivência social e deveriam trabalhar diariamente, exceto dias santos e domingos, até que fossem considerados oficiais, ou seja, trabalhadores declarados pela instituição, e poderiam assumir vagas de trabalho na Província. “Art. 3ª. A Casa será dirigida por um Pedagogo da escolha do Presidente da Província e amovível sua vontade, o qual poderá ser em simultâneo, mestre de primeiras letras e doutrina cristã vencendo a gratificação, que pelo mesmo Presidente lhe for arbitrada” (idem). No caso, João Antônio Falcão, o escolhido para dirigir a instituição, era tenente-coronel reformado do Exército, ou seja, a organização perpassava pela formação militar, uma intenção governamental para conter os desvios morais dos meninos por serem desvalidos.

Art. 5º. O Presidente da Provincia fica autorizado a despender tanto para montar, como para conservar a Casa a quantia, que anualmente lhe for consignada para este fim na Lei do Orçamento Provincial: e os salários, que forem percebendo os educandos serão mensalmente levados ao Tesouro Publico Provincial, como renda própria, deduzidos somente os salários de dois dias em cada mês, serão guardados, onde for determinado no Regulamento da Casa, afim de serem convertidos em instrumentos próprios do Oficio a que cada um se destinou, os quais lhe serão entregues quando forem despedidos nos respectivos officios. (MARANHÃO, 1841, p. 61)

Após o ensino dos ofícios, os meninos já poderiam trabalhar enquanto aprendizes, o que lhes rendiam pagamentos de salários referentes ao que sabiam fazer. Porém, o dinheiro pertencia, por Lei, ao Tesouro Público, o que retirava dos meninos o direito a recebê-lo. “O recolhimento, ou a institucionalização, pressupõe, em primeiro lugar, a segregação do meio

social a que pertence o ‘menor’; o confinamento e a contenção espacial; o controle do tempo; a submissão à autoridade – formas de disciplinamento do interno, sob o manto da prevenção de desvios ou da reeducação dos degenerados” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 20). As crianças eram condicionadas à rotina da Casa, que possuía uma estrutura com salas onde funcionavam as primeiras oficinas manuais de carpintaria, carpina, pedreiro e de sapateiro.

Viveiros (1953, p. 16), em suas análises sobre a instrução pública maranhense, destacava a casa com exaltação por profissionalizar os órfãos pobres da Província, “(...) dando não poucas dezenas de homens úteis à sociedade”. As oficinas, que no decorrer do tempo eram mais especializadas e copiadas de experiências nordestinas, como o Pará, formavam um corpo de egressos, que serviam nos espaços de entretenimento das cidades, como os teatros e praças públicas. Na fala do presidente Honório Pereira de Azeredo Coutinho, de 7 de setembro de 1850, encontra-se uma necessidade de ampliação de matrículas, considerando o estabelecimento de grande procura e elogios pela alta sociedade maranhense. “O número de educandos, que o ano passado eram de 60, segundo vos foi participado no Relatório de meu Antecessor, achava-se em 13 de Julho ultimo elevado a 96” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA HONÓRIO PEREIRA DE AZEVEDO COUTINHO, 1850, p. 15).

Honório Pereira de Azeredo Coutinho, redistribuía no relatório a quantidade de educandos por oficina, que davam indicativos sobre as demandas formativas mais requisitadas pelo governo, partindo das necessidades de uma elite, que administrava a educação das crianças no Maranhão e delegava o que deveria ser priorizado na profissionalização da infância pobre.

Na oficina de Espingardeiros.....	18
Dita de Sapateiros.....	23
Dita de Alfaiates.....	40
Dita de Marceneiros.....	07
Dita de Coronheiros.....	02
Dita de Carapinas.....	02
Dita de Surradores.....	02
Total.....	96

(MARANHÃO 1850, p. 16)

Essas crianças, desvalidas e totalmente abandonadas desde a exposição na Roda, aprendiam os ofícios manuais como exigência para não se tornarem homens ociosos e imorais, moldando-os conforme os preceitos de uma hierarquia social com base no escravismo. Corpos docilizados para serem explorados e preparados para atenderem as demandas da classe dominante, que viam esses espaços como modelares para a infância

durante o império. As casas de educandos e demais instituições profissionalizantes criadas no século XIX para a infância desvalida cumpriam os desígnios de uma política que via as crianças como pequenos trabalhadores a serviço da cidade em crescimento econômico. O que estava por trás dos discursos sobre o trabalho que dignifica e a instrução que eleva o espírito era um governo de exploração da força de trabalho, desde tenra idade.

O Relatório do Presidente da Província Eduardo Olímpio Machado, de 3 de maio de 1855, ressaltava a função dessa instituição para a formação dos meninos, tendo o Estado como protetor.

Os jovens, que nela recebem educação, tem constantemente correspondido aos paternais cuidados do governo, por seu amor ao trabalho, aproveitamento, bons sentimentos e dedicação aos seus deveres, tornando-se, pelo seu exemplar comportamento, objeto de geral simpatia e interesse. (RELATÓRIO..., 1855, p. 20)

As aulas de primeiras letras eram frequentadas pela maioria dos meninos, além das aulas de Música e Desenho. Meninos negros eram proibidos, pois, segundo o Regulamento da Casa de 1855, artigo 3º determinava que “Não poderão ser admitidos, ainda que se mostrem compreendidos nas condições do artigo 1, (...) §2o. Os escravos” (MARANHÃO, 1855, não paginado). Não podiam frequentar essas instituições de cunho profissionalizante, o que não era proibido aos meninos indígenas, segundo dados do Relatório de 1850, ao listar as idades dos moços matriculados. As crianças negras, em análises às políticas para a Instrução Pública no Maranhão, foram excluídas do processo de institucionalização educacional, desde os primeiros regulamentos provinciais. Cruz (2008) destaca que a elas, bastava o ensino das primeiras letras, e que a ausência de fontes históricas sobre a infância negra no APEM define o projeto de dominação das elites, apagando sua história.

De 9 annos.....	02
10	08
11	09
12	08
13	15
14	11
15	13
16	07
17	11
18	05
19	02
22	01
23	01
Índios de que não se sabe a idade.....	03

(MARANHÃO, 1855, p. 20)

Sobre a inclusão dos meninos indígenas, os estudos de Custódio (2019) mostram que o processo de catequização dos índios durante o império, no Maranhão, possibilitou que a estes permitissem estudar nas escolas de instrução pública e instituições profissionalizantes, já que eram batizados e confessavam a religião católica com as missões que invadiam os territórios indígenas, obrigando as crianças aprenderem a língua portuguesa.

Os educandos, portanto, viviam sob vigilância e controle para repressão de desvios físicos e morais, o que os mantinha muito tempo na instituição, em rotinas de oração e de profissionalização. No novo Regulamento do ano de 1855, previa-se no art.6º, que a despedida do estabelecimento poderá se efetivar quando o educando: “1º, que se acha afetado de moléstia contagiosa ou incurável; 2º que é de tal comportamento, o que não de esperanças de poder corrigir-se, e que possa prejudicar a disciplina e moralidade do estabelecimento” (MARANHÃO, 1855, p. 04). O art. 10, regimentava a saída de educandos em idade inferior ao permitido, no caso, 21 anos de idade completos: “Os menores, que forem despedidos da casa dos educandos artífices, serão entregues a seus pais, ou, sendo órfãos, postos à disposição do respectivo juiz para dar-lhes o destino que julgar conveniente. Exceptua-se o caso de terem eles, como meio de correção, de assentar praça no exército ou armada nacional e imperial” (idem, p. 02).

O regime, com formato de organização militar, na casa, fazia os meninos acordarem muito cedo e seguirem regras disciplinares, impostas pelos artigos nºs 28 a 35 do novo Regulamento. “Nenhum educando poderá sair à rua sem o seu uniforme, e sem que tenha obtido previamente licença do diretor” (MARANHÃO, 1855, p. 06). Importante frisar que toda organização institucional, pensada para a formação de trabalhadores numa cidade em evolução civilizatória está correlacionada ao poder estatal, que expandia sua dominação sobre a população pelo funcionamento desses espaços. “Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com o outro” (FOUCAULT, 1999, p. 299).

Os artigos nºs 69 a 77 regulamentavam sobre as aulas do estabelecimento da Casa dos Educandos, que, continuaria na oferta do ensino de:

1ª Primeiras Letras;

2ª Geometria e mecânica aplicada as artes, e noções gerais de aritmética e álgebra;

3ª Escultura e desenho aplicado as artes;

4ª Música e instrumentos de corda;

5ª Música e instrumentos bélicos (MARANHÃO, 1855, p. 10).

No fim de cada ano letivo, haveria exames de admissão para todas as aulas e oficinas da Casa. Após seleção, o diretor responsável pela instituição, afixaria a lista dos convocados nos murais do lado externo do prédio, para conhecimento dos interessados. Os artigos nº 83 a 89 versam sobre as premiações destinadas aos melhores educandos, anualmente. Prêmios de capacidade moral, intelectual e industrial que serviam para classificar os meninos, seriam simbolizados através da entrega de medalhas de ouro, prata e bronze. Essas medalhas deveriam estar sempre sobre os ombros dos educandos, em todos os lugares que fossem. Seria uma forma de docilização dos meninos pela premiação e pelas simbologias que esses objetos carregavam, mantendo-os disciplinados e submissos à norma institucional.

Os artigos nº 90 a 92, apresentavam a rotina diária dos educandos na instituição, que iniciava antes das 6 horas da manhã, com as orações, asseio do dormitório e higiene do corpo.

Das 6 às 8: 1ª aula para todos;
 Das 8 às 9: almoço e descanso;
 Das 9 às 11: 2ª e 3ª aulas para os que a frequentarem; e trabalho nas oficinas para todos os mais;
 Das 11 às 12: continuação do trabalho nas oficinas para todos, inclusive os que frequentam as 2ª e 3ª aulas;
 Das 12 às 2 da tarde: jantar e descanso;
 Das 3 às 4: trabalho nas oficinas para todos;
 Das 4 às 6: aula de música e trabalho nas oficinas, respectivamente;
 Das 6 às 7 da noite: recreio;
 Das 7 às 9: estudo e recordação das lições, ceia, oração e recolher ao dormitório (MARANHÃO, 1855, p. 12).

Cabral (1982, p. 56) enfatiza que a Casa acabava sendo modelo de instituição para outras províncias nordestinas, principalmente, e “destacava-se como um dos melhores empreendimentos educacionais do país, no campo do ensino de ofícios”. No Maranhão manteve-se um modelo de instituição, com uma organização admirada pelas províncias próximas. No Piauí, por exemplo, as dificuldades da administração pública tornaram precárias todas as tentativas de institucionalização da infância.

Não havendo na Província encadernadores, chapeleiros, seleiros e canteiros, bem se poderia mandar alguns educandos para a província do Maranhão, onde adidos à casa d’ali pudessem aprender a estes ofícios com obrigação de voltarem para o estabelecimento, afim de fundarem n’ele estas oficinas e de dirigi-los por um espaço de 3 anos (PIAUI, 1870, p.21).

Devido a problemas financeiros, o governo do Piauí, efetivamente só conseguiu implantar a instituição em dezembro de 1849, com a matrícula de apenas quinze meninos. A oferta das oficinas, também foi de modo tardio, e com a proximidade geográfica com o Maranhão, eram investidas tentativas de formação dos piauienses na Casa do Maranhão, de modo que

aprendessem os ofícios e trouxessem novos conhecimentos para os educandos. A localização das Casas no nordeste brasileiro foi articulada sob os interesses dos governos provinciais. No Maranhão, o crescimento demográfico desordenado que intensificou o nível de pobreza após a Revolta da Balaiada foi um dos fatores para a organização desses espaços. No Piauí, motivado pelo aumento da pobreza e pela necessidade de trabalhadores para as atividades industriais na Província (CASTRO, 2007).

O programa de estudos variava de década para década, e levavam-se em conta as demandas sociais, como as aulas de Topografia que iniciaram após a Lei de Terras⁹⁴ no Brasil (1850). Segundo Giglio (2019b), essa lei proibia que os camponeses tivessem direitos sobre as Terras, passando a ser de domínio do Estado, e que só poderiam ser adquiridas pela compra. O autor José de Souza Martins (1981) retrata essa prática política como prática rentista, onde o objeto da renda passava do escravo para a terra. “Nessa mudança sutil, persiste a dimensão propriamente rentista da economia de exportação, o que é diverso do propriamente capitalista. Porém, libertando do rentismo o trabalho e transferindo o rentismo para a propriedade da terra” (MARTINS, 1981 p. 39).

No Relatório do Presidente Lafayette Rodrigues Pereira, apresentado à Assembleia Provincial, no dia 3 de maio de 1866, tem-se um quadro geral da oferta de disciplinas, das matrículas e das condições físicas da instituição. “Existem atualmente no estabelecimento 129 educandos. Neste número figurão 19 supranumerários, 6 pensionistas particulares, 3 aprendizes da escola agrícola e um educando do Piauí” (RELATÓRIO..., 1866, p. 26). As classificações dos educandos variavam entre numerários, os que eram mantidos pelo governo; supranumerários, mantidos pelo Tesouro Público; pensionistas, que eram financiados por particulares e educandos que vinham de outras instituições e províncias, mantidos por seus representantes.

Nesse relatório, o presidente Lafayette destacava a atuação de educandos disciplinados como tutores dos novos alunos da Casa, após exame de admissão realizado. “Para preencher os lugares de adjuntos a esta aula, criados pela lei n. 741 de 14 de julho do ano passado, foram nomeados os educandos Francisco d’Assis Corrêa e Arão Tolentino Pires D’Almeida, os quais vão cumprindo satisfatoriamente seus deveres” (idem). Aulas de Música e Ciências Naturais funcionavam com regularidade, segundo a fala do presidente, constituindo uma

⁹⁴ A Lei de Terras determinava que as terras públicas fossem vendidas e não doadas, para legalização da posse e registros das propriedades (FAUSTO, 2006). Curiosamente, a Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) surge em conjunto com a Lei Eusébio de Queirós (Lei 581 de 4 de setembro de 1850), que prevê o fim do tráfico negreiro; a introdução das aulas de topografia sugere o preparo de quadros para um novo ofício: a demarcação de terras.

banda musical que atendia as demandas nos eventos sociais e no teatro da cidade. Entre os professores, o flautista Sérgio Augusto Marinho (1826-1864) que se tornou o primeiro professor e mestre da banda. A banda da Casa dos Educandos Artífices formou muitos músicos com relevância na atuação do campo da Música nas Províncias do Maranhão, Piauí, Amazonas e Pará durante o Império e início da República (CERQUEIRA, 2019).

As aulas de Matemática, através do ensino da Geometria, Aritmética e Álgebra também faziam parte do programa de estudos, sendo que a de Geometria era aplicada às Artes “regida pelo doutor João Antônio Coqueiro que se ofereceu á prestar gratuitamente ao estabelecimento este precioso serviço” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA, 1866, p. 26). Para acompanharem as aulas, deveriam saber ler e escrever e dominar as quatro operações. Para Kuhlmann Jr. (2007, p.24), essas práticas apresentaram “preocupação com as relações entre a cidade, a infância pobre e a educação, onde a disciplina e o trabalho são elementos fundamentais das instituições, corroboradas por um processo de divulgação dos saberes que sustentaram as propostas pedagógicas existentes”.

Nos anos 1870, a Casa continuava rendendo novos trabalhadores e funcionando bem, conforme Marques (1970, p. 252), que em seu *Diccionario*, caracterizava o estabelecimento como “regido por disciplina e ordem militar, e com regulamentos adequados”. Considerando que Cesar Augusto Marques assumira cargos no governo provincial incluindo a Mordomia da Casa dos Expostos (1870-1871), defendia a Casa dos Educandos Artífices por ser um dos espaços de formação dos meninos abandonados na Roda, da qual ele encaminhara periodicamente. Destacava em sua obra, um levantamento das matrículas realizadas na instituição desde sua origem, dando ênfase ao trabalho realizado e à política de profissionalização das crianças desvalidas no Maranhão.

Figura 10 – Dados da Casa dos Educandos Artífices, de 1841 a 1870

Do começo da instituição até 14 de outubro de 1870 entraram educandos	733
Dêstes foram despedidos até a mesma data:	
Prontos nos officios	254
Por assentar praça como Voluntários da Pátria, estando prontos nos officios	6
Idem idem no Exército estando pronto	1
A pedido de seus pais, estando na maior parte bastante adiantados	28
Por doentes	20
Por ineptos	69
Por assentar praça no Exército por castigo	13
Idem na Armada Nacional, idem	13
Morreram	27
	431
	<hr/>
	302
Existem atualmente:	
Educandos	299
Pensionistas	3
	<hr/>
	302

Fonte: Dicionário Histórico-geográfico da Província do Maranhão (MARQUES, 1970)

Com o anúncio da República, a Casa dos Educandos apresentava declínio e fechava suas atividades. Viveiros (1953, p. 16-17) anunciava em seus *Apontamentos*, o fim da instituição: “Não obstante esta grande obra de filantropia, depois de 48 anos de vida fecunda e brilhante foi suprimida a 13 de dezembro de 1889, pela junta de Governo Provisório do Estado, nos albores da República”. Na fala do presidente da província, José Bento de Araújo, para a Assembleia Provincial em 11 de fevereiro de 1888, encontram-se as razões para o fechamento da Casa, antes mesmo da Proclamação da República. As demissões dos professores e o fechamento de vagas para novos educandos anunciavam o fechamento dessa instituição, que marcou a educação da infância na segunda metade do império no Maranhão.

Atentos os poucos recursos de que dispomos e a dívida que onera a província, não poderemos continuar a manter tão crescido número de educandos. (...) Não mandei admitir um só aluno aquele estabelecimento nas vagas que se foram dando. Em novembro último determinei ao diretor que fossem despedidos até o fim do ano 10 extranumerários, que então existiam. Presentemente não há mais um extranumerário e acha-se reduzido o número dos efetivos a 92, existindo além destes mais 4 pensionistas, que são particulares (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA JOSÉ BENTO DE ARAÚJO, 1888, p. 23).

Concomitantemente à Casa dos Educandos Artífices, durante os anos de funcionamento, outras instituições para formação dos meninos desvalidos foram criadas no Maranhão imperial, com o mesmo objetivo de atender os expostos na Roda. Dentre elas, destacam-se a Escola de Aprendizes Marinheiros⁹⁵ e a Escola Agrícola do Cutim⁹⁶, criadas

⁹⁵ A Escola, como em outras províncias, tentava sanar a carência de trabalhadores para o comércio marítimo de São Luís para outras províncias e também para se ter uma força armada na costa maranhense para batalhar nas embarcações.

⁹⁶ Era uma instituição de formação de trabalhadores para os serviços agropecuários na província.

em decretos provinciais para dar sustentáculo aos discursos de controle da população pobre e introduzir as crianças desde cedo no mundo do trabalho. No Relatório do presidente Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, do ano de 1873, encontram-se dados sobre a fundação e funcionamento da Escola de Aprendizes Marinheiros.

Esta companhia criada por decreto de 12 de janeiro de 1861, e sob o comando do 1º tenente d'armada José Ignacio Borges Machado, funciona em um edifício anexo à capitania, que não tem as necessárias acomodações. (...) Tenho o pensamento de me dirigir brevemente ao governo imperial, solicitando a satisfação de tão imperiosa necessidade á instrução dos aprendizes marinheiros e conto que se não fará esperar esta providência (RELATÓRIO..., 1873, p. 67).

A partir de 1886, sob o comando do Primeiro Tenente Othon de Cravalho Bulhão, a instituição enfatizava o discurso da higiene, da disciplina e da educação moral dos meninos que viviam na Escola. “O asseio e disciplina que mostram os aprendizes e que tive ocasião de observar em mais de uma visita ao respectivo estabelecimento, testemunham o zelo e dedicação com que preenche os seus deveres o digno comandante” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA JOÃO CAPISTRANO BANDEIRA DE MELLO, 1886, p. 68). A formação para as crianças ingressantes na Escola era pautada no modelo militar de preparação para guerra, o que respaldava as práticas políticas de retirada dos meninos das ruas, da ociosidade, e introduzi-los em uma rotina de exercícios físicos com controle dos seus tempos e dos espaços. Visava-se através desses estabelecimentos, garantir que essa infância recebesse a educação correccional “(...) que pelo abandono que vivem, tornam-se viciosos e concorrem ao depois para aumentar a nossa estatística criminal, quando aliás, tratando-se eficazmente de sua educação podem vir a ser homens uteis a si e ao país” (idem).

Com o fechamento da Casa de Educandos, por problemas financeiros e de estrutura física, a Escola de Aprendizes Marinheiros continuaria em funcionamento até o ano de 1915, mantida pelo Governo Central com pecúlio aos alunos, mas foi fechada pelo Ministério da Marinha pela precária situação da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão. Porém, outras instituições ganharam destaque nessa rede de educação das crianças desvalidas, sendo algumas advindas da Casa da Roda dos Expostos. A Escola Agrícola do Cutim, criada em 1859 em meio aos discursos de assistência à infância desvalida, teve sua fundação no governo de João da Silva Lustosa da Cunha Paranaguá, considerado o primeiro presidente da província que inaugurou uma escola agrícola com método aratório⁹⁷. No Relatório de 1859, Paranaguá detalha os objetivos da Escola Agrícola para a província:

⁹⁷ Método inovador, utilizado nos países europeus, trazido pelo presidente da província João Lustosa Paranaguá para melhoria dos serviços agrícolas nas fazendas maranhenses. Utilizando animais e equipamentos manuais, o método trazia benefícios para o plantio.

- 1º Ensinar prática e teoricamente à mocidade da província a profissão do lavrador como aprendizes agrícolas;
- 2º Instituir uma serie de experiências e ensaios concernentes ao melhoramento ao sistema atual da nossa lavoura, criando ao mesmo tempo um centro de observações e demonstrações práticas, para a instrução dos lavradores;
- 3º Transplantar para a província os métodos e processos agrícolas, cuja proficiência houver sido abonada por uma esclarecida e constante experiencia dos países estrangeiros mais adiantados. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA JOÃO DA SILVA LUSTOSA DA CUNHA PARANAGUÁ , 1859, p. 15)

Os meninos possuíam rotina experimental, com atividades no campo, de plantio e cultivo da terra, com materiais próprios, além de orações e ensino das primeiras letras. Eles moravam na instituição, situada “à beira de uma estrada de maior trânsito à margem do Cutim, e na proximidade da capital” (idem, p. 16) e completavam sua formação por volta de 5 anos, quando ao saírem, passavam a trabalhar em lavouras. Como todas as instituições educativas nesse período, a Escola Agrícola possuía rígidas punições para os indisciplinados, como aprisioná-los e constrangê-los diante dos outros colegas e recompensas para os que apresentavam bons comportamentos, como menções honrosas e medalhas.

O precário funcionamento da instituição fez com que em 1865, o Presidente Ambrózio Leitão da Cunha fechasse a instituição, expondo todos os motivos no relatório, dentre eles, “(...)considerando não somente na indeclinável necessidade, que sente a província da mais severa economia no emprego dos seus rendimentos, sem dúvida exíguos em relação à grande despesa que suporta (...)” (RELATÓRIO..., 1865, p. 34). Os aprendizes que ainda estavam institucionalizados foram transferidos para a Casa de Educandos Artífices, que através da Lei Provincial nº 854, de 1868, criava uma aula de agricultura tendo o método aratório como metodologia.

A pesquisa enveredou por instituições de recolhimento e formação também das meninas, que diferentemente dos meninos, eram educadas para serem mulheres conformadas e hábeis para as tarefas domésticas. As meninas maranhenses viviam os dilemas da sociedade patriarcal, dominante e determinante das políticas de assistência à população maranhense: deveriam seguir o destino predeterminado pela moralidade cristã e serem boas mães. Abrantes (2004), remonta aos jornais e periódicos do século XIX que circulavam em São Luís para analisar os discursos em torno da mulher maranhense, que as predestinavam à vida doméstica. “Eugenia B... moça de dezoito anos, de uma organização franzina e delicada, (...) contava às suas companheiras que ia casar-se com um moço á quem amava apaixonadamente, e que lhe retribuía do mesmo modo” (A ESTRELA DA TARDE, 1857, p. 40). Essas cenas de novelas e que tentavam consolidar a representação de uma mulher submissa, eram imagens construídas

no século XIX que, sob o poder das doutrinas religiosas, moldavam o sexo feminino aos desejos de uma sociedade machista.

Os estudos de Perrot (1988, p. 230) alertavam para a necessidade de uma formação para as mulheres que as tornavam conscientes do seu único papel como donas de casa, pois “a sociedade do século XIX não poderia crescer e se reproduzir sem esse trabalho não contabilizado, não remunerado”. Nesse papel, a mulher desenvolvia funções mantenedoras da tradição, como “dar à luz e criar filhos que leva consigo”, porém as crianças ao aprenderem a andar, acompanhavam-na. Também, a “manutenção da família”, respaldada nos trabalhos domésticos que realiza o tempo todo e a função de trazer dinheiro para seu lar, na luta pela sobrevivência, ela guerreia contra as mazelas da modernidade e do progresso anunciado (PERROT, 1988, p. 229 - 230).

Assim, sobre a educação dessas mulheres, no Maranhão imperial, Abrantes (2004) apresenta as concordâncias e discordâncias da sociedade na época, sobre o isolamento que eram submetidas através de instituições asilares e de recolhimento, e possuíam programas de formação que reafirmavam o papel feminino naquele contexto.

O jornal ‘A Sentinela’, de 04.11.1855, comentava que a conversa das moças maranhenses versava somente sobre modas, vestidos, cosméticos, cabelos, bilhetes amorosos, o último baile, não possuindo cabedal científico para tratarem de outros assuntos como literatura, música, pintura. Já ‘O Artista’, de 08.11.1868, considerava que as mulheres em si representavam um fraco papel no sistema social, e sua instrução só era necessária porque “as mulheres são as mães dos homens, que uma Cornélia gera e educa três Gracos, e que os filhos vão em geral à sociedade imbuídos das ideias, das virtudes e dos vícios de suas mães” (ABRANTES, 2004, p. 01-02).

Com relação à instrução, as meninas só frequentavam as aulas de primeiras letras, com ensino da moralidade cristã, da doutrina católica, das prendas domésticas e as quatro operações. Além das escolas, instituições como o Asilo de Santa Teresa⁹⁸ marcou a história das políticas para a infância no Maranhão, pelo seu propósito de ser um espaço de guarda das mulheres mediante as tentações mundanas e de prepará-las para serem boas donas de casa. Essa instituição, criada no governo do Presidente Eduardo Olímpio Machado em 1855, que na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, defendia a necessidade de mais um espaço para acolhimento das meninas pobres com a fundação de um asilo, já que a proposta era apenas de reforma do Recolhimento feminino, já existente em São Luís desde o século XVIII.

Sob a pressão dos factos e motivos, que formarão a minha convicção, profunda,

⁹⁸ O Asilo foi uma tentativa de desafogar o atendimento do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, que era a única instituição para meninas desvalidas na cidade.

inabalável, tive a honra de entender-me com o reverendo bispo diocesano, o qual, não obstante o desejo de concorrer comigo, para que se criasse nesta província uma casa de educação para meninas desvalidas, que reconhece ser uma das suas mais palpitantes necessidades, não pôde, contudo dar o seu assentimento ás minhas ideias de reforma, não em sua generalidade, mas na sua aplicação ao recolhimento, pelas razões, que passo a expender em poucas palavras (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA EDUARDO OLÍMPIO MACHADO, 1855, p. 23).

Inaugurada no dia 14 de março de 1855, o Presidente da Província Eduardo Olímpio, considerado um dos melhores presidentes para Viveiros (1953) por inúmeras políticas criadas, destacava que a casa de educação para as meninas traria benefícios devido “à necessidade social de se procurarem braços livres que substituam os escravos nos diferentes encargos do trabalho doméstico” (VIVEIROS, 1953, p. 24). O discurso do presidente entrava em acordo com os anseios de uma sociedade patriarcal e escravagista: formar as mulheres para continuarem subordinadas aos homens, portanto, meninas seriam educadas diferentemente dos meninos.

Quadro 8 - Dados da fundação e funcionamento do Asilo de Santa Teresa em São Luís.

Ano de Fundação/ Fechamento	Mantenedor Principal	Fonte de Recursos	Público atendido	Condições de atendimento	Seleção
1855-1870	Governo provincial	Governo	Meninas desvalidas, vindas da Casa da Roda.	Abandono e desvalia, mas com o tempo passa a atender meninas de famílias legítimas.	No número de vagas, realizando um pedido em ofício para o presidente da Província.

Fonte: A autora (2022)

As instituições femininas, atenderiam preferencialmente, as meninas expostas da casa da Roda, que quando atingiam a idade de 10 a 14 anos, eram transferidas por apresentarem as aptidões necessárias aos estudos das prendas domésticas. O asilo funcionou “em uma casa espaçosa situada no Largo dos Remédios e pertencentes ao falecido Desembargador Barradas” (MARQUES, 1970, p. 95).

Figura 11 – Colégio de Santa Teresa, anos 1950 (antigo Asilo)



Fonte: Site do Memorial Maria Firmina do Reis (2021)

Para subsidiar os gastos, Eduardo Olímpio considerava diminuir a verba da Casa dos Expostos e da Casa dos Educandos Artífices para garantir o funcionamento do Asilo, que teria inicialmente um pequeno quadro de funcionários para assegurar o trabalho de educação das meninas: “Barão de Coroatá... Diretor. Dr. Antônio Rego... Vice-diretor. Dr. José Ricardo Jauffret... Médico. Padre Antônio Tavares da Silva... Capelão. Francisco Joaquim Pinto Barreto... Almoхарife” (RELATÓRIO..., 1855, p. 24). A professora escolhida para o ensino das primeiras letras foi a Sra. Maria Joaquina de Araújo Bacelar⁹⁹ e para o ensino da costura, D. Maria Amalia Ferreira, que ministravam aulas para as educandas expostas e as pensionistas, que eram financiadas por pessoas particulares. Com o aumento das matrículas, professores de música e desenho seriam contratados posteriormente.

A “regente” seria uma senhora da sociedade, que estivesse viúva ou solteira, “de boa moral e são costumes”, que deveria saber ler, escrever e contar, além de costurar, bordar etc., que não poderia estar doente e ser menor de 35 anos. Possuiria as seguintes atribuições, conforme Regulamento do Asilo de Santa Teresa, de 16 de janeiro de 1855:

1ª Entender no governo interno do asilo sob a direção do diretor, devendo as empregadas e as colegiais reconhecê-la por superiora e obedecer às suas determinações.

2ª Empregar todo o zelo e esforços para que as pessoas do asilo, tanto empregadas como colegiais, se conduzam com a decência conveniente e tenham as virtudes próprias de mulheres honestas e bem-educadas, estimulando-as mais com a força de seu exemplar procedimento, que com o rigor das repreensões e castigos.

⁹⁹ A regente se responsabilizava pelo bem-estar das meninas, acompanhando seu rendimento e sua saúde, informando ao diretor qualquer mau comportamento e as repreendia, conforme regras estabelecidas no regulamento de fundação da instituição.

(...)

4ª Punir as meninas transgressoras com os castigos marcados nos regulamentos especiais, e quando algumas se tenham tornado incorrigíveis, participá-lo ao diretor para que se tomem as medidas precisas,

(...)

10ª Acompanhar as colegiais á aula, em que o mestre, ou mestra de primeiras letras der as suas lições e ali permanecer durante estas.

(...)

12ª Não receber menina alguma para se educar no asilo, sem despacho da admissão do presidente da província, com o cumpra-se do diretor, bem como não despedir colegial alguma sem as fórmulas prescritas nesse regulamento (MARANHÃO, 1855, p. 73).

Essas funções dos empregados no Asilo garantia a obediência das educandas, que viviam sob vigilância extrema pela instituição e pela presidência da província, por isso o controle da rotina das meninas no asilo, para que cumpram o que foi acordado junto as outras instituições de educação feminina do Maranhão.

Com o falecimento do presidente, no dia 14 de agosto de 1855, o vice-presidente José Joaquim Teixeira Vieira Belford, assumia a presidência e no relatório de 21 de dezembro de 1855, entregava a situação da Província ao novo presidente Antônio Candido da Cruz Machado, que assumiria a gestão em 1856. José Joaquim, apresentava já alguns dados sobre o funcionamento da nova instituição na capital da Província: “O Asilo de Santa Thereza, instituição do doutor Eduardo Olímpio Machado, tem presentemente quarenta educandas, número estabelecido pelo regulamento de 16 de janeiro do corrente ano” (RELATÓRIO DO VICE-PRESIDENTE DA PROVÍNCIA JOSÉ JOAQUIM TEIXEIRA VIEIRA BERFORD, 1856, p. 22). O vice-presidente pontuava que a casa já se encontrava inapropriada para a educação das meninas, pois o número de matrículas tendia a aumentar com o tempo.

As Leis Provinciais nº 408, de 18 de julho de 1856 e a de nº 720, de 23 de julho de 1864, determinavam o aumento do número de educandas, respectivamente, de 40, para 50 e 60 meninas. Algumas alterações seriam feitas, para garantir que as educandas permanecessem na instituição, sem prejuízos para o Tesouro Público e nem para as meninas.

Art. 6. Logo que as colegiais tiverem completado a idade de 17 anos sairão do asilo dotadas e casadas, ou para casa de pessoas suas parentas ou de outras quaisquer de conduta abonada, sendo as pensionistas entregues a seus pais, ou pessoas de que trata o art. 30, se a vista de reclamação do diretor o governo não julgar necessário despedi-las antes; nem umas, nem outras, porém, poderão ali ser conservadas uma vez que atinjam a idade de 21 anos, para o que, seis meses antes, o diretor lhes determinara que escolham o lugar dentro da cidade para onde quiserem ser transferidas, ficando assim alterados os arts. 31 e 32 do regulamento de 16 de janeiro de 1855, que rege o estabelecimento. (MARANHÃO, 1864, p. 90)

As educandas, portanto, ao completarem 17 anos, poderiam se casar ou serem

entregues a adoção por seus familiares, tutores. O casamento seria arranjado pelo diretor do Asilo, sob o comando do presidente da província, para que as meninas tivessem um destino predestinado pelo governo, que controlava as entradas e saídas das crianças institucionalizadas, com maior atenção às oriundas da Casa da Roda dos Expostos e mantidas pelo Tesouro Público. Aos candidatos que desejassem casar-se com as meninas, deveriam “dirigir ao presidente da província uma petição, em que declare seu estado, naturalidade, domicílio, ofício, profissão, ou qualquer meio de vida que possa ter (MARANHÃO, 1858, p.32).”

O Asilo atendia três categorias de educandas: as numerárias, as pensionistas e as supranumerárias que eram mantidas pelo tesouro público (MARANHÃO, 1855). Em semelhança ao que era organizado na Casa dos Educandos Artífices, numerárias e supranumerárias, eram de responsabilidade do governo, e as pensionistas, pagas por pessoas da família ou tutores, para receberem a formação profissionalizante.

O Jornal O Artista (1868), periódico maranhense, por ser um jornal que discutia a formação profissional na província, defendia uma educação que não era voltada para a submissão das meninas e criticava o recebimento de órfãs e desvalidas, pois era necessário que após estadia da menina na instituição, alguém da sociedade luxuosa a recebesse em sua casa, depois que completasse 18 anos. Nesse sentido, o jornal ressoava pela província que a instituição falhava ao fim proposto que era proteger as meninas. Os redatores do jornal, que pertenciam à Família Vieira Ferreira, enfatizavam que o Asilo, deveria proporcionar os meios para que com o seu próprio trabalho a mulher mantivesse a sua subsistência e não “descesse à prostituição, aberrando os princípios que recebia no estabelecimento” (O ARTISTA, 1968, p. 5).

Francisco Sotero do Reis¹⁰⁰, ao assumir a direção do Asilo em 1867, tentou romper com uma educação que privilegiava a preparação para o casamento e ou para o serviço de criadas nas residências das famílias abastadas maranhenses. Suas ideias relacionam-se com a trajetória enquanto Inspetor da Instrução Pública, professor no Liceu Maranhense e das suas posições políticas contra a escravidão e avaliações negativas à oligarquia local.

¹⁰⁰ Professor, filólogo, prosador, crítico e jornalista. Foi em várias legislaturas deputado provincial em sua terra e desempenhou importantes cargos de administração. Foi também o responsável pela elaboração da primeira gramática no Brasil. Deu Lume a uma obra estritamente vinculada a assuntos filológicos; suas incursões temáticas sobre a realidade regional também decorreram num contexto de lutas políticas acirradas e instituintes do jovem Estado Nacional e de uma província inicialmente refratária às proposições separatistas do Brasil e deixou um legado nos estudos da língua portuguesa no Brasil com a obra o Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira (1866-1873), fruto de sua experiência docente no Instituto de Humanidades, cujo diretor era Pedro Nunes Leal. Era primo da escritora Maria Firmina dos Reis.

A educação que recebem as meninas é a mais apropriada para um estabelecimento destes, porque, a bem da instrução primária e das prendas do seu sexo que adquirem nas aulas aprendem a fazer todos os trabalhos domésticos com o lavar, gomar, cozinhar. Podem, por conseguinte, saírem, dentre elas, boas donas de casa e mães de família, professoras, modistas, pois é grave erro supor que meninas que têm uma tal qual educação queiram em um país de escravos prestar-se jamais ao mister de criadas nas casas ricas, como pretendem alguns que não conhecem a criação humana, sendo que as que vêm da Europa para semelhante fim procuram outro meio de vida pela comparação ao trabalho escravo (RELATÓRIO DO DIRETOR DO ASILO, 1867, não paginado).

A rotina das educandas deveria prepará-las para esse futuro, de mãe-dona-de-casa ou professora, e exigia delas os conhecimentos necessários para tal imposição social. Com início às cinco horas e trinta minutos da manhã, com as orações que deveriam ser feitas na capela, prédio anexo ao Asilo. Em seguida, até as onze horas, seguiam para as aulas de primeiras letras com um intervalo das oito às nove para o café. Depois, as jovens seguiam para as aulas de costura e bordado, até as cinco horas da tarde, interrompida meio-dia para o almoço. Às seis horas rezavam o terço e a ladainha, jantavam e às nove horas se recolhiam para dormir (MARANHÃO, 1865).

O Asilo foi uma instituição de educação feminina que incluía meninas negras, justificada pelo seu próprio fundador, o presidente Eduardo Olímpio Machado, como ação necessária para formação de todas as órfãs da província, inclusive para as que não queriam seguir a vida religiosa para “provêr sobre o futuro destino d’estas; e, sobretudo atender aos recursos financeiros da província, e a necessidade social de se procurarem braços livres que substituam os escravos nos diferentes encargos do serviço doméstico.” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA EDUARDO OLÍMPIO MACHADO, 1855, p. 24). Mas, para isso deveria seguir alguns pré-requisitos, como, por exemplo, serem oriundas da Casa da Roda dos Expostos ou terem um protetor que intermediasse ou garantisse financeiramente a sua admissão e manutenção, ou seja, somente a petição da mãe e do pai não era condição de ingresso das pobres e desvalidas negras. Cruz (2008), em sua pesquisa sobre a educação de crianças negras no Maranhão, no século XIX, corrobora com essas afirmações, conforme quadro a seguir:

Quadro 9 - Educandas negras no Asilo de Santa Teresa.

NOME	IDADE	CONDIÇÃO	SOLICITANTE	VÍNCULO	MÃES	PEDIDO
Lídia	11	Liberta Mulata	Raimundo Jansen Silva Lima	Protegida do parente do senhor da mãe	Zezina crioula escrava	2.10.1862
Henriqueta	8	Liberta	Clementina Roza dos Santos	Afilhada	Escrava	13.08.1864
Fabornia	11	Liberta	Fabornia Roza do Nascimento	Filha Adotiva	Escrava	16.08.1864
Bárbara	11	Liberta	Carlos Xavier Autrand	Afilhada	Escrava	18.08.1864
Victória	11	Joao Alves de Barros	Não identificado	Mãe escrava	Escrava	24.08.1864
Estephania	7		Clara	Filha	Clara liberta	24.08.1864
Maria do Carmo	9	Liberta, parda	Theodora dos Santos Bandeira	Sobrinha	Mãe escrava	30.05.1867

Fonte: Cruz (2008).

Os estudos de Araújo (2013) revelaram que as meninas negras possuíam papéis diferenciados daqueles cobrados às meninas brancas, além de serem tutoriadas por pessoas da sociedade, interessadas pelo serviço delas, assim que adultas. O Estado não se interessava em mantê-las nessas instituições, por serem de fato, as mais pobres do Asilo, e por não possuírem famílias nem bens. “As relações sociais, bem como os hábitos familiares aconteciam de forma diferenciada que as de costume, pois, algumas asiladas, dentre elas as negras, se viam obrigadas a adquirirem outros hábitos impostos” (ARAÚJO, 2013, p. 50). As meninas, portanto, acabavam sendo conduzidas, ao fim dessa formação, como empregadas das casas de famílias ricas da região.

A instituição possuía grande procura por familiares, mães solteiras ou viúvas que não possuíam condições de manterem a educação de suas filhas, o que evidenciava ainda mais a pobreza e o abandono das crianças maranhenses na província. Desde então, os presidentes da Província, dos anos de 1867 a 1870 buscaram resolver o problema da inadequação do prédio do Asilo. No relatório do presidente Franklin de Menezes Doria, de 1867, o destaque à criação de uma comissão que iria providenciar a compra do novo prédio: “o meu antecessor, o Sr. Souza Carvalho (...), nomeou uma comissão para dar seu parecer sobre a compra de um prédio nas condições de servir para o asilo” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA FRANKLIN DE MENEZES DORIA, 1867, p. 23). A comissão composta por Francisco Sotero dos Reis, Frederico José Correa, João Coelho de Miranda e Francisco Pereira da Silva Novais ficara responsável em encontrar uma Casa digna ao número de

educandas e à quantidade de pedidos para entrada na instituição. Ao término do levantamento, a comissão sugeriu a compra da Casa da Baronesa de São Bento, na Rua de Santo Antônio, ou a de Alexandre Colares Moreira, mas a sugestão não passou de um parecer da comissão. Uma alternativa apresentada, em 1867, por Sotero dos Reis, diretor do Asilo, seria a diminuição das supranumerárias que pesavam nas despesas com alimentação, vestuário e calçados.

1. Filomena Augusta Bandeira, professora pública, casou-se a 5 de abril de 1862 com Luiz Pinto Ferreira de Almeida professor público; (...) 6. Maria Luísa Farias, professora pública de Santa Helena, casou-se a 1 de abril de 1866 com Thomás augusto Ferreira Cabral, empregado público; (...) 19. Antônio Virginia Franco de Sá, professora do Colégio de Santa Isabel; (...) 20. Filomena de Jesus Franco de Sá, professora do Colégio de Santa Isabel; 21. Joaquina Filomena Franco de Sá, professora do Colégio de Santa Isabel; 22. Anna Joaquina Franco de Sá, professora do Colégio de Santa Isabel; 23. Filomena Rosa de Freiras, professora de primeiras letras na Cidade de Turiaçu (MARANHÃO, 1870, não paginado).

O aumento de meninas e a falta de seus casamentos ocasionaram um aumento nas despesas da instituição, com alimentação e alojamento das internas. Esses fatos contribuíram para justificar a decisão do presidente José da Silva Maia, em 1870, em fechar a Instituição e remover as meninas para o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, que em 1894 passou para a ser dirigido pelas Irmãs Dorotéias¹⁰¹. Na fala de Silva Maia, o retrato dos desígnios do Asilo de Santa Teresa, que para além de uma política de assistência à infância desvalida, visava a formação de trabalhadoras para os serviços domésticos e de mulheres resignadas para casamentos arranjados pela província, mantendo assim os costumes católicos.

O pensamento era que, concluída educação de umas, fossem outras admitidas, a fim de que o benefício, que a província com sacrificio dispensava, se estendesse ao maior número possível. Isto, porém não se conseguiu absolutamente, e grande era o número das educandas, que havendo atingido a idade marcada por lei para a sua saída do estabelecimento nele permaneciam, fechando assim as suas portas a outras desvalidas, que solicitavam ser admitidas.

Estava assim desvirtuado o fim do estabelecimento, e impossibilitada a realização das ideias que determinarão a sua fundação. Não se podendo expelir d'ele as educandas que houvessem recebido o benefício que lhes prometera a província no citado regulamento, era preciso dar-lhes saída ou por meio do casamento, ou provendo-as em cadeiras do ensino público, ou entregando-as a seus parentes ou protetores, ou finalmente colocando-as em casas de famílias para o serviço doméstico. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA JOSÉ DA SILVA MAIA, 1870, p. 18)

¹⁰¹ A congregação foi fundada pelo padre italiano Giovanni Antônio Farina (1803-1888), o futuro bispo de Treviso, em 11 de novembro de 1836, formou na escola de caridade da paróquia de São Pedro, em Vicenza, uma comunidade com três jovens destinadas a seguir os passos de Santa Doroteia e abraçar a vida religiosa. As Irmãs Doroteias dedicam-se à educação e à educação cristã da juventude. Em 06 de fevereiro de 1894, final do Séc. XIX, o Asilo de Santa Teresa, foi transferido para as Irmãs de Santa Dorotéia, e ali iniciou-se o atual Colégio de Santa Teresa no Maranhão.

Com o fechamento do Asilo, analisa-se o quanto essas políticas ficaram limitadas aos impulsos de uma elite ansiosa, que desejava garantir os serviços braçais para sua mordomia sem limites. As crianças, que esperavam ter um futuro com igualdade social, se viam cada vez mais vigiadas e disciplinadas nessas instituições.

4.2 Infância recolhida, docilizada, conformada: uma educação moral e profissionalizante para as crianças desvalidas

Foucault (2015, p. 197), em sua obra *Vigiar e Punir*, observava um princípio presente na organização de instituições disciplinares, o do “encastramento”, que é o “encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas”. Nesse princípio, determinante no funcionamento das instituições e de suas espacialidades, forma-se uma arquitetura permissiva do controle interior que operava para a transformação dos indivíduos: “agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los” (idem).

Nessa perspectiva e com o intuito de oferecer um espaço para resguardar a virtude e a honra familiar, surge no final do século XV em Portugal, os Recolhimentos, com a intenção de educar as mulheres até que adotassem o estado de casadas. Inicialmente foram idealizados para sustentar e amparar órfãs pobres, mulheres desamparadas e até aquelas que apresentavam comportamento sexual diferente daqueles aceitos pela sociedade da época. Suas estruturas foram construídas com o propósito de uma vida reclusa, com muros que não permitiam a visualização da rua e vice-versa. Os quartos eram pequenos e reservados ao descanso e atividades individuais das recolhidas, além de possuírem um local próprio para as atividades coletivas. Esse modelo de instituição foi trazido ao Brasil através do processo de colonização portuguesa. Apesar de preservarem as ideias moralizantes, os Recolhimentos aqui fundados sofreram mudanças em seus objetivos em relação à metrópole.

Fundado em 1751 pelo missionário jesuíta Frei Gabriel Malagrida¹⁰², o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, da Província do Maranhão, voltava-se à educação civil, moral e religiosa das meninas recolhidas. Pautado na rigidez característica da

¹⁰² Frei Jesuíta italiano, integrante da Companhia de Jesus, viaja à América Portuguesa aos 31 anos como missionário e fundar espaços de ofícios católicos. Visitou as províncias do Pará, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, além do Maranhão, onde planejava criar um recolhimento para educação das mulheres, visando a santidade das almas femininas, conforme desejava o Santo Ofício da igreja católica. Ganhando notoriedade pelas suas ações, e com a troca de reinado em Portugal, se revoltava com mudanças radicais e acabara escrevendo um opúsculo sobre a crise na Igreja causada pelas políticas pombalinas. Isso motivou seu julgamento e morte pelo tribunal inquisitorial, em 1761.

Ordem de Santa Monica¹⁰³, o recolhimento buscava formar mulheres submissas com práticas devocionais ligadas aos princípios católicos de pobreza, obediência e castidade. As pesquisas de Leila Algranti (1993) e Maria José Lobato Rodrigues (2010) trouxeram dados de recolhimentos brasileiros, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão, onde foram constatados hábitos de reclusão feminina que fugiam às regras do Concílio de Trento, pois esse movimento que renovou o pensamento católico, defendia o livre arbítrio das mulheres.

Quadro 10 - Dados da fundação e funcionamento do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.

Ano de Fundação/ Fechamento	Mantenedor Principal	Fonte de Recursos	Público atendido	Condições de atendimento	Seleção
1751 - 1894	Doações das famílias e tutores	Governo provincial	Meninas, mulheres desvalidas, recolhidas para educação moral e religiosa.	Meninas, mulheres abandonadas, desvalidas ou que viviam fora dos padrões impostos pela Igreja.	Inicialmente, as famílias pediam ao Bispo Diocesano via ofício. Depois, o governo provincial assumiria. Por último, como colégio, as educandas seriam matriculadas diretamente na instituição.

Fonte: A autora (2022)

O advogado maranhense Antônio Almeida Oliveira também argumentava sobre uma maior instrução para as mulheres, não para terem liberdade política e econômica, mas para fortalecer suas funções de esposa e mãe, permanecendo em suas casas como “rainhas do lar”. “Em sua obra ‘O Ensino Público’, publicada em 1874, apresentou uma série de idéias para reformar a educação feminina, incluindo mais instrução intelectual para as mulheres e também a coeducação dos sexos” (ABRANTES, 2003, p.04). Contudo, a situação não era

¹⁰³ Ordem criada pela congregação de Santo Agostinho, em Portugal, século XV, que disseminava o desejo da conversão das mulheres por meio da reclusão total, com rotinas de oração e jejum para alcance da santidade. As mulheres se declaravam esposas de Cristo e viviam sob rigidez religiosa, conforme regulamento da ordem para seus conventos e recolhimentos. Foi a que se preocupou em fundar instituições em países do oriente, ampliando seus objetivos para culturas não-cristãs.

favorável às meninas pobres, que quando não eram acolhidas pelas instituições recolhedoras, cresciam na insipiência.

Nos estudos realizados por Rodrigues (2010), foram analisados que as primeiras meninas a fazerem parte da instituição recolhedora, no século XVIII, foram as filhas das famílias que contribuíram com doações para a construção do espaço físico do local. Tal informação divergia com o objetivo inicial, que era abrigar meretrizes, prostitutas e jovens sem recursos das camadas marginalizadas da sociedade, dentre elas as órfãs. Como houve doações das famílias de classe privilegiadas, Malagrida deve ter, inicialmente, aprovado que as primeiras recolhidas fossem herdeiras das famílias poderosas da Capitania e objetivando dar estado de religiosas às suas filhas.

Os estudos de Rodrigues (2010) apresentam dados dessas primeiras recolhidas, sendo um total de quinze (15) mulheres, dentre elas, filhas de doadores de recursos financeiros e materiais para o funcionamento do recolhimento e regentes, como Maria Josefa de Jesus¹⁰⁴, primeira regente, freira, que fora convidada para administrar a instituição e zelar pela sua harmonia. “Como o sucesso do empreendimento dependia das doações dos moradores, Malagrida deve ter, a princípio, aceitado que as primeiras recolhidas fossem as descendentes das famílias de posse da Capitania e que pretendiam dar estado de religiosas as suas filhas” (RODRIGUES, 2010, p. 43).

O auxílio financeiro se compunha de certa forma contraditório, a julgar que o citado Alvará instituiu que para ser criada uma organização desta propriedade, deveria se manter com recursos próprios e, como era de conhecimento público, a Coroa Metropolitana não apresentava disposição a subsidiar essa categoria de instituição. Contudo, cabe ressaltar que o incentivo doado pelo Estado ao Recolhimento, representava importante ajuda para a sua manutenção, mesmo sendo feita não regularmente. Em jornais de circulação na cidade de São Luís, no ano de 1841, encontramos indícios das doações que eram feitas ao recolhimento através da publicação de documentos oficiais da província, ações que mantinham o funcionamento e garantiam as negociações entre presidência da província, igreja e elite local.

Exm. e Rm. Sr. – Comunico á V. Exc. para sua satisfação, e para que o faça chegar ao conhecimento da Superiora do Recolhimento, que o cidadão Manuel Duarte Godinho oferece de sua Botica á este Governo, para beneficio das educandas os medicamentos necessários até a quantia de cem mil reis anuais, devendo por tanto a mesma dirigir-se d’ora em diante ao dito Godinho, a quem por mim, e pelas educandas acabo de agradecer essa prova de humanidade e patriotismo. Deus guarde

¹⁰⁴ Primeira regente do Recolhimento maranhense, de 1752 a 1793, de família de posses, pois era freira de véu, rígida e madura, escolhida por Malagrida para conduzir os trabalhos com as meninas recolhidas nos primeiros anos de existência da instituição.

a V. Exc. Rm. Palacio do Governo do Maranhão em 22 de junho de 1841. D. Marcos Antônio de Souza, Bispo Diocesano (JORNAL MARANHENSE, 1841, p. 01).

Em meados de 1840, o Estado ampliou sua proximidade com a Instituição, relacionando-se de forma mais direta, influenciando sua sistematização e clientela a ser atendida. A presidência da província passou a auxiliar o Recolhimento através dos recursos públicos, possibilitando o custeio da Instituição. “Continua a província a contribuir com o subsídio de dois contos de reis e quatrocentos mil reis, por ano para manutenção de 12 órfãs neste estabelecimento” (MARANHÃO, 1860, p. 17). Por meio da Lei Provincial nº 95, de 11 de julho de 1840, na presidência de Luís Alves de Lima, a Assembleia Provincial aprova os primeiros estatutos do Recolhimento, que estavam organizados nas seguintes bases: 1) administração por uma superiora, nomeada conforme Alvará da instituição, de 1751; 2) admissão das recolhidas, que seriam desde as órfãs expostas até filhas de pais abastados; 3) permanência na instituição até os 21 anos, exceto as que trabalham no recolhimento no ensino das meninas ou outros serviços; 4) permanência na instituição das que não conseguissem asilo e empregos para se sustentarem e 5) limitação do número de escravas ou servas no trabalho interno do recolhimento (MARANHÃO, 1840).

Com o Estatuto do Recolhimento, concedido pelo Presidente da Província, João Antônio de Miranda, em 11 de julho de 1841, diante da Assembleia Provincial, vê-se a designação da instituição para as meninas desvalidas, expostas na Roda, mantidas por uma mesada de responsabilidade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.

Art. 3º No referido Recolhimento serão recebidas as órfãs expostas na Santa Casa de Misericórdia d’esta cidade, que a respectiva Mesa resolver para ali mandar, quando as mesmas tenham sete anos completos de idade, ficando a Santa Casa obrigada a mantê-las com uma mesada igual a que pelo inciso 3º do artigo 2, da citada Lei Provincial n. 95 deve anualmente estabelecida para as educandas filhas de pais abastados, e cessando as mesmas mesadas aos vinte e um anos completos de idade, ou antes se elas saírem do Recolhimento para se casar, ou estabelecer fora do mesmo (MARANHÃO, 1841, p. 48).

As mesadas estabelecidas não poderiam ser alteradas durante todo o ano, no caso de serem pagas às meninas órfãs e desvalidas, por não possuírem protetores que lhes sustentassem até os vinte e um (21) anos. Acredita-se que as autoridades consideravam que essas orientações fizessem parte da rotina do Recolhimento e que “deste abrigo de jovens educadas sairão mães de famílias que darão cidadãos úteis ao Estado, defensores da pátria, ministros zelosos e edificantes do altíssimo, e farão a felicidade das gerações futuras” (MARANHÃO, 1840, p. 35).

Na fala do presidente Honório Pereira de Azeredo Coutinho, em 7 de setembro de 1850, percebe-se uma preocupação com o objetivo da instituição, já que no século XVIII ela era fundada com um propósito, e passava agora a incluir outras clientelas¹⁰⁵ em busca de uma educação civil para além da religiosa. O presidente cobrara essa ampliação olhando para um tempo no império brasileiro onde outras concepções sobre educação das meninas já circulavam nas províncias. “A intenção dos Legisladores que confeccionarão a Lei n. 95 não foi por certo dar a esta casa o caráter de um Convento de Freiras, mas sim convertê-la em estabelecimento de educação civil e moral destinada a formar virtuosas esposas e mães de família, que um dia se tornassem uteis a sociedade que às escolhera e educara” (FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA HONÓRIO PEREIRA DE AZEREDO COUTINHO, 1850, p. 32). O Recolhimento seria o lugar da conformação, da aceitação de sua condição de mulher predestinada ao que o Protetor¹⁰⁶ designaria para seu futuro. Foucault (2015) abordava sobre o processo de fabricação de corpos dóceis a partir das técnicas disciplinares, e remonta aos séculos XVII e XVIII como épocas de construção de espaços para controle minucioso dos sujeitos. Os recolhimentos foram espaços criados no século XV, porém caracterizou como uma instituição modelar nos séculos posteriores, articulada com as políticas coloniais e imperiais para a educação das mulheres.

Em julho de 1854, através da Lei nº 365, foi autorizada e concedida duas loterias anuais ao Recolhimento. Esse recurso deveria ser utilizado tão somente para alimentação das meninas pertencentes ao local. Ao bispo pertencia à responsabilidade de assentir a entrada de novas recolhidas para serem alimentadas por esse recurso liberado. Este deveria ser proporcional ao número de meninas assistidas. Contudo, devido à demanda de pedidos das famílias bastardas para ingresso das suas filhas no Recolhimento, o Bispo acabara liberando a entrada das jovens e iniciando desacordos com as decisões das autoridades. Com isso, a Assembleia sentiu-se pressionada a aumentar os recursos combinados anteriormente, e “o Tesouro Provincial aumentou o recurso para um conto e duzentos mil réis, entre os anos de 1861 e 1862” (MARANHÃO, 1860). Nesse contexto, nos anos de 1850 o Recolhimento expandiu a admissão de jovens pobres, recolhendo então educandas, órfãs ou não, mulheres casadas, meninas indisciplinadas, viúvas e professoras.

¹⁰⁵ O Recolhimento foi a única instituição feminina do Maranhão que recebeu grupos de mulheres em condições sociais bem distintas. Nos últimos vinte anos de sua existência, estavam recolhidas no mesmo espaço, crianças, moças, senhoras solteiras, casadas ou viúvas e freiras. Pobres, ricas, brancas, pardas, negras, mestiças, índias, enfim, todas conviviam no estabelecimento e que provavelmente, foi motivo para que muitos conflitos acontecessem no seu interior.

¹⁰⁶ O Estado com respaldo da Igreja organizava rotinas de preparação dessas mulheres para a maternidade, com o ensino das prendas domésticas e práticas religiosas.

Segundo o Estatuto, promulgado em Lei Provincial nº 118, de 2 de outubro de 1841, as expostas da Santa Casa de Misericórdia, que saíssem do Recolhimento para casar-se, receberiam um dote de quatrocentos mil reis depois do casamento, sob aprovação do Presidente da Província. No Art. 5º, o Estatuto confere assistência através de dotes, dinheiro retirado dos cofres públicos provinciais, às moças que ao saírem para casar-se, não conseguissem adquirir bens e riquezas (MARANHÃO, 1841).

Havendo algumas que não podem ter ao seu favor os cuidados do amor paterno nem gozar as carícias de uma terna mãe, e por outra parte persuadido que as impressões de primeira idade dirigem a criatura humana em todos os seus passos, e acompanham em todos os sucessos da vida, e que os hábitos virtuosos dos anos da inocência, triunfam das paixões é que compendiamos os estatutos que há mais de oitenta anos regem esta casa de educação, em conformidade do sobredito alvará de 2 de março de 1751 (MARANHÃO, 1841, p. 123).

Segundo Algranti (1993), os estatutos eram essenciais para a criação de um ambiente propício para a educação das moças, seguindo os modelos conventuais, e impunham uma rotina às educandas com vigilância e controle sobre suas atitudes e estudos. As meninas não participavam de decisões que as envolviam e eram submissas a práticas religiosas como orações e rezas intermitentes, que adestravam seus tempos a práticas repetidas, desde as primeiras horas do dia. No Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, as atividades começavam cedo, e as meninas seguiam regras disciplinadoras sob o olhar da regente, que era autorizada a repreender as que violassem os horários e atividades diárias.

§ 7ª. Em todos os domingos e dias santos de guarda haverá por meia hora leitura espiritual no tempo mais conveniente, que será designado pela Superiora, ou pela que a substituir. Na dita leitura terá preferência a Escritura Sagrada, o espírito da Bíblia pelo abade Antônio Martini, traduzindo pelo M. R. Cônego Luiz Gonçalves dos Santos, Cartas de São Jerônimo, obras de São Francisco de Sales, Retiro Espiritual. Sendo lidas com atenção às obras tão importantes, o coração será afetado com desejos de virtudes cristãs e se abrasará com sentimentos de amor de Deus (MARANHÃO, 1840, p. 40).

Para que a instituição obtivesse êxito em suas correções, foi preciso pensar a organização de sua atuação, com funções que eram criadas para cumprirem os propósitos de vigilância das educandas. “§ 1ª. Haverá uma Superiora, que em cada triênio será nomeada pelo Ordinário, a qual poderá ser reeleita, bem como a Assistente, ou Vigária do Coro e Procuradora” (MARANHÃO, 1840, p. 44). A Superiora deveria ser uma mulher com idade avançada, prudente e exemplar, que inspirasse o amor à virtude nas meninas que conviviam no Recolhimento. Responsável pela casa, ela deveria resolver as necessidades da instituição e atender as educandas em seus propósitos de vida religiosa, modelando-as para aquela

educação.

A Assistente ou Vigária do Coro era uma suplente da Superiora, com a mesma função de administrar as atividades no Recolhimento, desde as primeiras horas do dia. “§ 4ª. Nomeará em todos os sábados de tarde a educanda que deve ler na semana seguinte os pontos da meditação e a que deve fazer a leitura no refeitório. Corrigirá as que forem precipitadamente e não cumprirem exatamente suas obrigações” (MARANHÃO, 1840, p. 41). Seria responsável pela direção dos Ofícios Divinos e demais objetos dos ritos religiosos diários, honrando pelo acontecimento das vigílias em tempo hábil e com decência. Vigiará o cumprimento da rotina de orações à qual eram submetidas as educandas e que se confessassem e comungassem nos dias determinados.

A Procuradora, seria uma das meninas recolhidas, ativa, que soubesse ler, escrever e contar, responsável pela economia da instituição, procurando todos os materiais de consumo necessários para o funcionamento da Casa. “§ 2ª. Visitará a dispensa, e mais oficinas, para que tudo se guarde em lugar próprio e seguro. Dará providências, que os oficiais tenham as coisas precisas, e por sua conta correrão as despesas da casa, dando de tudo informação à Superiora” (MARANHÃO, 1840, p. 46). Registrava os recursos recebidos por doadores ou governo, para as despesas diárias, com inventários sobre entrada e saída dos recursos, listando despesas e aquisições necessárias.

Ainda, segundo o Regulamento, a instituição tinha Vigária, Sacristã, Porteira, Refeitoreira, Dispenseira, Enfermeira e as Mestras, responsáveis pelo ensino das primeiras letras, da costura, de cozer e da doutrina cristã. “§ 4ª. A Mestre de ler terá lugar imediato depois da procuradora, e depois daquela terá lugar a mestra de cozer, e ambas terão precedência às outras recolhidas nos atos de comunidade e refeitório” (MARANHÃO, 1840, p. 48). As Mestras seriam as responsáveis pela educação das meninas, para que aprendessem primeiro a ler, escrever e a contar, depois, aprendiam as prendas domésticas, para se tornarem donas de casa e futuras mães, ao saírem do Recolhimento.

§ 2ª. A mulher forte elogiada pelo sábio, não obstante ser rica e nobre trabalhava na lã e no linho com a indústria de suas mãos e não comia o pão ocioso. Não há coisa mais perigosa à mocidade do que a vida ociosa, mas de muitos vícios e por isso muito interessa à boa educação que as educandas se ocupem em alguma obra proveitosa;

§ 3ª. As obras das educandas mantidas à custa das rendas do Recolhimento serão em benefício da comunidade, todavia a Superiora poderá conceder que trabalhem em alguns dias em utilidade das mesmas educandas. Porém, com as outras praticará o costume observado nas casas de ensino (MARANHÃO, 1840, p. 44).

Nos anos 1860, com a chegada do novo Bispo, Dom Luís da Conceição Saraiva, o

Recolhimento passa por reformulações, que inclui a organização da instituição para a educação escolar, tornando-o Colégio. Na capital São Luís, já funcionavam alguns colégios católicos, particulares, que além do ensino das letras e da aritmética, incluíam em seus planos de estudos as lições domésticas, como corte e costura e culinária. O impacto da Carta Pastoral¹⁰⁷, escrita por Dom Luís, com base na encíclica enviada pelo Papa Pio IX às Arquidioceses e Paróquias em 1865, mobilizou o Bispo maranhense a repensar a estrutura dos espaços de formação católica no Maranhão, reforçando o ensino da leitura e escrita para as mulheres, além da rotina de vigílias e orações, construindo capelas anexas aos colégios femininos. Um novo edifício é construído, conforme publicações do Jornal A Fé¹⁰⁸, de 1865, com nova proposta educativa, que fez o Recolhimento se tornar a instituição visada por toda a sociedade, para a formação de suas filhas.

Neste edifício existem três estabelecimentos distintos: o Recolhimento, o antigo *Asilo*, hoje Colégio de Santa Teresa, e em breve o colégio de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios. (...) No princípio da sua administração episcopal achou o Exmo. Sr. D. Luís este estabelecimento num verdadeiro caos. (...) Regularizou as horas da oração, estabeleceu o refeitório concorrendo com tudo quanto faltasse para alimentação das recolhidas, fundou aí o trabalho, e não pequena quantia despendeu com a compra de utensílios próprios ao fabrico de doces, no qual outrora tanta fama e tanto dinheiro ganhou este *Recolhimento*. (MARQUES, 1970, p. 554, grifo do autor)

Conforme o Estatuto do Colégio (1872), o prédio físico dispunha de primeiro andar, nesse estavam instaladas as dependências do Colégio de N. Sra. da Anunciação e Remédios formados por salas de aula, refeitório, enfermaria, três dormitórios e duas galerias, onde era respirado um ar puro e tinha capacidade para acomodar 100 (cem) meninas. Na parte térrea ficavam as acomodações do Recolhimento, destinadas às mulheres que eram institucionalizadas por, segundo os discursos da época, seus desvios morais.

Figura 12 – Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios (1870)

¹⁰⁷ A Carta Pastoral do Bispo do Maranhão, anunciava aos seus paroquianos o Jubileu concedido pelo papa, na encíclica papal de 8 de dezembro de 1864. Essa Encíclica conclamava aos fiéis católicos do mundo à conversão dos pecados, obediência ao Clero e seguimento aos sacramentos. Concedia, indulgencia plenária com o perdão dos pecados de todos os católicos que cumprissem suas missões.

¹⁰⁸ Publicada uma coluna sob o título O NOVO COLÉGIO DE EDUCAÇÃO, p. 04.



Fonte: Álbum do Maranhão (1920). Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Segundo Rodrigues (2010) o Colégio, por funcionar no Prédio do Recolhimento, foi administrado nos primeiros anos pela regente deste Estabelecimento. Entretanto, sua clientela não era considerada na categoria de reclusas, mas de educandas, visto estarem na instituição por tempo previamente determinado, para receberem educação escolarizada. O programa de ensino do Colégio de N. Sra. da Anunciação e Remédios abrangia ao todo cinco anos de estudo:

No primeiro ano, ensinavam a ler e escrever, contar até as quatro operações aritméticas por números inteiros, rudimentos de gramática portuguesa, doutrina cristã e música vocal; No segundo ano, era desenvolvido o ensino da gramática portuguesa, leitura de livros clássicos, caligrafia complementar, aritmética até proporções, sistema métrico decimal, doutrina cristã e música vocal; No terceiro ano, era dada continuidade ao ensino desenvolvido da gramática portuguesa, com caligrafia complementar, desenho linear, rudimentos de História Pátria e Geografia, elementos de História Sagrada, análise gramatical. No quarto ano, era ministrado o ensino de Gramática francesa, com versão de prosa, composição, continuação da análise gramatical dos clássicos, Geografia, Desenho, catecismo, música vocal e piano; no quinto ano era estudada a versão dos clássicos franceses prosadores e poetas, composição, Geografia, Desenho, catecismo, música vocal e piano (MARANHÃO, 1872, p. 9).

Pode-se inferir que a proposta do Bispo em educar mulheres mostrava-se progressista, pois oferecia aulas de piano, estudo dos clássicos franceses e música vocal para as meninas. Contudo, vale ressaltar que a oferta era apenas para o ensino primário. O ensino secundário e superior ainda era oferecido apenas para os meninos.

No primeiro ano de funcionamento da Escola, as professoras do recolhimento foram aproveitadas para lecionar na instituição, por possuírem experiência em lecionar. Contudo, nos anos anteriores, professores externos e conhecidos pela sociedade foram contratados, para dar confiabilidade ao público maranhense, como, por exemplo, o Dr. Gentil Homem de Almeida Braga, que ensinava as disciplinas de gramática geral, geografia e francês

(MARANHÃO, 1872).

Portanto, mesmo com a importância dada à escolarização das meninas, o discurso, a valorização e seu papel na sociedade não tiveram mudanças tão aparentes. A mulher continuava sendo vista como uma pessoa preparada com excelência para ser mãe, esposa e dona de casa. A instrução veio para que além desses adjetivos, ela pudesse se apresentar bem perante a sociedade e reafirmar sua imagem de submissão aos discursos e práticas impostos. As políticas para a educação feminina, no Império, concorreram para a sustentação da ideia de mulher servil, submissa, fiel ao esposo e aos cuidados com o lar e os filhos. O protagonismo da Igreja Católica foi determinante para que elas durassem por muito tempo, como foi o caso do Recolhimento.

5 OS ECOS DA ASSISTÊNCIA CIENTÍFICA À INFÂNCIA NO MARANHÃO REPUBLICANO

A república brasileira se comprometia com a modernização e o processo de educação da sociedade capitalista na construção de um modelo de nação. Era preciso formar as populações para inserir o país na modernidade anunciada. A ideia de reforma social passava pela institucionalização, pois a preocupação com a moral dos indivíduos era constante e estava na pauta das primeiras políticas republicanas. “O confinamento em instituições especializadas, orientadas por modernos princípios extraídos da psicologia, da psiquiatria e da pedagogia, afigurava-se o correto caminho a seguir” (ADORNO, 1990, p. 9).

A pobreza incomodava e a diversidade populacional preocupava os notáveis intelectuais do progresso. Isolar os desajustados, dar assistência aos moribundos e educar os analfabetos eram algumas saídas para retirar o país do atraso herdado do império. Pela filantropia higiênica¹⁰⁹, que se instalava nas práticas políticas brasileiras desde segunda metade do oitocentos, consolidavam-se as concepções e a organização de instituições para os desvalidos. Entre médicos, juristas, engenheiros e arquitetos, a nova concepção de restauração nacional redesenhava a realidade exposta e buscava reinventá-la.

Tratava-se antes de tudo, de conferir ordem a uma população multifacetada e disforme; ordenar, em séries classificáveis e perfeitamente identificáveis em suas características visíveis, tudo aquilo que sugeria caos e declínio: os tipos humanos, as habitações, a prática do amor, a circulação nas ruas, os contatos entre estranhos, enfim as “ligações perigosas” entre as pessoas, os ambientes e as coisas; tratava-se de distinguir, no interior da população, um *degradê* de comportamentos, desde os de “boa índole” até os perversos e irrecuperáveis, passíveis de diferentes graus de intervenção saneadora; tratava-se de materializar estratégias que conciliassem prevenção, contenção e assistência. Tais eram os propósitos da filantropia higiênica na sua cruzada civilizatória, em sua intenção de reconstruir os vínculos perdidos entre alguns indivíduos e a sociedade (ADORNO, 1990, p. 9, grifo do autor).

As reflexões de Sérgio Adorno (1990) em seus estudos sobre a pobreza urbana e assistência social na cidade de São Paulo, entre 1880 e 1920, motivam as nossas interpretações sobre as políticas assistenciais para a infância brasileira nos períodos da Primeira República e Estado Novo. Conforme os resultados da pesquisa documental, o cenário urbano paulista apresentava mutação constante em seus espaços, tipos humanos, costumes e ambientes, o que não conseguiu ser absorvido nos discursos sobre a modernidade desejada pela classe dirigente. “Na mesma calçada, na mesma praça, na mesma rua,

¹⁰⁹ Conjunto de práticas de cuidado com os outros, que na república, substitui a caridade, oferecendo serviços de atendimento a saúde dos indivíduos, com participação as iniciativas pública e privada. Na primeira república, a intenção era rotular a moralidade e a higiene das pessoas para marcá-las como aptas ou não a fim de realização do trabalho, ou para a própria convivência social.

cruzavam-se cotidianamente a ‘aristocracia’ e a ‘burguesia’; as ‘classes médias’ e o ‘proletariado urbano’; o bacharel e a ralé inculta; funcionários públicos e toda sorte de artesãos e trabalhadores da economia informal, enfim, o cidadão e o tabaréu” (ADORNO, 1990, p. 11, grifo do autor)”. Portanto, era indispensável sanear a moral e a higiene dos indivíduos que ocupavam as cidades, era preciso readequar o espaço público e enquadrar a população em novos hábitos sociais.

Especificamente, nos serviços de saúde e educação, ações como campanhas de vacinação e programas para erradicação do analfabetismo eram propostas pelos governos estaduais, em consonância com a política da capital federal, a fim de dar corpo a uma engenharia sanitária que racionalizava a vida, principalmente, nas grandes cidades. A ampliação de instituições médico-higienistas, como hospitais, ambulatórios, colônias, farmácias, policlínicas, preventórios, creches, orfanatos, hospícios, dispensários, etc, revelava a influência que os especialistas exerciam sobre as políticas públicas na perspectiva filantrópica de governo das populações (RANGEL, 2013).

Para a instrução, o ideário republicano investia nos edifícios escolares e suas pedagogias modernas, que chegavam ao Brasil remodelando a educação das crianças: “os edifícios deveriam ser amplos e iluminados, abrigando uma profusão inédita de novos materiais escolares, produtos industriais que condensavam os modernos usos pedagógicos de povos mais civilizados, propondo-se prescritivamente como suportes de rotinas nas salas de aula” (CARVALHO, 2003, p. 70). As instituições recebiam conotações monumentais para que a educação ali anunciada fosse vista e exaltada, como templos, onde os educadores adotavam uma “pedagogia como arte, como saber-fazer” (CARVALHO, 2003, p. 73). Práticas e rituais civilizatórios demarcavam a importância das instituições escolares para os discursos de reconstrução nacional.

Nesse sentido, estabeleceram-se pelo regime republicano mecanismos de implementação da organização de um discurso ideológico “carregado de valores simbólicos, cívico-morais, no qual a história pátria ao lado da Geografia tinham um lugar fundamental”. Lugar em que a escola assumiu posição privilegiada (SEGADILHA, 2016, p. 42, grifo da autora).

No Maranhão, no final do século XIX, a exemplo de outros estados, era preciso apropriar-se do novo sentimento nacional, que se apoderava principalmente das capitais. No levantamento das mensagens dos primeiros governadores maranhenses aos membros dos Congressos Estaduais, percebe-se uma mudança na organização dos discursos sobre os negócios públicos: na mesma lógica concebida no império, a segurança dava lugar a ordem

pública, a saúde era a higiene, o culto público já não estava presente nesses documentos como prioridade administrativa e a instrução pública era considerada com maior atenção às instituições. Esses documentos ampliavam os interesses políticos sobre os necessários investimentos com o estado, enfatizando nesses relatórios os negócios das Obras Públicas, dos Prédios Estaduais, das Eleições e do Tesouro Público. A mensagem do governador João Gualberto Torreão da Costa, em 1902, aos membros do congresso, recomendava aos legisladores que encaminhassem medidas urgentes para a superação da crise que assolava o estado, na transição dos séculos. “Sujeito à consequências inevitáveis da crise geral que assola o país, o Estado forçosamente teve de sofrer sensível diminuição nas suas rendas, o que sem dúvida, veio criar ao Governo embaraços muito sérios” (MENSAGEM DO GOVERNADOR JOÃO GUALBERTO TORREÃO DA COSTA, 1902, p. 5).

Os estudos de Silva (2017) apontaram que, mesmo com um quantitativo considerável de leis, decretos e regulamentos, os governantes maranhenses não garantiram as condições fundamentais para a instrução pública. Junto às diversas legislações para a implementação do ensino primário no Maranhão, notórios intelectuais buscavam se envolver com as propostas que objetivavam criar e reformular instituições, para o fortalecimento de uma ideia de educação em transformação. Esses processos de reformulação, não eram apenas em relação ao desenvolvimento da educação, mas também pelo cenário político, pois o ideário republicano ainda não era o movimento com maior força no estado.

No Maranhão, onde a sociedade e a estrutura econômica permaneciam coloniais, naturalmente, que a transformação da mão-de-obra escrava em mão-de-obra assalariada e a transferência para o Centro-Sul do país do pólo da economia nacional (o que implicava num maior compromisso do Governo Federal, no que tange ao atendimento de reivindicações, com aquelas regiões em detrimento do Norte e Nordeste) iriam provocar violento impacto e efeitos desastrosos (ANDRADE, 1982, p. 27).

O Maranhão, que só após 3 dias da Proclamação da República se congregou à República do Brasil, encontrava-se “abalado no mais fundo dos seus alicerces”, com o fim da escravidão (MEIRELES, 2015, p. 355). O comércio do algodão, arroz e cana-de-açúcar foram impactados com a retirada de trabalhadores escravizados, que sustentava o poderio da aristocracia política desde a invasão dos estrangeiros às terras maranhenses. O panorama econômico de decadência somou-se ao quadro de crise política, entre os Partidos Conservador e o Liberal, agora chamados Republicano e Federalista, que não concordavam com a nova forma de governo, mas que deveriam reorganizar o Maranhão, conforme legislação provisória republicana.

Figura 13 - Palácio do Governo em São Luís - Maranhão (1902)



Fonte: Site do Memorial Maria Firmina dos Reis. Disponível em mariafirmina.org.br.

Nessa conjuntura, entre as primeiras iniciativas sobre a reorganização administrativa e o crescimento industrial estava a chamada assistência pública, vista aqui como um conjunto de políticas públicas criadas pelos governos republicanos para a institucionalização da ordem social e da vida dos maranhenses tendo na saúde e na educação mecanismos viabilizadores da ordem urbana. Assim, a fundação de espaços de disciplinamento das condutas e de formação profissionalizante foram iniciativas emergenciais tomadas pelos representantes da política local que influenciavam os governos e emanavam os ecos da modernidade e da civilização vindos da Capital. As escolas foram incorporadas nessas tendências republicanas, para formar o homem para o futuro da nação, o que foi verificado em discursos de educadores, literatos e gestores públicos, na consolidação de uma educação mais científica.

Observa-se por toda a superfície do Estado um bem-estar geral que oferece base segura para fácil desenvolvimento. A manutenção e garantia inflexíveis da ordem pública, a fiel observância da lei, a aplicação rigorosa dos princípios de Justiça, a tolerância a tudo quanto a comporta como elemento de civilização, a instrução derramada na mais larga escala, o desenvolvimento regular das forças produtivas como incentivo ao trabalho, um serviço fácil e barato de transporte para valorizar a produção, um sistema tributário razoável, equitativo e justo, um regime de severa economia e equilíbrio financeiro, tudo isso. (MENSAGEM DO GOVERNADOR JOÃO GUALBERTO TORREÃO DA COSTA, 1899, p. 19)

Na república, além do discurso dos legisladores e especialistas, a atuação religiosa foi relevante para aproximação do Estado às populações pobres. O estudo de Ribeiro (2003) analisa dados da reorganização hierárquica da Igreja no Maranhão republicano por meio de correspondências trocadas entre os presbíteros e autoridades civis e identifica uma rede de colaboração existente entre os políticos e as dioceses para obtenção de informações

aproximadas das comunidades longínquas da sede, garantindo que as camadas populares aderissem aos discursos e práticas higienistas e disciplinadoras.

Ressaltamos dois tipos básicos de colaboração entre autoridades civis e religiosas: aquela motivada pelo reconhecimento, íntimo e pessoal, da autoridade dos bispos católicos como legítima mesmo após a separação entre Igreja e Estado e a outra, feita a nível institucional, motivada pela conveniência dos interesses tanto do Estado quanto da Igreja. Consideramos que, em diversas situações pode ter ocorrido o imbricamento das motivações pessoais e institucionais no relacionamento entre as autoridades eclesiásticas e civis. (RIBEIRO, 2003, p. 78-79)

Conforme Ribeiro (2003), um exemplo dessa aliança foi a posse do bispo D. Francisco de Paula e Silva, em 1907, que enviou correspondências para quase todas as autoridades civis, convidando-as para o evento. O novo bispo utilizou-se do sentimento católico das autoridades pedindo que estivessem a serviço da igreja e dos pobres maranhenses. Em uma das respostas, o tenente da Escola de Aprendizes Marinheiros, se coloca à disposição do bispo, “quer em assunto de serviço público ou particular” (RIBEIRO, 2003, p. 80).

Discursos pedagógicos também se afinaram às renovadas propostas políticas para a educação. Em conferência intitulada *As Crianças*, realizada no âmbito da Biblioteca Pública, em 4 de dezembro de 1909, a professora normalista Laura Rosa (1894-1976), anunciava a concepção sobre infância que pairava sobre a moderna pedagogia aclamada:

A criança é o símbolo da alegria e da inocência, a flor perfumada e casta que desabrocha no seio maternal. Imaginemo-la no regaço materno, sugando avidamente com os lábios vermelhos e perfumados o leite da sua progenitora; como é risonha e adorável entre as faixas singelas ou rendilhadas, cheirando alfazema! (ROSA, 1904, p. 22).

As crianças, portanto, eram apresentadas como seres delicados, e que necessitavam de intervenção educativa, proposta também da pedagogia froebeliana, que concebia as crianças como flores de um jardim e atribuía a família a primeira obrigação na educação das crianças pequenas, desde o nascimento (ARCE, 2002). O pensamento de olhar para as escolas como jardins, refletia o desenvolvimento natural que deveria ser possibilitado através das autoatividades livres¹¹⁰, nas quais as jardineiras semeavam nas florezinhas, o desejo de aprender.

Aos 7 anos a criança deve tomar os livros e caminhar para a escola, onde o mestre lhe vae iluminar a inteligência, desenvolvê-la, dar-lhe a beber ideias novas, burilar-lhe o pensamento, cultivar lhe o entendimento. Mas aquilo que se chama o eu ah! Esse já vem do lar, já vem formado de casa. (ROSA, 1909, p. 32)

¹¹⁰ Nessas atividades, as crianças conseguiriam sozinhas, descobrir os limites das suas atitudes, e construiriam seus conhecimentos com liberdade e curiosidade.

Rosa (1909), enquanto difusora dessas propostas civilizatórias, defendia a formação do pequeno leitor e da importância dos livros escolares para a educação das crianças maranhenses, que frequentavam as escolas de instrução primária na capital. Intelectuais maranhenses, como as professoras Laura Rosa e Rosa Castro, criaram uma rede de produção bibliográfica, para a venda de um novo estilo de vida escolar para as crianças, que legitimava os discursos de uma nova criança, que deveria brincar, manipular, interagir e construir conhecimento. A imprensa periódica veiculava notícias sobre materiais publicados em revistas pedagógicas e instaurava um novo campo do fazer pedagógico que combatia o velho tradicionalismo.

Circulará brevemente a Revista Pedagógica Maranhense, que terá pôr fim a propaganda, no Estado, dos modernos métodos de ensino. A direção dessa revista, que incontestavelmente virá satisfazer a uma das mais palpitantes necessidades, está a cargo dos professores Joaquim de Oliveira Santos, Antônio Lopes da Cunha e Jerônimo José de Viveiros. O preço da assinatura anual será de 5 \$000, para a capital e 6\$000 para o interior. (PACOTILHA, 1908, p. 1)

Os estudos de Segadilha (2019), mostram que espaços como a Escola Modelo em São Luís, subsidiaram o desenvolvimento de concepções sobre a educação moderna, como a aplicação do método intuitivo nas escolas primárias. “O método intuitivo atendia às pretensões de um ensino mais científico, viabilizado pelas lições de coisas, denominação pela qual ficou popularizado tal método” (SEGADILHA, 2019, p. 03). Essas concepções estavam nas ideias de Barbosa de Godóis¹¹¹ (1910), diretor da primeira Escola Modelo em São Luís que ampliou as discussões sobre o método e o papel da escola publicando obras como *O mestre e a escola*¹¹². No cenário republicano, os discursos discorriam sobre a formação dos professores, sobre os métodos e as escolas de instrução primária, que deveriam incluir a orientação de um ensino que passava a educar para a Pátria.

Desde a sua fundação, esta escola procurou diferenciar seu ensino das demais escolas públicas primárias da cidade. Organizada a partir de um modelo de educação moderno, anexa à Escola Normal, em 1899 pelo Decreto nº 02, a Escola Modelo passou a se chamar Escola Modelo Benedito Leite em homenagem a Benedito Pereira Leite, seu idealizador, tendo como primeiro diretor o médico Almir Parga Nina, posteriormente substituído por Antônio Baptista Barbosa de Godois (...), intelectual maranhense que, paradoxalmente, mesmo sendo adversário político de Benedito Leite, se destacou pelo empenho na manutenção da Escola Modelo em São Luís (SEGADILHA, 2016, p. 66).

¹¹¹ Manuel Baptista Barbosa de Godois era escritor, poeta e educador, diretor da Escola Modelo Benedito Leite e da Escola Normal em São Luís entre 1900 e 1905. Foi político, exercendo cargo na vice-presidência provincial e fundador da Academia Maranhense de Letras.

¹¹² Nesta obra, Godois defende a pedagogia moderna e seus métodos para a escola republicana, em discursos, afinado com a política maranhense que implantava novas instituições e práticas na educação, exaltando o ideário da renovação.

Além dos discursos sobre modernidade, a defesa da filantropia como coadjuvante na sistematização das políticas educacionais brasileiras influenciara as iniciativas nos estados federados, que com discursos científicos e higienistas, implantavam práticas conformadoras dos corpos, considerados pelos médicos e filantropos, como incapazes, doentes e incivilizados. Crianças, mulheres, negros, pobres, estavam sempre nas listas dos alienados, enjeitados e indisciplinados para os aclamados mensageiros do progresso. Na fala de Olavo Correia Lima (1954), médico maranhense, em artigo da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), percebem-se construções discursivas que acenam para o uso da medicina como dispositivo diferenciador das culturas: “Realmente somos nação jovem, vitalizada por miscigenação imprevista, a adaptar-se em meio desconhecido” (LIMA, 1951, p. 90).

O Maranhão atentava para as tendências políticas e institucionais da Capital para o controle social a fim de garantir a manutenção da ordem e da nacionalização. Medidas presentes nas leis e decretos criados na Primeira república, apontavam, por exemplo, a instrução pública como política importante para o processo de modernização do Estado do Maranhão.

O jornal Pacotilha publicava artigos sobre as mudanças que a cidade sofria com o novo regime, como o intitulado “Embelezamento da cidade” escrito por Mucio Carreira, onde mencionava sobre o processo de arborização das principais praças de São Luís, como a Praça João Lisboa, localizada no Centro: “arboriza-las, mas significamente, artisticamente, elegantemente. É preciso imprimir-lhes gosto e utilidade” (PACOTILHA, 1902, p. 1). Nesses discursos e propostas de transformação do espaço urbano, as populações periféricas eram excluídas por manifestarem os desvios morais e a sujeira que descaracterizava o novo cenário.

Devido ao surgimento de grandes epidemias, era necessário ter preocupação com a saúde, fundamentada no campo da higiene que buscava melhorar as condições insalubres de vida da população. As práticas de filantropia constituíram-se um dos campos mais importantes da medicina social, marcando o aparecimento da preocupação sanitária no meio urbano, cuja finalidade era detectar os problemas, elaborar propostas de intervenção. As crianças, principalmente, que nasciam pobres e no contexto de periferia e de vulnerabilidade, eram incluídas em cadastros de programas ditos sociais, mas que visavam a sujeição dos pequenos corpos moribundos a dispositivos de controle governamental (FOUCAULT, 2015).

Lima (1951) apresenta em seu artigo as medidas tomadas pelo governo estadual para melhorias da Saúde Pública, sinalizando no final do XIX, a criação de uma Inspeção de

Higiene do Maranhão, sendo o primeiro diretor o Dr. Almir Parga Nina¹¹³, que assumiu como inspetor em 1886 até o ano 1896. Com o seu “Programa para o Estudo do Saneamento de São Luís”, Almir Nina demonstrava conhecer os problemas de saneamento da cidade, por isso foi considerado na época um grande reformador da saúde pública no Maranhão. Dentre as ações desenvolvidas no início da República, elencaremos as principais:

- a) O abastecimento de água na cidade, que deveria ser distribuído em larga escala e de baixo custo, dependendo das condições dos “mananciais” (LIMA, 1951, p. 96);
- b) O estabelecimento de um sistema de esgoto, que até o início da república era inexistente;
- c) Remoção e incineração do lixo;
- d) Calçamento das ruas da cidade;
- e) Arborização das ruas e praças;
- f) Criação de laboratórios de análises clínicas;
- g) Alimentação pública, com a reforma de matadouros, vacarias, mercados, etc.
- h) Habitações para a população pobre no sentido de acabar com os cortiços, com construção de bairros operários nos subúrbios;
- i) Reforma de hospitais e hospícios. (LIMA, 1951)

Por conseguinte, os governos das primeiras décadas do século XX anunciavam em suas mensagens o tempo das reformas, como os de Luís Antônio Domingues (1910-1914) e Urbano Santos (1918-1922), principalmente em relação à saúde pública, tendo como alvo as famílias e as cidades do interior do estado. A higiene dessas populações que deveria ser garantida por meio dos discursos profiláticos e do saneamento enfrentava a resistência dos povos e de suas comunidades que tinham a tradição popular como sustento de seus credos e curas do corpo. As técnicas utilizadas pela medicina para inculcar novas práticas familiares desvalorizavam a expressão cultural e cristalizavam o modelo burguês de família nuclear, higiênica e disciplinada.

A iniciativa privada pela associação multiprofissional garantia o surgimento dessas ações, que eram políticas de normatização do biológico, ou seja, a contenção dos desvios físicos e morais, vistos como “naturais” de classe ou “sujeira” estética (RIZZINI, 1993, p. 20).

¹¹³ Um dos precursores da Pedagogia Moderna no Maranhão, professor da Escola Normal do estado, era chamado pelos intelectuais da época de evangelizador do ensino moderno no Maranhão. Fundador do primeiro Jardim de Infância da cidade.

Ações como a criação de maternidades, de institutos de assistência, de jardins de infância, creches, ambulatórios, educandários e hospitais infantis também foram determinantes para a inserção da sociedade nos discursos higienistas de cuidado e proteção das crianças e suas mães.

A preocupação com a infância nos meios médico e jurídico do início do século (XX) está intimamente relacionada ao projeto de normalização da sociedade, defendido por representantes das elites intelectuais, econômicas e por autoridades do país. O que se pretendia era eliminar as desordens de cunho social, físico e moral, principalmente, nos centros urbanos (RIZZINI, 1993, p. 19).

Artigos de médicos ou sócios das instituições demarcavam o papel da assistência científica aclamada no Maranhão República. Os comentários nesses veículos de comunicação, assim como os periódicos, eram importantes para a divulgação de resultados e das ações realizadas para a infância desvalida. “A estatística demógrafo-sanitarista de S. Luiz, em que se acusa uma importãnte [sic] morti-natalidade, obrigará todas as pessoas bondosas, e até as indiferentes, a colaborar na mais que benemérita e prometedora tentativa” (PACOTILHA, 1911, p. 03). Era preciso convencer a população da importância dessas políticas, que conformavam os corpos frágeis dos desvalidos, que sofriam com a desigualdade e com as doenças. Essa população, cobaia de um sistema opressor desde o Império, agora seria alvo de instituições proclamadoras de um novo Maranhão: que ora modifica o espaço público e as práticas sociais, ora implementava novos discursos de controle da pobreza.

Nos anos 1930 e 1940 temos no Brasil uma preocupação voltada às doenças com epidemias de longa duração como a Lepra. O getulismo e suas reformas modernizadoras do espaço público, passava a investir em políticas de saneamento e higiene da população e de combate às epidemias. A criação de um Departamento Nacional de Saúde Pública e a regulamentação de atividades de controle dos indivíduos, estimulava a constituição de instituições para a estigmatização dos doentes.

No Estado Novo as políticas sociais tiveram enfoque ditatorial, e espaços como os preventórios foram largamente implementados no Brasil, junto aos hospitais de tratamento da Lepra. A adoção de programas de erradicação da doença no Brasil com tecnologias de adestramento dos corpos como o isolamento compulsório era um exemplo de práticas políticas que privilegiava os enunciados científicos como dispositivo disciplinar dos indivíduos (FOUCAULT, 1999). A fundação de instituições como a Colônia do Bonfim, em São Luís, era um espaço de aplicabilidade das tecnologias de assujeitamento dos corpos considerados perigosos, tendo o isolamento como dispositivo de poder que excluía os doentes

do convívio social.

Sob um assistencialismo pautado na segregação dos corpos infantis e desvalidos, eram criados os preventórios considerados como uma filantropia coordenada principalmente por mulheres da sociedade, que organizavam os grupos de doadores e articuladores das pedagogias disciplinadoras das crianças, filhas de pais doentes (GOMIDE, 1991). Em São Luís, com a longa epidemia de lepra entre as décadas de 1910 a 1940, que alastra a população, principalmente da periferia e da zona rural do estado do Maranhão, hospitais para a Profilaxia da Lepra são criados em meio às políticas para saúde, organizadas para a retirada de indivíduos doentes do convívio social.

O estudo de Goffman (2008), que investiga o conceito de estigma, conclui como sendo a marca de identidades deterioradas pelo olhar preconceituoso e excludente dos outros. “Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOLFFMAN, 2008, p. 14).

Nesse capítulo, portanto, buscar-se-á junto à abordagem foucaultiana, as contribuições de Goffman (1974, 2008), que resalta em suas obras sobre as características típicas de instituições sociais, criadas para a população de uma cidade, e que apresentam tendências de inserção dos indivíduos em blocos de atividades, em suas diversas modalidades. Goffman (1974) destaca que nas sociedades ocidentais, as instituições tiveram o caráter de fechamento, englobadas em cinco modalidades: a) as criadas para cuidar das pessoas, que ao primeiro contato, pensa-se serem inofensivas, porém apresentam práticas deterioradoras das identidades individuais; b) instituições criadas para cuidarem de pessoas que não conseguem cuidar delas mesmas, e que por isso, representam uma ameaça à sociedade; c) instituições criadas para protegerem as pessoas dos perigos intencionais; d) instituições que formam para o trabalho, que deveriam corresponder aos anseios do Estado e por último, locais para que as pessoas se refugiem do próprio mundo.

Neste capítulo, destacar-se-á as instituições criadas para controlar crianças, incluindo as que apresentavam enfermidades graves e necessitavam de auxílio governamental. O Instituto de Assistência à Infância e o Educandário Santo Antônio, são exemplos de instituições totais, que segundo Goffman (1974, p. 16), são simbolizadas “pela barreira a relação social com o mundo externo e por proibições a saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos”.

5.1 O Instituto de Assistência à Infância no Maranhão e os discursos filantrópicos para as crianças desvalidas

Foucault (2006) em *Microfísica do Poder*, identifica o estabelecimento da Medicina Social como área atuante nas relações entre o poder e o corpo dos indivíduos que se movimentam na sociedade. “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 2006, p.80). Esse ramo da medicina visava primeiro o Estado, depois a cidade, por fim os pobres e trabalhadores, devido ao “medo urbano” que assombrava os políticos, medo que vinha das agitações populares, dos conflitos de terra e das transformações na urbs impostas pelos ajustes nos espaços públicos.

Medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar (FOUCAULT, 2006, p.87).

Nessa perspectiva os governos passavam a considerar nas suas políticas públicas, com participação dos discursos médico e jurídico, ações que anulassem os desajustes corporais, higiênicos e morais a partir da infância. As crianças de rua tornaram-se um problema constante para os legisladores, devido ao aumento dessa população nos primeiros anos do século. A resolução deveria ser imediata para expurgar a vagabundagem e a delinquência da cidade e promover a ordem pública para os cidadãos maranhenses. Assim, são criadas estratégias de normatização e docilização dos corpos, controlando os maus costumes, as epidemias, a imoralidade e a indisciplina (FOUCAULT, 2006).

A busca pelo padrão republicano presente nos discursos que ecoavam da capital federal, e transformavam os modos de intervir sobre uma sociedade que ainda colhia as marcas deixadas pela vida provinciana, constituíram políticas de sujeição da infância pobre. No século XX, a aliança dos governos com a iniciativa privada fez surgir uma rede educativa que passa a focar na higiene, na puericultura e na medicina social, que eram as aspirações da ordem republicana com vistas ao progresso. Institutos e casas de educação são fundados na cidade para cumprirem os propósitos de uma educação higienista e vigilante, que prezava pela saúde do corpo, mas também pela moralização da população pobre. “Em boa linguagem comumente se diz que a boa higiene do pobre salvaguarda a saúde do rico (...)” (PACOTILHA, 1912, p. 3).

Instituições de cunho filantrópico, como os Institutos de Proteção e Assistência Pública, os Dispensários e os Patronatos de Menores são exemplos de espaços de esquadramento¹¹⁴ dos corpos para atender as demandas de políticas pensadas para os pobres. No Maranhão, a exemplo do Rio de Janeiro, cria-se o Instituto de Assistência à Infância no Maranhão, visando oferecer os serviços de higiene, saúde e educação das crianças e de suas famílias. Na Mensagem do Governador Luís Antônio Domingues da Silva ao congresso, em 1914, a declaração do feito, com entrega de um prédio aos representantes da instituição. “Entreguei ao Instituto de assistência à infância o prédio da Rua Rio Branco n. 42, adquirido pelo estado para a Maternidade” (MENSAGEM DO GOVERNADOR LUÍS ANTÔNIO DOMINGUES DA SILVA, 1914, p. 17).

Quadro 11 - Dados de fundação e funcionamento do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão

Ano de Fundação/ Fechamento	Mantenedor Principal	Fonte de Recursos	Público atendido	Condições de atendimento	Seleção
1911-1939	Iniciativa Privada (médicos, políticos, jornalistas etc.)	Recursos particulares e públicos, além de doações arrecadadas em eventos.	Famílias e crianças desvalidas	Famílias pobres e operárias, pertencentes às classes populares	Não havia seleção, já que era um atendimento a todo o público que buscasse os serviços médico e educativo da instituição.

Fonte: A autora (2022)

O Instituto, com sede definitiva em 7 de setembro de 1911, foi proposto por médicos, intelectuais e damas da elite, que responsabilizavam a sociedade pela causa da infância desvalida, mas para manutenção da ordem da sociedade ludovicense. O prédio doado pelo Governador do Maranhão, sensibilizado pelo discurso de Floripes de Carvalho, uma menina que anunciava “o suplício das criancinhas”, inicialmente serviria de escola profissionalizante para os meninos desvalidos, conforme Lei nº 585, de 22 de abril de 1911¹¹⁵. Porém, logo após, em reunião na sede do Jornal Pacotilha, no dia 10 de agosto, os representantes desse

¹¹⁴ Para Foucault, esquadrihar é uma arte complexa de distribuir atividades sobre um planejamento definido, e ali retirar o máximo de cada corpo no lugar onde ocupa.

¹¹⁵ Essa Lei cria um Internato para Educandos Artífices, sendo que a Casa de Educandos foi extinta nos anos 1890. Assim, acredita-se que essa denominação fora pensada para formação profissionalizante dos meninos ludovicenses, independente do Instituto.

movimento, tornaram-no Instituto de Assistência, com oferta de serviços de saúde e educação em vários espaços públicos (LIMA, 1951, p. 93).

Conforme estatuto e relatórios da instituição, a influência do modelo filantrópico do Rio de Janeiro fora imprescindível para a organização desses espaços no estado do Maranhão, que fomentou práticas sanitaristas e organização dos representantes da corrente higienista brasileira. A inauguração em 1901 do Instituto de Assistência à infância do Rio de Janeiro que atendia crianças pobres até a idade dos 14 anos, incluindo mães gestantes e as amas de leite, fomentou a implantação da chamada Medicina Social. Essa constituição normativa “propõe medidas específicas a fim de preservar a saúde da população, não só visando ao bem-estar dos indivíduos, mas à prosperidade e a segurança do Estado” (RIZZINI, 1993, p.23).

A criação de Diretorias e Departamentos na Capital Federal, que ordenavam as políticas de saúde pública e instrução no novo regime republicano, institucionalizavam as ideias propagadas pelos filantropos, com discursividades marcadas pelo medo e insegurança do aumento populacional e conseqüentemente, dos desvios morais. Regenerar a infância era emergencial.

A higiene [sic] é a base fundamental da vida. A ciência médica ordena, nos seus ensinamentos múltiplos, vivendo de par com a higiene, tem assentado suas bases sobre as profilaxias defensiva e repulsiva, dela não podendo prescindir, nem viver porque sua queda inevitável (JORNAL PACOTILHA, 1912, p. 01).

Em reunião no dia 10 de agosto de 1911, na sede do Jornal A Pacotilha, eram acordados o funcionamento do instituto sob a direção do Dr. Cesário Arruda, criador da instituição para a infância desvalida maranhense. Com ele, algumas damas da sociedade, médicos e políticos locais, que em 20 de agosto de 1911, tiveram lugar de fala no Congresso Legislativo do Estado, em sessão solene, para fundação do Instituto. A diretoria foi entregue ao Cal. Frederico Filgueiras, tendo instalado as ações no dia 7 de setembro, do mesmo ano (LIMA, 1951). Logo após, Cesário Arruda cria a Associação das Damas de Assistência à Infância¹¹⁶ para “auxiliar a diretoria do instituto, na humanitária tarefa de proteção às crianças pobres” (LIMA, 1951, p. 106). O que é nítido nas sociedades que utilizam esses dispositivos de controle social é a disputa entre as famílias dos aristocratas da região em assumirem cargos e postos que lhes dessem status, e que lhes garantissem um lugar de destaque.

Além das senhoras da elite, alguns homens prestigiados socialmente por sua atuação política no Estado estiveram a frente do Instituto, como o cônsul Manuel Francisco

¹¹⁶ Associação mantida por senhoras da sociedade maranhense, filhas da elite local, que com discursos de compaixão sobre a infância desvalida que vivia em São Luís, mobilizavam as doações para o Instituto e organizavam eventos filantrópicos para divulgação dos serviços prestados.

Pacheco¹¹⁷, conhecido popularmente como Fran Paxeco, intelectual que assumiu por anos a divulgação dos princípios da filantropia e dos serviços do Instituto no Jornal A Pacotilha, escrevendo uma coluna semanal sobre as crianças pobres atendidas nesse espaço. Enquanto presidente do conselho administrativo, Fran Paxeco redigia relatórios para os sócios do Instituto, doadores de grandes quantias para o funcionamento da instituição. “Sem ele, ser-nos-ia bem difícil prosseguir a marcha, não obstante o poderoso amparo dos governos federal, estadual e municipal, cujos subsídios muitíssimo têm concorrido, também, para valer a indescrevíveis misérias, enxugando inúmeras lágrimas [sic]” (MARANHÃO, 1917, p. 01).

O Instituto de Assistência à Infância no Maranhão, que incluía, conforme registros dos relatórios, o cuidado e proteção da infância pobre, com oferta dos serviços, alguns voluntários, de médicos, dentistas, enfermeiros e educadores, estabelecia objetivos para seu funcionamento:

- a) Dar consultas e fornecer gratuitamente, de acordo com as suas condições financeiras, medicamentos e até mesmo roupas à infância desamparada;
- b) Difundir noções, preceitos e instruções e higiene, indispensáveis à criação e educação das crianças pobres;
- c) Fazer, sobretudo, chegarem ao conhecimento das mães às medidas higiênicas que devem ser rigorosamente observadas no regime alimentar infantil;
- d) Premiar as crianças pobres que apresentarem maior grau de robustez física;
- e) Vacinar e revacinar todas as crianças e mães que gozarem de seus benefícios;
- f) Livrar, na medida de suas forças, da mendicidade, dos vícios e do crime, a infância abandonada;
- g) Auxiliar a inspeção médica das escolas públicas e particulares;
- h) Trabalhar para que sejam criadas, nas escolas e nos estabelecimentos públicos de assistência a infância, classes especiais destinadas a melhorar as condições mentais dos retardados de espírito;
- i) Animar e auxiliar a fundação de instituições congêneres, dentro e fora do Estado;
- j) Criar e manter, no futuro, outros serviços clínicos (gota de leite creche, jardim de infância etc.);
- l) Trabalhar finalmente em prol de todas as ideias oficiais e particulares que tenham por fim o bem-estar da humanidade. (MARANHÃO, 1911, p. 12).

O jornal Pacotilha fundado em 30 de dezembro de 1880, em circulação até o ano de 1939, foi um impresso crítico da política e dos políticos maranhenses, assim como dos costumes locais e da igreja frente aos desenvolvimentos científicos e sociais da época (JORGE, 2008). Em meados de 1892, o jornal foi vendido para José Barreto Costa Rodrigues, integrado ao grupo político do Coronel Mariano Lisboa, adversários de Benedito Leite. Devido ao conflito entre os grupos políticos, Benedito Leite, fundou o jornal Federalista, fazendo menção ao partido político ao qual era filiado, funcionando até o ano de 1908, com a

¹¹⁷ Conhecido cônsul português, que morou por um tempo no Maranhão, e assumiu diversos cargos na administração pública e privada. Sócio fundador da Academia Maranhense de Letras, que se apaixonando por essas terras, publicou obras da literatura portuguesa e outros importantes na historiografia brasileira como O Maranhão (1913), livro didático de ensino da disciplina Geografia.

morte de seu fundador (JORGE, 2008).

A Pacotilha, pois, não tem programa, nem opinião, nem artigo de fundo – é a imprensa a retalho, miúda, sortida e variada, [...] contendo um pouco de cada coisa para distrair o espírito, sem pretensões a ensinar, sem palmatória de censura, sem especialidade, [...]. A Pacotilha não tem redação, motivo de sobra para abrir-se à colaboração de todos (PACOTILHA apud JORGE, 2008, p. 330).

Jorge (2008) nos auxilia quando em suas pesquisas relata que o periódico em 30 de dezembro de 1880, data de sua fundação, adotou um conteúdo de jornal que apenas na década de 1930, seria classificado como jornalístico. Não ter programa, nem opinião, seria colocar-se na direção oposta do jornalismo realizado no Maranhão e no país. Moderno, aceitava a participação popular, como nas cartas de leitores e matéria de opinião. Na coluna Jornais apresentava a opinião sobre outros jornais e de si mesmo, em um verdadeiro trabalho de *Ombudman*¹¹⁸, sendo a função do jornalista crítico ao próprio jornal em que exerce suas funções: “Promoveu a crítica contra as autoridades, particulares e outros jornais, quando oportuno, e em benefício da comunidade” (JORGE, 2008, p. 329).

O jornal era organizado por intelectuais da área da medicina e literária, onde buscavam soluções, através de seus discursos, para crianças pobres e desvalidas do município, e denúncias eram frequentes em suas páginas, principalmente na coluna Infância Desvalida, que a partir do título 185, do mês de agosto de 1911, criticava a falta de ação do governo estadual. As denúncias feitas no jornal eram voltadas para questão da mortalidade infantil, principalmente em relação às medidas sanitárias, alimentícias, havia um grande índice de mortes no Rio de Janeiro, provocando a realidade maranhense.

Essa coluna denunciava os altos índices de mortalidade infantil, com estatísticas comparativas aos casos no Rio de Janeiro e Salvador, também por que nessas cidades essas políticas já movimentavam a elite local pela causa da pobreza, utilizando a imprensa para a circulação do ideário da Assistência à Infância. Observa-se que os empresários da época se envolviam nas questões de saúde das crianças, principalmente no pagamento das despesas que eram geradas pós atendimento, assim como os proprietários dos cinemas da cidade que dedicavam uma sessão para as festas de caridade.

Os proprietários de cinema desta capital, num movimento espontâneo e generoso, acabam de oferecer à Assistência a infância, o concurso de suas empresas. Assim é que o Sr. Alfredo Nogueira, coproprietário do Ideal, nos procurou hoje, no escritório desta folha, declarando oferecer, na próxima sexta-feira, uma sessão, em benefício

¹¹⁸ Funcionava como um ouvidor-geral do governo, responsável em mediar e tentar solucionar as reclamações da população.

do instituto [...]. Igual oferecimento foi feito pelos proprietários do Central. O cinema S. Luiz prometeu também, no iniciador de tão nobre cruzada, auxiliar a propaganda (ibidem)

A redação do jornal Pacotilha era utilizada para propagação das ações do Instituto, pelas vozes dos seus dirigentes e dos que sustentavam os discursos da higiene pública como um passo importante para a modernidade. Discursos sensibilizadores da população maranhense para as práticas assistencialistas que eram estabelecidas nas cidades. “Cônsia do verdadeiro papel da imprensa moderna, que sabe amparar e defender tenazmente todas as boas causas, a folha da praça João Lisboa, muito há feito na sua salutar propaganda, a favor da magna cruzada da proteção a infância pobre (...)” (PACOTILHA, 1912, p. 02). Cesário Correia de Arruda, como fundador do Instituto, utilizava o espaço no jornal para desenvolver suas teorias sobre a pediatria nas quais responsabilizava o leite artificial pelo aumento da mortalidade infantil no estado. “É na classe pobre que o uso das papas é mais espalhado; isso, talvez, devido a não poder a genitora amamentar o filho, ou pela sua miséria fisiológica, ou por ter de passar o dia longe da criança, no afanoso labor cotidiano” (PACOTILHA, 1911, p. 3). Em outro artigo, Arruda aprofundava a temática da má alimentação, associando-a à falta de informação que as mães possuíam sobre as crianças e seus primeiros cuidados higiênicos:

(...) As crianças pagam um doloroso tributo ao nosso desleixo. Muitas genitoras cometem verdadeiros assassinatos, sendo, na frase de um notável pediatra francês, assassinas inconscientes. Pensando fazer um benefício ao filho, alimentando-o com comidas extravagantes, essas genitoras introduzem, no organismo infantil, verdadeiros venenos, que não tardam a explodir. Um facto, para corroborar o que venho de afirmar. Fui, anteontem, prodigalizar os meus cuidados a uma criança. Um quadro doloroso se me apresentava: – Uma infeliz criaturinha jazia inerte no seu leito de dor; os seus olhos fixos e imóveis, a rigidez dos músculos e todo um cortejo de sintomas alarmantes indicavam o termo final da meningite que a vitimava. Foi o meu primeiro cuidado indagar da alimentação. Papa de farinha mimososa, responderam-me. Eis a causa do mal, disse contristado, á genitora, que se debulhava em pranto, ante a sentença fatal que aguardava aquela vida em rebento (PACOTILHA, 1911, p. 3).

Intitulado Pelas Crianças, o artigo de Cezário Arruda enfatizava também sobre a necessidade de serviços relacionados à assistência e condições sanitárias na cidade. “Estiveram, pela manhã, na residência do nosso ilustre, amigo e inteligente industrial, Sr. José Gonçalves Pereira, os drs. Cezário Arruda e Tarquinio Filho que examinaram e medicaram convenientemente as criancinhas que aquele generoso cavalheiro tomou sob sua proteção [...]” (idem). Membros das classes privilegiadas da cidade de São Luís participavam do movimento pela assistência e faziam parte da diretoria da instituição, como Fran Paxeco, que escrevia e colaborava com as atividades de divulgação e coleta de recursos para a instituição.

[...]realizou-se ontem, [...] a sessão solene da fundação do Instituto da Assistência à Infância do Maranhão. Aberta a sessão, às 5 horas da tarde, usou da palavra o nosso companheiro Fran Paxeco, que propôs fosse aclamada a seguinte diretoria até a discussão e aprovação dos estatutos: - coronel Frederico Figueira, presidente; Domingos Barboza e Virgílio Domingues da Silva, primeiro e segundo vice-presidente; Astolfo Marques e Arthur Paraíso, 1º e 2º secretários; Manoel Joaquim do Nascimento Ferreira, tesoureiro; e Agostinho Reis, bibliotecário[...] (PACOTILHA, 1911, p. 3).

Durante a reunião solene foram discutidos os fins humanitários da instituição comparado ao modelo francês, alemão, inglês, português e norte-americano de assistência à infância, além das críticas às mães que “não trepidam em confiar seus filhinhos a nutrizes mercenárias” (PACOTILHA, 1911, p. 1). Ao final, Frederico Figueira estabeleceu sua fala “concitando os médicos locais e a população maranhense a secundar a bela obra da assistência aos pequeninos desamparados [...] pedindo a todos os presentes a fineza de se inscrever como sócios fundadores do instituto [...] ao que acederam prontamente” (PACOTILHA, 1911). O Jornal seguiria até o título nº 223 de setembro de 1911 com a coluna Infância Desvalida, com o objetivo de consolidar as políticas e práticas higienistas na educação e saúde das crianças pobres da cidade de São Luís.

O artigo de Lima (1951), publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, se apresentava como um tratado em prol das políticas assistenciais e da filantropia, considerando sua atuação como chefe do Ambulatório de Pediatria do Departamento da Criança no Maranhão. Executava nessa publicação um panorama da história da assistência à infância no Maranhão, exaltando o trabalho que realizara frente ao Instituto Maranhense de História da Medicina, associado ao Instituto Brasileiro de História da Medicina. Em suas reflexões, destaca dois períodos na história da assistência à infância: um Não-especializado (Fase Primitiva e Colonial) delegado aos cuidados das amas, instituições de caridade e das famílias adotivas e um Especializado, a partir da Fundação do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão, em 1911 (LIMA, 1951).

Desde os primeiros estatutos (1911), o Instituto era regido por um Conselho Administrativo, formado pelo Diretor-técnico, um presidente, dois vice-presidentes, dois secretários, um tesoureiro, anualmente eleitos, em Assembleia Geral, por maioria de votos, e por três comissões, de sete membros cada uma, nomeados pelo referido conselho, denominadas – comissão da imprensa, de auxílios oficiais, de donativos particulares, as quais formavam um corpo consultivo e coadjutor da administração (LIMA, 1951, p. 112).

O Instituto teria participado, segundo Lima (1951, p. 119) de dois importantes congressos: “1º Congresso Americano da Criança e 1º Congresso Brasileiro de Assistência a

Infância”. O primeiro, que se realizou na cidade de Buenos Aires, teve como representante o Dr. Marcelino Machado. O segundo realizou-se no Rio de Janeiro, em 1920, e tinha como objetivo explorar as temáticas sobre a infância pobre no Brasil com os renomados intelectuais da pediatria e puericultura, representando seus estados e apresentando suas experiências. Esses movimentos ampliavam os discursos em prol da infância desvalida e do trabalho de filantropia desenvolvido no Maranhão, por Damas da Assistência, como Dra. Lucília Wilson Coelho de Sousa¹¹⁹, considerada a “alma do instituto”. Se dedicou às ações do Instituto como conferencista, esteve à frente da Associação das Damas da Assistência e participava do Conselho Administrativo da instituição, e que mesmo depois do fim dessa política, aos 78 anos, aceitou fundar outra iniciativa nos anos 40, a pedido do então Dr. Paulo Ramos, governador do Maranhão: a Associação de Assistência e Proteção à Infância¹²⁰.

Figura 14 - Divulgação no “O Jornal”, de circulação periódica em São Luís, do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1920)



Fonte: Acervo digital da BPBL (Disponível em <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>)

O Dispensário, ou Ambulatório Infantil, fundado em 7 de setembro de 1911, atendia crianças até 14 anos com consultas, injeções, curativos, ortopedias, atestados e cirurgias. Era um serviço que aumentava o número de crianças matriculadas no Instituto, por atender as emergências da saúde infantil, como moléstias comuns de cidades tropicais, como diarreia e vomito. “Desde que o Instituto se instalou, a 7 de setembro de 1911, (...) deram-se 13.199 consultas, fazendo-se 262 curativos, 123 injeções hipodérmicas, 234 vacinações, 134 visitas

¹¹⁹ Lucília Wilson, com descendência inglesa, era uma mulher da elite maranhense e tinha notória presença por defender os discursos da submissão feminina aos fazeres domésticos e ao casamento, e junto ao grupo de outras senhoras, tentavam manter por meio de conferências o convencimento da sociedade sobre a importância do Instituto para as crianças no Maranhão.

¹²⁰ Seria uma instituição de continuidade aos objetivos do Instituto, mantido pelos profissionais da saúde com subsídios governamentais. Porém, teve menos impacto que a instituição anterior.

domiciliárias e 121 incisões de abcessos” (MARANHÃO, 1917, p. 06). Alguns médicos que atendiam nesse espaço eram os drs. Cesário Arruda, Marcelino Machado, Carlos Fernandes, Achilles Lisboa e Antônio Damásio, que também participavam dos conselhos administrativos. As receitas para aquisição gratuita dos medicamentos eram conduzidas para as farmácias particulares, outras para farmácias do próprio Instituto. A Farmácia, fundada em 1.º de junho de 1915 no prédio do Instituto, teve como primeiro farmacêutico Odino Cesar Pinheiro (LIMA, 1951).

A Creche, fundada em 24 de dezembro de 1911, funcionou logo após a inauguração do Instituto, e recebia poucas crianças, pois as mães, ainda deixavam-nas com vizinhos ou parentes, por não terem como pagar a diária de mil réis, requerida na matrícula. Funcionava de 6 às 18 horas e a diretoria chegou a pensar em torná-la escola, com a oferta de D. Osita de Carvalho Guimarães para lecionar as meninas, mas havia um índice alto de desistência nas matrículas. Em 1917, Fran Paxeco, então diretor do Conselho Administrativo, reclamara na escrita do relatório sobre as desistências na Creche: “Ainda não compreenderam as altas vantagens dessa seção no Instituto.” (LIMA, 1951, p. 113). O Gabinete Odontológico é fundado com a Creche, tendo o dentista Porciuncula de Moraes como devoto do serviço por anos. Depois de sua saída, o serviço apresentou dificuldades, e em 1923, fechou.

Com relação ao Hospital Moncorvo Filho, fundado em 17 de julho de 1913, o nível de mortalidade infantil era muito alto devido à gravidade com as quais as crianças chegavam para internação. “O hospital poderia ser muito mais útil, se a população se compenetrasse de que deve empenhar-se em garantir a saúde às crianças, por todos os meios legítimos.”. As crianças que precisavam de internação, deveriam pagar diárias de três mil réis, o que motivava para a maioria das famílias a negligência ao atendimento de seus filhos, aumentando os índices de mortalidade. “As doenças mais frequentemente diagnosticadas eram: - paludismo, verminoses, disenterias, bronquites, gastroenterites, coqueluche, anemia, hidropisia e atresia” (LIMA, 1951, p. 113).

A Maternidade Benedito Leite¹²¹, inaugurada em 28 de julho de 1913, é recordada no relatório anual escrito por Fran Paxeco como um grande serviço prestado às gestantes no Maranhão, “convencendo-se as mais pobres de que, nesta dependência do Instituto, se lhes assegura todo o conforto possível.”. O serviço era gratuito, o que aumentava a quantidade de atendimentos a gestantes pobres. Eram registrados poucos casos de mortalidade materna e isso era motivo de elogios por parte dos seus administradores: “A mortalidade quase

¹²¹ Até hoje, na capital São Luís, a maternidade existe e com os mesmos serviços: atender gestantes de forma gratuita e pertencentes às classes populares.

desapareceu na Maternidade o que vem, sobejamente, mostrar os inestimáveis benefícios à Mulher Maranhense pobre, que outrora, sem conforto, sem recursos, era abandonada num dos momentos mais melindrosos da vida”. A Farmácia, dava respaldo ao trabalho da Maternidade e do Hospital, possibilitando aos enfermos o acesso a medicamentos necessários para o tratamento indicado. Possuía trabalhos de parto a domicílio, realizado por parteiras do Instituto (LIMA, 1951, p. 114).

Em mensagem do governador Urbano Santos, em 1920, tem-se o relato de algumas decisões políticas em torno da saúde e higiene pública como a criação e reorganização de instituições assistencialistas, que considerava o trabalho executado pelo Instituto pela infância desvalida no Maranhão como um dos pilares da política higiênica da população pobre das cidades: “Feito isso tudo, construído o hospital dos tuberculosos, a cargo da Santa Casa, desenvolvidos os serviços de Assistência à Infancia, mantido o Asylo de Mendicidade, fundada uma colônia de alienados, para cujos fins o Estado deve concorrer, teremos assentada em base solida a nossa Hygiene Publica [sic]” (MENSAGEM DO GOVERNADOR URBANO SANTOS, 1920, p. 17).

Na mensagem do mesmo governador Urbano Santos de 1921, ao Congresso do Estado, encontram-se dados das práticas políticas desenvolvidas a partir dos serviços ofertados pelo Instituto, como as propostas de reformas nos edificios e a entrega de alimentação às crianças, como o leite. “Não descuidei dar a Assistência à Infancia o desenvolvimento recommendado na lei. O edificio está melhorado, offercendo accomodações mais amplas e apropriadas. Penso mais para diante construir um pavilhão para trabalhos gynecologicos [sic]” (MENSAGEM DO GOVERNADOR URBANO SANTOS, 1921, p. 38).

Figura 15 - Entrega de Leite para as famílias em Caxias – MA (1920)



Fonte: Álbum do Maranhão. APEM.

Ainda, nesse documento, Urbano Santos relatava sobre sua preocupação com a má alimentação das crianças pobres e as estratégias para garantir a entrega do leite nas cidades maranhenses, como os convênios com as escolas produtoras de alimentos no Maranhão. “Dei ao ‘Aprendizado Agrícola Christino Cruz’ o encargo de fornecer leite á Assistencia para pôr intermédio desta proporcionar alimento gratuito ás creanças pobres [sic]” (idem, grifo do autor).

Com o tempo, os recursos financeiros vão sendo subsidiados pelos diversos donativos oferecidos e organizados para o funcionamento do Instituto. “Presentes, selos caritativos, festivais, loterias federais, imposto de caridade federal, contribuição de sócios, (...), renda de pensionistas parturientes, da creche, da Escola de Enfermagem [sic]” (LIMA, 1951, p.114). Ao financiamento, incluíam-se, as contribuições que vinham da União, do Estado e do Município, que impulsionaram o desenvolvimento dos serviços no Instituto. “(...) ser-nos-ia bem difícil prosseguir a marcha, não obstante o poderoso amparo dos governos federal, estadual e municipal, cujos subsídios muitíssimo tem concorrido, também, para valer as indescritíveis misérias, enxugando inúmeras lágrimas” (MARANHÃO, 1917, p. 05).

Quadro 12 - Subvenções concedidas pelo estado do Maranhão na Lei nº 1. 268, de 9 de abril de 1926.

Para o serviço de Lázarus, Alienados, Expostos etc	60:000\$000
Hospital de Tuberculosos	15:000\$000
Instituto de Assistência à Infância	12:000\$000
Asilo de Mendicidade	12:000\$000
Faculdade de Direito	24:000\$000
Instituto Oswaldo Cruz	10:000\$000
Escola de Pharmacia	10:000\$000

Fonte: Mensagem do Governador Magalhães de Almeida, 1926, p. 70.

A participação do governo maranhense na manutenção dos serviços do Instituto, em meados dos anos 1920 é incluída em legislações criadas anualmente para descrição desses investimentos. Mas com o tempo, vão sendo retiradas gradualmente, como em toda iniciativa organizada para atendimento da infância no Maranhão. Essa saída, compromete o funcionamento dos serviços do Instituto, e causou reações dos administradores, como o Dr. Marcelino Machado, substituto de Cesário Arruda, que anunciava o desagravo para alarme social. “Seria também, (oh, doloroso contraste!), acentuar, com traços negros, a desorientação dos espíritos doentios, de paranoicos governantes, que tentam fechar as portas dessa divina instituição” (LIMA, 1951, p. 115).

Nos anos 1930, traços da decadência da instituição eram manifestos pela saída da iniciativa privada e transformação do Instituto em Associação de Assistência e Proteção da Infância, em 1939, tendo o Estado como principal mantenedor. Anterior ao seu fechamento, os doadores privados que mantinham os serviços do Instituto já eram em número bem reduzido e caíam no descrédito. No Relatório do Interventor Federal, Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, em 1939, encontram-se os motivos do fechamento do Instituto e a apresentação ao então Presidente da República Getúlio Vargas, da proposta de instituição para a infância desvalida no Maranhão.

Assistência à infância - Tendo verificado que o Instituto de Assistência a Infância, sociedade particular, subvencionada pelos Governos Federal e Estadual, havia se afastado de sua verdadeira finalidade, tendo seus diretores votado a mesma ao mais criminoso abandono, deliberei entregar sua direção a um grupo de cavalheiros e senhoras da alta sociedade maranhense, fazendo assim reviver a antiga Associação das Damas da Assistência, que, ao início daquela instituição, prestou á infância desvalida os mais valiosos serviços. A comissão que ora dirige o estabelecimento tem em vista erigir um prédio próprio, para maior expansão do serviço de amparo á infância, inclusive o aparelhamento de sua Maternidade (RELATÓRIO DO GOVERNADOR PAULO RAMOS, 1939, p. 148-149).

Com o fim do Instituto, outras ações nas margens dessa sociedade surgiam sob o slogan de um Estado Novo, que passaria a ordenar as instituições para corresponderem aos projetos de ampliação das políticas públicas para a infância no Maranhão, com interesses voltados a estigmatização das crianças, onde as novas instituições denotariam práticas de vigilância e disciplina, pela higiene do corpo e dos costumes, e de proteção da sociedade contra as epidemias.

5.2 O Educandário Santo Antonio e a prevenção da lepra pela institucionalização das crianças

Foucault (2015), em seus estudos sobre a vigilância panóptica, expõe as medidas administrativas, exaustivamente determinadas no século XVII, para controlar pelo policiamento os corpos doentes, indisciplinados, desviados das normas locais de uma sociedade. A liberdade para circulação nos lugares era restrita e as atividades de inspeção e mapeamento eram práticas cotidianas para contenção do avanço de epidemias, ou seja, vários olhos vasculhadores dos indivíduos, por todos os lugares. “Cada um trancado em sua gaiola, cada um à sua janela, respondendo a seu nome e se mostrando quando é perguntado, é a grande revista dos mortos e dos vivos” (FOUCAULT, 2015, p. 191). Citando os casos medievais como as epidemias de Lepra, Foucault (2015) identifica medidas peculiares quando

havia diagnóstico positivo de contágio, como os rituais religiosos enquanto súplica para a cura do corpo e o isolamento para os limites das cidades, seguido de uma série de proibições e regras como impedimento do contato dos leprosos com o resto da sociedade.

O leproso é visto dentro de uma prática da rejeição, do exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciada; os pestilentos são considerados num policiamento tático meticuloso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide. O grande fechamento por um lado; o bom treinamento por outro (FOUCAULT, 2015, p. 192-193).

A expulsão dos doentes da convivência comunitária nas cidades era uma ação médica e sanitária realizada para purificação da zona urbana, para um espaço exterior da morte. Um poder político que controla as aproximações e as distâncias, gerindo a vida para protegê-la, como uma prática da modernidade biológica na formação de saberes que controlam e explicam a existência das doenças, dos desvios morais e das incapacidades humanas (FOUCAULT, 2015).

As políticas brasileiras, voltadas essencialmente para o controle das doenças e epidemias graves, foram norteadoras para a efetivação de espaços, principalmente, para as crianças, filhas de adultos enfermos. O caso da Lepra no Brasil, merece atenção historiográfica, por revelar dados das concepções que estiveram presentes na organização dessas políticas, para além da profilaxia, como divulgavam os protagonistas dos discursos assistencialistas. Desde o Império, a saúde pública adaptava os espaços dos hospitais para o tratamento dos lázaros¹²², que mediante posição dos médicos da época, deveriam estar isolados da cidade, em vilas ou alas afastadas do convívio com o resto da população. Por muito tempo a cargo das ordens religiosas, os governos das províncias alegavam não possuir condições financeiras de arcar sozinhos com as despesas desses locais de isolamento dos enfermos com Lepra, buscando nas iniciativas privadas a manutenção dos abrigos (SANTOS, 2003). Isso motivou a criação de abrigos para as crianças saudáveis, filhas dos enfermos, que receberam atenção governamental no início da República: os órfãos de pais vivos, nas palavras e na pesquisa realizada por Gomide (1991).

Segundo Leila Regina Scalia Gomide (1991), as políticas para a saúde no Brasil foram mais combatentes contra a Lepra, no início do século XX. Campanhas nacionais e estaduais empreendidas entre as décadas 1920 e 1930, que primavam pelos ideais higienistas e eugenistas, evidenciaram mecanismos de controle, triagem, aprisionamento dos enfermos e

¹²² Assim, eram chamados os doentes com a Lepra, nos séculos anteriores ao século XX, referindo-se a uma cena Bíblica da Cura do Leproso Lázaros realizada por Jesus de Nazaré.

vigilância extrema sobre suas ações. As famílias também recebiam imediata intervenção, colocadas em espaços de segregação. As Colônias e os Preventórios¹²³, portanto, são fundados em várias cidades brasileiras, como políticas públicas do Departamento Nacional de Saúde Pública¹²⁴, repletos de regulamentos sanitários e decretos estaduais que limitavam a vida de doentes e familiares.

Essa prática perdurou por mais tempo, pois o próprio ministro Capanema determinou que a construção, manutenção e administração dos preventórios que cuidavam e recebiam as crianças filhas de leprosos ficariam a cargo de entidades particulares, principalmente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra (SANTOS, 2003, p. 421).

O Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1934, criara a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas, que divulgava periodicamente, a situação dessas doenças no país. Assim, no governo do presidente Getúlio Vargas, se deram as sistematizações desse sistema de cerceamento da vida, que submeteram as crianças à exclusão social e disciplinamento de suas condutas. “Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão” (GOFFMAN, 2003, p. 18). A vigilância sobre as crianças se dava pela observação diária e as possíveis manifestações da doença, que poderiam retirá-las do preventório e interná-las nas colônias, junto aos seus pais. Esse trabalho era realizado sob a supervisão dos médicos que detinham os saberes e os discursos afinados com a política interventoria dos anos 1930. “Geralmente, os internados vivem na instituição e tem contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes; a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada no mundo externo” (GOFFMAN, 2003, p. 18-19).

Uma das etapas da política getulista destinada à saúde pública era a administração de serviços para a profilaxia, terapêutica (subdividido em diagnóstico, isolamento e tratamento), vigilância e armamento anti-leproso com a criação dos leprosários, dos dispensários, preventórios e órgãos de educação sanitária. Em 1933, o Brasil apresentava um total de cinquenta mil leprosos, onde 76% dos enfermos deveriam estar internados. Para isso, era preciso construir 43 leprosários, e essa foi a meta no governo do ministro Gustavo Capanema: acabar com a Lepra no Brasil (SANTOS, 2003).

¹²³ Espaços para internação dos doentes – COLÔNIA – e para a prevenção da epidemia – PREVENTÓRIOS – no caso para as crianças, filhos dos doentes, que poderiam apresentar sintomas e ficavam por um tempo afastadas das suas famílias e da sociedade na totalidade.

¹²⁴ Política do ministro da saúde pública, Gustavo Capanema, de 1934, que por insistência do presidente Vargas, atuou com intensidade sobre a epidemia de Lepra no Brasil.

O Plano Nacional de Combate à Lepra¹²⁵, foi um programa de governo criado em 1935 que previa a construção de leprosários, dispensários e preventórios, a partir de dados do Censo Leprológico¹²⁶ de 1933. A tese de Elaine Cristina Rossi Pavani (2019) que estudou a exclusão e as interações socioespaciais dos egressos de um educandário na cidade de Vitória (ES), analisa a criação desses espaços para o isolamento e a educação das crianças filhas de pais leprosos. A autora destaca que a institucionalização por isolamento foi uma proposta seguida pelo Brasil a partir das experiências de países americanos e europeus e era defendida como principal medida para os acometidos pela doença. "Os portadores da doença eram internados compulsoriamente nos leprosários, os filhos sadios ficavam internos em preventórios e os dispensários realizavam o diagnóstico da doença e o encaminhamento para as devidas instituições" (PAVANI, 2019, p. 121).

Os dispensários e preventórios seguiam as orientações firmadas entre os órgãos federais e estaduais e acompanhavam os índices da doença no Brasil, por meio de conferências nacionais e estaduais. A I Conferência Nacional de Assistência Social aos Leprosos, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 12 e 19 de novembro de 1939, promovida pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra (FSALDL) em diálogos com todas as Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra presentes em cada estado, estabeleceram os critérios de funcionamento desses espaços. No documento final da conferência para divulgação dos compromissos com as instituições de assistência, identificam-se cláusulas sobre as famílias dos enfermos:

10.º - Para execução da assistência moral e material à família do Lázaro o que concorre favoravelmente para mantê-lo no isolamento deverão ser empregados todos os meios possíveis, principalmente os seguintes:

- a) - recolhendo e mantendo em estabelecimento adequados os filhos menores e sadios dos doentes de lepra;
- b) - amparando de modo particular a esposa sadia do Lázaro, cuja assistência, em determinados casos, merece especial atenção, podendo ser-lhe concedido mesmo o auxílio financeiro que será mantido semente, até o seu reajustamento social;
- c) - prestando todo o amparo possível aos demais parentes que dependam do leproso, principalmente aos pais por ele arrimados;
- d) - amparando como se parentes fossem quaisquer pessoas inválidas cuja subsistência dependia do Lázaro internado;
- e) prestando com especial cuidado assistência moral aos menores dependentes do Lázaro e não recolhidos a estabelecimentos adequados, pelo menos até a maioridade, encaminhando-os segundo os bons princípios sociais;
- f) - procurando ainda encaminhar na vida, obtendo colocações, aos filhos e pessoas dependentes dos leprosos, velando ao mesmo tempo pela continuidade e melhoria da

¹²⁵ Plano getulista desenvolvido no Ministério de Educação e Saúde, tendo Capanema como ministro e dirigente dos objetivos de exterminar a lepra no Brasil. Construído com base nas políticas desenvolvidas em outros países, o plano se organizava a partir das estatísticas brasileiras sobre a expansão da doença em cada estado.

¹²⁶ Estatística do quantitativo de doentes com Lepra no Brasil, realizado a partir de 1933, atualizado anualmente por cada estado.

situação de cada um;

g) - não descurar de um bem orientado programa de educação sanitária em relação à lepra, ao dispensar assistência a família do Lázaro. (BRASIL, 1939, p. 432)

A vigilância sobre a vida dos familiares era uma das medidas tomadas assim que o diagnóstico era realizado no indivíduo doente, a fim de combater o avanço da doença no resto da população. A polícia sanitária¹²⁷ era, portanto, um sistema necessário para diagnóstico e condução coercitiva dos indivíduos doentes aos leprosários, e de seus filhos para os preventórios. Demais familiares recebiam visitas sanitárias e medicamentos para tratamento preventivo. “1.º - Polícia Sanitária : Visitas por médico a casas em vacância - 637; visitas por guardas a casas em vacância - 541; visitas por guardas em polícia sistemática - 19.926; intimações feitas - 267; intimações cumpridas - 135; projetos e plantas despachados - 113” (RELATÓRIO DO GOVERNADOR PAULO RAMOS, 1941, p. 117).

No Maranhão, as iniciativas de combate a doença foram lideradas pelo médico Achilles Lisboa, ocupante de diversos cargos na administração estadual e que adotara os discursos para informação aos maranhenses sobre a doença. Em seus artigos, publicados em jornais e em manifestos avulsos para circulação de suas ideias, orientava sobre as condutas que a população deveria adotar para evitar o contágio. Sua atuação na década de 1930 no Maranhão protagonizou a criação de políticas públicas para a saúde contra as doenças tropicais, viroses e epidemias como a da Lepra. Em seu manifesto Catecismo de Defesa contra a Lepra, publicado em 1936, além de orientações a população, Lisboa demarcava sua posição em prol da elite que representava, considerando as pessoas residentes na periferia e na zona rural como desprovidas de higiene e vulneráveis ao contágio da doença.

Proibição rigorosa, imediata, pela polícia ou pela própria autoridade sanitária, de se misturarem à população os doentes de lepra declaradamente contagiantes, vedando-se-lhe sobretudo a entrada nas igrejas, nas repartições públicas, nos bondes, nos cafés, nas casas comerciais, nos mercados, em toda parte, afinal, onde haja aglomeração de pessoas são e se exponham gêneros comestíveis, deverá ser severamente estabelecida (LISBOA, 1936, p. 14).

Além dessa manifestação pública de combate a doença, os discursos de Lisboa soavam como um tratado contra a pobreza e o desvalimento, responsabilizada por ele no surgimento das epidemias, por não possuir as condições sanitárias adequadas para evitar a disseminação de uma doença. Os modos de vida e as culturas periféricas e rurais são desconsideradas em seus posicionamentos, rotuladas de malandragens e práticas ociosas

¹²⁷ Médicos, enfermeiros e seguranças visitavam os lugares, como residências, e conduziam à força os prováveis diagnósticos de lepra na cidade. Situações constrangedoras e violentas marcavam esses episódios condecorados como profiláticos e saneadores.

cotidianas: “com males outros muitos da imigração africana, tais como a lepra, a boubá, a ainhum, a diamba, o timbó, a brilharia, o tambor, o bumba-boi, veio também o Necator, que é, mais do que o paludismo, fator essencial de nossa anemia tropical e, portanto, da preguiça, da inaptidão e moleza, dos nossos trabalhadores rurais” (LISBOA, 1947, p. 103).

Portanto, Lisboa comungava com o projeto eugenista dos governos interventorias que comandavam o Maranhão sob os olhos de Getúlio Vargas, o presidente que determinava as políticas e os políticos no Brasil. De 1930 a 1945, o Estado do Maranhão foi governado por políticos indicados por Vargas, que prezava pela unidade política das federações aos mandos de sua gestão. De José Luso Torres a Clodomir Cardoso, foram 12 interventores federais, escolhidos pela presidência da república, para administrarem o governo do Maranhão, sendo que a gestão do governador Paulo Martins de Sousa Ramos¹²⁸, foi a mais duradoura e a que modificou o cenário administrativo do estado.

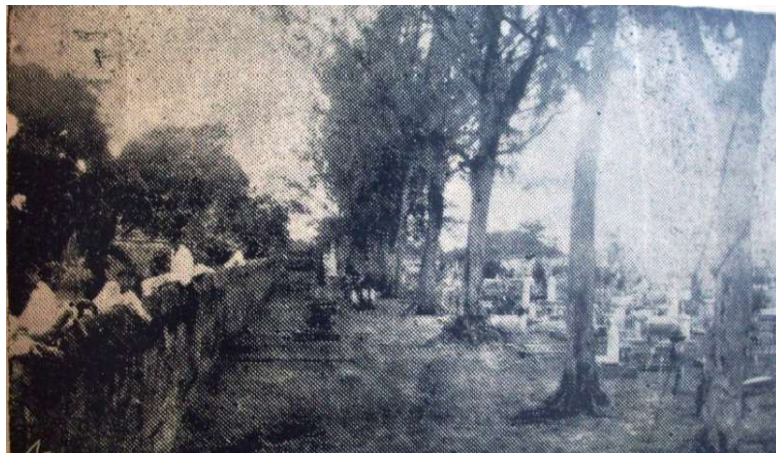
Paulo Ramos e Achilles Lisboa, portanto, se tornavam os aliados na configuração das políticas para a saúde durante o regime ditatorial do Estado Novo, articulando ciência e política para a organização dos espaços de isolamento e tratamento dos enfermos de Lepra, doença que assolava a cidade e demandava imediatas iniciativas governamentais. Em Relatório ao presidente da república, Paulo Ramos exaltava a decisão do governo federal em consolidar o Bonfim como área de instalação do leprosário em São Luís.

Não é demais repetir, nesta exposição, os louvores dos maranhenses á piedade e ao empenho de V. Ex., que, após, especial visita aos fundos do cemitério municipal, ordenou imediatas providencias para abrigo mais humano, onde, além de conforto espiritual, lhes fosse assegurada a prática de melhores socorros da medicina e garantida a defesa profilática da coletividade. Graças a esse nobre sentimento de compaixão e á preciosa ajuda dos recursos dos cofres da Nação, proporcionada pelo seu preclaro Presidente, e ao interesse do Governo, com a contribuição proporcional do Estado, apresenta-se á boa critica, do que visitam leprosários, essa Colônia. que se ergue dentro dos requisitos; das exigentes instituições desse gênero. (RELATÓRIO DO GOVERNADOR PAULO RAMOS, 1939, p. 146)

Em 1933, no governo de Antônio Martins de Almeida, já eram apresentadas ao presidente Vargas a real situação do estado com relação à epidemia em uma exposição, que era uma categoria de relatório de prestação de contas das atividades que eram desenvolvidas nas unidades federativas. Na época, o único lugar para isolamento dos doentes era o Leprosário do Gavião, uma vila que funcionou no Bairro Lira até 1937, por trás do Cemitério central da cidade de São Luís de mesmo nome.

¹²⁸ Foi interventor no Estado do Maranhão por 9 anos (1936-1945) e construiu novas instituições para a organização administrativa, que segundo ele, foi encontrada em verdadeiro caos.

Figura 16 – Leprosário do Gavião, visto a partir do Cemitério.



Fonte: Exposição do Interventor Federal do Estado do Maranhão apresentada ao Presidente da República Getúlio Vargas, 1933. Imprensa Oficial.

Nesse relatório, Almeida (1933, p. 54) destacava a necessidade de construção de um novo leprosário, mais amplo, para abarcar a quantidade de doentes que vinham do interior do Estado, pois o atual espaço não possuía mais condições sanitárias de funcionamento: “as condições dos casebres desse depósito de humanos é de iminência de ruína, não resistindo às primeiras chuvas ou vento que já se anunciam”. A Ponta do Bonfim foi o lugar escolhido para a construção da nova colônia, entregue em 1937. Em 1935, o Decreto nº 799, de 22 de março, autorizava o fornecimento de materiais para a construção do Leprosário da Ponta do Bonfim.

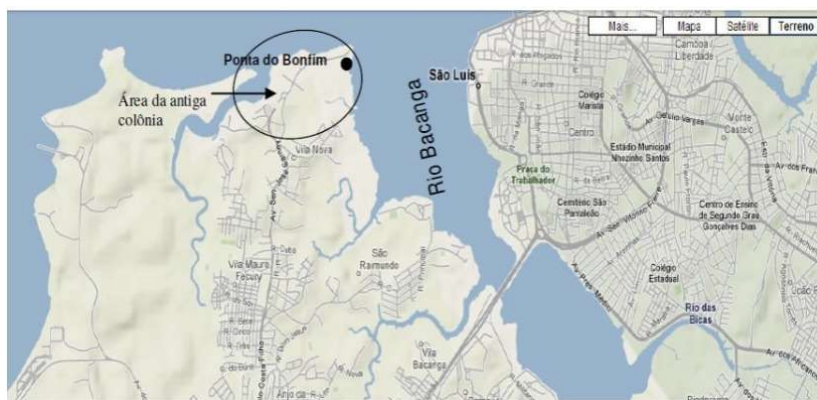
Fica, desde já o Secretário Geral do Estado autorizado a assignar contrato com a firma Guilherme Bluhm desta praça, para fornecimento de materiais necessários as instalações do Leprosario da Ponta do Bomfim, de acordo com a proposta apresentada pela referida firma; revogadas as disposições em contrário. (MARANHÃO, 1936, p. 57)

Os estudos de Câmara (2009), que partiram da análise dos documentos de implantação da Colônia do Bonfim e de entrevistas a ex-internos, mostrou a ineficiência do sistema isolacionista brasileiro para o tratamento da lepra. No Maranhão, com a escassez de recursos, a intenção com a construção de um leprosário fora da cidade era para, verdadeiramente, retirar os doentes do convívio com os outros, ditos sadios. “Tais barreiras contribuem para a manutenção da exclusão dos egressos do Bonfim do convívio social e para o silenciamento de suas memórias, que não aparecem na história do bairro formado em seus arredores” (CÂMARA, 2009, p. 36).

A Ponta do Bonfim, escolhida pelo distanciamento da capital, tinha localização privilegiada por ficar do outro lado da margem do Rio Bacanga, que banha a região central da ilha maranhense. Ou seja, os doentes eram deixados lá de barco e ficavam totalmente

isolados, o que causava inúmeros sofrimentos aos familiares dessas pessoas. “Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida” (GOFFMAN, 2008, p. 15).

Figura 17 - Ponta do Bonfim - Parte do Mapa de São Luís



Fonte: Câmara (2009, p. 80)

No relatório do interventor Paulo Ramos, de 1939, encontram-se os discursos em prol da criação da Colônia da Ponta do Bonfim, um “melhoramento” para o estado, nas palavras do governante.

Colônia do Bomfim - A colônia para os leprosos, localizada numa ponta do território da ilha de S. Luiz, desta cidade, no antigo e pinturoso terreno denominado Ponta do Bomfim, que lhe deu o nome, constituiu, indubitavelmente, um bem-aventurado melhoramento que tirou o Maranhão do opróbrio, passado por dilatados lustros, quando eram atirados, como se o fossem num horripilante monturo de tuberculosos e gangrenas, os desgraçados hansenianos. Não é demais repetir, nesta exposição, os louvores dos maranhenses á piedade e ao empenho de V. Ex., que, após, especial visita aos fundos do cemitério municipal, ordenou imediatas providencias para abrigo mais humano, onde, além de conforto espiritual, lhes fosse assegurada a prática de melhores socorros da medicina e garantida a defesa profilática da coletividade. (RELATÓRIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1939, p. 145-146)

Além da Colônia, outras políticas foram criadas para se estender o atendimento acerca dos vínculos familiares dos enfermos: os dispensários e os preventórios. Em São Luís, funcionou o Dispensário Frei Querubim onde realizava, segundo Paulo Ramos, em sua Exposição ao Povo Maranhense (1938), “tratamento ambulatorial dos contagiantes, censo, vigilância e diagnostico dos casos recentes ou dissimulados de lepra” (RAMOS, 1938, p. 17). Assim, os casos suspeitos poderiam ter atendimentos para diagnosticar os sintomas que porventura, estivessem manifestando em seus corpos. Eram espaços necessários para controle da população e normalização da vida social, isolando sob força médica os casos confirmados.

Em 1942, o Relatório de Paulo Ramos ao Presidente da República, explanava sobre o movimento do Dispensário para atendimento dos casos diagnosticados no Maranhão.

No ano de que se trata, o movimento do Dispensário foi o seguinte:
 Comparecimentos para 1º exame 28
 tipo lepromatoso 13
 casos abertos 23
 notificações recebidas 34
 comunicantes examinados 56
 comparecimentos para reexame 33
 comparecimentos para tratamento 237
 receitas prescritas 130
 injeções aplicadas 1.268
 exames de laboratório 145
 visitas em domicílio para tratamento 124
 visitas em domicílio para vigilância 202
 doentes enviados a Colônia do Bonfim 27
 (RELATÓRIO DO GOVERNADOR PAULO RAMOS, 1942, p. 146)

A coerção sobre a população doente desenvolvia uma sensação de medo e de angústia, quando o diagnóstico era positivado, pois, sabiam dos isolamentos e da perda de seus vínculos parentais. A estigmatização do doente de lepra leva a restrição dos seus espaços com fronteiras complexas e a deterioração de sua identidade. Dar visibilidade ao corpo abominado o mantém distante, mesmo se alcançar a cura. A marca do preconceito o torna anormal dos ditos normais (GOFFMAN, 2008).

O Preventório, chamado Educandário Santo Antônio, que teve esse nome por ser anexo a um Convento de mesmo nome, no bairro do Cutim Anil, em São Luís. Tratado como lugar de beneficência por confinar as crianças, filhas dos enfermos que estavam isolados na Colônia da Ponta do Bonfim, pertencia desde sua inauguração, em 08 de dezembro de 1941, a uma Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra no Brasil¹²⁹.

O Preventório para o filho sadio do Lázaros, construído às expensas da União e sob os auspícios da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra no Brasil, foi inaugurado em 8 de dezembro de 1941, por ocasião da visita, a esta capital, do Dr. João de Barros Barreto, digno Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde. (RELATÓRIO DO GOVERNADOR PAULO RAMOS, 1941, p. 121)

A Sociedade, organização filantrópica feminina para a causa da lepra no país, foi transformada em política de saúde e assistência, pois insistiu no encaminhamento que deveria ser dado às crianças pobres saudáveis, filhas dos enfermos, pois teriam que ser conduzidas aos preventórios sob a coerção do Estado. Essa instituição assistencialista, com atuação das

¹²⁹ A Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra iniciou suas atividades no Brasil na cidade de São Paulo onde foi fundada no ano de 1926. A reunião de fundação ocorreu na casa de Jorge Tibiriçá, descendente de uma família de políticos e casado com Alice Tibiriçá, a responsável pela convocação da reunião para fundar a sociedade de assistência às crianças filhas dos lázaros.

mulheres da elite, liderava os discursos e posicionamentos sobre o tratamento que deveria ser realizado no âmbito dos preventórios.

Figura 18 – Educandário Santo Antônio, preventório em São Luís



Fonte: A História da Lepra no Brasil. Vol. II. Disponível em <http://www.acidadeinventada.com.br/static/files/administration-office/volume-ii.pdf>

O Decreto-lei nº 30, de 25 de janeiro de 1938, estabelecia nova organização aos serviços da Diretoria de Saúde e Assistência do Estado do Maranhão. No Título IV, sobre a Profilaxia da Lepra, capítulo único, artigo 83, mencionava sobre as crianças e a separação que deveriam sofrer dos pais doentes, isolados em domicílio ou em hospitais, logo quando nasciam “e mantidos, até a adolescência, em preventórios, para tal fim especialmente destinados” (MARANHÃO, 1938, p. 78). No parágrafo único do art. 91, o regulamento proibia a frequência de crianças filhas de leprosos em escolas, sem vigilância rigorosa, “e desde que apresentem sintomas suspeitos, não mais poderão permanecer entre crianças sãs” (idem). O art. 95, inciso 1, destacava o trabalho realizado pelas iniciativas privadas na organização do preventório, em especial o já realizado pela Sociedade da Assistência.

As instituições privadas, que cooperarem na luta contra a lepra, ficarão subordinadas aos dispositivos legais existentes, e, no que se refere a ação profilática, deverão obedecer a orientação técnica da diretoria de Saúde e Assistência, sob cuja

fiscalização deverão funcionar, competindo-lhes preferentemente:

- a) a assistência aos filhos sadios dos doentes de lepra;
- b) a assistência as famílias dos doentes internados;
- c) a assistência social aos doentes internados;
- d) a assistência aos que tiverem alta dos leprosários, do isolamento domiciliário, dos dispensários e dos preventórios;
- e) a assistência aos doentes de lepra e suas famílias, sempre que pela situação local, e de acordo com a autoridade sanitária, não tiver sido possível ainda a Internação;
- f) a cooperação com os poderes públicos na educação sanitária, desde que seja seguida a orientação técnica das autoridades sanitárias;
- g) auxílio ou criação de centros de estudos e investigações assim como cooperação no tratamento dos doentes, desde que haja articulação com o serviço oficial. (MARANHÃO, 1939, p. 85)

O Decreto-lei nº 518, de 23 de outubro de 1941, concedia ao Educandário Santo Antônio dispensa das taxas de materiais adquiridos pela Sociedade para composição do espaço de prevenção da doença pelo confinamento das crianças. Essas práticas políticas demonstravam a aliança do governo com a filantropia para garantia do funcionamento do preventório, como instituição necessária.

Considerando que a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, nesta capital, por sua presidente, requer dispensa das taxas de armazenagem, capatazias e estatística para 45 volumes de móveis e aparelhos importados para instalação do Educandário Santo Antônio – preventório para filhos sadios de Lázaros. (MARANHÃO, 1942, p. 94)

As Sociedades, constituídas em vários estados brasileiros, passa a se organizar como uma Federação, que em 1935, passa a ser presidida por Eunice Weaver¹³⁰, que se alinhou aos interesses do Ministério da Educação e Saúde, e obteve apoio financeiro considerável. Conforme os estudos de Gomide (1991), as mulheres da filantropia em prol dos enfermos de Lepra viabilizavam pelo poder aquisitivo que detinham seus maridos, a consolidação de uma política nacionalista estritamente feminina, que olhava para as crianças como o futuro ameaçado. Alinhadas aos discursos médico-higienistas, as mulheres da Federação das Sociedades da Assistência cunhavam práticas segregacionistas das crianças, para proteção de uma sociedade que as bania. No Maranhão, a diretora Maria Joaquina Maia de Andrade¹³¹,

¹³⁰ Casada com o norte-americano Charles Anderson Weaver, a Assistente Social, formada pela Universidade de Carolina do Norte, passou a dedicar-se à assistência social aos leprosos, tendo fundado e presidido a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra. Em 1935, Eunice Weaver assumiu a presidência da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, sua gestão foi marcada pelo apoio estatal e usou seu capital simbólico nas negociações necessárias para viabilizar o projeto da entidade. Durante a sua presidência, as atividades filantrópico-assistencialistas desenvolvidas pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra foram parte constituinte da política governamental de combate à enfermidade. O trabalho da Federação foi encarado como componente fundamental do Plano de Combate à Lepra implementado por Capanema durante a Era Vargas, e em muitos momentos teve abrangência maior que a do poder federal, pois, a iniciativa privada conseguia realizar obras muito mais rapidamente do que o Estado.

¹³¹ Filha do Proprietário de Terras Manoel José Maia e casada com o médico Annibal de Pádua Andrade, a

esteve à frente dos trabalhos da Sociedade e do Educandário entre os anos de 1938-1947, segundo dados da Federação, coletados no trabalho realizado pelos professores Francieli Lunelli Santos e José Augusto Leandro da Universidade Estadual de Ponta Grossa (SANTOS; LEANDRO, 2019).

Quadro 13 - Dados da fundação e do funcionamento do Educandário Santo Antônio

Ano de Fundação/ Fechamento	Mantenedor Principal	Fonte de Recursos	Público atendido	Condições de atendimento	Seleção
1941- Meados de 1960	Ministério de Educação e Saúde, com auxílio da Federação	Recursos particulares e públicos, além de doações arrecadadas em eventos	Crianças sadias filhas dos enfermos com lepra	Ter nascido em família portadora da doença	Não havia seleção, já que era um serviço que buscava isolar as crianças filhas dos doentes e mantê-las longe da convivência social.

Fonte: A autora (2022)

Na pesquisa de Santos e Leandro (2019), fez-se o levantamento de preventórios brasileiros e suas diretorias, constituídas pelas mulheres da Federação, sendo que no Educandário Santo Antônio, preventório maranhense, a atuação de Maria Joaquina seguia rigorosamente o disposto no Regimento Interno dos Preventórios¹³² aprovado pela mesma Federação, em 1941. O Regimento seguia as normas do Regulamento dos Preventórios do Departamento Nacional de Saúde, que normatizava o tempo que as crianças deveriam ficar na instituição.

19.º - O Preventório deverá compor-se de uma creche, de um pavilhão de observação, de pavilhões gerais, de uma escola profissional ou de instituição congênera.

20.º - Na creche deverão ser admitidas as crianças menores de 2 anos de idade, e as nascidas nos leprosários.

21.º - As crianças de mais de 2 anos de idade até 12 anos, do sexo masculino, e até a maioria das do sexo feminino, serão admitidas nos pavilhões gerais.

22.º - As crianças de sexo masculino, de 12 a 18 anos de idade, deverão ser

diretora do Educandário Santo Antonio correspondia aos anseios da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, seguindo a rigidez imposta para a educação e vigilância das crianças, filhas dos leprosos internados na Colônia do Bonfim.

¹³² O Regimento interno dos Preventórios dizia que as crianças que manifestassem interesse em estudar (letras, artes ou ciências) poderiam estudar fora do estabelecimento com todas as despesas custeadas. Entretanto, na realidade isto não acontecia, pois as oportunidades eram extremamente limitadas e os internados acabavam por ter acesso apenas ao curso primário, que era ministrado nas instituições.

encaminhadas às escolas profissionais ou instituições congêneres (BRASIL, 1939, p. 433).

A Lei nº 610 de 13 de janeiro de 1949, que fixou normas para a profilaxia da lepra nacionalmente, ordenava que as políticas estaduais garantissem a educação para as crianças institucionalizadas em preventórios: “Art. 26. As crianças comunicantes de doentes de lepra, internadas em preventórios ou recebidas em lares, será proporcionada assistência social, principalmente sob a forma de instrução primária e profissional, de educação moral e cívica, e de prática de recreações apropriadas” (BRASIL, 1949, não paginado). Segundo dados do Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho da Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de promoção dos direitos da pessoa com deficiência, escrito em 2012, as crianças internadas nessas instituições não recebiam a educação orientada pela legislação. O ensino se baseava apenas na aprendizagem da leitura, escrita e operações matemáticas (BRASIL, 2012). O trabalho sim, era uma atividade estimulada no interior do educandário, tendo a ordem e a disciplina como imposições para manutenção de um bom funcionamento da instituição.

Gomide (1991), relata que os meninos ficavam internados nesses espaços até completarem 18 anos, e as meninas até os 21 anos, em regime asilar sem contato com seus pais, assim como toda a comunidade, somente com médicos e enfermeiros autorizados. Na pesquisa realizada pela cientista social maranhense Ellen Cristina Pinheiro Ferreira, em 2017, que utilizou em seu trabalho monográfico a metodologia da história oral¹³³, encontram-se os relatos de egressos do Educandário que trazem informações sobre a constituição dos espaços e dos tempos das crianças internas. “As crianças residentes do Educandário passavam por constante controle sanitário. As falas dos filhos internados na instituição sugerem que as crianças eram vistas como possíveis receptáculos da doença” (FERREIRA, 2017, p. 15).

A investigação, realizada com homens e mulheres que viveram a dor da separação de suas famílias, destaca que a criação dessas instituições “antileprosos” contribuiu para segregar e disseminar o preconceito com as pessoas que eram conduzidas ao regime de internação, já que ficavam isoladas em lugares distantes do perímetro urbano. As diretorias que assumiam a administração do educandário, sabendo das consequências dessa segregação, orientavam a omissão de suas próprias histórias aos egressos da instituição, para poderem trabalhar e continuar suas vidas, além muros. “Sofri preconceito, porque a gente ia procurar lugar pra trabalhar e ninguém aceitava, porque se soubesse que era filho de doente, eles não empregavam de jeito nenhum” (FERREIRA, 2017, p. 33).

¹³³ A metodologia da história oral visa resgatar memórias e fatos pessoais através da contação feita por indivíduos que viveram as experiências utilizando entrevistas estruturadas, que serão depois analisadas para compor uma interpretação sobre o passado, não encontrada em documentos.

Em anos posteriores, a autora destaca que a matrícula das crianças no Educandário estava sempre condicionada ao estigma da doença dos pais, como vemos em documento da secretaria da instituição, dos anos 1970.

Figura 19 - Ficha de Acompanhamento Infantil, explicando motivo de ingresso no Educandário Santo Antônio

Educandário Santo Antonio
 AVENIDA EDSON BRANCO - BARRIO SANTA TERESA
 Telefone: 223-0503

FICHA INDIVIDUAL

Nome: [REDACTED]
 Data de nascimento: 25/03/76 Naturalidade: Maranhense
 Filiação: [REDACTED]
 Sexo: Masc. Fem. Cer. Morsa
 Escolaridade: 1ª unidade do ensino
 Procedência: colônia Antônio Lisboa - São Luís

DADOS COMPLEMENTARES RELATIVOS AO SEU E FAMÍLIA
 Motivo(s) do ingresso na Obra: [REDACTED]
 Documentação quando do ingresso na Obra:
 Data do ingresso: / /
 Tempo permanência na Obra por:

Fonte: Ferreira (2017, p. 33)

O Estado, nas falas dos representantes do governo e das Sociedades de Assistência, defendia a proteção dessas crianças e a integridade das vidas dos egressos ao saírem das instituições e continuarem suas vidas após isolamento no Educandário. Porém, mediante a escuta dos relatos, Ferreira (2017, p. 34) afirma que “na realidade a intervenção estatal de efeito pedagógico recomendada no Regimento interno dos educandários acatada pelos agentes do Estado acabava promovendo a indiferença parental”. Na escuta das histórias desses homens e mulheres, marcados pela discriminação e pela vigilância impostas pelo adoecimento de seus familiares e pela política controladora dos indivíduos, tem-se explícito a forma de tratamento diferenciado para as crianças maranhenses. Às consideradas normais, deveriam ter vínculos afetivos com seus pais e protegidos pela lei. Já as que tinham pais internados na Colônia, deveriam obrigatoriamente, manter distanciamento dos pais e da convivência familiar e social (FERREIRA, 2017).

Sabe-se que diversas instituições responsáveis por garantir os cuidados de menores, acabam por ser responsáveis também por violações aos direitos dessas pessoas. Não tenho intuito de generalizar estas condutas criminosas expandindo sua realização a todos os funcionários destas instituições. Desejo apenas demonstrar a existência nesta parcela da população, atingida pela política de profilaxia da hanseníase que não possuía a doença, mas que como seus pais hansenianos, teve que carregar estigmas e passar por graves violações dos direitos humanos, decorrentes das próprias práticas e inconsistências do Estado que foi responsável pelos danos físicos e morais causados a estas pessoas, quando retiradas de suas casas e enviadas a

estabelecimentos onde não se supervisionava as ações de funcionários (FERREIRA, 2017, p. 35-36).

Mário¹³⁴, uma criança enviada para o Educandário, hoje com 77 anos, foi um dos relatos investigados pela pesquisadora sobre o cotidiano na instituição. Nascido em 1945, Mário nasceu na Colônia do Bonfim, foi institucionalizado no educandário na manhã após seu nascimento, residindo ali por 16 anos. Segundo o relato, não existia sentimento de afeto e de estima na convivência com os funcionários e nem em relação aos pais, mesmo distantes. Não eram recuperadas as lembranças e nem resgatados os sentimentos parentais que tanto necessitavam as crianças, isoladas naqueles espaços. Comparou o tratamento dado pelos funcionários e freiras que trabalhavam na instituição às crianças, como “um bando de animais soltos”:

(...) às crianças do berçário tinham uns carrinhos de mão (...) tinham um ferrinho cumprido (...) o ferrinho furava a parede e eles começavam a comer barro, barro da parede (...) instinto de criança! E o índice de crianças que morriam de anemia, era alto. (...) Mas não ficava ninguém ali monitorando, tomando conta, não! Não ficava ninguém ali, não! (FERREIRA, 2017, p. 63).

Outros relatos reportaram às violências físicas e verbais, contados por Mário com muita tristeza e angústia. A falta de cuidado das pessoas que trabalhavam no Educandário com as crianças acabou causando situações de morte e de fuga entre os internos, que sofriam com a ausência de seus pais e familiares, impedidos de visitarem a instituição. Pela falta de conhecimento que essas populações, em sua maioria pobres, tinham sobre a lepra e sobre a política de profilaxia, o governo aumentava o grau de informação sobre a enfermidade, alarmando os habitantes sobre as consequências em conviver com algum infectado. Obviamente, isso causava o aumento da discriminação e excluía, não somente os doentes, mas todos os seus familiares sadios, da convivência social. Essas pessoas foram retiradas do contexto de “criatura comum e total, reduzindo-se a pessoas estragadas e diminuídas” (GOFFMAN, 2008, p. 66).

Em 1950, com a publicação do Tratado de Leprologia, organizado pelo Serviço Nacional de Lepra do Ministério de Educação e Saúde, tendo como diretor o Dr. Ernani Agrícola, com prefácio escrito por Gustavo Capanema, o governo brasileiro reunia numa obra, uma ampla abordagem sobre o desenvolvimento da doença, desde o período colonial. No capítulo IX da obra, intitulado O Estado Nacional e a Profilaxia da Lepra no Brasil: a Cooperação da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra, o órgão esclarecia sobre o importante papel das mulheres e a construção de uma política para

¹³⁴ Nome fictício, para preservar o nome verdadeiro do entrevistado.

fundação dos preventórios e a cooperação com os governos estaduais (BRASIL, 1950).

Na execução dessas campanhas, as abnegadas damas da Federação percorriam numerosas cidades, procurando despertar a consciência do povo realizando conferências, ou por meio do rádio, folhetos, imprensa etc., sempre com o elevado propósito de angariar fundos para o completo desempenho de suas finalidades. (BRASIL, 1950, p. 133)

O Educandário Santo Antônio funcionou até os anos 1970, em meados das políticas ditatoriais que não focalizaram em instituições de assistência à saúde, fazendo com elas perdessem seus objetivos iniciais. Não se sabe exatamente em que ano ele deixou de receber os filhos dos enfermos em São Luís, mas teve suas dependências adaptadas ao atendimento de menores infratores, já que a epidemia de Lepra teria amenizado com a política intervencionista do Governo Vargas. Hoje funciona como creche comunitária, ainda sob os interesses da Fundação Eunice Weaver, presidida por instituições filantrópicas e religiosas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS... OU SOBRE A MAQUINARIA POLÍTICA PARA A INFÂNCIA NO MARANHÃO

“Nada há como começar para ver como é árduo concluir.”

Victor Hugo

Concluir a escrita dessa tese é uma tarefa árdua, como parafraseia Victor Hugo, no sentido da síntese das ideias que demarcaram as políticas públicas para a infância maranhense. Sem pretensões de encerrar os estudos aqui propostos, esse trabalho convida os demais pesquisadores da área de Ciências Humanas a buscarem na abordagem histórica as respostas para um presenteísmo ameaçador, que entre rupturas e permanências, dá continuidade e vida aos discursos dos séculos XIX e XX. É como se todos nós, educadores, graduandos, pós-graduandos, mestres e doutores, fossemos convocados a nos debruçar sobre nossos artefatos culturais, sobre nossa história local, com a infância que (re)existe/resiste em cada lugar, enfim, buscar e revelar por investigação teórico-metodológica as engrenagens das políticas educacionais brasileiras.

Pretendemos, portanto, nessas últimas linhas, considerar as especificidades das instituições pesquisadas como espaços que estavam conectados entre si e onde se concretizavam os projetos formulados para as crianças nas assembleias provinciais e congressos estaduais. Ou seja, visualizamos as políticas como dispositivos e os discursos dos políticos como mecanismos de controle da população pobre, subordinada ao saber-poder de uma classe dominante. As ideias que circulavam no Império, e que de certa forma, atravessaram o início da República, mesmo com a força do pensamento modernizador, corromperam as práticas de assistência e educação das crianças brasileiras/maranhenses, excluindo e marginalizando os indivíduos na sociedade.

Tratando-se das políticas elencadas nos Relatórios dos presidentes e dos governadores no Maranhão, entre os anos de 1850 e 1950, destacamos considerações necessárias para pensarmos a constituição da administração pública, percebendo-a como prática política dos grupos que governavam.

a) *A vigilância e o controle populacional eram práticas políticas constantes.* A insegurança era um sentimento que rondava a vida pública, considerando o incômodo que a elite política externava na convivência social, em meio a tantas legislações e instituições para aprisionamento dos indivíduos. Nos discursos de ordem e de manutenção da tranquilidade,

encontramos as citações sobre os que não se encontravam na linha civilizatória, dentre eles, os desvalidos.

b) *A doutrina católica, em aliança às práticas políticas, homogeneizava a população pela moralidade.* A abertura que os presidentes e governadores davam aos discursos religiosos favoreceram a participação da Igreja Católica no controle populacional, com decisões sobre a formação dos indivíduos, dando ao Estado abertura no processo de dominação. A maioria das instituições educativas surgiam em anexo às igrejas e instituições religiosas, como as irmandades.

c) *A saúde e a instrução públicas exigiam práticas políticas especializadas.* A busca por novas intervenções nos corpos enfermos e indisciplinados incluiu tecnologias de padronização da população às práticas de controle de epidemias como a vacinação e às práticas de erradicação do analfabetismo, em campanhas para matrículas em creche e escolas de instrução primária. A filantropia como princípio legitimador, valorizava a participação de notáveis intelectuais na regulação da política higienista e determinava a estigmatização dos indivíduos.

A partir desses destaques, fomos apresentando as maneiras de fazer política para a infância maranhense, pautadas no conhecimento do território para a dominação e no controle de tudo nele que ameaçava a tranquilidade do regime político. Descobrimos os acordos e as relações que fabricaram ações políticas dissociadas das demandas concretas das populações desvalidas como as alianças com as iniciativas privadas e associações, visando lucros e notoriedade em contraposição às necessidades das crianças invisibilizadas. O Estado visava subordinar a infância a um protótipo idealizado a responder demandas ao tempo da urbanização, da modernização, da industrialização. Para isso, as crianças, indefesas e desprotegidas por suas condições socioeconômicas, eram recolhidas e encaminhadas ao trabalho, ou a um destino determinado por seus protetores.

Analisando e estando durante horas no deleite da leitura dos documentos oficiais, fomos deslocando o olhar dos discursos para as práticas e compreendendo as finalidades de políticas concretizadas em instituições. Por que institucionalizar principal e primeiramente as crianças desvalidas? Por que não conseguimos escutar as vozes das crianças nessas instituições? O império como Tempo da Aurora, anunciado nos jornais maranhenses de grande circulação, escondia o obscurantismo dessas ações públicas voltadas para o governo das pessoas. Tinham como foco os portadores de futuro: as crianças, pois com elas estava o destino de uma nação.

A institucionalização passava a ser uma marca prescritiva nas falas dos legisladores e

nos documentos de regulamentação, desde leis, decretos e resoluções a estatutos, mapas estatísticos e relatórios com informações de despesas e receitas. Um conjunto de dispositivos para cercear a infância desvalida, considerada no império como inútil e perigosa, na república como delinquente. As crianças, assim, foram sequestradas e adornadas pelas crenças e práticas religiosas, apagando suas vitalidades e suas liberdades, condicionando-as em rotinas adestradoras.

No império, as instituições de educação da infância desvalida foram se estabelecendo a partir do funcionamento oficializado da Roda dos Expostos, que recebia um número crescente de bebês abandonados, em sua maioria oriundos das classes populares. Com o tempo, as crianças sobreviventes deveriam ser aproveitadas oferecendo educação específica em espaços formativos que atendessem aos propósitos de uma sociedade que as via como trabalhadoras, que ao saírem da instituição deviam ser obedientes aos seus benfeitores. O controle dos seus tempos, das suas percepções e das suas tarefas diárias as conformavam viverem sob esse formato institucional, retirando-as do convívio social e deixando marcas profundas de abandono e rejeição.

Instituições para meninos e para meninas, que davam continuidade à proposta de educação das crianças na Casa da Roda, buscavam sujeitá-las a uma formação profissionalizante, militarizada e/ou doméstica. As Casas de Educandos, de Aprendizes Marinheiros, de Aprendizagem Agrícola, para meninos desvalidos (de preferência) eram citados pelos presidentes da província como espaços que correspondiam “aos paternos cuidados do governo”, como pontua Eduardo Olímpio Machado, presidente que por mais tempo esteve a frente da administração. As crianças estavam submetidas a uma educação que correspondia às demandas profissionais que a elite política estabelecia para satisfazer seus negócios e interesses privados. Em síntese, fabricaram-se políticas públicas para a infância desvalida na província, que utilizavam tecnologias de disciplinamento para obter os resultados imediatos do processo institucionalizador. Ou seja, entre aulas de Música, Mecânica, Primeiras Letras e Marcenaria, os meninos prestavam serviços gratuitos em troca da educação que recebiam.

Os asilos e recolhimentos femininos, sob os discursos da necessidade de incluir as meninas desvalidas na assistência e educação promovida pelo Estado, enquadravam os corpos femininos nas concepções da fé cristã e da vida civil, mantendo-as sob o discurso da pureza, do casamento e da maternidade. Instituições como o Asilo de Santa Teresa e o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios são exemplos das alianças entre a Igreja e o Estado, que vigiavam as condutas femininas para que não abandonassem os propósitos

políticos para seus corpos. Um projeto de amoldamento dos indivíduos que iniciava na infância, inculcando valores e práticas de aceitação da sua condição como mulher, pobre e dependente de um Estado patriarcal, como citado por Eduardo Olímpio Machado, fundador do Asilo, “necessidade social de se procurarem braços livres que substituam os escravos nos diferentes encargos do serviço doméstico”.

Portanto, a maquinaria política que se erguia para a população especificava uma cultura institucionalizadora para os desvalidos, com foco em seus desvios morais presumidos, eliminando a ameaça da degenerescência. Um policiamento constante sobre meninos e meninas “indigentes”, que nas falas dos legisladores, precisavam de proteção e amparo, “com ajuda de Deus e do Estado”. Nessa perspectiva, a política assistencial com teor educativo proposta em nossas legislações maranhenses, deveria apresentar alguns aspectos condescendentes com o ideário imperial:

- a) A ordenação social, que tentava homogeneizar os comportamentos pela moralização dos indivíduos, tendo as instituições como espaços legitimadores;
- b) A reprodução social, em que a cultura letrada é imposta e plenamente desenvolvida, respeitando as etapas e o governo do tempo das crianças nas instituições;
- c) A forma social, que buscava consolidar um desenho de vida coletiva modelar, incluindo raça, gênero, classe e condição socioeconômica, tendo as instituições como celeiros de exclusão.

O Maranhão, que tentava manter o poderio durante todo o império, enfrentava crises econômicas que demandavam o fechamento de algumas instituições com poucos anos de funcionamento, o que evidenciava uma contradição entre os discursos e as práticas. Em sua maioria, esses espaços estavam sempre precarizados, vivendo de doações para sua operacionalização. Os próprios presidentes afirmavam as impossibilidades de as receitas provinciais manterem aquelas instituições, devido ao grande número de matrículas. Analisamos que, efetivamente, as palavras transformadas em compromissos legislativos, serviam apenas para dar respaldo ao desejo de um Império centralizador da vida nas províncias.

A rede educativa, defendida nessa tese como foco das políticas para a infância desvalida, criava condições para que as instituições mantivessem os objetivos conectados pela entrada das crianças expostas na Casa da Roda. Esse era o pré-requisito para as matrículas nas instituições masculinas e femininas, garantidas por meio das regulamentações e fazia com que o Provedor criasse ou fechasse as instituições. Além desse movimento interno, as adoções e os casamentos arranjados, complementavam a ação política de encaminhamento das crianças

ao futuro que a Província queria para elas.

No diálogo com as interpretações foucaultianas, encontramos a base da sociedade disciplinar, que pelas práticas políticas criava estratégias de governo da infância: o adestramento dos indivíduos pela produtividade dos seus corpos e mentes e pela vigilância e inculcação das normas. Foucault observava uma mudança no curso das instituições para o disciplinamento dos indivíduos, do século XVIII ao século XIX, destacando que durante o período monárquico, as leis eram controladas pelo imperador, cuja soberania era compartilhada com as elites aristocráticas, escravagistas e militares, o que custava a esses senhores do poder local a fidelidade com a Corte. Isso foi primordial para a caracterização das políticas públicas para a província enquanto processos de manutenção da ordem imperial.

Na República, identificamos a atuação de um Estado reformador da sociedade, que preservava valores e práticas moralizantes do império, mas que anunciava um novo tempo para o Maranhão. O público gradualmente ia dando espaço à iniciativa privada e aos discursos de regeneração da população com aval científico. À infância estava reservada as práticas filantrópicas e os cuidados com a higiene e a alimentação, pois era preciso readequar a sociedade aos conceitos de saúde pública difundidos pelos notáveis filantropos. Nessa modernidade anunciada em páginas de jornais e literatura especializada, os indivíduos eram institucionalizados para um bem público, evidenciando um controle exponencial das classes populares em ações assistencialistas.

Os saberes médicos, jurídicos e pedagógicos participavam ativamente da construção do Maranhão moderno, com destaque aos discursos da cúpula fundadora do Instituto de Assistência à Infância, com a difusão e fundação de espaços assistenciais para as crianças desvalidas. Nas primeiras décadas do regime republicano, marcada pela modernização da urbs, os governos implantaram novas tecnologias de disciplinamento da população doente, criminosa e analfabeta. As instituições, que eram aparelhadas com recursos materiais e humanos para um bom funcionamento, auxiliavam as políticas de saúde, educação e policiamento dos meninos e meninas que perambulavam pelas cidades. Essas crianças foram alvo da iniciativa privada para docilização de seus corpos pelos discursos da filantropia.

Entre homens e mulheres de uma elite incansável pela manutenção do status, os discursos filantrópicos enredavam um grupo de instituições para tornar concreto o sentimento em prol das pobres crianças esquecidas. Portanto, os benefícios apresentados na imprensa, com justificativa científica, dos cuidados que as famílias deveriam ter com as crianças, levando-as aos hospitais e dispensários, creches e farmácias, garantiam aos filantropos se manterem como os agentes valorosos, autorizados para a difusão dos discursos para a

infância. Explicitamente, nos jornais e eventos sociais da época, percebemos a atuação dessa elite que, em convivência com o Estado, influenciava a população e incluía a sociedade na aceitação dos novos métodos, tendo o governador como partícipe desse movimento pró-infância utilizando a imagem e a fala das crianças como anunciadoras desse projeto modernizador.

Entre as décadas 1920, 1930 e 1940, as políticas para a infância iam se estabelecendo num território mais vigilante, que procurava, por meio de inúmeros decretos, reagir sobre os desvios das condutas na sociedade disciplinar. Com uma política mais policial e ditadora, era preciso conter os indivíduos considerados perigosos para a segurança e tranquilidade pública, em tempos de epidemias, fome e desemprego. O Maranhão, sob uma política interventorial, se transformava num canteiro de obras com a departamentalização dos serviços públicos. Os novos edifícios para a educação e a saúde dos maranhenses, para além da monumentalidade, buscavam ampliar o atendimento à população desvalida, em instituições de confinamento dos indivíduos. Essa prática política foi imposta para a profilaxia de epidemias como a da lepra, mas que visava não somente o tratamento, mas a exclusão social dos enfermos, vistos como verdadeiras ameaças sociais.

As fontes, os discursos e as pesquisas utilizadas corroboram as tentativas de afastamento das crianças das suas famílias, institucionalizadas em preventórios, por exemplo. Para o governo estadual, elas representavam um problema que deveria estar sob a vigilância dos funcionários do Educandário Santo Antônio, instituição analisada nessa tese e que, na verdade, não cumpria o papel de cuidar dessas crianças, arrancadas do seio de suas famílias. Os sobreviventes desse tempo guardam nas memórias as lembranças de uma infância estigmatizada, violentada e desconsiderada pelos políticos locais.

A assistência à infância, constituída no regime republicano por meio dos discursos de proteção e amparo, era, na verdade, uma prática política de exclusão e assujeitamento das crianças, de suas famílias e de seus futuros. De institutos a associações, a institucionalização visava formar o cidadão útil à nação que prosperava, aos olhos dos que governavam. Sob o caráter moralista, religioso e cívico, a educação no educandário tinha foco no aprendizado dos bons costumes e no exercício do trabalho como meio de prevenção da delinquência social. Sem formação profissional, muitas meninas se tornavam empregadas domésticas e alguns meninos, faziam trabalhos agrícolas.

Ao investigar uma das histórias, contada por quem viveu estigmatizado, vimos que, sob o mito da “proteção social”, as ações empreendidas contribuíram mais para o progresso nacional do que para o desenvolvimento integral da infância isolada. Na fala do sujeito

percebemos a responsabilidade pública pela violação de direitos provocada como efeito da política de saúde eugenista e higienista adotada pelo Estado que, ao empreender os ‘muros sociais’, provocou prejuízos irreparáveis na vida de toda a família. Por outro lado, muitos pais foram acusados de abandono pelos filhos, por estes desconhecerem os motivos de terem sido internados.

As propostas políticas republicanas, portanto, desenvolveram ações relacionadas aos propósitos de uma nação que tinha a infância sob três representações:

1. *As crianças, como trabalhadoras, estariam protegidas dos perigos das ruas.* Essa máxima adultocêntrica conduzia milhares de meninos e meninas às fábricas maranhenses para o trabalho ilimitado, sem valorização, reconhecimento e sob exploração e violência dos seus corpos

2. *As crianças deveriam estar limpas e livres de todas as doenças.* Para isso, foram criados serviços de atendimento à saúde da infância, ampliando para espaços educativos como as creches (que ofereciam somente cuidados higiênicos) e preventórios. Além da assistência médica, odontológica e social, as crianças e suas famílias sofriam com as práticas punitivas e coercitivas utilizadas pelo Estado para garantir o funcionamento das instituições;

3. *As crianças deveriam aprender a nova pedagogia.* Não incluída como objeto de investigação nesse trabalho, mas a instituição escolar adotava métodos que incluíam práticas pedagógicas como a recreação e a educação física. Com objetivos bem definidos pela nova conjuntura brasileira, ela visava a formação de uma nação para homens e mulheres aptos a servirem o Estado.

Numa síntese desse percurso político, constatamos as continuidades dessas práticas na atual educação das crianças pobres, no Maranhão. Mesmo sob o governo de políticas autoproclamadas de esquerda, presenciamos a desigualdade exposta dos meninos e meninas maranhenses, que lutam cotidianamente pela sobrevivência em meio a tantas burocracias e falácias de garantias de seus direitos. Esse estudo traz à baila as histórias de todas as infâncias que coexistem em nosso Maranhão, que semeiam nesse chão as diversas manifestações étnico-raciais.

Crianças das comunidades indígenas como os Guarani, Kayapó e Tentehar-Guajajara, que desenvolvem a autonomia na convivência com a terra e com os demais membros da comunidade. Uma consciência de pertencimento ao território no desenvolvimento de conhecimentos sobre o clima, a fauna e a flora, presente nas cantigas que embalam as redes para deitar ou nos rituais e festas que celebram a vida na floresta. Infelizmente, nossas crianças indígenas tem sofrido nos últimos anos o processo de aculturação, estando

vulneráveis ao processo de imposição de valores ocidentais com o avanço da tecnologia, desprotegidas pelas políticas que não incluem programas de valorização da pluralidade cultural no estado do Maranhão.

Também, a infância das crianças dos quilombos de São Bendito do Céu, Limoeiro e São Sebastião, no vale do Turiaçu; o quilombo de Lagoa Amarela, em Chapadinha, além de muitos quilombos menores, sobretudo nas regiões dos vales do Turiaçu e do Itapecuru, nas matas de Codó, do Mearim e na Baixada Maranhense. Essa infância convive com as rodas de histórias, ritual que marca a vida comunitária onde os mais velhos narram as lutas dos seus antepassados às crianças. Esses territórios, nos últimos anos, têm sido ameaçados pela tomada de suas terras por políticos corruptos, e as crianças também convivem com o medo da desapropriação e da invasão de suas comunidades.

As crianças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que experienciam as expressões únicas dos movimentos sociais que envolvem a solidariedade e a partilha. Mas indubitavelmente, vivem a desesperança da luta por uma Reforma Agrária e a incerteza de uma moradia digna junto aos seus familiares e amigos comunitários. Em contrapartida, os Sem Terrinha participam ativamente dos espaços de luta e discussão sobre as políticas públicas para a moradia e criam territórios de cultura infantil como as cirandas para, através do brincar, ressignificarem a resistência. Enfim, as crianças do campo, das comunidades pesqueiras, ribeirinhas e da periferia, todas as nossas crianças precisam estar incluídas, serem vistas e participarem do processo de construção das políticas públicas para uma infância plural e culturalmente diversa.

Os programas e projetos para o povo, desempregado, doente, negro, indígena, e outras caracterizações em que se situa a população pobre do nosso estado, não conseguem efetivamente resolver o grave problema da discriminação social. Nos palanques, temos as promessas e nas propagandas, as fotos e os sorrisos nas entregas de inúmeros kits, vales, auxílios e cestas básicas. O que ainda não vemos são os efetivos diálogos com as comunidades e com as crianças, num processo de escuta e participação democrática onde todos podem contribuir com a construção de novas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- A ESTRELA DA TARDE, **Maranhão**, n. 04, 07 maio 1857. Disponível em http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272225371409189137_62851409189137_6285.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2019.
- A FIDELIDADE MARANHENSE, **Maranhão**, n. 01, 20 set 1826. Disponível em http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272225371409189137_62851409189137_6285.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2019.
- A MOCIDADE, **Maranhão**, n.9, 21 out 1875. Disponível em http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160201092659.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2022.
- ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação feminina em São Luís (século XIX). História do Maranhão: novos estudos. São Luís: EdUFMA. In: COSTA, Wagner Cabral da. Educação feminina em São Luís. **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Edufma, 2004.
- ABRANTES, Elizabeth Sousa. O dote é a moça educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 2010. **Tese (Doutorado em História)** - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.
- ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. **São Paulo em perspectiva**, v. 4, n. 2, p. 8-17, 1990.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALGRANTI, Leila. **Honradas e devotas: mulheres na Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.
- ALMEIDA, Antônio Martins de. **Exposição apresentada a Getúlio Vargas pelo interventor Federal no Estado do Maranhão**. São Luís: Imprensa Oficial, 1933.
- ANDRADE, Beatriz Martins de. O Discurso educacional do Maranhão na primeira república: uma análise de conteúdo. 1982. **Tese (Mestrado em Educação)** – Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1982.
- ARAÚJO, Claudiane Santos. Infância Negada: um estudo sobre as relações sociais entre meninas negras no Asilo de Santa Tereza (1855-1870). 2013. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.
- ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins de infância**. Ed. Vozes, 2002.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Libros tecnicos e científicos editora, 1981.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO LUÍS. **Livro Tombo da Igreja de São Pantaleão de São Luís-MA**. São Luís: 1942.
- AZEVEDO, Aluísio de. **O Mulato**. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.
- BECCHI, Egle. Retórica de infância. **Perspectiva**, n. 22, Florianópolis, 1983, p. 63-95.
- BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 2, 2012.
- BRANCO, Joseilma Lima Coelho Castelo. Instrução Pública: história da escola primária no

- Maranhão oitocentista (1834 – 1889). 2019. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019.
- BRANDÃO, Carlos. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 248p. **Em Aberto**, v. 11, n. 56, 1992.
- BRASIL. **Anais da I Conferência Nacional de Assistência Social aos Leprosos**. Imprensa Oficial: Rio de Janeiro, 1939. Disponível em: <http://hansen.bvs.ilsl.br/textoc/revistas/1939/PDF/v7n4/v7n4conflepro.pdf>. Acesso em 20 jul 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio. Acesso em 20 jul 2022.
- BRASIL. **Lei nº 357**. Decreto de 27 de abril de 1844, regulando a extracção de Loterias em todo o Império. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1845.
- BRASIL. **Lei nº 610 de 13 de janeiro de 1949**. Câmara dos Deputados: Rio de Janeiro, 1949. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-610-13-janeiro-1949-366190-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 jul 2022.
- BRASIL. **Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho Interno**. Filhos segregados de pais ex-portadores de hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório. SDH: Distrito Federal, 2012.
- BRASIL. **Tratado de Leprologia**. Serviço Nacional da Lepra: Rio de Janeiro, 1950.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *As propostas educacionais maranhenses no Império (1834-1889)*. 1982. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.
- CALDEIRA, Jeane dos Santos. *A infância desvalida institucionalizada em Pelotas/RS: controle e ordenamento social nas páginas dos periódicos locais – décadas de 1910 a 1940*. 2020. **Tese** (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.
- CÂMARA, Cidinalva Silva. *O Começo e o Fim do Mundo: estigmatização e exclusão social de internos da colônia do Bonfim*. 2009. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de (Org.). **A Construção Nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CASTRO, César Augusto. **Infância e trabalho no Maranhão Provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)**. EdFUNC, 2007.

- CERQUEIRA, Daniel Lemos. *O Piano no Maranhão: uma pesquisa artística*. 2019. **Tese** (Doutorado em Música) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COE, Agostinho Júnior Holanda. *A assistência em crise: a Santa Casa da Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890)*. 2013. **Tese** (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2013.
- COELHO, Josivan Costa. *A Inspeção da Instrução Pública Maranhense 1843-1889*. 2017. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2017.
- COSTA, Benedito Gonçalves. *A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará: 1878 – 1888*. 2014. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2014.
- COSTA, Odaléia Alves da. *O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)*. 2013. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2013.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX*. 2008. **Tese** (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- CRUZEIRO, **Maranhão**, n. 121, 06 jun 1936. Disponível em http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20141106154928.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2021.
- CUSTÓDIO, Maria Aparecida Correa. **Educar para civilizar e doutrinar as crianças indígenas na colônia de Alto Alegre-MA: a cumplicidade das capuchinhas italianas (1899-1901)**. International Studies on Law and Education. FEUSP: Universidade do Porto, 2019.
- DE AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX**. Annablume, 1987.
- DE CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A escola e a República e outros ensaios**. São Paulo: EDUSF, 2003.
- DE FARIA FILHO, Luciano Mendes. **A Infância e sua educação: Materiais, práticas e representações**. Autêntica, 2018.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- DUTRA, Rosyane de Moraes Martins. *Entre canções, bocas-de-forno e petecas: vivências e registros de cultura infantil maranhense*. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 9, 2020.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. 13 ed. Lisboa: Editorial Presença, 2007.
- FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora USP, 2009.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FERREIRA, Ellen Cristina Pinheiro. *Filhos separados: entre construção de demandas e reconhecimento*. 2017. **Monografia** (Curso de Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, Volume 1: A Vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980**. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política. **Rio de Janeiro: Forense**, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos X**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 52, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Martins fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio, v. 3, p. 49, 2013.
- FRANCO, Renato Júnio. Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. 2011. **Tese (Doutorado em História)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. São Paulo: Global Editora (1ª edição digital), 2013.
- GALVES, Marcelo Cheche. Os “republicanos” do Maranhão: independência, confederação do Equador e a construção do Estado Imperial. In: GALVES, Marcelo Cheche, COSTA, Yuri (orgs) **O Maranhão Oitocentista**. Imperatriz: Ética. São Luís: Editora UEMA, 2009.
- GIGLIO, Celia Maria Benedicto. Leitura e escrita no governo de homens e coisas. Província de São Paulo-Século XIX. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 3, p. 640-655, 2019.
- GIGLIO, Celia Maria Benedicto. Uma genealogia de práticas educativas na Província de São Paulo: 1836-1876. 2001. **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- GIGLIO, Célia Maria Benedicto. **Imprensa operária e educação nos inícios do século XX: O jornal A Voz do Trabalhador**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2020.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In.: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GODÓIS, Barbosa de. **O mestre e a escola**. Maranhão: Imprensa oficial, 1910.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada (1963)**. Editora LTC, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Prisões, manicômios e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOMIDE, Leila Regina Scalia. Órfãos de pais vivos: a lepra e as instituições preventórias no Brasil: estigmas, preconceitos e segregação. 1991. **Dissertação (Mestrado em História Social)** – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1991.
- GONDRA, José Gonçalves. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. Cortez Editora, 2008.
- GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 175-195.

- GUIMARÃES, Felipe Osvaldo. Formação militar e "amparo aos desvalidos" na Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais (1876-1891). 2014. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, n. 55, nov 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOMEM, António Pedro Barbas. **O espírito das instituições**. Um estudo de História do Estado. Coimbra: Almedina, 2006.
- JOHANSEN, Carla Cristina. A interiorização da assistência à infância e a experiência do *Asylo de Orphans Anália Franco* em Ribeirão Preto (1901-1925). 2017. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.
- JORGE, Sebastião. **A imprensa no Maranhão no século XIX (1821 – 1900)**. São Luis, MA: Lithograf, 2008.
- JORNAL MARANHENSE, **Maranhão**, n. 2, 13 jul 1841. Disponível em http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104093203.pdf. Acesso em 4 set 2020.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 2001.
- KRAWCZYK, Nora. A política educacional e seus desafios na pesquisa: o caso do Brasil. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-9, 2019.
- KUHLMANN Jr., Moysés, FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.) **A Infância e sua Educação: materiais, práticas e representações** (Portugal e Brasil). São Paulo: Autentica, 2007.
- KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão, Corpo e Alma**. 2. ed. São Luís: Edição da autora, 2020.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5. Ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.
- LIMA, Olavo Correa. História da Assistência à Infância no Maranhão. **Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Maranhão**. Nº 3. Ano XXVIII. Agosto de 1951.
- LISBOA, Achilles. **Razões de queixas e esperanças do Maranhão**. Discurso pronunciado pelo Dr. Aquiles Lisboa, no desembarque dos Drs. Marcelino e Lino Machado, a 9 de outubro de 1934. Maranhão: Imprensa Oficial, 1934.
- LISBOA, Achilles. **A imigração e a Lepra**. In: Revista de Geografia e História. Ano II, nº 02 – São Luís, MA, 1947.
- LISBOA, Achilles. **Catecismo de defesa contra a Lepra**. São Luís: Imprensa Oficial, 1936.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo, Cortez, 1989.
- MARANHÃO. **Colecção de Decretos, Leis e Resoluções do Governo do Estado do Maranhão de 22 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1892**. Maranhão: Typografia a

vapor dos Frias, 1893.

MARANHÃO. Decreto nº 1299 A de 4 de fevereiro de 1930. **Cria três cargos de professoras primarias para o grupo escolar destinado aos filhos dos operários da Companhia Fabril Maranhense, desta capital, e mais quatro escolas primarias nos municípios de Victoria do Baixo Mearim, Cajapió, Icatú e Penalva.** Coleção de Decretos do Anno de 1930. Maranhão: Imprensa Oficial, 1930.

MARANHÃO. Decreto nº 799. **Autoriza o Secretario Geral de Estado a assignar contracto com a firma Guilherme Bluhm, para fornecimento de materiais destinados as instalações do Leprosário da Ponta do Bonfim.** São Luís, MA: Imprensa Oficial, 1935.

MARANHÃO. Decreto-lei nº 518 de 23 de outubro de 1941. **Concede dispensa das taxas de armazenagem, capatazias e estatística a 45 volumes de móveis e aparelhos importados para o Educandário Santo Antônio – preventório para filhos sadios de Lázarus.** Coleção de Decretos-lei e Decretos de janeiro a dezembro de 1941. Maranhão: DEIP, 1942.

MARANHÃO. **Discurso** recitado pelo Exmo. Sr. Doutor João Antônio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de julho de 1841. Maranhão: Typografia Monarchica, 1841.

MARANHÃO. **Estatuto do Colégio de N. Sra, da Anunciação e Remédios.** Maranhão, 1872.

MARANHÃO. **Falla** dirigida pelo Exmo. Presidente da Província do Maranhão Honório Pereira de Azeredo Coutinho á Assembléa Legislativa Provincial por ocasião de sua instalação no dia 7 de setembro de 1850. Maranhão: Typografia Constitucional, 1850.

MARANHÃO. **Falla** que o Exmo. Sr. Dr. José Bento de Araujo dirigiu á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão em 11 de fevereiro de 1888 por ocasião da instalação da 1ª sessão da 27ª legislatura. Maranhão: Typografia do Paiz, 1888.

MARANHÃO. **Instituto da Assistência á Infância (Relatório de 1911).** São Luís: Typografia J. Pires e C., 1911.

MARANHÃO. **Instituto da Assistência á Infância (Relatório de 1912).** São Luís: Typografia J. Pires e C., 1912.

MARANHÃO. **Instituto da Assistência á Infância (Relatório de 1917).** São Luís: Typografia J. Pires e C., 1917.

MARANHÃO. **Lei nº 105 de 23 de agosto de 1841 autorizando o Presidente da Província e estabelecer n'esta cidade uma casa de educandos de Artifices.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1841.

MARANHÃO. Lei nº 1091 de 17 de julho. **Approva o regulamento da instrucção publica, assignado pela mesa da mesma assemblea em data de 6 de julho de 1874.** Maranhão: Typografia do Paiz, 1874.

MARANHÃO. **Lei nº 118 de 2 de outubro de 1841, aprovando definitivamente os Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Annunciação e Remedios desta cidade.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1841.

MARANHÃO. Lei nº 119 de 02 de Maio de 1895. **Reorganisa a Instrucção Publica do Estado.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1896.

MARANHÃO. Lei nº 201. **Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.** Coleção de Leis, Decretos e Resolução da Província do Maranhão. Maranhão: Imprensa Oficial, 1840.

- MARANHÃO. **Lei nº 234, de 20 de agosto de 1847, orçando a receita e fixando a despesa para o ano financeiro de 1848 a 1849.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1847.
- MARANHÃO. **Lei nº 267. Lei de 17 de dezembro de 1849, reorganizando a Instrução Pública desta Província.** Maranhão: Typografia de JAG de Magalhães, 1850.
- MARANHÃO. **Lei nº 284. Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.** Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. Maranhão: Typografia JAG de Magalhães, 1850.
- MARANHÃO. **Lei nº 30 de 25 de janeiro de 1938. Dá nova organização aos serviços da Directoria de Saude e Assistencia.** Coleção de Decretos-lei e Decretos de janeiro a Junho de 1938. Maranhão: Imprensa Oficial, 1939.
- MARANHÃO. **Lei nº 30. Nova organização aos serviços da Diretoria de Saúde e Assistência do Estado do Maranhão.** São Luís: Imprensa Oficial, 1938.
- MARANHÃO. **Lei nº 322. Decreta a Força Policial para os anos de 1853 e 1854.** Maranhão: Imprensa Oficial: 1892.
- MARANHÃO. **Lei nº 367, de 24 de julho de 1855. Crea o regulamento do Asilo de Santa Teresa. Coleção de Leis, decretos e resoluções da província do Maranhão.** Maranhão: Typografia Constitucional, 1855.
- MARANHÃO. **Lei nº 395 de 18 de julho. Crea na casa dos educandos artífices uma cadeira de mecânica, esculptura e dezenho aplicada às artes.** Coleção de Leis, decretos e resoluções da Província do Maranhão. Maranhão: Typografia Constitucional, 1855.
- MARANHÃO. **Lei nº 448, de 2 de maio de 1858. Crea novo regulamento para o Asilo de Santa Theresa.** Maranhão: Typografia Constitucional, 1858.
- MARANHÃO. **Lei nº 512. Dispensa das taxas de materiais adquiridos pela Sociedade para composição do Educandário Santo Antônio.** São Luís: Imprensa Oficial, 1941.
- MARANHÃO. **Lei nº 55. Lei de 22 de Maio criando Cadeiras de 1^{as} letras em Sipahú e Tresidela.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1838.
- MARANHÃO. **Lei nº 570 de 4 de abril de 1911. Crea várias escolas de ensino primário no interior do Estado.** Coleção das Leis e Resolução do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1911. Maranhão: Imprensa Oficial, 1911a.
- MARANHÃO. **Lei nº 585 de 27 de abril de 1911. Auctoriza o governo a crear na capital um Internato de Educandos Artífices.** Coleção das Leis e Resolução do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1911. Maranhão: Imprensa Oficial, 1911b.
- MARANHÃO. **Lei nº 720 de 23 de julho de 1864. Eleva a sessenta o numero das meninas desvalidas do Asylo de Santa Thereza e altera algumas disposições do regulamento de 16 de janeiro de 1855.** Maranhão: Typografia Constitucional, 1864.
- MARANHÃO. **Lei nº 756. Fixa a Força Pública do Estado para o exercício de 1917 a 1918.** São Luís: Imprensa Oficial, 1917.
- MARANHÃO. **Lei nº 77. Lei de 24 de julho formando um Lyceu n'esta capital.** Maranhão: Imprensa Oficial, 1838.
- MARANHÃO. **Lei nº 799 de 22 de Março de 1935. Autoriza o Secretario Geral do Estado a assignar contracto com a firma Guilherme Bluhm, para fornecimento de materiaes destinados ás instalações do Leprosario da Ponta do Bonfim.** Coleção de Decretos de Janeiro a Dezembro de 1935. Maranhão: Imprensa Oficial, 1936.
- MARANHÃO. **Lei nº 95 de 11 de julho de 1840 mandando organizar Estatutos para o**

Recolhimento de N. S. da Anunciação e Remédios. Maranhão: Imprensa Oficial, 1840.

MARANHÃO. **Mensagem** apresentada ao Congresso pelo Exmo, Sr. Dr. Godofredo Vianna, presidente do Estado, em sessão de 5 de fevereiro de 1925. Maranhão: Imprensa Oficial, 1925.

MARANHÃO. **Mensagem** apresentada ao Congresso pelo Exmo. Sr. Dr. Urbano Santos da Costa Araujo, presidente do Estado, em sessão de 5 de fevereiro de 1920. Maranhão: Imprensa Oficial, 1925.

MARANHÃO. **Mensagem** do Governador José Magalhães de Almeida ao Congresso do Estado lida na abertura da sua 3ª reunião ordinária da 13ª legislatura. Maranhão: Imprensa Oficial, 1930.

MARANHÃO. **Política Estadual pela Primeira Infância.** São Luís: Imprensa Oficial, 2019.

MARANHÃO. **Relatório** apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão pelo presidente da província Conselheiro Antônio Manoel de Campos Mello, por accasião da instalação da mesma no dia 27 de outubro de 1862. Maranhão: Typografia de B. de Matos, 1862.

MARANHÃO. **Relatório** apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, no dia 1º de junho de 1869, pelo primeiro vice-presidente da Província, o Exmo. Sr. Dr. José da Silva Maya. Maranhão: Typografia de José Mathias, 1869.

MARANHÃO. **Relatório** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, Interventor Federal no Maranhão. Maranhão: DEIP, 1939.

MARANHÃO. **Relatório** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, Interventor Federal no Maranhão. Maranhão: DEIP, 1941.

MARANHÃO. **Relatório** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, Interventor Federal no Maranhão. Maranhão: DEIP, 1942.

MARANHÃO. **Relatório** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, Interventor Federal no Estado do Maranhão. Maranhão: Imprensa Oficial, 1938.

MARANHÃO. **Relatório** com que o Exmo Sr. João Silveira de Souza, presidente desta Província, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio. Maranhão: Typografia de JMC de Frias, 1860.

MARANHÃO. **Relatório** com que o Exmo. Sr. Barão de Grajahú, 1º vice-presidente da província passou a administração da mesma ao respectivo presidente o Exmo. Sr. Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos em 18 de setembro de 1884. Maranhão: Typografia a vapor da Pacotilha, 1884.

MARANHÃO. **Relatório** com que o Exmo. Sr. Dr. José Thomaz da Porciuncula, passou a administração do Estado em 7 de julho de 1890 ao 1º Vice-governador Exmo. Sr. Conselheiro Augusto Olympio Gomes de Castro. Maranhão: Typografia a vapor dos Frias, 1890.

MARANHÃO. **Relatório** com que o Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, 2º vice-presidente no dia 24 de novembro ultimo. Maranhão:

Typografia Constitucional, 1863a.

MARANHÃO. **Relatório** com que o Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Antônio Alves de Souza Carvalho, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. 1º Vice-presidente Dr. Manoel Jansen Ferreira no dia 4 de abril de 1867. Maranhão: Typografia dos Frias, 1867.

MARANHÃO. **Relatório** com que o vice-presidente José Joaquim Vieira Berford entregou a presidência da Província do Maranhão ao Ilmo. e Exmo, Sr. Commendador Antônio Candido da Cruz Machado. Maranhão: Typografia Constitucional, 1856.

MARANHÃO. **Relatório da Inspeção Pública proferida pelo inspetor o Sr. Francisco Sotero dos Reis.** São Luís, 1870.

MARANHÃO. **Relatório** do Exmo. Sr. Presidente Doutor Francisco Xavier Paes Barreto apresentado ao Exmo. Sr. Vice-presidente Doutor João Pedro Dias Vieira. Maranhão: Typografia da Temperança, 1858.

MARANHÃO. **Relatório** do presidente da Província do Maranhão o Doutor Eduardo Olímpio Machado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 08 de maio de 1854. Maranhão: Typografia Constitucional, 1854.

MARANHÃO. **Relatório** do Presidente da Província do Maranhão o Doutor Eduardo Olímpio Machado na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 05 de maio de 1855. Maranhão: Typografia Constitucional, 1855.

MARANHÃO. **Relatório** que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1856, o Exmo. Presidente da Província Antônio Candido da Cruz Machado. Maranhão: Typografia Constitucional, 1856.

MARANHÃO. **Relatório** que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou o Conselheiro Presidente da Província Antônio Manoel de Campos Mello, por ocasião de instalação da mesma no dia 03 de maio de 1863. Maranhão: Typografia do Frias, 1863b.

MARANHÃO. **Relatório** que o Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, apresentou á Assembléa Legislativa Provincial por ocasião da sua abertura no dia 3 de maio de 1866. Maranhão: Typografia do Frias, 1866.

MARANHÃO. **Relatório** que recitou o Exmo. Presidente da Província do Maranhão Dr. Eduardo Olímpio Machado, à Assembléa Legislativa Provincial por ocasião de sua instalação em no dia 09 de junho de 1852. Maranhão: Imprensa Oficial, 1852.

MARANHÃO. **Relatório** que recitou o Exmo. Vice-Presidente da Província do Maranhão Dr. João Pedro Dias Vieira ao passar a administração ao Exmo. Sr. Presidente Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá no dia 19 de outubro de 1858. Maranhão: Typografia da Temperança, 1858.

MARANHÃO. **Relatório** que sua Exmo. Sr. Vice-presidente da Província, Dr. José da Silva Maya apresentou no dia 18 de maio de 1870 perante a Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da instalação de sua sessão ordinária. Maranhão: Typografia de JMA Serrão, 1870.

MARANHÃO. **Relatório** que sua Exmo. Sr. Vice-presidente da Província, Dr. Silvino Elvidio carneiro da Cunha apresentou no dia 17 de maio de 1873 perante a Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da instalação de sua sessão ordinária. Maranhão: Typografia de JMA Serrão, 1873.

MARANHÃO. **Relatórios da Chefatura de Polícia apresentado ao Dr. Paulo Ramos.** São Luís: Imprensa Oficial, 1937.

MARANHÃO. Secretaria da Santa Casa de Misericórdia. **Ata da sessão da meza**

- administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.** São Luís: 1891.
- MARANHÃO. Secretaria da Santa Casa de Misericórdia. **Livro de Despesas e Receitas da Santa Casa de Misericórdia.** São Luís, 1840.
- MARANHÃO. Secretaria da Santa Casa de Misericórdia. **Ofício da Mordomia dos Expostos.** São Luís: 1862.
- MARANHÃO. Secretaria da Santa Casa de Misericórdia. **Ofício da Mordomia dos Expostos.** São Luís: 1863.
- MARANHÃO. Secretaria da Santa Casa de Misericórdia. **Ofício da Mordomia dos Expostos.** São Luís, 1901.
- MARANHÃO. Secretaria da Santa Casa de Misericórdia. **Ofício da Mordomia dos Expostos.** São Luís, 1878.
- MARANHÃO. Secretaria da Santa Casa de Misericórdia. **Recibo.** São Luís: papel avulso, 1863.
- MARANHÃO. Secretaria da Santa Casa de Misericórdia. **Regulamento para a Casa dos Expostos.** São Luís, 1832.
- MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão.** 3. Ed. São Luís, AML, 1970.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra.** São Paulo: LECH-Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saúde: os novos atenienses ea invenção do Maranhão.** Edufma, 2006.
- MEIRELES, Mário Martins. **Dez estudos históricos.** São Luís: ALUMAR, 1994.
- MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da DASP, 1960.
- MELLO, Débora Teixeira de. Uma genealogia das políticas públicas para a creche no Brasil: Estado e Infância (1899-1920). 2008. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884):** contribuição ao estudo da assistência social no Brasil. Conselho Estadual de Cultura, 1977.
- MINERVA, **Maranhão**, n. 40, 27 nov 1828. Disponível em http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272220001409188800_01471409188800_0147.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2020.
- MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a escola nova.** São Paulo: Cortez, 1989.
- MOURA, Vera Lúcia Braga de. A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929). 2011. **Tese** (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas (1879-1932). 2010. **Tese** (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- NUNES, Eduardo Silveira Netto. A infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948. 2011. **Tese** (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São

Paulo, 2011.

O ARTISTA, **Maranhão**, n.13, 12 mai 1863. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/artista/234281>. Acesso em 20 mar 2020.

O INVESTIGADOR MARANHENSE, **Maranhão**, n. 23, 26 abr 1836. Disponível em http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272220451409188845_83331409188845_8333.pdf. Acesso em 20 mar 2020.

OLIVEIRA, Luiza Iolanda Pegado Cortez de. Entre casas, ruas e igrejas: crianças abandonadas na cidade da Paraíba oitocentista. 2014. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

OLIVEIRA, Paloma Rezende de. Criança: “Futuro da Nação”, “Célula do Vício” – Políticas de assistência à infância em Juiz de Fora/MG na transição império-república. 2009.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

PACHECO, Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. Maranhão: SENEC - Departamento de Cultura, 1969.

PACOTILHA, **Maranhão**, n. 112, 24 jul 1912. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1912_00213.pdf. Acesso em 23 mai 2020.

PACOTILHA, **Maranhão**, n. 18, 5 mai 1908. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1908_00018.pdf. Acesso em 21 ago 2020.

PACOTILHA, **Maranhão**, n. 203, 30 ago 1911. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/168319/per168319_1911_00203.pdf. Acesso em 23 mai 2020.

PACOTILHA, **Maranhão**, n. 24, 14 jan 1904. Disponível em http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20181206123610.pdf. Acesso em 27 abril 2021.

PAULA, Thiago do Nascimento T. de. Teias de caridade e o lugar social dos expostos da freguesia de N^a Sr^a da Apresentação - Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. 2009.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

PAVANI, Elaine Cristina Rossi. O controle da “Lepra” e o papel dos preventórios: exclusão social e interações socioespaciais dos egressos do Educandário Alzira Bley no Espírito Santo. 2019. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**, p. 167-84, 1988.

PIAUI. **Relatório** com que o Exmo. Sr. Dr. Luiz Antônio Vieira da Silva passou a administração da Província do Piauí ao exmo. Sr. Vice-presidente Dr. Manoel José Espinola Junior, no dia 7 de maio de 1870. São Luís: Typografia B. de Mattos, 1870.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, v. 6, p. 12, 1999.

PRADO Jr., Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1975.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

QUADROS, Mara Rachel Souza Soares de. **Instrução de crianças negras nas escolas de primeiras letras no Maranhão Imperial**. São Luís: EDUFMA, 2020.

- RAMOS, Paulo Martins de Souza. **Exposição ao povo maranhense**. São Luís: Imprensa Oficial, 1938.
- RANGEL, Rosângela Faria. *Assistência no Rio de Janeiro: elite, filantropia e poder na Primeira República*. 2013. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2013.
- REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: s/n, 2013.
- REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
- RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Igreja Católica e Modernidade no Maranhão (1889-1922)*. 2003. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco. (orgs.) **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo, Loyola, 2004.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROCHA, José Fernando Teles da. *Do asilo dos expostos ao berçário: assistência e proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896-1936)*. 2010. **Tese** (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas, 2010.
- ROCHA, Leila Alves. *Caridade e poder: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889)*. 2005. **Dissertação** (mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2005.
- RODRIGUES, Flávia Silvia. *Dimensões Educativas das normas e saberes acerca da infância desfavorecida no estado de São Paulo: a legislação e a literatura especializada entre 1890 e 1927*. 2005. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- RODRIGUES, Henrique. *Sobrevivências e trajetórias de expostos emigrados para o Brasil*, In: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010. p. 297-338.
- RODRIGUES, Maria José Lobato. *Educação Feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição*. 2010. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.
- ROSA, Laura. **As Crianças**: conferência realizada no salão da Biblioteca Pública, a 4 de dezembro de 1909. São Luís, MA: Imprensa Oficial do Maranhão, 1909.
- RUSSELL-WOOD, Antony John. **Fidalgos and Philanthropists**. The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550–1755. London: Macmillan, 1981.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia (orgs.). **História breve das misericórdias portuguesas (1498-2000)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. **As Misericórdias Portuguesas: de D. Manoel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Padroado e Regalismo no Brasil Independente*. In: **XIV**

- Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia.** Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, 2013.
- SANTOS, Francieli Lunelli; LEANDRO, José Augusto. Mulheres da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepra, 1926-1947. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 26, p. 57-78, 2020.
- SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, Mary del. **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- DOS SANTOS, Raimundo Lima. As percepções de Spix e Martius sobre a paisagem maranhense. **Tempos Históricos**, v. 19, n. 1, p. 138-152, 2015.
- SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. Pesquisa documental sobre a história da hanseníase no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 10, p. 415-426, 2003.
- SÃO LUÍS. **Primeiro Caderno de Recenseamento da Cidade de São Luís**. São Luís: Imprensa Oficial: 1855.
- SÃO LUÍS. Secretaria da Santa Casa de Misericórdia. **Tabela dos próprios da Santa Casa da Misericórdia**. São Luís: 1842.
- SARMENTO, Manuel Jacinto et al. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. **Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, p. 9-34, 2004.
- SCHRIEWER, Jurgén. Estados-modelo e Sociedade de referência: externalização em processos de modernização. In: NÓVOA, Antonio, SCHRIEWER, Jurgén. **A difusão mundial da Escola**. Lisboa: Educa, 2000, p. 103-120.
- SCREMIN, João Valerio. Pobre coração de Maria: assistência e educação de meninas desvalidas em fins do século XIX e início do século XX. 2009. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2009.
- SEGADILHA, Delcineide Maria Ferreira. A Escola Modelo Benedito Leite no contexto de produção da educação moderna em São Luís-MA (1900-1920). 2016. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2016.
- SEGADILHA, Delcineide Maria Ferreira. Escola Modelo Benedito Leite no início do século XX em São Luís-MA: conversando sobre método. **Anais do XII Encontro Maranhense de História da Educação**. São Luís: NEDHEL/UFMA, 2019.
- SELBACH, Jeferson Francisco. **Código de Posturas de São Luís/MA**. edufma, 2010.
- SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.
- SILVA, Diana Rocha da Silva. As Casas de ensino no Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912). 2017. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2017.
- SILVA, Maria Beatriz de Oliveira e. A Irmandade da Misericórdia de São Paulo e a assistência aos expostos: recolher, salvar e educar (1896-1944). 2010. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, 2002, p. 65-102.
- SILVA, Raylina Maila Coelho et al. Infância e saberes quilombolas: participação das crianças e cultura lúdica no quilombo de Aripicá-MA. **DESIDADES-Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, v. 01, n. 32. p. 151-188. 2022

- SOUSA, Emilene Leite de. “Quem pode mais do que Deus?”: As crianças capuxu e suas experiências com os malassombros. **Mana**, v. 27, 2021.
- DE SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- SOUZA-ARAÚJO, Heraclides-Cesar de. História da lepra no Brasil: período republicano:(1889-1946): album das organizações antileprosas. In: **História da lepra no Brasil: período republicano:(1889-1946): album das organizações antileprosas**. 1948. p. 380.
- TAVARES, Rachel Sousa. A infância no Maranhão Imperial: a escolarização pública primária da criança pobre e livre no período de 1855-1889. 2009. **Dissertação** (mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.
- TOMASCHEWSKI, Cláudia. Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre. 2014. **Tese** (Doutorado em História) - PUC/ RS, Porto Alegre, 2014.
- TRUZZI, Marcello. Sherlock Holmes: Psicólogo social aplicado. In: ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas A. (orgs.) **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & educação**, v. 6, p. 68-96, 1992.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador: Séculos XVIII e XIX**. Papirus Editora, 1999.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.
- VITORIA, Maihara Raianne Marques. Os filhos da misericórdia: cotidiano e vivências das crianças expostas na santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890). 2015. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- VIVEIROS, Jerônimo de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão. **Revista de Geografia e História**, v. 4, n. 4, 1953.
- VIVEIROS, Jeronimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, p. 288-322, 2012

APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação de Relatórios de Presidentes da Província do Maranhão (1850-1889).

ANO	PRESIDENTES OU VICE-PRESIDENTES	RELATÓRIOS/FALAS/OFFÍCIOS
1850	Pr. Honório Pereira de Azeredo Coutinho	Falla à Assembleia Provincial, em 7 de setembro de 1850.
1851	Pr. Dr. Eduardo Olímpio Machado	Falla “ “ em 7 de setembro de 1851.
1852	V.Pr. Manoel de Sousa Pinto de Magalhães	Falla “ “ em 28 de julho de 1852.
	Pr. Dr. Eduardo Olímpio Machado	Relatório “ “ em 9 de julho de 1852.
	V. Pr. Manoel de Sousa Pinto de Magalhães	Relatório “ “ em 24 de setembro de 1852.
1853	Pr. Dr. Eduardo Olímpio Machado	Relatório “ “ em 1º de novembro de 1853.
1854	Pr. Dr. Eduardo Olímpio Machado	Relatório “ “ em 3 de maio de 1854.
	V. Pr. Manoel de Sousa Pinto de Magalhães	Relatório “ “ em 15 de julho de 1854.
1855	Pr. Dr. Eduardo Olímpio Machado	Relatório “ “ em 3 de maio de 1855.
	V. Pr. José Joaquim Teixeira Vieira Berford	Relatório “ “ em 21 de dezembro de 1855.
1856	Pr. Antônio Candido da Cruz Machado	Relatório “ “ em 9 de junho de 1856
1857	Dr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques	Relatório “ “ em 20 de agosto de 1857
1858	Dr. Francisco Xavier Paes Barreto	Relatório “ “ em 13 de abril de 1858
1859	Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá	Relatório “ “ em 3 de maio de 1859
1860	Sr. João Silveira de Souza	Relatório “ “ em 3 de maio de 1860
1861	Dr. Pedro Leão Velloso	Relatório “ “ em 24 de março de 1861
	Dr. Francisco Primo de Souza Aguiar	Em 25 de abril de 1861
1862	Antonio Manoel de Campos Mello	Relatório em 27 de outubro de 1862
1863	“ “ “ “	Relatório em 3 de maio de 1863
1864	Miguel J. Ayres do Nascimento	Relatório em 3 de maio de 1864
1865	Dr. Ambrozio Leitão da Cunha	Relatório em 23 de abril de 1865
1866	Dr. Lafayette Rodrigues Pereira	Relatório em 3 de maio de 1866
1867	Dr. Manoel Jansen Ferreira	Relatório em 3 de maio de 1867
1868	“ “ “ “	Relatório em 14 de maio de 1868
1869	Dr. Ambrozio Leitão da Cunha	Relatório em 4 de abril de 1869
1870	Dr. José da Silva Maya	Relatório em 18 de maio de 1870

1871	Dr. A.O. Gomes de Castro	Relatório em 3 de maio de 1871
1872	José Pereira da Graça	Relatório em 29 de abril de 1872
1873	Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha	Relatório em 17 de maio de 1873
1874	Dr. José Francisco de Viveiros	Relatório em 18 de abril de 1874
1875	José Pereira da Graça	Relatório em 8 de junho de 1875
1876	Sr. Frederico D'Almeida e Albuquerque	Relatório em 20 de junho de 1876
1877	Dr. Francisco Maria Correia de Sá e Bnevides	Relatório em 18 de outubro de 1877
1878	Dr. Carlos Fernando Ribeiro	Relatório dia 9 de maio de 1878
1879	Dr. Luiz de Oliveira Lins de Vasconcellos	Relatório em 22 de setembro de 1879
1880	“” “ “	Relatório em 13 de fevereiro de 1880
1881	Dr. Cincinnato Pinto da Silva	Relatório em 19 de fevereiro de 1881
1882	Dr. José Manoel de Freitas	Falla em 13 de março de 1882
1883	“” “”	Falla em 20 de maio de 1883
1884	Sr. Ovidio João Paulo de Andrade	Falla em 30 de janeiro de 1884
1885	Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos	Falla em 24 de fevereiro de 1885
1886	João Capistrano Bandeira de Mello	Falla em 13 de março de 1886
1887	Dr. José Bento de Araujo	Falla em 18 de março de 1887
1888	“” “”	Falla em 11 de fevereiro de 1888
1889	Dr. José Moreira Alves da Silva	Relatório em 30 de junho de 1889

APÊNDICE B - Mapa dos expostos recolhidos na Casa da Roda (ano de 1873).

Número	Nomes dos Expostos	Exposição	Cor	Instrução
01	Rita Victória Serra	15 março 1840	Branca	Cose, lê, escreve
02	Emilia Capristano Rabello	28 maio 1844	“”	“”
03	Maria da Conceição Sá	23 set 1857	“”	“”
04	Filomena Angelo da Silva	10 jun 1861	“”	aprendiz
05	Rosa Furtado da Cruz	12 junho 1863	“”	“”
06	Maria José da Silva	28 março 1868	“”	Nada
07	Francisca	31 agosto 1872	Preta	“”
08	Adalgiso de Magalhães Roxo	15 junho 1862	Branca	Lê e escreve
09	Fenelon Augusto Guimarães	12 dezembro 1863	Parda	“”

APÊNDICE C - Mapa dos expostos que se achavam entregues às amas externas (1873).

Número	Nomes dos Expostos	Exposição	Cor	Nomes das Amas
01	Maria	25 maio 1868	Parda	Adriana Rosa de Jesus
02	Sebastião	25 agosto 1868	“”	D. Izabel N. Pinheiro Leal
03	Maria	26 novembro 1870	Branca	D. Maria Benedicta da Cruz
04	Olindina	29 outubro de 1871	“”	D. Faustina A. Ribeiro de Farias
05	Um menor	06 abril 1873	“”	Rita Evarista Cardoso Maia
06	Martinho	24 abril 1873	“”	Maria Alexandrina da Conceição

ANEXOS

ANEXO A – Mapa do Maranhão (anos 1850).



ANEXO B – Fotos de crianças maranhenses (Século XX).



ANEXO C – Relatório do Presidente da Província Eduardo Olímpio Machado (1855).

RELATORIO
DO
PRESIDENTE
DA
PROVINCIA DO MARANHÃO
PELO
EDUARDO OLÍMPIO MACHADO.
NA ABERTURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL
NO DIA 3 DE MAIO DE 1855.

ACOMPANHADO DO
Orçamento da Receita e Despesa para o anno de 1856, e mais documentos.



MARANHÃO.
IMP. CONST. DE L. J. FERREIRA.
1855.

Seulhos Opmitados à Assembléa Legislativa Provincial.

Permitti que eu revocaria um peticionamento, o qual, o anno passado, emmitti nesto mes no lugar.

A confôrça do governo de Sua Magestade se preparava ainda a bentra de, mais uma vez, occupar-se neste tocante a Lei de exôrta a estado em que se achão os collegiâs piblicos. Exôrta eu, por tentara a meliã qüerida, dizeção do ensino, que, nã se pó, usando de fôrça e le dolo de costume, e ensino que estes collegiâs, se não a valer proprio da meliã obra e fructos auctiva, sirva de fundamento ás provas de admissão e baccalariatu que vã ser de vã na dizeção do ensino se osã.

O prazo, que since, em auctuar-vos a dizeção do bem-estar do Imperador, de San Augusta Lessa e Filhas, é, desta vez, extenuo e completo, por isso que nã se tenha, com a auctuar-vos nas dizeções auctivas, se não se tirar-vos a noticia de auctuar-vos algum dizeção, que tenha relação com os Membros da Família Imperial, tanto residentes no país, como fora de le.

E' mais sua favor, que nos fez a Previdencia Divina, e pelo qual auctuar-vos auctuar-vos as dizeções qüeridas.

Tranquillidade publica e segurança individual.

Este tocante, de tamanho, e, as vezes, dramático interesse, no lectura periodo das auctuar dizeções dizeções, é hoje em dia, de uma digna e auctuaridade. Como em todo o imperio, a tranquillidade publica, nesto periodo, é um facto, por assim dize, nã se auctuar, e segura, que, fallando nesto, dizeções-me-hoi apenas a auctuaridade a sua existéncia como uma coisa auctuar auctuaridade.

O estado da segurança individual é tambem auctuaridade.

Se se notaria auctuaridade na prestéção do comódo, em que está a auctuaridade, de garantir esta dizeção auctuaridade de toda a sociedade bem organizada, nã correspondem ainda ás aspirações daquelles, que, como em, dizeções suas e dizeções facto piblico auctuaridade, são, sem dizeção auctuaridade, superiores ás dizeções auctuaridade e auctuaridade auctuaridade de auctuaridade.

Os factos criminosos, occorridos no periodo annual de 1.º de abril do anno passado á 31 de março dizeções, sã dizeções dizeções dizeções.

Que se attenda ao numero dizeções auctuaridade factos, em as dizeções dizeções, que costuma ser auctuaridade, auctuaridade auctuaridade, e auctuaridade, que auctuaridade e auctuaridade publica tem conseguido auctuaridade auctuaridade do serviço, é positivo e auctuaridade. Não se auctuaridade os crimes em dizeções, como que os seus auctuaridade nã

que havia sido enviada, como já teve occasião de extrahir-se, por deliberação de 23 de abril do mesmo anno precedente.

Letra da Realdeza, que em confôrto e em 2.ª da lei provincial, n. 300, de 22 de julho ultimo, tratamdo as fronte de v.ªs freguezias de Santa Maria de Anjuntula e Santa Eulalia, ematto do documento official, annuo sob n. 1, e a sua demarcação foi procedida, em forza da referida lei, da applicação do critério e dos termos municipaes das vilas de Rosaria, Monte e Dezancho-moita.

Adão-se semelhantemente providas, segundo teve a Realdeza de participar-se e referendo tempo da diocese, as freguezias, ha pouco creadas, de Santa Maria de Anjuntula e Santa-Cruz da Barra do Oeste.

Os habitantes de Priscosma e outros lugares adjacentes supplicam a creação de um districto de paz e de uma capella situada no parço da Garra. As razões de que se preta-locam para fundamentar o seu pedido, são por-tanto irrelevantes, emquanto auctoritativas, que elles estão dispostos a fazer á sua custa a Igreja e as expensas de ella. Proceder-se, por tanto, nullo de tal petição com attribuição de justiça, tendo em vista a falta de praso espirital, que está tratada a população daquela localidade, e as garantias que deve ter a segurança da vida e propriedade em um lugar tão frequentado como é o dito parço.

Força publica provincial.

Compõem-se de um corpo de policia, que assigna v.ªs districtos, ficando o serviço proprio de sua instituição, e de 12 esquadras de guardas cooperates, que se achão distribuidas pelas freguezias da capital, Guimarães, Alentaria, S. Bento, Viana, Imparederizinha, Rosario, Vêrã, Covilhã, Santa-Melena, Utopalicha e S. Luis Gerardo de Alto-Monte.

O corpo de policia não pôde ainda ser creado ao seu estado completo. Espêcio este facto, que, por falta, nos deve maior tempo, pela segurança e tranquillidade, que tem n'estado da provincia, pelas razões, que se referem a aquisição de voluntarios ou recrutas, e mesmo por que julgaui mais acertado criar-se e creção do corpo á força fixada, quando fosse cõgruo o tempo de levar á effeito as disposições da lei, n. 354, de 11 de julho do anno passado.

Esperadi o por em immediata creação e regulamento, que manifestos organho para o corpo de policia. Sendo uma das clausulas, em que se me conceder facultade para fazer esse trabalho, a modificação do systema de penitencia, que estava em vigor emquelle corpo, procedi, quanto dependia de mim, accommodar-lhe a parte, que se refere ás penas e fustigação de processos, e poro ter obedecido ao generoso impulso, que vos dirige o art. 4.º da lei de 11 de julho, tratando com mais providencia da liberdade e garantias individualas, e aquelles mais relevantes de que se dos artigos de guerra.

Recomenda o regulamento, e que se referem ao numero dos documentos, que acompanhão este relatório, sob n. 2 e muito folgazão, que elle meça a v.ªra approvação, á qual foy, e ainda se acha, suscito.

As esquadras cooperates tem-se occupado constantemente em fazer os corpos instituidos de quillombos e esquadras fuzil-tes; tem prestado alguns serviços, e, á meu vêr, deve o seu serviço estender-se á outras freguezias, onde a necessidade della se-lo primada e intuitivo.

O corpo de policia, como se vê, deve prestar pelas interrupções annuaes, de que trata o art. 17 da lei, n. 21, de 17 de junho de 1831. Não se realizou ainda a dose anno por circumstancias, que occorrem; mas affirma-se, que terá lugar com toda a brevidade, assim como que o estado do corpo, póe que respecta á creação e disciplina, é satisfactorio.

Culto público.

Consegui este artigo, que, pela elevação do servente, considero o principal do meu trabalho, aumentando-se fuzido fuzido, que os necessarios da Igreja maranhense, pelo que

Santa Casa da Misericórdia.

Este estabelecimento continua a trabalhar com regularidade sob a direcção e fiscalização administrativa, que dirige, pelo que não são reconhecidas em favor do mesmo, não se a mais administrativa, como a Junta de Beneficência, que já serviu ao bom nome.

Usando dauctorização, que lhe foi conferida pelo artigo 2.º da lei, n. 311, de 2 de Junho de 1864, a mesa se tem obrigado por converter em apolias algumas de suas bens, que não são necessarias a elle; mas, apesar das diligencias empregadas por alguns de seus membros e do concurso repetido pelas Juntas publicas, nem sempre apparece um comprador para a venda, vista a Rua-Pereira, de cujo concurso desistiu depois o interessado; e em virtude da Realidade pela quantia de 552900 reis, que foi recolhida ao cofre para ter o destino marcado na lei.

Constituido, como se já se disse, de varas, que resulto do estabelecimento, de applicação das leis constitucionaes e dauctorização legislativa, continuará a diligenciar a sua conservação em termos publicos.

Comtudo, tomou-se a deliberação de passar em contrato, firmado dous membros de suas varas, se servirem como antes na Rua da Paz, que foram do procurador Diogo de Sousa, tendo-se autorizado constantemente desde 1830 a sua venda, antes apparece a licitação, no passo que chorão reclamações das autoridades publicas, bem como pela fundição de constituição dos ditas termos, por estarem elles sujeitos de facto a licitação e licitaciones. As ditas usas a vender-se, e estas informando de que os bens dappo em realiação, por consequencia as despesas, que com ellas se fizeram, e que foi recolhida na quantia de 20015000 rs.

Em virtude da auctorização, concedida pelo art. 2.º da lei citada, presentou-se aos comissarios, de ser creada a hospital das Lazarias, e deu-se começo a fundição da capella de saidas, que estava quasi a terminarem-se. Conchillias estas obras, passando-se ao reparo da igreja.

A cobrança da dívida activa, que, como ha sido reconhecido por todos os prefeitos de Santa Cruz, constitue a parte mais importante de sua administração, occupa a attenção e desvelo da mesa actual.

Conseguiu-se a esse respeito a precedência das dividas dos fillices Paulo Yannes Cruz e José Francisco Nuffa, e de Balduino de Araújo Castanheda, alem da dos devedores de credito fidejussorio da fazenda municipal.

O produto destas cobranças foi empregado em apolias da dívida publicas, e nas obras de sua realiação.

Outras muitas dividas estão em termos de ser arrecadadas, já aveladas, já judicializadas.

Dirijiu-se ao coronel João Paulo Dias Carneiro, de Casim, applicando para a um pedreiro, a fim de que se faça a dívida, com que figura nos boletins, do enormealgarismo de 12300000 reis, nas ditas licitações, ser, e scriptura, com hypotheca e carta fiança. Como era de esperar, o dito coronel respectivo ao seu appello; mas, tendo algumas reclamações sobre aquelle debito, e allegando o seu estado de fortuna, heio pouco haoregão, offereceu-se a pagar cinco lettras garantidas á mesa com a quantia de 10000000 reis cada uma, pagavel de 1 a 5 annos. Salvou-se em proprio ao comitadamento da mesa, resolveu com aucto-zação, e, por isso, com o mes effecto de 1 de dezembro de anno passado, resolveu as expensas Luis Maria Barros. Netto as ditas lettras com as instruções necessarias para concluir a transacção proposta com o mencionado coronel.

A comtudo é preciso para lidar comtudo pela adção de uma lei, que já foi apresentada, e que deve entender a cobrança da dívida da Santa Cruz. Adtando do que se podesse ao mais dos ditas com os ditas da fazenda publicas geral e provincial, deve estabelecer a favor do algarismo e aucto-zação da mesa com a comtudo reconhecido de 4 a 5 por cento por anno, no caso de, e para o primeiro, e no de 1/3 para o segundo, pelas cobranças successivas que fizerem. As vantagens desta medida são tão claras, que, demostro-as, heio gastar tempo inutilmente.

Instrução pública.

Regula-se até aqui por uma legislação imperfecta, nutrida em muitas partes, sem plano, sem systema, e insufficiente em mais das vezes por um pessoal pouco habilitado, porque a respectiva administração, que tem, não convicia os seus que e seja mais, o ensino primario é secundario, nesta provincia, não pôde oppor-se um estudo satisfactorio, e correspondente ao seu fim, se bem que se vê na grande maioria de estabelecimentos publicos, e em muitos particulares, porquanto não é tocante na propagação, nem mesmo na perfeição, que consiste a utilidade da escola em geral, sem lo certo que uma boa educação deve acabar á par da outra, para que não seja verdadeiramente proficua.

O numero total dos estabelecimentos de instrução chega a 25 em toda a provincia, e o dos alumnos, que os frequentam, á 2094. D'aquelle, 78 são publicos, e 17 particulares; os primarios são frequentados por 2432 alumnos; os secundarios por 513. Dos publicos, 22 pertencem ao ensino secundario, e são frequentados por 295 alumnos, a saber, 19 aulas na cidade capital por 92 e 13 fora d'elle por 114 50 por cento do primario, e são frequentados por 2257 alumnos de ambos os sexos, a saber, 44 escolas por 1212 de um sexo, e 12 por 342 do feminino. Os 17 particulares são frequentados por 196 alumnos de sexo masculino, e 77 do feminino.

E para notar, que os estabelecimentos particulares não estão por forma alguma em proporção com os publicos, que das tres vezes mais numerosos que possuem um director de letreiro as magmas comprehendido são somente os que tem patrocínio do governo. Se se attender, porém, á que é difficilissimo no interior executar rigorosa fiscalização sobre os que a não tem, maior deve ser o seu numero real, e assim, por consequente, o dos alumnos. Não em um objecto postivo, que em le ha 28 estabelecimentos publicos de instrução, havendo indistincto 17 particulares.

Todos os collegios de primeira lettra da provincia, excepto os de Riochão e de Colégio de Santa Isabel, que estão sendo regidos indistinctamente, achão-se providos de professores. O mesmo acontece com os collegios de instrução secundaria, das quaes somente uma, e de English, cujo professor se acha ausente sem licença desde 1852, pôde ser reputada vinga na forma do actualissimo regulamento da instrução publica.

Em diversas vezes pediu á esta assembléa authorisação para reformar a instrução publica da provincia, achando-se, porém, traçado o circulo, á que devosse circumscrever a reforma, tendo em vista interesses mais valiosos, e mais importantes, do que a conservação do pessoal e do principio de vitalidade, unica base que, para elle, já está lançada a legislação anterior.

Vendo-se deprecado, por motivos que não tem ao caso referir, a concessão da authorisação elleiavel, tendo a accordo de melhorar o pessoal actual da instrução, quanto fosse necessario, com os recursos da fazenda provincial, servindo-se mesmo da facilidade offerta pelo § 2.º do art. 15 da lei provincial, n. 234, de 20 de agosto de 1847, que, como já disse, authorisa á provincia de reformar o ensino elementar e secundario, conservando o pessoal e o principio de vitalidade, e expedir para esse fim o regulamento de 2 de fevereiro do corrente anno, emquanto do documento n. 3 que fôr immediatamente posto em execução, ficando dependente de outra definitiva approvação.

Na reforma, á que ymosá, tira principalmente em vista, entre condições de melhoramento: a mais exacta inspecção e fiscalização do ensino; a organisação e regularisação dos diversos estabelecimentos de instrução; as condições, materia e propagação da escola; as habilitações e estudos para o magisterio; a reprozação dos collegios e a distribuição das responsabilidades no exercicio das funcções assignadas; a actualisação, frequencia e approvimento dos alumnos; a exposição de contas aos pais, tutores e proprietarios negligentes em mandar frequentar seus filhos, publicos e particulares; o fornecimento de livros para collocar-l-a ao parir; a, finalmente, as mais providencias, que em pareceres adequados para melhorarl-a em todos os seus diferentes circulos ou delegações

do ensino no interior, e que ainda, só com uma longa serie de bons calculos e paraverdades sefereças, se podem obter a'um pais, onde os melhoramentos deves sempre andar a'lado por certo; porque não é pouco certo, que a legislação especial será sempre para isto, se não qualquer outro do serviço publico, a principal causa do respectivo aumento no orçamento.

No regulamento de 2 de fevereiro ha uma disposição, a do art. 101, pela qual se comprehendi a realisar do governo imperial, para os estudos do lyceu da provincia, o mesmo facto; que o estado regulamento geral contada nos estatutos do collegio de Pedro II. Facto que já tanto dirigio no mesmo governo a talha humilde supplica, e pareça racional segundo-lhe um deferimento favoravel. Visto que uma tal concessão, feita em virtude dos lyceus provincianos convenientemente reorganizados, seria a melhor meio de fazer com que as provincias mais-aosora a respectiva legislação sobre a instrução publica, se achado por-jas-las reorganizada a do municipio da cidade, e, por consequente, de melhorisar o ensino em todo o Imperio, julgo, em talto, conveniente, que apois a talha supplica nos uma representação vossa aos poderes gerais do estado.

Tenho exposto os principios, que regularão a realisação de instrução, á vós para decidir, senão, se em vista do melhoramento geral, reconhecido o ensino elementar e secundario de proficua de um modo conveniente as suas especificamente gradual, ou se, pelo contrario, no aproximação do fim, que vive em vista. De minha parte creio, que não de porta a fazer-lhe talha aquellas correções, que vos suggere a vossa occupação na materia e pratica dos negocios.

Se-me-la preciso e utilidade, em que a distincto cidade, que dirige a instrução publica, expoz, deita do ponto de vista pratico especialmente, e se os estatos e necessidades, e muito felix, que a'auxilia, por que não precisa este nome de serviço, seja mais em arguente á favor da sua reorganização.

Casa dos educandos artífices.

Esta instituição, nos, pelo beneficio, que presta á educação dos meninos das classes indigentes, como toda a vossa preocupação, continua a progredir em seus sabedores effeitos.

O credito, de que goza a casa dos educandos artífices, manteu-se illuso, desde a epocha de sua fundação até hoje. Os jovens, que nella recebem educação, tem constantemente correspondido aos pareceres exatidos do governo, por seu amor ao trabalho, aproveitamento, boas realidades e dedicação aos seus deveres, tornando-se, pelo seu estremo occupatamento, objecto de geral sympathia e interesse.

Foi o regulamento, que em data de 7 de março de corrente anno, expoz para a boa realisação economicas a disciplinar daquella casa, e que vos é presente sob n. 4, teve lugar a substituição do anterior, insufficiente para reger-l-o ao seu estado actual, e, com elle, a reforma da educação industrial e artistica, que segundo vos expoz a mais pratico, tornou-se indispensavel para formar completos artífices. Se não atingir no todo o desejado fim, permitir-se-á ter ao menos umeguido dar á este especie de educação e de seu estabelecimento occupatavel com as circumstancias da provincia, com realidades nas realidades e creche do estabelecimento e mais amplando á cultura do sentimento religioso, que sempre descobrem os primeiros annos.

Existem actualmente na casa dos educandos as seguintes aulas:

- 1.ª De primeiras letras.
- 2.ª De esculptura e desenho applicado ás artes.
- 3.ª De geometria e mecha applicada ás artes e noções gerais de arithmetica e algebra.
- 4.ª De musica e instrumentos de corda.
- 5.ª De musica e instrumentos bellicosos.

A primeira destas aulas é frequentada por 187 alumnos; a segunda por 8; a terceira por 6; a quarta por 10; e quinta por 12.

M. G.

O presidente da provincia de Maranhão, tendo em vista melhorar o regimen interno e economico da casa dos educandos artilheiros desta cidade, e usando da faculdade, que lhe confere o § 4.º de art. 24 da carta de lei constitucional de 12 de agosto de 1844, ordena ao abaixo o seguinte:

REGULAMENTO.

CAPITULO I.

Das educandas, sua admissão e despedida.

Art. 1.º Para que qualquer pessoa possa ser admitida na casa dos educandos artilheiros desta cidade deve apresentar:

§ 1.º Que se seja e permaneça;

§ 2.º Que não é menor de 8, com maxima de 12 annos;

§ 3.º Que se nelle as condições sanitarias satisfizerem.

Art. 2.º A prova do 1.º requisito será feita por meio de justificação ou attestado de autoridades ou pessoas fidelligas e do 2.º por meio de certidão ou justificação de idade e a do 3.º por meio de um exame de sanidade feito pelo facultativo da casa.

A justificação deve ter lugar na falta ou insufficiencia do attestado e quando tornarse responsavel a apresentação da certidão de idade.

Art. 3.º Não poderão ser admitidas, ainda que se encontre comprehendidas nas disposições do art. 1.º as que:

§ 1.º Os marceas, que não tiverem sido vacinadas;

§ 2.º Os escravas.

Art. 4.º As disposições dos §§ 1.º e 2.º do art. 1.º não comprehendem as expostas da Santa Casa da Misericórdia desta cidade, as quees poderão ser admitidas embora maiores de 12 annos, com tanto porém que não excedão a idade de 15.

Art. 5.º Poderão ser admitidos nheas provisorias, ficando, porém, equiparados em tudo com familia educanda; menos na seguição ao curso, de que trata a lei provincial, n. 210, de 29 de agosto de 1844.

Art. 6.º Para que qualquer individuo possa ser despedido da casa dos educandos artilheiros desta cidade, sempre verificarem-se:

§ 1.º Que se não affectado de moléstia contagiosa ou incuravel;

§ 2.º Que se de tal comportamento, que não dá esperanças de poder corrigir-se, e que possa prejudicar a disciplina e regularidade do estabelecimento;

§ 3.º Que por sua inaptidão, proveniente da natureza, ou de habitos, nada tenha aprendido no espaço de tres annos.

§ 4.º Que, depois de vespasas em arte ou officio, e que se deficea, attada o precepto do art. 1.º da lei provincial, n. 210, de 29 de agosto de 1844.

Art. 7.º Além dos casos apontados no art. anterior, poderá ser despedido do estabelecimento o educando cujo pai, parente ou protector comprometter-se, por termo lavrado perante a autoridade competente, a cuidar da sua educação, estando em circumstancias de poder fazê-lo no seu totalmente.

Art. 8.º A despedida do estabelecimento, no caso do art. antecedente, é facultativa, e no artigo 4.º e nos §§ obrigatória.

Art. 9.º A obrigação, de que trata o artigo 1.º da lei provincial, n. 210, de 29 de agosto de 1844, concernente o presidente da provincia, que tendrá o director, poderá ser extinta por meio de uma compensação pecuniaria, pagando o pai, parente ou protector do educando a quantia de 300\$000 reis por cada anno, que faltar para preencher os tres designados no artigo 1.º da referida lei.

Art. 10.º Os marceas, que fôrão despedidas da casa dos educandos artilheiros, serão entregues á casa pais, ou, sendo orphãos, postas á disposição de respectivo juiz para

II. 5.

O presidente da provincia de Maranhão, usando da faculdade, que lhe confere o art. 23 da lei, n. 307, de 21 de julho de 1851, ordena se observe o seguinte:

REGULAMENTO.

CAPITULO I.

Da organização e fim do asylo.

Art. 1. Fica creada na cidade de São Luiz do Maranhão uma casa de educandas, que se denominará—Asylo de Santa Theresa—e será posta sob a augusta e valiosa protecção de Sua Magestade a Imperatriz, sollicitando o presidente da provincia a permissão para esse fim necessaria.

Art. 2. Tem por fim principal amparar as meninas orphãs, que forem desvalidas, e as expostas da santa casa da Misericordia, recolhendo-as e educando-as; e por fim secundario educal-as por maneira que possam ser empregadas com vantagem no serviço domestico.

O asylo admittirá tambem pensionistas.

Art. 3. Serão applicadas á manutenção, ao vestuario, e á educação das meninas orphãs e desvalidas, e das expostas, as rendas, que, para o futuro, tiver o estabelecimento, provenientes de donativos e outros fontes, as quantias decretadas pela assemblea legislativa provincial, e as que o forem pela assemblea legislativa geral.

Art. 4. Neste asylo é inteiramente prohibido o deposito de mulheres ou de meninas, quer casadas, quer para casar, ou para outro fim, que não seja o designado no presente regulamento.

CAPITULO II.

Da administração do asylo e das pessoas empregadas no serviço do mesmo.

Art. 5. O presidente da provincia exerce a suprema inspecção, direcção e fiscalização do asylo; nomeia, suspende e demitte os empregados da casa e manda admittir, por seu despacho, as collegiadas.

Art. 6. Para o serviço e administração do asylo haverá um director, um vice-director, um almoxarife, uma regente, uma ou mais mestras, um mestre de musica, que será o mesmo da casa dos educandos artífices, um capellão e um medico.

Art. 7. Os empregados, de que tracta o artigo antecedente, terão os seguintes vencimentos:

Art. 25. O nome de *gymnasio municipal* será dividido pela capital, e por todas as cidades da provincia.

Art. 26. Serão admitidos como pensionistas aquellas meninos, coelhos pais, tutores, ou beneficiarios, que tiverem que elles recebido a educação nãa pelo ayto.

Art. 27. Para serem as meninos admitidas como pensionistas, deverão as pessoas nãas interessadas dirigir suas petições ao presidente da provincia, instruídas com documentos, que possam ter aquellas a idade exigida para a admissão das escolas. As pensionistas serão accollidas pela regente, sob inspecção do presidente do ayto da provincia, depois do exame e director.

Art. 28. As pensionistas pagarão pela sua educação, manutenção e carvão a quantia de dous mil reis mensaes em proporcção tribuções affectadas.

Art. 29. O director não dará entrada no ayto ás pensionistas, sem que alguma pessoa venha com ellas na capital, se nãa obrigada, por um termo, a pagar por ellas, as tribuções affectadas, a quantia correspondente ás mensalidades.

Art. 30. As pensionistas, que faltarem ao pagamento das suas mensalidades, nos termos de antes, serão despididas, se as pessoas, que as houverem, a dirigindo a pagar por ellas, não vierem satisfazê-las, depois de nãa feito pelo director. Nesses casos serão as pensionistas entregues á seus pais, ou tutores, ou de pessoas por estes autorizadas.

Art. 31. Nenhuma collegial terá direito a ser convocada no ayto, depois de ter completado 17 annos de idade, ou se o presidente da provincia, ou vista de reclamações do director, julgar necessaria despidê-la antes.

Art. 32. Logo que as collegias tiverem completado o termo de 17 annos, a regente e participará ao director, e ao presidente da provincia. Salvo do ayto as collegias, de que nãa se trata, os deães e estudos, os que nãa são de pessoas suas partes, ou de outras quaisquer de conducta ordenada. As pensionistas serão exceptuadas á seus pais, ou de pessoas, de que trata o artigo 30.

Art. 33. As collegias, que se forem de ayto no termo de antes, conservarão os seus direitos nos deães, que lhes houverem sido dados dos gaudimentos.

CAPITULO IV.

Do ensino.

Art. 34. O ensino se dividirá em quatro classes, da modo seguinte: 1.^a Instrução christã, e de artes moraes e religiosas. leitura, coryto, christianismo até frações, principios elementares de geometria racional, as qões gerais de geographia e historia pratica e desenho: 2.^a exercicios de egalla de arto e genero: 3.^a musica dos tamboraes e concertos d'orchestra, como o violão, harpa, organo, etc. etc. de todas as espécies de: 4.^a coções gerais de musica.

Art. 35. O anno escolar é o civil. São dias feriados, além dos domingos e dias guato da guarda, os do festividade nacional marcados por lei, os da festa nacional declarados pelo governo, os de entrada desde segunda até 4.^a feira de outo, os da semana santa, os da semana da pascha, e os que decorrem desde 26 de dezembro até 6 de janeiro.

Art. 36. Os exames serão feitos no fim de cada anno escolar comprehendendo as materias da 1.^a 2.^a e 3.^a classes. O presidente da provincia, de coordenação com o director, regulará a forma, porque se deverá proceder aos mesmos exames, ou como a concessão de prazos que terão de julgá-los.

Art. 37. Haverá nos exames annuaes, que se disciplinão por tres classes do ayto, que pela sua applicação e aproveitamento se mostrarem dignos d'elles. O presidente da provincia, de accordo com o director, escolherá os objectos para os exames, e marcará o dia, em que devem ser distribuidos, depois de concluidos todos os exames. Esta distribuição deverá ser feita com alguma pompa e apparatus, convidando-se para assistirem á ella as famílias e pessoas illustres.

ANEXO D – Relatório do Governador Paulo Martins de Souza Ramos (1941)

REGISTRO SETORIAL Sec. de Obras P.úblicas N.º 946 Data 21/5/41

RELATÓRIO

ORMA
350.0035
N3622

APRESENTADO AO EXMO. SR.
DR. GETULIO VARGAS, PRESI-
DENTE DA REPUBLICA DOS ES-
TADOS UNIDOS DO BRASIL,
PELO DR. PAULO MARTINS DE
SOUZA RAMOS, INTERVENTOR
FEDERAL NO MARANHÃO.



O MARANHÃO E OS SEUS PROBLEMAS

Conforme já tive oportunidade de salientar em relatório anterior, o Maranhão não apresenta problemas de fácil solução. Poucos trechos da terra brasileira se encontram como o que nos coube, tão maravilhosamente dotados para servir às necessidades de uma civilização adiantada e laboriosa. Mas os próprios atributos que parecem constituir e, em verdade, constituem generosas dádivas da natureza, como a desmedida uberdade do solo e a abundância dos invernos, contribuem, no estado atual do nosso desenvolvimento, para dificultar o trabalho humano.

As populações dos municípios do interior, adstritas ainda ao amanho rotineiro da terra, à mingua de conhecimentos técnicos e de recursos que as coloquem em condições de tentar u'a melhor cultura, por processos racionais, são, antes de tudo, forçadas a domar a natureza, limpando o solo, em sucessivas e penosas investidas, da vegetação bravia que irrompe, dominadoramente e a curtos períodos, na área cultivada, para só depois poderem cuidar da planta propriamente dita. E afinal, quando, vencidos obstáculos sem conta, chega o lavrador à fase compensadora da colheita, uma nova dificuldade, e^{sta} não raro irremovível, se lhe depara, anulando-lhe o esforço de vários meses: — a falta de estradas para levar a produção de seus roçados aos centros comerciais.

Este, em largos traços, o drama do homem rural no seu contacto cotidiano com a terra.

Em algumas das regiões mais ricas do Estado — bairradas, em regra, por magníficas artérias fluviais, que estão apenas à espera de dias melhores para se transformarem em centros de florescentes indústrias e próspero

SITUAÇÃO ECONÔMICA

Se admitirmos como índice absoluto da atual situação econômica do Estado o valor das nossas exportações, em 1941, comparado com o dos anos anteriores, seremos levados a reconhecer que atravessamos uma época de acentuada prosperidade. Mas, se levarmos em conta que 63,20% daquele valor correspondem a produtos da indústria extrativa e que para os 36,80% restantes, representativos da contribuição das demais fontes de riqueza, a lavoura só contribuiu com cerca de 10%, veremos que estamos em presença de uma prosperidade sobremodo precária.

E cumpre não esquecer que mesmo no tocante à indústria extrativa não registamos aumento de produção, mas de preços, obtido, para nossa maior insegurança, em consequência de circunstâncias excepcionais, de curta duração por sua própria natureza.

Normalmente, porém, o que se vem observando, a partir de 1930, é uma progressiva avançada da indústria extrativa em detrimento da produção agrícola e pecuária, que ainda são as únicas em que devemos confiar.

Trata-se, pois, de uma situação especialíssima, pouco suscetível de modificar-se, por isso que decorrente de uma lei econômica irrevogável — a do menor esforço para colher o máximo resultado.

Com efeito, entre os riscos e dificuldades de toda ordem que cercam a lavoura, e o simples e rápido trabalho de ajuntar o coco babassú, que a natureza nos oferece já em condições de comparecer ao mercado, onde não lhe falta preço compensador, é claro que as preferências serão sempre desfavoráveis ao cultivo da terra.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Em matéria financeira, a Administração maranhense continua a adotar política inteiramente desfavorável aos déficits de previsão, ou mesmo de execução orçamentária.

O progressivo desenvolvimento das nossas fontes econômicas, determinando arrecadações sempre maiores do que as previstas, e, por outro lado, a ação continuada do Governo, mantendo o erário a salvo de despesas que não tenham por fim mediato ou imediato aumentar o patrimônio do Estado ou custear serviços de real utilidade pública, têm garantido, nestes últimos anos, a verificação de saldos de exercício cada vez mais elevados.

O de 1941, ou seja o maior até hoje registado, atingiu cerca de um terço da receita arrecadada. Orçara-se esta, com efeito, em 22.718:000\$000, mas entraram, em verdade, para os cofres do Tesouro, 28.852:264\$200, o que vale dizer 6.134:264\$200 a mais da estimativa.

Com relação à despesa ocorreu o contrário. O Chefe do Estado estava autorizado a gastar até à quantia de..... 23.717:917\$700, porém só dispendeu 20.459:035\$100, economizando, destarte, 3.238:882\$600.

Se a esta última importância adicionarmos a de..... 6.134:264\$200, representativa do superavit linhas atrás demonstrado, verificaremos que o saldo do exercício se elevou a 9.393:146\$800.

RECEITA. — A contribuição de cada um dos títulos

JUSTIÇA

Como vem acontecendo desde o início do atual Governo, o Poder Judiciário realizou os seus trabalhos, em 1941, num ambiente de perfeita tranquilidade e absoluta segurança.

Manifestando-se a respeito da harmonia reinante entre o Poder Executivo e o Judiciário, o Presidente do Tribunal de Apelação, em relatório que me vem de apresentar, assim se expressou: "Durante o ano de 1941, foram as mais francas e cordiais as relações mantidas entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo, primando o honrado Governo de V. Excia., como, em anos anteriores, igualmente acentuaram os desembargadores Teixeira Junior e Púbblo de Melo, em cercar a magistratura de prestígio, acatando e cumprindo as suas decisões.

"Da harmonia reinante entre os dois Poderes têm decorrido incontestáveis vantagens para a causa pública, mantendo-se a ordem e a tranquilidade em todo o Estado, distribuída a justiça com absoluta independência e completa segurança".

TRIBUNAL DE APELAÇÃO

De acordo com a organização vigente, compõe-se o Tribunal de Apelação de sete membros, divididos em duas turmas, que julgam, indistintamente, matéria cível e criminal.

Reunem-se essas turmas, normalmente, duas vezes por semana, cabendo recurso dos seus julgados para o Tribunal Pleno, que realiza as suas sessões ordinárias às quartas-feiras.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

O Governo estadual e os dos municípios da Capital e do Interior submeteram ao Departamento Administrativo, no decurso do ano de que trata este trabalho, 343 ante-projetos de decreto-lei, dos quais 108 foram enviados pela Interventoria, 18 pela Prefeitura da Capital e 217 pelas demais prefeituras do Estado. Dos 108 estaduais, foram aprovados 96, integralmente, e um, com emenda. Os 11 excedentes, por escaparem à alçada do Departamento, enviou-os este órgão, com parecer favorável, ao sr. Presidente da República.

Dos 235 municipais, 222 mereceram aprovação em todos os seus termos; 6 foram aprovados com emendas; um foi devolvido; 5 estão ainda em estudos e um não logrou aprovação.

O Departamento expediu 338 resoluções e emitiu 11 pareceres a respeito de ante-projetos de decreto-lei submetidos ao Chefe da Nação.

Como se vê, a atividade desenvolvida pela ilustrada corporação foi, no ano findo, sobremodo intensa e toda ela visando o bom andamento do serviço público.

A Interventoria, animada pelo melhor espírito de cooperação, e compenetrada dos deveres que lhe são impostos pelo decreto-lei federal n.º 1.202, vem atendendo, com a maior sollicitude, as requisições do Departamento, como reconhece o seu próprio Presidente, no seguinte tópico do relatório que acaba de dirigir ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores: "No fato de não haver da parte do Departamento outro intuito que não seja o de acertar e corresponder aos interesses políticos e econômicos do Maranhão, está precisamente um dos fatores que contribuem para que ele se desempenhe a contento de seus múl-

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Na organização administrativa do Estado, cabem à Diretoria Geral da Instrução Pública os serviços de educação e cultura.

O Estado ministra gratuitamente o ensino primário e o secundário, e auxilia, por meio de subvenções, o ensino superior.

O ensino secundário está a cargo do Instituto de Educação, constituído por uma Escola Primária, com o curso primário e o de Jardim da Infância; por uma Escola Secundária, com dois cursos — o fundamental e o complementar, e por duas escolas destinadas ao preparo de professores primários e secundários.

O ensino primário é difundido por escolas isoladas e por grupos escolares distribuídos por todos os municípios do interior.

LICEU MARANHENSE — O Liceu Maranhense, ginásio oficial do Estado, equiparado ao Colégio Pedro II e constitutivo da Escola Secundária do Instituto de Educação, ex-vi do disposto na letra b, do art. 1.º do decreto-lei n.º 186, de 19 de janeiro de 1939, funcionou regularmente durante o ano letivo de 1941, mantendo, como acima ficou dito, dois cursos — o fundamental e o complementar.

O curso fundamental constou de cinco séries, com uma turma de alunos cada uma, e o complementar, de três secções didáticas, de duas séries cada, com seis turmas de alunos. As matrículas verificadas no ano em referência ascenderam a 287, sendo 162 no curso fundamental e 125 no complementar.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTADÍSTICA

O Departamento Estadual de Estatística possui, do ponto de vista administrativo, organização idêntica à das demais repartições públicas diretamente subordinadas à Secretaria Geral. Relativamente, porém, aos seus serviços técnicos, participa do sistema criado pela Convenção Nacional de Estatística, de 11 de agosto de 1936, de que o Maranhão fez parte.

As normas a serem observadas na execução dos trabalhos, emanam, no âmbito nacional, de resoluções da Assembléia Geral e da Junta Executiva Central, do Conselho Nacional de Estatística.

Unidade Federativa, possui o Maranhão uma Junta Regional de Estatística, instituída pelo decreto n.º 66, de 19 de fevereiro de 1937. A cargo dessa Junta está a superintendência de todos os serviços estatísticos do Estado.

O Departamento Estadual de Estatística é o órgão local de coordenação das atividades do sistema regional. Com ele se articulam, obrigatoriamente, as seções de estatística existentes ou que vierem a existir no Maranhão.

Em 1941, os trabalhos dessa repartição, assim os de sua própria responsabilidade como os de iniciativa de outros departamentos nacionais e regionais, lograram resultados francamente animadores, relevando mencionar as campanhas de amplitude nacional, lançadas diretamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aqui encerradas, de modo satisfatório, no devido prazo.

Da conjugação dos esforços da organização maranhense com os de vários departamentos federais de estatística, para a execução de diversos serviços, resultou a


DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA

Esta parcela da Administração, criada pelo decreto-lei n.º 414, de 11 de Outubro de 1940, nos moldes do DIP do Rio de Janeiro, vem atingindo os fins visados pelo Governo.

O Estado não possuía, até à data da instalação do DEIP, um órgão de propaganda e divulgação convenientemente aparelhado para trazer o resto do país ao par do esforço que o seu Governo e o seu povo vêm envidando, no sentido de elevar esta unidade ao lugar que lhe cabe no seio da Federação.

As notícias do Maranhão que chegavam à Capital Federal, eram, em regra, aquelas que serviam aos interesses da imprensa sensacionalista, embora colocando mal o Estado perante a opinião pública nacional. Com efeito, nenhuma publicidade se fazia em torno dos empreendimentos do Governo e dos particulares, visando o engrandecimento material, moral e intelectual da sua terra; nada se dizia sobre as imensas possibilidades económicas do Maranhão, sobre as inexgotáveis riquezas naturais acumuladas neste maravilhoso pedaço da terra brasileira, nem a respeito dos atos praticados com o intuito de transformar essas riquezas em utilidades comerciáveis; mas dava-se sempre larga vulgarização aos pequenos escândalos que aqui, como em toda parte, ocorrem, de quando em quando, no seio da sociedade ou das classes, e, principalmente, às tricas partidárias que, até há alguns anos atrás, perturbavam o ritmo da vida maranhense.

Este noticiário de sensação prejudicou, por largo tempo, o meu Estado, no conceito público.



DIRETORIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

A Diretoria de Saúde e Assistência, diretamente subordinada à Secretaria Geral, é, no Estado, o centro administrativo coordenador e executor de todas as atividades concernentes à saúde pública e assistência médica. Integram esse importante departamento os seguintes órgãos:

- a) Diretoria Geral, compreendendo:
 - Secção Técnica
 - Secção Administrativa
- b) Centro de Saúde Dr. Paulo Ramos
- c) Instituto Oswaldo Cruz
- d) Distritos Sanitários
- e) Serviços de Assistência Social e Hospitalar e de Pronto Socorro.

O Centro de Saúde, sediado na Capital e chefiado por um especialista de reconhecida competência, tem a seu cargo os serviços de epidemiologia, higiene da alimentação e do trabalho, exames de saúde e polícia sanitária, higiene pre-natal, higiene da criança, profilaxia das doenças de olhos, nariz, garganta e ouvidos, profilaxia das doenças venéreas e lepra, profilaxia da tuberculose, serviço de higiene dentária, serviço de visitadoras de saúde e serviço de guardas sanitários.

O Instituto Oswaldo Cruz se encarrega das atividades de laboratório da saúde pública, sob a direção de um bacteriologista que possui o curso do Instituto de Mangueiras.

Nos distritos sanitários, com sede nas cidades de Curu-